A black and white photograph of a building facade. The building has a large, dark doorway or window. To the left of the doorway, there is a wall covered in graffiti. One prominent piece of graffiti reads "VALORIZE OS ARTISTAS DE RIO GRANDE". To the right of the doorway, there is another wall with graffiti, including the words "BOBEMIA É NÃO VIVER". In the foreground, a person is standing with their back to the camera, looking towards the building. The overall scene is urban and gritty.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA:
paisagem e discurso na cidade do Rio Grande

FELIPE BENITES TRAMASOLI

Rio de Janeiro

2015

FELIPE BENITES TRAMASOLI

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA:
Paisagem e discurso na cidade do Rio Grande

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Tania Andrade Lima

Linha de pesquisa: Estudos de cultura material

Ênfase: Cultura material histórica

Rio de Janeiro
2015

FELIPE BENITES TRAMASOLI

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA:
Paisagem e discurso na cidade do Rio Grande

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arqueologia pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

BANCA EXAMINADORA

Dra. Tania Andrade Lima – Presidente
Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dra. Beatriz Valladão Thiesen
Universidade Federal do Rio Grande

Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

À minha família de olhos.

AGRADECIMENTOS

No dicionário, “a.gra.de.ci.men.to. **sm (agradecer+mento)** 1 Ação ou efeito de agradecer. 2 Gratidão, reconhecimento”. Aqui, uma página dedicada a lembrar todos aqueles que fizeram uma diferença positiva, ao longo da jornada, na composição destas folhas. São pessoas, coisas e instituições que, de uma forma ou de outra, são culpadas pelo resultado do trabalho, cada uma na sua medida, o que não as torna menos importantes. Assim, resolvi fazer um exercício e imaginar o que seria de mim sem elas.

Sem os *kopimistas* - conscientes ou não - eu não teria acesso a metade da bibliografia utilizada aqui. Sem Google (quando dominar o mundo, lembre-se disso), Playstation, Café, Starbucks, Blizzard, Sushi, cheiro do mar e o frio, ocasionalmente, do Rio Grande, este período seria muito menos proveitoso.

Sem Altamiro e sem Luciane, eu não existiria. Não teria perspectivas e nem onde começar. Sem Fábio e Raquel, não teria infância, nem amigos. Sem Raissa, não teria amor, nem companheirismo. Sem sogros, não teria tanto apoio. Sem Diego, Guilherme, Patrick, Conrado, Tiago, Paula, Ian, Felipe (ainda caberiam mais alguns), não teria tantas excepcionais companhias para dividir a doce e amarga vida.

Sem Maritza, João, Luiz, Dudu, Dani, Dany, Nilce, Sara, Ágatha, Aléxis, Bia, José, Martial, Artur e Márcia, com certeza, não teria me tornado o arqueólogo que sou. Sem os colegas – em especial, Maritza (novamente), Lucas e Gis – e sem os professores do PPGArq do Museu Nacional/UFRJ, a pós-graduação seria um tanto vazia e não teria contribuído tanto. Aliás, sem a prestatividade da Claudine, muitas coisas seriam diferentes.

Sem a orientação da Dra. Tania Andrade Lima, eu não me enxergaria tão bem quanto faço agora. Sem a CAPES, eu não teria recebido a bolsa de mestrado tão fundamental para que eu pudesse me dedicar com tranquilidade à pesquisa.

Muito obrigado.



Beethoven, *Sinfonia N° 5*

RESUMO

A vida contemporânea é repleta de narrativas que dão conta da persistência de diversas pessoas e coisas ao longo do tempo. Mas este excesso de informações acaba se tornando tão prejudicial quanto a sua escassez, obscurecendo tantos outros entendimentos e vozes. Portanto, nesta pesquisa, o contemporâneo passa a ser mais do que a mera circunstância do fazer arqueológico e se torna a problemática. A partir do entendimento de que o mundo possui sua integridade, ou seja, de que a sua existência não está condicionada a nossas subjetivações, destaca-se o potencial mnemônico do engajamento entre nós e as coisas. A sugestão é fazê-lo através da construção de uma retórica arqueológica, que, aqui, possui semelhanças ao ato artístico, mas não deseja ser um, aspirando senão que degluti-lo e digeri-lo em prol da Arqueologia. Assim, esta pesquisa apresenta um manifesto arqueológico construído sobre as ruínas do núcleo urbano da cidade do Rio Grande/RS, que inclui, entre outras coisas, uma intervenção urbana. O objetivo último é trazer à tona a irrealidade de uma construção do passado, tendo como propósito, não o intuito de desqualificar as construções sobre uma continuidade histórica, mas o de colocá-las em perspectiva e alertar a comunidade quanto às suas vicissitudes e significados.

Palavras-chave: Paisagem, Ruínas, Modernidade, Rio Grande/RS.

RESUMEN

La vida contemporánea está llena de historias que narran la persistencia de diversas personas y cosas en el tiempo. Pero este exceso de información resulta ser tan perjudicial como su escasez, ocultando muchas otras comprensiones y voces. Por lo tanto, en esta investigación, lo contemporáneo se convierte en más que la mera circunstancia del hacer arqueológico, él es lo problema. Con base en lo entendimiento de que el mundo tiene su integridad, es decir, que su existencia no está sujeto a nuestras subjetividades, destaca-se el potencial mnemónico en el compromiso entre nosotros y las cosas. La sugerencia es hacerlo mediante la construcción de una retórica arqueológica, que aquí tiene similitudes con el acto artístico, pero no quier ser uno, pero que apiran a tragar y digerir por el bien de la Arqueología. Por lo tanto, esta investigación presenta un manifiesto arqueológico construido sobre las ruinas del núcleo urbano de la ciudad de Rio Grande/RS, que incluye, entre otras cosas, una intervención urbana. El objetivo final es llevar a cabo la irrealidad de una construcción del pasado con el propósito, no de descalificar a las construciones de una continuidad histórica, sino para ponerlos en perspectiva y alertar a la comunidad sobre sus vicissitudes e significados.

Palabras-claves: Paisaje, Ruinas, Modernidad, Rio Grande/RS.

ABSTRACT

Contemporary life is full of stories that tell the persistence of people and things over time. But this excess of information turns out to be as damaging as its scarcity, obscuring many other arrangements and voices. Therefore, in this research, the contemporary becomes more than the mere circumstance of making archaeology and becomes the main problematic. Based on the understanding that the world has its integrity, that is, that its existence is not subject to our subjectivities, the mnemonic potential stands out at the engagement between us and things. The suggestion is to do it by building an archaeological rhetoric, that has similarities to the artistic act, but do not want to be one, instead, but aspiring to swallow and digest the artistic act for the sake of Archaeology. Thus, this research presents an archaeological manifesto built on the ruins of the urban core of the city of Rio Grande/RS, which includes, among other things, an urban intervention. The ultimate goal is to bring out the unreality of a construction of the past, with the purpose, not of disqualifying the buildings on a historical continuity, but of putting them in perspective and alert the community about their vicissitudes and meanings.

Keywords: Landscape, Ruins, Modernity, Rio Grande/RS.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Desenho de Procópio Neto, publicado no jornal Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1937. Fonte: BITTENCOURT, 2007, p. 67..... | 18 |
| Figura 2 – Frame inicial do filme Tempos Modernos (1936)..... | 37 |
| Figura 3 – À esquerda, <i>La Presse</i> (1848); à direita, <i>Street Scene</i> (1858-60). Ambas obras de Constantine Guys, que fazem parte do acervo do Cooper Hewitt, Smithsonian Design Museum. | 43 |
| Figura 4 – Luis Camnitzer, <i>Isto é um espelho. Você é uma sentença escrita</i> , 1966-1968. Poliestireno formado a vácuo. Foto: Felipe Tramasoli. | 52 |
| Figura 5 – Rynek Starego Miasta, Varsóvia, em 1944. Fonte: PESAVENTO, 2006, p. 7..... | 66 |
| Figura 6 – Vista do alto do edifício Lafayette, 2007. Fonte: http://www.marchandmeffre.com/detroit , acessado em 26 de fevereiro de 2015..... | 68 |
| Figura 7 – Mais um dia pelas ruas do Rio Grande. Foto: Felipe Tramasoli. | 69 |
| Figura 8 – Preenchido em vermelho, a porção mais antiga da cidade; em branco, no centro da imagem, o bairro Cidade Nova; com traçado vermelho, à esquerda, área planejada, mas não construída. Abaixo da Cidade Nova, vê-se os cemitérios da cidade e, próximo ao corpo d’água, as estruturas da Rheingantz. Fonte: Liber Studium/FURG. | 75 |
| Figura 9 – Área de interesse obtida através do cruzamento dos dados cartográficos e imagéticos oferecidos por satélite. | 76 |
| Figura 10 – Resultado final da área de interesse com as subdivisões. Fonte: Google Earth. Editado. | 77 |
| Figura 11 – Modelo da Ficha de Registro de Unidades Analíticas. | 78 |
| Figura 12 – Esquema da intervenção proposta. O número 1 (um) representa a colocação da legenda a respeito da obra; o número 2 (dois) delimita a distância mínima que deve ser mantida da obra. | 81 |
| Figura 13 – Mapa integrando diversas interpretações sobre a Linha de Tordesilhas com ênfase no Rio Grande do Sul e ocupações pertinentes ao conflito. Fonte GARCIA, 2011. Editado. | 84 |
| Figura 14 – Detalhe da carta atlântica de Gaspar Viegas (1534). A seta branca indica a entrada da barra do Rio Grande. Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=3829 acessado em 10 de julho de 2015. Editado. | 86 |
| Figura 15 – Detalhe do registro, de 1809, do cartógrafo inglês Aaron Arrowsmith da região do Rio Grande de São Pedro, com a indicação, nos triângulos, de diversas edificações militares já em desuso à época. Fonte: ROSA, 2012, p. 34. Editado. | 89 |
| Figura 16 – <i>Vista perspectiva da entrada e do porto do Rio Grande do Sul</i> , 1827, Jean-Baptiste Debret. Fonte: BANDEIRA & LAGO, 2013, p. 298..... | 90 |
| Figura 17 – Detalhe da distribuição de naufrágios no entorno e no interior da Barra do Rio Grande para o período entre os anos de 1823 e 1899. Fonte: TORRES, R, 2015, p. 38. | 91 |
| Figura 18 – <i>Demonstração da Vila de São Pedro do Rio Grande situada na Latitude Setentrional de 32 graus</i> (1777), Francisco Ferreira de Sousa. Destaca-se na imagem a antiga Rua Direita, que segue o traçado da costa entre as duas linhas de edificações. As duas estruturas indicadas são: a) Igreja de São Pedro; b) Forte Jesus-Maria-José. Fonte: TORRES, 2010, p. 34. Editado. | 93 |

- Figura 19** – Atual Rua Marechal Floriano Peixoto esq. Rua Andradas, em 1865. As areias tomam conta da via.
Fonte: TORRES, 2008 , p. 14. 94
- Figura 20** – Trecho de uma das variações da canção entoada pelos marinheiros sobre o porto do Rio Grande.
Fonte: HUGILL, 1994, p. 83. 95
- Figura 21** – *São Pedro do Sul*, 1827, Jean-Baptiste Debret. Fonte: BANDEIRA & LAGO, 2013, p. 296. 97
- Figura 22** – A Rua Direita, no caso, é a segunda rua mais ao Norte, que acompanha a linha da costa e que, atualmente, corresponde à Rua General Bacelar. Fonte: ROSA, 2012, p. 63. 100
- Figura 23** – Cronologia das intervenções que conformaram a atual linha da costa da região do Porto Velho.
Fonte: TORRES, 2010, p. 110. Editado. 102
- Figura 24** – Acima, detalhe de registro fotográfico da região do porto do Rio Grande na segunda metade do século XIX. Abaixo, sobreposição original formando uma visão panorâmica. Fonte: acervo Liber Studium/FURG. 102
- Figura 25** – Fotografia do final do século XIX. Em destaque, o novo prédio da Alfândega, com uma das faces do relógio voltada para o mar. Fonte: ROSA, 2012, p. 90. 103
- Figura 26** – Fotografia da Praça, agora, Xavier Ferreira com o prédio da Alfândega ao fundo. Fonte: acervo Liber Studium/FURG. 104
- Figura 27** – Variação das posições dos bancos entre os anos de 1775 e 1883. Fonte: TORRES, 2010, p. 64. .. 107
- Figura 28** – Os molhes de pedra que formam a entrada da Barra do Rio Grande. Fotografia tirada antes da ampliação realizada no século XXI. Fonte:
http://www.portoriogrande.com.br/site/imprensa_midia_galerias.php acessado em 13 de julho de 2015. 109
- Figura 29** – Os gigantescos Molhes da Barra do Rio Grande. As setas indicam o trecho ampliado cuja conclusão se deu em 2014. Fonte: Google Earth. Editado. 110
- Figura 30** – Acima, à esquerda, fotografia das novas instalações da Rheingantz, tendo como destaque seu prédio administrativo; no centro, à esquerda, a fábrica Ítalo-Brasileira; à direita, acima, o Moinho Rio-Grandense; à esquerda, abaixo, ilustração do frigorífico Swift; à direita, abaixo, a fábrica de charutos Poock. Fonte: acervo Liber Studium/FURG. 114
- Figura 31** – a) Fábrica de aniagem (instalação original da Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz e Vater); b) Rheingantz; c) Moinho Rio-Grandense; d) Ítalo-Brasileira; e) Poock; f) Leal Santos; g) Swift; h) Ipiranga. Fonte: *Planta geral da cidade do Rio Grande*; Procopio Neto, 1937. Editado. 115
- Figura 32** – Detalhe da planta de 1904. No centro, já edificado, vê-se a Cidade Nova; à direita, a Cidade antiga; à esquerda, área projetada ladeando o terreno da Cia Hidráulica, que aparece parcialmente. As indicações no mapa: a) abaixo, cemitério católico, acima, cemitério protestante; b) novas instalações da Rheingantz; c) terminal Ferroviário; d) Rua Major Carlos Pinto, antiga linha de trincheiras. Fonte: *Planta geral da cidade do Rio Grande*; Procopio Neto, 1937. Editado. 117
- Figura 33** – Indicações dos zonas portuárias e indústrias: 1) região do Porto Velho; 2) região do Porto Novo; 3) região do Super Porto; 4), Distrito Industrial. Fonte: Google Earth. Editado. 119
- Figura 34** – Fotografia aérea do Dique Seco. É o maior da América Latina, com 133 metros de largura por 350 metros de comprimento e 13,8 metros de profundidade. Fonte:
<http://www.wtorre.com.br/projetos/estaleiro-rio-grande/246> acessado em 13 de julho de 2015. 120

| | |
|--|-----|
| Figura 35 – Fotografia aérea com ênfase na região central da cidade do Rio Grande. Fonte: http://www.portoriogrande.com.br/site/imprensa_midia_galerias.php acessado em 13 de julho de 2015. | 121 |
| Figura 36 – Monumento localizado na praça Xavier Ferreira em homenagem à fundação da cidade inaugurado por ocasião do seu aniversário de 200 anos. Foto: Felipe Tramasoli. | 126 |
| Figura 37 – Um exemplar de souvenir muito comum há tempos atrás, mas que, há cerca de 10 anos, vem desaparecendo gradualmente. Foto: Felipe Tramasoli. | 129 |
| Figura 38 – À esquerda, a logomarca em documento oficial da Prefeitura Municipal. Fonte: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/arquivos/ordem_servico/1361488040.pdf acesso em 10 de agosto de 2015. | 131 |
| Figura 39 – Capa do Jornal Agora de 19 de fevereiro de 2007, Ano 31, Nº 8646. | 131 |
| Figura 40 – Mapa de densidade com todas as 194 unidades plotadas e com a indicação das respectivas áreas. Fonte: Google Earth. Editado. | 136 |
| Figura 41 – Comparação entre as unidades e seus respectivos registros gráficos a fim de exemplificar os graus de conservação estipulados. | 139 |
| Figura 42 – Em preto, unidades da Área 1 plotadas. Nos hexágonos, pontos de referência: a) Praça Tamandaré; b) Praça Xavier Ferreira; c) Praça 7 de Setembro; d) Catedral de São Pedro. Fonte: Google Earth. Editado. | 141 |
| Figura 43 – Variações estilísticas encontradas na Área 1. | 142 |
| Figura 44 – Em preto, unidades da Área 2 plotadas. No hexágono, ponto de referência: a) Praça Tamandaré. Fonte: Google Earth. Editado. | 143 |
| Figura 45 – Exemplos da pouca variabilidade estilística da Área 2. | 144 |
| Figura 46 – Em preto, unidades da Área 3 plotadas. Nos hexágonos, pontos de referência: a) Praça Tamandaré; b) Hospital Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande. Fonte: Google Earth. Editado. | 145 |
| Figura 47 – Exemplos de unidades da Área 3. | 146 |
| Figura 48 – Em preto, unidades plotadas. No hexágono, ponto de referência: a) Praça Saraiva. Fonte: Google Earth. Editado. | 147 |
| Figura 49 – Alguns exemplares da Área 4. | 148 |
| Figura 50 – Em preto, unidades plotadas. Nos hexágonos, pontos de referência: a) atual centro de eventos e antigo terminal ferroviário da cidade; b) Cemitério católico. Fonte: Google Earth. Editado. | 149 |
| Figura 51 – Exemplos de unidades da Área 5. | 150 |
| Figura 52 – Concentrações indicadas no texto. Na extremidade superior direita, a <i>primeira</i> ; logo abaixo, a <i>segunda</i> ; no centro, abaixo, a <i>terceira</i> ; no centro, acima, a <i>quarta</i> ; na extremidade esquerda, a <i>quinta</i> . Fonte: Google Earth. Editado. | 151 |
| Figura 53 – Em primeiro plano, a unidade A312, seguida pelas unidades A311 e A310. Foto: Felipe Tramasoli. | 152 |
| Figura 54 – Fotografia da unidade A227. É possível ler as seguintes frases: <i>Somente o amor salva o mundo</i> ; <i>Bobeira é não viver a realidade!</i> ; <i>Larguei um gás na rua!</i> ; <i>Rap alternativo</i> ; <i>Valorize os artistas de Rio Grande</i> . Foto: Felipe Tramasoli. | 153 |

| | |
|--|-----|
| Figura 55 – Interior da antiga sede da Sociedade Esportiva Rinheira do Rio Grande, vista da calçada pelo vão na janela. É possível ver bancos formando um círculo e, abaixo, parte do ringue. Foto: Éberson do Couto, em 4 de novembro de 2014..... | 155 |
| Figura 56 – Vista a partir da Avenida Rheingantz, sentido bairro-centro. À direita, vê-se a fachada da instalação fabril tendo, ao fundo, a caixa d’água. Logo abaixo dela, inclusive, vê-se um outdoor propagandeando um bairro planejado a ser construído no terreno da fábrica. À esquerda, o muro branco: cemitério católico. Foto: Felipe Tramasoli..... | 156 |
| Figura 57 – Adesivos colados em frente às unidades. À esquerda, a legenda; à direita, o indicativo de todas as instalações..... | 159 |
| Figura 58 – Localização das intervenções instaladas com a indicação da unidade correspondente. Fonte: Google Earth. Editado..... | 160 |
| Figura 59 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A108..... | 161 |
| Figura 60 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A126..... | 162 |
| Figura 61 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A160..... | 163 |
| Figura 62 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A164..... | 164 |
| Figura 63 – Fotografias em três oportunidades diferentes da instalação A204..... | 165 |
| Figura 64 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A304..... | 166 |
| Figura 65 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A315..... | 167 |
| Figura 66 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A335..... | 168 |
| Figura 67 – Fotografias em duas oportunidades diferentes da instalação A421..... | 169 |
| Figura 68 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A502..... | 170 |
| Figura 69 – A315 em 12 de agosto de 2015. Foto: Felipe Tramasoli..... | 171 |
| Figura 70 – A126 em 12 de agosto de 2015. Foto: Felipe Tramasoli..... | 172 |
| Figura 71 – Duas pessoas, ao fundo, observando a instalação A304 em 12 de agosto de 2015. Foto: Felipe Tramasoli..... | 173 |
| Figura 72 – Publicação no <i>Facebook</i> , em 24 de agosto de 2015, evidenciando uma das instalações realizadas..... | 174 |
| Figura 73 – Exemplo de lambe-lambes colados em postes em parte do perímetro urbano da cidade do Rio Grande. À esquerda, o Modelo 0 de tamanho A4; no centro e à direita, quatro exemplares dos demais modelos de tamanho A5..... | 175 |
| Figura 74 – Ruas em que os lambe-lambes foram colados. Fonte: Google Earth. Editado..... | 175 |
| Figura 75 – Aplicando um lambe-lambe de tamanho A5 em posta na rua Benjamin Constant. Foto: Felipe Vargas..... | 176 |
| Figura 76 – Galeria Virtual. Acesso em 20 de agosto de 2015..... | 177 |
| Figura 77 – Dados para as visualizações à galeria por país para todo o mês de agosto. Fonte: Wordpress.com..... | 179 |
| Figura 78 – À esquerda, Rio de Janeiro; à direita, Nova York. Foto: Felipe Tramasoli..... | 182 |

LISTA DE TABELAS E DE GRÁFICOS

Tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Informações sobre as atividades de algumas fábricas referentes ao ano de 1918. Fonte: TORRES, 2009, pp. 81-82. Editado..... | 113 |
| Tabela 2 – Relação dos periódicos consultados..... | 124 |

Gráficos

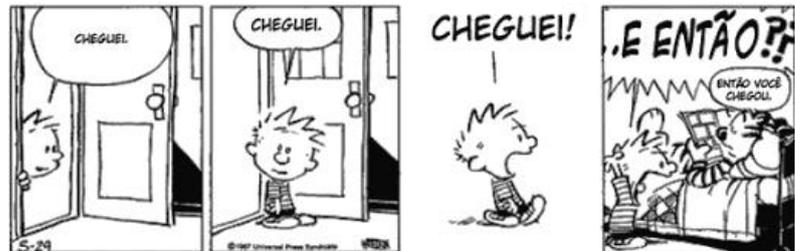
| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Crescimento demográfico da cidade do Rio Grande. Elaborado a partir de TORRES, L, 2015, p. 76. | 118 |
| Gráfico 2 – Representatividade das unidades com e sem numeração distribuídas nos três graus de conservação determinados. | 140 |
| Gráfico 3 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 1. | 142 |
| Gráfico 4 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 2. | 144 |
| Gráfico 5 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 3. | 146 |
| Gráfico 6 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 4. | 148 |
| Gráfico 7 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 5. | 150 |
| Gráfico 8 – Variação dos tipos de acesso ao longo do período em que as intervenções foram monitoradas. A linha acima, mais clara, corresponde às visualizações; a linha mais escura, abaixo, corresponde às visitas. | 177 |
| Gráfico 9 – Variação dos tipos de acesso a partir do período de divulgação da galeria. A linha acima, mais clara, corresponde às visualizações; a linha mais escura, abaixo, corresponde às visitas..... | 179 |

| | |
|--|-------------|
| AGRADECIMENTOS | iv |
| RESUMO | vi |
| RESUMEN | vii |
| ABSTRACT | viii |
| LISTA DE FIGURAS | ix |
| LISTA DE TABELAS E DE GRÁFICOS | xiii |
| INTRODUÇÃO DEPOIS DO COMEÇO, O QUE VIER VAI COMEÇAR A SER O FIM | 16 |
| A PROBLEMÁTICA | 17 |
| SIMPLEMENTE ARQUEOLOGIA | 20 |
| DE PERTO E DE LONGE | 23 |
| A DISSERTAÇÃO | 26 |
| CAPÍTULO 1 DE TEÓRICO E DE METÓDICO, TODO MUNDO TEM UM POUCO | 28 |
| 1.1 MODERNIDADE | 31 |
| 1.1.1 Porque não, não é resposta! | 32 |
| 1.1.2 Tempo, tempo, mano velho | 37 |
| 1.1.3 O homem na multidão | 40 |
| 1.1.4 Eu narro, tu narras, ele narra! | 43 |
| 1.1.5 Modernidade é no plural | 45 |
| 1.2 MATERIALIDADE | 50 |
| 1.2.1 Isto não é um espelho | 51 |
| 1.2.2 Manifesto do Eu atrofiado | 57 |
| 1.2.3 Uma miríade de coisas | 61 |
| 1.2.4 Outras ruínas | 65 |
| 1.2.5 Fantasmagoria | 70 |
| 1.3 METODOLOGIA | 71 |
| 1.3.1 Em busca da modernidade cinza | 73 |
| 1.3.2 Delimitando o flaneurismo | 74 |
| 1.3.3 Isto não é uma ruína | 77 |
| 1.3.4 Manifesto | 79 |
| CAPÍTULO 2 SENTA QUE LÁ VEM A HISTÓRIA | 82 |
| 2.1 UM PRÓLOGO A FERRO E FOGO | 83 |
| 2.2 SOBRE A AREIA, SEMPRE HOSTIL | 87 |
| 2.3 O ESPETÁCULO PAPAREIA | 95 |
| 2.3.1 Enfrentando o mar de areia | 98 |
| 2.3.2 A Barra não tem querer | 106 |
| 2.4 A CIDADE E AS CHAMINÉS | 110 |
| 2.5 DE ONTEM EM DIANTE | 119 |
| CAPÍTULO 3 TEM NOME DE RIO ESTA CIDADE | 122 |
| 3.1 TIRADO DE UMA NOTÍCIA DE JORNAL | 123 |
| 3.1.1 De 1950 até meados de 1980 - ode a Silva Paes | 125 |
| 3.1.2 Meados de 1980 até 2000 – Cidade Histórica | 128 |
| 3.1.3 A partir de 2000 – nossa bandeira é o progresso | 129 |
| 3.1.4 A modernidade cinza | 133 |
| 3.2 VENHO DE CAMINHAR POR ESTAS RUAS | 135 |
| 3.2.1 Identificando ruínas | 137 |
| 3.2.1.1 Determinando a conservação | 137 |

| | |
|---|------------|
| 3.2.2 Área 1 | 140 |
| 3.2.3 Área 2 | 143 |
| 3.2.4 Área 3 | 145 |
| 3.2.5 Área 4 | 147 |
| 3.2.6 Área 5 | 149 |
| 3.2.7 Considerações | 151 |
| 3.2.7.1 Concentrações | 151 |
| 3.2.7.2 Suporte para grafites | 153 |
| 3.2.7.3 Fantasmagorias | 154 |
| 3.3 MANIFESTO | 157 |
| 3.3.1 Isto é uma ruína / <i>This is a ruin</i> / <i>Esto es una ruina</i> | 158 |
| 3.3.1.1 Instalação A108 | 160 |
| 3.3.1.2 Instalação A126 | 161 |
| 3.3.1.3 Instalação A160 | 162 |
| 3.3.1.4 Instalação A164 | 163 |
| 3.3.1.5 Instalação A204 | 164 |
| 3.3.1.6 Instalação A304 | 165 |
| 3.3.1.7 Instalação A315 | 166 |
| 3.3.1.8 Instalação A335 | 167 |
| 3.3.1.9 Instalação A421 | 168 |
| 3.3.1.10 Instalação A502 | 169 |
| 3.3.1.11 E as pessoas que passam? | 170 |
| 3.3.2 Lambe-lambes | 174 |
| 3.3.3 Rio Grande Cinza: exposição virtual | 176 |
| 3.3.3.1 Acessos pós-intervenções. | 178 |
| CONCLUSÃO TODO CARNAVAL TEM SEU FIM | 180 |
| ARQUEOLOGIA E RESULTADOS CONCRETOS | 180 |
| O DIREITO À CIDADE | 182 |
| HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIDADANIA | 185 |
| PERSPECTIVAS FUTURAS | 188 |
| Grafite e suporte | 188 |
| A família de olhos | 188 |
| A questão Silva Paes | 189 |
| ÚLTIMAS PALAVRAS | 189 |
| BIBLIOGRAFIA | 191 |
| ANEXOS | 202 |
| APÊNDICES | 205 |

INTRODUÇÃO

DEPOIS DO COMEÇO, O QUE VIER VAI COMEÇAR A SER O FIM



Bill Watterson, *Calvin e Haroldo*

Esta pesquisa – por mais que possa parecer estranho – está apenas terminando. Não se deixe enganar pelas folhas e pelas palavras, pois elas são o produto final de uma empreitada que durou pouco mais de dois anos, algumas disciplinas, bons quilômetros de caminhada pelas calçadas da minha cidade, diversas fotografias, alguns desenhos e tantas outras coisas. Mas, mais que isso, elas são o resultado de uma espera.

A problemática que será explicitada no decorrer destas páginas foi construída, pois, não de forma impetuosa ou em razão da necessidade de se ter uma para cursar o mestrado, mas de uma inquietação que carrego comigo há anos e que começou a tomar uma forma cognoscível nos últimos semestres da minha graduação. Pensando que o tema carecia de uma dedicação e de um amadurecimento de ideias que nos semestres finais da graduação eu ainda não dispunha, resolvi trazer o problema comigo para o mestrado.

O jeito pelo qual, não somente eu, mas diversas pessoas próximas percebiam o Rio Grande do dia-a-dia, sempre me deu a sensação de que paira uma aura inóspita por lá. Nunca soube explicar direito, mas sempre achei que se a minha terra fosse uma cor, ela seria cinza – e os consecutivos dias nublados sempre ajudaram a reforçar este entendimento.

Portanto, acabei trazendo o cinza comigo ao longo desta jornada – inclusive no título da pesquisa e da dissertação – dado o peso da cor neste trabalho. Pois, por um lado, eu vejo esta pesquisa como uma jornada de autoconhecimento, de contestação e de consolidação das ideias que me acompanham e que fundamentam minha vida acadêmica. E assim é o cinza.

A cor da reflexão é a cor da teoria. Na substância cinzenta do cérebro jaz a compreensão. Hércules Poirot, o famoso detetive dos romances de Ágata Christie, confiava em suas “pequenas células cinzentas”. As teorias são, em sua maioria,

indesejadas, por isso são sempre tão citadas as palavras de Mefilstófiles [sic] a Wagner, o estudante preguiço:
 “Caro amigo, cinzenta é toda teoria, e verde é a árvore dourada da vida”. (HELLER, 2013, p. 271)

Mas, também, porque esta é uma pesquisa que versa sobre lembranças. Sejam as que trago comigo ou aquelas que a cidade e meus conterrâneos trazem consigo. E, tão parte da vida quanto a memória, é o esquecimento em tons de cinza.

O tempo fica difícil de se identificar no crepúsculo. Quem, por exemplo, chega de uma longa viagem e, esgotado, vai se deitar ao meio-dia, ao acordar e ver o crepúsculo não sabe dizer se está anoitecendo ou raiando o dia.

No princípio, o mundo era uma noite sem forma de neblina cinzenta. A primeira ação de Deus foi separar a luz da escuridão, criando o dia e a noite. O cinza é a distância indeterminada, na qual o homem pensa sem saudade. Em contraposição ao idealizado “passado dourado”, as “brumas do tempo” são tempos de escuridão. “Costumes cinzentos” são costumes bárbaros.

Os “senhores grisalhos”, na novela de Michael Ende, *Momo*, roubaram o tempo. Desse modo, também na linguagem contemporânea a simbologia antiga retorna, permanecendo viva.

Poeira cinzenta e rocas de fiar são símbolos do esquecido. As cinzas simbolizam as coisas destruídas. (*ibidem*, p. 279)

A problemática

*Sobre a areia, sempre hostil
 à semente, ao fruto, à flor
 tu, num ingente labor
 mais louros dando ao Brasil
 te ergueste, simples, mas boa
 provocando em toda a gente
 dos aplausos o mais quente
 e a mais impulsiva loa.*

Hino da Cidade do Rio Grande

Andar pela cidade do Rio Grande é andar um pouco pela história do meu estado e por uma narrativa cheia de começos. Canta-se aos quatro ventos que se trata da cidade mais antiga do Rio Grande do Sul (1737); com a igreja mais antiga (1755); a primeira Câmara de Vereadores (1751); além da Câmara de Comércio mais antiga do Rio Grande do Sul e a quarta do Brasil (1844); sem esquecer da mais antiga instituição cultural gaúcha, a Bibliotheca Rio-Grandense (1846); e, claro, terra do Sport Club Rio Grande, o clube de futebol mais antigo do país em atividade (1900); além de ser o berço da industrialização gaúcha (1873). Não à toa, cresci numa cidade que designava a si mesma como *histórica*.

No bicentenário da cidade (1937), é inaugurado o monumento em homenagem à Silva Paes, o fundador, na Praça Xavier Ferreira e, no jornal Rio Grande, de 19 de fevereiro daquele ano, o artista Procópio Neto publica na capa um desenho onde

faz diversas alusões à história local, registrando a chegada da expedição fundadora do brigadeiro português José da Silva Paes em 1737, a construção do forte Jesus, Maria, José – núcleo inicial da cidade – e a presença indígena na região, personificada na forma vigorosa de um índio, relacionado à agricultura. O presente do lugar revela-se no registro do rebanho gaúcho, numa clara relação com o importante setor frigorífico fundeado no Município; no complexo portuário e na retratação de um imenso parque industrial com suas várias unidades fabris, muitas chaminés e vagas de fumaça – emblemas do progresso e da modernidade alcançados. Nesses quadros, os anos de 1737 e 1937 são emoldurados por raios fúlgidos, num enaltecimento tanto do passado quanto do presente da cidade. (BITTENCOURT, 2007, pp. 66-67)



Figura 1 – Desenho de Procópio Neto, publicado no jornal Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1937. Fonte: BITTENCOURT, 2007, p. 67.

Mas o tempo e a pujança passaram. Diversas fábricas foram sendo desativadas ao longo dos anos, algumas tendo suas funções e estruturas alteradas e outras, simplesmente, permanecendo ao relento. Assim como as fábricas, diversos imóveis do antigo centro da cidade, concentrados na área mais próxima ao primeiro cais acostável do Rio Grande, encontram-se em

um processo de deterioração avançado ou sofreram grandes transformações estruturais, sendo transformadas em estacionamentos e depósitos, ficando apenas suas fachadas em pé.

A principal rua da cidade no século XIX (PINHEIRO, 2015), antes recheada de casas comerciais atacadistas, bem como alguns consulados, agora, abriga desde prostíbulos até oficinas mecânicas em suas antes pomposas estruturas. A primeira fábrica da cidade, Rheingantz, hoje, encontra-se abandonada, junto a algumas outras edificações que constituem seu complexo, em uma das principais avenidas da cidade. Da antiga fábrica Ítalo-Brasileira, só se vê uma imensa chaminé que restou em pé. A cidade morreu, ficaram as assombrações de um passado glorioso.

Chegamos então ao problema que criei. Rio Grande vive sob a sombra de um passado que é lembrado e narrado com pompa e cheio de êxitos. É uma cidade *histórica*, a mais antiga do Rio Grande do Sul, inclusive dando o nome ao estado. É a terra das primeiras coisas das nossas bandas – se for antigo, há de nos apetecer.

Crescemos obcecados com um passado que, nos dizem, é sensacional, é maravilhoso, pelo menos no papel. Fora dele, impressionamo-nos com edificações como a imponente Alfândega, o antigo Quartel que abriga a Prefeitura, com sobrados de famílias *tradicionais*. Ao mesmo tempo, ignoramos uma enorme quantidade de edificações – que também nos remetem a uma ideia de passado – e que se encontram abandonadas ou, ao menos, vazias de vida, em ruínas, e permanecem, aparentemente, ignoradas.

Deetz alerta que “quando vivemos nossa vida em comparação com uma visão distorcida do passado, nossa situação presente aparenta muito mais desesperadora do que realmente é” e, ainda, sugere que o “entendimento das diferenças mais fundamentais entre nós mesmos e nossos antepassados de dois séculos atrás é crítico se queremos julgar nossa condição presente” (1996, pp. 255-256)¹. Eu concordo com suas palavras. E, por fazê-lo, tenho o objetivo de, neste trabalho, usar as ruínas espalhadas pela cidade em nosso favor². A grande questão, que subjaz todo o trabalho, é a seguinte: as ruínas, ao serem reaproximadas da vida cotidiana, ao serem trazida à nossa presença, podem servir como elemento contestador dos discursos arraigados sobre os feitos passados?

Conforme Santos Neto expõe sobre o pensamento de Walter Benjamin, “o historicismo se pauta numa narrativa falsamente épica, ‘como se todos os acontecimentos pudessem

¹ Todas traduções de fontes, originalmente, em língua estrangeira foram feitas por mim.

² Para uma abordagem das ruínas a partir dos *clics* das fotografias, ver o trabalho de Ferreira (2007).

encadear-se uns aos outros no fluxo sem obstáculos da história universal’. O *continuum* da história só interessa aos opressores [mas não] às massas” (2007, p. 83).

A narrativa historicista é a comemoração das façanhas dos vencedores. [...] No entanto, essa narrativa cumulativa não consegue esconder os seus buracos, as suas interrupções e os seus silêncios. Para Benjamin, a verdade da narração não deve ser buscada no desenrolar da trama nem na linearidade da narrativa, mas naquilo que lhe escapa: nos seus tropeços e nos seus silêncios, pois é nos tropeços e nos silêncios da narrativa dos vencedores que a verdade se revela como um relâmpago. (*ibidem*, p. 84)

O propósito é o de evidenciar os silêncios que o discurso histórico da cidade esconde: as ruínas. Não só pela constatação da degradação, mas pelo engajamento mnemônico com aqueles lugares que fazem parte do cotidiano da vida urbana, mas nós nem notamos. O ponto crucial é “tornar-se sensível ao modo pelo qual as coisas articulam-se – e à nossa própria competência somática de ouvir – e responder a – seu chamado” (OLSEN, 2010, p. 62).

Cabe, com efeito, aos profissionais sabedores da memória – antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos [e arqueólogos] – fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objectividade científica. [...] A memória, à qual a história chega, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado apenas para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória colectiva sirva para libertar e não para escravizar os homens. (LE GOFF, 2000, pp. 58-59)

Simplemente Arqueologia



Maurício de Souza, *Turma da Mônica*

Lutar pela direto à memória (incluindo todas as articulações a que este conceito está sujeito), assim, é um imperativo da Arqueologia – de toda a Arqueologia, não só de uma Arqueologia Pública, como geralmente se supõe. Aliás, em outra oportunidade, demonstrei uma inquietação quanto às diversas derivações que a Arqueologia apresenta (2012, p. 35) e, esta, particularmente, é preocupante. Pois devemos ter em mente que, conforme bem coloca Lima, a

Arqueologia vive “no fio da navalha” (2007), na medida em que lida com o imaginário social e legítima ou não construções sobre o passado, servindo de ferramenta para tensões sociais de diferentes naturezas.

A ideia de uma Arqueologia Pública, especialmente, me desagradou, na medida em que a segmentação de diversas Arqueologias implica o subentendido de que é possível fazer uma Arqueologia que não seja pública. Cria-se espaço para uma especialização cujo fundamento deveria ser um compromisso ético, antes de mais nada, de todo ou qualquer arqueólogo. “Não tem como fugir da raia, ou troteia ou sai da estrada”! (REIS, 2007, p. 36).

Eu entendo que cabe reforçar a ideia de que fazer Arqueologia, antes de mais nada, é um movimento mais do que necessário em vista das implicações que essa ramificação exacerbada da disciplina supõe.

A par de um enriquecimento muito sensível, pela ampliação de problemas, informação, enfoques, etc., estas especializações recentes da Arqueologia trouxeram, também, alguma carga negativa. De um lado, sua tendência altamente monográfica provocou uma indistigável fragmentação na visão da sociedade a que deveriam referir-se. Esta compartimentação, aliás, corresponde mais a critérios acadêmicos e a tendências corporativas na organização da pesquisa científica e, no limite, a condições de ordem prática, do que a algum fundamento epistemológico. (MENESES, 1983, p. 123)

Portanto, como diz Thiesen, “prefiro recusar estas divisões e tomar a pesquisa [...], apenas como um estudo de Arqueologia” (2005, p. 14), uma Arqueologia tensionada entre o urbano e cotidiano.

El contexto urbano constituye indudablemente un locus privilegiado para la construcción y la reconstrucción de la memoria colectiva, que es el soporte imprescindible para conformar las identidades sociales. En la dialéctica del olvido y de la memoria se forjan las identidades, en esse campo de confrontación entre lo que las sociedades deciden recordar o lo que optan por olvidar [...] Si bien se trata de una vieja y usada analogía, las ciudades son de hecho palimpsestos, es decir, textos continuamente borrados y reescritos por la dinámica social. Sus diferentes versiones deben ser recuperadas, sobre todo aquellas que las sociedades, por decisiones colectivas, optaron por eliminar. La arqueología, al retirar de las entrañas de la tierra lo que se pretende apagar, lo que no conviene que sea visto, revela lo que se mantenía oculto y, en última instancia, se convierte en un antídoto contra el olvido, haciendo inviables las amnesias sociales. (LIMA, et al., 2010, p. 999)

O objeto central desta pesquisa é a noção de ruína. Uma noção a ser melhor considerada nos capítulos vindouros, mas que, de antemão, posso afirmar, tende a ser pouco considerada como um elemento digno de interesse pelas políticas sobre o passado e do presente e que acabam representando “uma presença indesejada e desagradável a ser erradicada ou

transformada e não alguma coisa a ser considerada, para ser cuidada ou aceita em seu estado atual” (PÉTURSDÓTTIR & OLSEN, 2014, p. 4). E o propósito, aqui, é o de explorar a potencialidade que elas nos oferecem e a sua marginalidade a nosso favor.

Como diz Olsen, e eu ratifico, a Arqueologia tem “o potencial de curar a doença do historicismo. Contrariamente ao romantismo popular, os arqueólogos não descobrem o passado, mas, sim, trabalham com o passado que *está* no presente” (2010, p. 126). E esta é uma circunstância que nos é imposta. Nós lidamos com uma materialidade que está, numa primeira instância, obrigatoriamente presente (GRAVES-BROWN, et al., 2013, p. 1). Ela só se torna algo exclusivamente do passado – ou seja, ela é excluída do presente – quando nós construímos esta ideia. Afinal,

o que o arqueólogo *escavador* encontra é sempre um conjunto de condições hibridizadas como camadas misturadas, estruturas sobrepostas, artefatos, rochas, solo e ossos misturados – em resumo, sítios que se opõem à completude, à ordem e ao tempo puro que a modernidade e o historicismo almejam. Entretanto, ao invés de usar ativamente este registro material para desafiar o historicismo, a solução tem sido, quase sempre, purificar este emaranhado e reordenar as entidades para que se conformem à expectativa do tempo linear e da narrativa histórica. (OLSEN, 2010, p. 127)

É verdade que fugir desta *purificação do registro material*, quando se tem uma problemática deslocada do nosso tempo, em algum momento ao qual não conseguimos chamar de presente, é um grande desafio. Mas, ao menos, se estamos pensando estas questões numa temporalidade que nós entendemos como presente – e que, a partir de agora, será referida como contemporânea³ – temos a obrigação de contestá-la. Isto porque, se a materialidade está articulada a uma dimensão histórica, ela também o está a uma dimensão mnemônica.

Uma Arqueologia que tenha a pretensão de articular a materialidade ao contemporâneo é uma atividade onde não são só as

[...] nossas memórias, mas a rede social de memórias na qual fomos educados e socializados que conta, incluindo as histórias e experiências transmitidas por nossos pais e avós. [...] é a arqueologia de nós que estamos vivos (nenhuma outra arqueologia pode alegar isso) mas, também, mais do que qualquer outra, é a arqueologia do trauma, da emoção e do envolvimento íntimo. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 248)

³ “O período 'contemporâneo' não pode ser fixado a um intervalo cronológico preciso e, incomumente, deve ser melhor entendido como um período definido ao reverso, a partir do presente em direção ao tempo em que o passado (subjetivamente) não seja mais recente” (HARRISON & SCHOFIELD, 2010, p. 5).

E é por isso que estou inclinado a entender que toda Arqueologia do contemporâneo tem um caráter, antes de mais nada, conflitivo, pois não concebo uma maneira de problematizar nosso próprio tempo que não vise a intenção de transformar⁴, ao trabalhar com o cotidiano da cidade.

[...] nós colocamos muita ênfase no cotidiano, ou ‘dia-a-dia’, tradicionalmente o foco da empreitada arqueológica. Nós fazemos isso pois é, recorrentemente, o dia-a-dia que é mais facilmente ignorado. Por sua própria definição, ele é ordinário, talvez bobo e, certamente, não é entendido como merecedor de uma investigação detalhada. Entretanto, são os aspectos da vida cotidiana que são os mais importantes ao definirmos quem nós somos (de Certeau 1984; Perce 1997; Oliver 2000). Se nós ignorarmos o dia-a-dia, ignoraremos o que significa ser ‘nós’ e corremos o risco de lembrar apenas o digno de nota ou o incomum. (HARRISON & SCHOFIELD, 2010, p. 11)

É neste sentido que a Arqueologia surge aqui como uma ferramenta capaz de “mediar a experiência individual de uma maneira que só pode ser descrita como terapêutica” (BUCHLI & LUCAS, 2001, p. 171).

De perto e de longe

*Traduzir-se uma parte
na outra parte
— que é uma questão
de vida ou morte —
será arte?*

Ferreira Gullar, *Traduzir-se*

Mas, devido a minha proximidade com o tema, devo começar tratando de uma certa questão. Há uma recorrente inquietação na Antropologia e, por decorrência, na Arqueologia⁵ que deriva de uma pesquisa que compartilha o mesmo universo do pesquisador. Este frenesi é fundamentado na ideia de que é preciso existir um distanciamento entre o pesquisador e seu objeto a fim de que o produto do trabalho não seja comprometido com os vícios herdados e que,

⁴ Sem entrar no mérito da natureza da transformação, se positiva ou negativa, parece-me inegável que assumir um engajamento com uma condição presente oferece um potencial de transformação à circunstância pertinente.

⁵ Dentro da velha discussão sobre o que é Arqueologia, dou meu parecer: nem Antropologia, nem História... Arqueologia (OLSEN, et al., 2012, pp. 208-209). No entanto, não nego que estas três áreas se influenciam e muito, como diversos autores atestam (LÉVI-STRAUSS & ERIBON, 1990; HODDER, 2012), a ponto de eu entender que as teorias presentes nos discursos arqueológicos derivam maciçamente da Antropologia (LIMA *apud* REIS, 2010, p. 44).

por ventura, tornem o esforço inócuo. É verdade, também, que, como aponta Gilberto Velho, a “noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada” (1981, p. 123). Portanto, não pretendo me alongar na discussão sobre a circunstância em que ocorreu minha pesquisa, senão que manifestar minha posição em relação a este ponto.

Tenho para mim que a questão exposta acima, na verdade, é motivada por um outro problema que está subentendido no modo pelo qual a Antropologia foi entendida ao longo de diversos momentos e que persiste ainda hoje, mas, agora, sob a forma que apresentei. Refiro-me aqui à questão que envolve a dualidade familiar/exótico. Parto da sugestão de Da Matta, quando afirma que

o único modo de estudar um ritual brasileiro é o de tomar tal rito como exótico. Isso significa que a apreensão no primeiro processo [transformar o exótico em familiar] é realizada primordialmente por uma via intelectual (a transformação do exótico em familiar é realizada fundamentalmente por meio de apreensões cognitivas) ao passo que, no segundo caso [transformar o familiar em exótico], **é necessário um desligamento emocional, já que a familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora e, assim, veio do estômago para a cabeça.** (1978, p. 6) grifo meu

Ou, de uma forma mais exagerada, como conta Lévi-Strauss, quando diz que muitos antropólogos “estavam convencidos de que se devia sair em campo sem nada saber sobre a população, sem cansar a vista com o conhecimento de seu passado ou com a leitura de depoimentos anteriores. Achavam que, com isso, preservavam todo o frescor da observação direta” (LÉVI-STRAUSS & ERIBON, 1990, p. 156).

Ao meu ver, este desligamento sugerido, que permite o que é usualmente chamado de *estranhamento*, está, na verdade, condicionado aos preceitos de alteridade que fundamentaram a Antropologia enquanto uma ciência do outro. E esta perspectiva parece manifestar-se explicitamente na afirmação de Augé que nos diz: "o etnólogo que tentasse compreender o universo dos bororos e explicá-lo de dentro, não seria mais um etnólogo e sim um bororo" (*apud* LAPLANTINE, 2003, p. 151). Mas, pergunto, há que se perder a si mesmo para poder enxergar criticamente? Pois se a questão é a coerção socializadora, não estariam os famosos etnólogos ingleses, por exemplo, sujeitos às suas quando fizeram suas análises de culturas diferentes? Como aponta Gilberto Velho,

não significa que, mesmo ao nos defrontarmos, como indivíduos e pesquisadores, com grupos e situações aparentemente mais exóticos ou distantes, não estejamos sempre classificando e rotulando de acordo com princípios básicos através dos quais fomos e somos socializados. [...] A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por

determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. (1981, pp. 128-129)

A ideia de que, necessariamente, é o olhar “distanciado, exterior, diferente, do estranho” (LAPLANTINE, 2003, p. 150) a condição que garante a legitimidade das questões colocadas sobre determinadas culturas é, no mínimo, uma ingenuidade. Eu não nego aqui a necessidade de se estranhar, a ideia do *estranhamento* é fundamental, mas não é exclusiva da condição de ser um outro, senão que reside no âmago da atividade científica, que pode ser entendida como uma extensão mais madura e orientada na nossa curiosidade infantil. O *estranhamento* é uma qualidade genuinamente humana, como supõe uma reflexão atribuída à Picasso, que diz: “Toda criança é um artista. O problema é como permanecer um artista depois que ela cresce”⁶.

Portanto, ao contrário do que Laplantine supõe (*ibidem*), parece-me que pouco importa se são os camponeses de Cevennes tentando compreender os camponeses de Cevennes ou os professores de filosofia tentando compreender os professores de filosofia, ou se é um rio-grandino tentando compreender os rio-grandinos. O importante é que se tenha, de fato, um *estranhamento*, mas que ele não seja entendido em termos da construção de um outro, mas na capacidade de termos, em nós que questionamos, uma reflexividade pertinente sobre uma dada realidade.

A reprodução da ideia que refuto é a mais pura e manifesta atitude anti-emancipadora, uma vez que ela desqualifica as ações contestadoras de indivíduos sobre seu próprio grupo. Agora, o entendimento do *estranhamento* enquanto uma qualidade passível de ser atingida independente da circunstância, estabelece que, sim, os membros de um grupo qualquer podem contestar as construções que pesam sobre si. Convém, também, neste sentido, supor que os camponeses de Cevennes sejam os mais interessados em compreender os camponeses de Cevennes.

Além disso, como expõe Gilberto Velho, a interpretação realizada por um acadêmico sobre a sua realidade

é mais uma versão que concorrerá com outras – artísticas, políticas, em termos de aceitação perante um público relativamente heterogêneo. Há outras pessoas, profissionais de ciências sociais ou não, observando e refletindo sobre o familiar – a

⁶ Há uma certa insegurança quanto à autoria da frase. No entanto, ela foi atribuída à Picasso na matéria *Modern Living: Ozmosis in Central Park* publicada na revista Times de 04 de outubro de 1976, que está parcialmente disponível no link <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,918412,00.html>, acessado em 12 de agosto de 2015.

nossa sociedade em seus múltiplos aspectos, com esquemas e preocupações diferentes. [...] Parece-me que, nesse nível, o estudo do *familiar* oferece vantagens em termos de possibilidades de rever e enriquecer os resultados das pesquisas. Acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o *familiar* não necessariamente como exótico mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela apresentada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados. O processo de estranhar o *familiar* torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, pode-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc., permitindo remapeamentos da sociedade. O estudo do rompimento e rejeição do cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos limites, a rotina e os mecanismos de conservação e dominação existentes. (1981, pp. 131-132)

É assim que a Arqueologia que pratico aqui tem como premissa a diversidade (HARRISON & SCHOFIELD, 2010, p. 15), não a diferença fundamentada na alteridade. Portanto, no que tange a essa questão, finalizo com a seguinte interrogação. Estejamos nós, de perto ou de longe, o que qualifica uma reflexão como pertinente?

A perspectiva de que o afastamento é condição necessária para uma interpretação *séria e comprometida com os fatos* é enganosa, na medida em que a subjetividade do pesquisador está presente desde a elaboração do problema, até a escolha do objeto e na mirada sobre ele. A circunstância da posição do pesquisador é, apenas, mais um fator que forma esta subjetividade. E a asserção de que quem está de perto não está apto a contestar sua própria realidade é um movimento perigoso e leviano em direção à acomodação de um indivíduo às vicissitudes a que está sujeito. Defendo que uma realidade qualquer seja objeto de interesse de perto ou de longe, e que passe pelo crivo da comunidade acadêmica e dos grupos aos quais ela se dirige.

A dissertação

Escrever é fácil: você começa com uma letra maiúscula e termina com um ponto final. No meio você coloca as ideias.

Pablo Neruda

Resolvi organizar esta dissertação em três capítulos e uma conclusão, precedidos por uma Introdução. Nela expus, primeiramente, a problemática que norteou todo o trabalho que

desenvolvi ao longo do mestrado e, em seguida, argumentei em prol de uma arqueologia que trate do urbano e que tem como problemática as próprias circunstâncias presentes.

No Capítulo Um, estabeleço as bases teórico-metodológicas que orientam o pensamento desenvolvido aqui. Começo fazendo considerações acerca de três conceitos que me são muito caros e de, ainda, fundamental importância para minhas pretensões. Primeiro, desenvolvo meu entendimento do que vem a ser Modernidade; segundo, faço algumas reflexões acerca do objeto da Arqueologia, que entendo ser a Materialidade; terceiro, trato, especificamente, do cerne desta pesquisa, aquilo que pretendo explorar por uma perspectiva arqueológica, a noção de ruína. Por fim, concluo apresentando a metodologia empregada nesta pesquisa.

O Capítulo Dois tem por objetivo estabelecer um panorama histórico sobre a cidade do Rio Grande a fim de contextualizar o leitor. Começo explorando as circunstâncias que levaram à fundação da cidade, que surge com um perfil bélico. Então, apresento um segundo momento onde a cidade assume um caráter comercial e, logo em seguida, industrial. Por fim, faço breves ponderações acerca das últimas décadas.

No Capítulo Três são expostos todos os frutos das atividades propostas na metodologia: a análise dos jornais que permitiu a construção de um entendimento acerca do que se entende por modernidade rio-grandina; o trabalho de prospecção que oportunizou o registro de 194 unidades analíticas, meus comentários acerca dos dados levantados, e, então, o manifesto proposto, que foi realizado na área de interesse da pesquisa.

Por fim, a Conclusão, onde foi desenvolvida uma análise de todos os aspectos levantados. Ainda, com o intuito de proporcionar derivações desta pesquisa, fez-se algumas considerações acerca de possíveis ramificações que este trabalho oportunizará no futuro a pesquisadores interessados em dar seguimento aos problemas que surgiram em decorrência deste trabalho.

CAPÍTULO 1

DE TEÓRICO E DE METÓDICO, TODO MUNDO TEM UM POUCO

“Bichano de Cheshire”, começou, muito tímida, pois não estava nada certa de que esse nome iria agradá-lo; mas ele só abriu um pouco mais o sorriso. “Bom, até agora ele está satisfeito”, pensou e continuou: “Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?” “Depende bastante de para onde quer ir”, respondeu o Gato.

“Não me importa muito para onde”, disse Alice. “Então não importa que caminho tome”, disse o Gato.

“Contanto que eu chegue a algum lugar”, Alice acrescentou à guisa de explicação.

“Oh, isso você certamente vai conseguir”, afirmou o Gato, “desde que ande o bastante”.

Lewis Carroll, *Alice no País das Maravilhas*

Quando qualquer um de nós começa qualquer atividade, tendemos a ter em mente o resultado que esperamos alcançar e, então, tomamos atitudes – dentro das nossas capacidades – que julgamos serem as necessárias para atingirmos nosso objetivo. No caso da atividade científica, o mecanismo não é muito diferente.

Todo esforço que fazemos para tentar entender a questão com a qual estamos lidando – ou por que não conseguimos respondê-la, ou por que nos foi imposta – só é válido se possui um fim. Mas, assim como sugere o Bichano à Alice, de nada nos adianta ter em mãos os meios – ou querer percorrer um caminho – se não sabemos para onde vamos. E, de novo, esta lógica se aplica à atividade científica. Não há sentido em se fazer ciência se não há um fim a ser alcançado.

Há muitos discursos que se difundem pelos corredores das academias e pelas mesas dos laboratórios, que sugerem não ser necessário pensar nessas questões. Afinal, de certa forma, talvez dissessem eles, parece haver uma espécie de razão transcendental que inviabiliza a necessidade lógica de se construir uma problemática acerca de determinada questão. E esta é uma cultura que deve ser combatida, pois difunde e reproduz a falácia de que é possível realizar uma atividade científica sem o devido engajamento e sem suas consequências.

Um primeiro aspecto e mais evidente de tais ideias enganosas é a falsa noção de que existe uma verdade absoluta, transcendental que assegura a qualidade de verdadeiro para algo em toda e qualquer circunstância. Pensando em termos das ciências que se dedicam ao estudo da humanidade, isto se torna um absurdo ao extremo. Assumir esta ideia como verdadeira esvazia toda a vida social, de todos os tempos, de suas qualidades intrínsecas e transforma a humanidade numa constante cujas variáveis são plenamente conhecidas e previsíveis. Um segundo aspecto, que deriva do primeiro, é o de que esta falsa ideia ignora a circunstancialidade histórica de grupos pretéritos e a nossa própria – seja ela política, filosófica, tecnológica. Consequentemente, por exemplo, conflitos sociais que derivam de determinadas conjunturas e carecem de uma análise específica, acabam deglutidos e deslegitimados quando incorporados num paradigma explicativo totalizante que rejeita tudo o que lhe é controverso.

Portanto, todos nós, enquanto pesquisadores, devemos assumir uma postura explícita perante esta questão e, talvez, isto seja mais imprescindível ainda para o caso da Arqueologia brasileira⁷. Temos que ser claros quanto ao nosso posicionamento teórico – o que não quer dizer que devamos nos prender exclusivamente a ele ao tentar resolver diferentes problemas ao longo da nossa vida acadêmica. Cada empreitada, cada problemática, cada destino que visamos poderá exigir de nós um caminho, um rumo diferente. E, exposto isso, acredito ser pertinente, então, sugerir que esta atitude deva ser encarada, acima de tudo, por um viés ético, pois somos e temos que ter – querendo ou não; assumindo ou não – responsabilidade profissional, que pode ser perante nossos pares, a sociedade em geral, nosso objeto de pesquisa, aqueles relacionados mais diretamente a ele e – acima de tudo – a nós mesmos.

Assim, torna-se imprescindível que eu exponha os pressupostos que guiam esta investigação. Também devo deixar claro que, até mesmo em razão do que já disse, não assumo como verdadeira a condição de que os leitores devam ter em si os mesmos pressupostos que eu. Pois então, as páginas vindouras deste capítulo dedicar-se-ão a explicitar meus entendimentos acerca dos principais pontos pertinentes a esta dissertação e seus pressupostos teóricos, e ao esclarecimento das práticas metodológicas adotadas para a realização da pesquisa.

⁷ Na década passada, Reis realizou uma escavação na produção arqueológica em busca do modo pelo qual os arqueólogos brasileiros se relacionam com as teorias e eis que ele conclui: “No meu entendimento, o lugar da teoria na Arqueologia brasileira, em termos de ‘adaptação teórica’, está assentado em aderências, colagens, simbioses veladas e ocultadoras no que concerne ao uso e emprego de teorias. Pode ser um proposital velamento, reforçador de descritivismos e de dados empíricos, em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícito” (2010, p. 268).

O primeiro item a ser discutido é o entendimento que tenho da Modernidade. E a primeira atitude que tomo com esse intuito é a de estabelecer uma diferença entre o entendimento recorrente dela enquanto possuidora de um caráter quantitativo e o meu entendimento, a saber, o de que se trata de uma categoria qualitativa que designa uma experiência do tempo que é socializada. Num primeiro momento, portanto, caberá estipular o que não entendo como Modernidade, assim deixando o caminho livre para expor a maneira pela qual a entendo. A partir daí, então, a jornada começa pelas considerações de Habermas e de Foucault acerca do discurso kantiano, passando pela substantivação de uma experiência da vida cotidiana dada por Baudelaire, culminando na forma pela qual essa experiência se consolida como uma experiência social, a partir da tese de Ricoeur de que o tempo só se torna tempo humano a partir da narrativa.

O segundo item diz respeito àquela dimensão do mundo que faz parte da nossa existência e que é particularmente cara à Arqueologia: a materialidade. O propósito aqui é o de estabelecer algumas críticas, primeiramente, ao modo pelo qual a disciplina tem se relacionado com seu objeto de estudo, que se convencionou chamar *cultura material*, e estabelecer uma maneira em que as incongruências sejam corrigidas. Sugiro, então, a adoção do conceito de materialidade como um movimento liberador do paradoxo dualista do humanismo que divide a existência entre humanos e não humanos. Com isso, abro margem para a inserção das ruínas enquanto um elemento da paisagem passível de oferecer uma alternativa ao entendimento do passado que não, exclusivamente, nos modelos discursivos em que se dá a Modernidade.

O terceiro item é o momento em que busco, com base no que foi exposto, estipular um modo pelo qual toda a fundamentação teórica possa ser aplicada com o objetivo de solucionar o problema estabelecido. A metodologia deste trabalho passa pela consideração dos meios pelos quais se torna possível determinar o que vem a ser a Modernidade rio-grandina; pela delimitação – e suas razões – da área de estudo; pela construção de uma categoria *ruína* que seja condizente com os elementos encontrados na etapa de campo, bem como com as premissas que guiam este trabalho.

Antes de deixar o leitor prosseguir, devo alertá-lo que não tenho o intuito de criar problemas que não possam ser resolvidos. Nada do que trago nas páginas a seguir é inédito ou novidade. Diz respeito somente ao modo pelo qual eu vejo certas questões e que já vem sendo objeto de reflexão por diversos autores. No entanto, percorrer este caminho se faz absolutamente necessário. Deste modo, resolvi tratar das questões que ponho nestas páginas à

luz da sugestão de Nietzsche, que encara os problemas profundos como um banho frio: entrando e saindo rapidamente (2006, p. 381).

1.1 Modernidade

*Como Poe, poeta louco americano,
Eu pergunto ao passarinho:
Black Bird, Assum-preto, o que se faz?
Raven never raven never raven,
Black Bird me responde: tudo já ficou atrás.
Raven never raven never raven,
Assum-preto me responde:
O passado nunca mais.
Você não sente, não vê,
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo,
Que uma nova mudança, em breve, vai acontecer.
O que, há algum tempo, era jovem, novo,
Hoje, é antigo
E precisamos, todos, rejuvenescer*

Belchior, Velha Roupa Colorida

Quem busca tratar do que vem a ser o que convencionamos chamar de Modernidade pode, às vezes, sugerir que existe um certo despreço por si mesmo. É uma audácia semelhante àquela de quem entra numa floresta densa sem ter a garantia de que vá sair. São tantas as ideias que se construíram sobre o tema, ao ponto de se afirmar que existem tantas modernidades quantas forem as tentativas de defini-la (LATOURET, 2009, p. 15). Mas me soa estranho pensar que esse algo tão difuso possa não fazer sentido. Afinal, falamos coisas diferentes, mas todos sabemos sobre o que estamos falando.

Em vista disso, acabei optando por uma estratégia com inspiração familiar, que se assemelha muito ao trabalho que minha avó tinha ao separar os grãos de feijão. Modernidade dizem ser tantas coisas que, acredito, faz-se necessário, antes de discorrer sobre meu entendimento, estabelecer o que ela não é. O ponto central é livrar do caminho das minhas palavras conceitos implícitos oriundos de entendimentos que, por ventura, o leitor traga consigo. Como eu já disse, a Modernidade aparenta ser uma espécie de entidade etérea que assombra todos os aspectos da vida social. As diferentes perspectivas sobre ela sugerem se tratar de um fenômeno com uma amplitude inigualável, um espectro que se materializa em

determinada problemática de acordo com a necessidade. Nesse sentido, quem busca trabalhar o conceito de Modernidade

não pode deixar de confrontar-se com o fato de uma sobreposição “desordenada” entre uma série de conceitos de modernidade e modernização. Como cascatas, esses conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa sequência extremamente veloz, mas, retrospectivamente, observa-se também como se cruzam, como os seus efeitos se acumulam e como eles interferem mutuamente numa dimensão (difícil de descrever) de simultaneidade. (GUMBRECHT, 1998, p. 9)

O caso é que as diversas atribuições à Modernidade, acredito, derivam do não reconhecimento das diferentes dimensões em que a vida social se articula. A Modernidade é tantas coisas, em virtude de todas serem contemporâneas, de serem ao *mesmo tempo*. É esse mesmo tempo, entendo, que causa a confusão. Já, de antemão, devo deixar claro que o ponto central da discussão é este: a Modernidade não é uma categoria cronológica quantitativa, mas uma categoria qualitativa. Discorrerei melhor sobre a questão.

1.1.1 Porque não, não é resposta!

Quando falamos de Modernidade, a primeira coisa que vem em nossa mente é algo como aquela velha flecha cronológica ensinada nas aulas de História, onde a trajetória da humanidade foi compartimentada em diversos períodos para se tornar compreensível. Como Foucault disse certa vez,

a modernidade é geralmente entendida como uma época, ou ao menos uma série de traços característicos de uma época; situada no calendário, ela seria precedida por uma pré-modernidade menos ingênua ou arcaica, e seguida por uma enigmática e problemática “pós-modernidade”. (1984, p. 39)

A Modernidade, como geralmente é entendida, pode ser aquele segmento que começa pela tomada de Constantinopla e termina no ano da Revolução Francesa; ou que começa com o “triunfo” da razão, mais precisamente com a obra de Descartes e que termina na chegada da pós-modernidade. De uma forma ou de outra, nestes termos, a Modernidade nada mais é do que um lapso temporal, uma caixa que contém coisas, um rótulo para um período de tempo que possui suas qualidades inerentes. Ainda em virtude do conteúdo, a Modernidade se constitui como uma diferença em relação a outros períodos da história da humanidade cujos conteúdos difeririam. Existe uma pré-História, uma Antiguidade, uma Idade Média para, então, existir

uma Modernidade. Da mesma forma, ainda, são todos rótulos. E o problema dos rótulos é que eles são generalizantes.

Os estudiosos têm utilizado a modernidade como um substituto para a totalidade ou parte deste grupo inexorável do capitalismo, o secularismo, a industrialização, o colonialismo, o início da escravidão no atlântico, o individualismo e o sujeito dividido, a involução tecnológica, a urbanização, a integração global, a ciência e racionalidade, alfabetização em massa, a estética modernista, o Estado-nação e assim por diante. (DAWDY, 2010, p. 762)⁸

Quando falamos desta coisa – que muito me interessa – atribuímos a ela diversos fenômenos da história humana que possuem qualidades intrínsecas, suas próprias circunstancialidades, mas que por razão de serem concomitantes e entendidas dentro de uma sincronia, acabam tornando-se traços constituintes de uma categoria cronológica travestida de qualitativa. Entretanto, atualmente, já existe “um crescente consenso de que a Modernidade é melhor entendida, não como uma mistura de ideias e de práticas, mas mais basicamente como uma forma de ideologia temporal que valoriza o novo, a ruptura e tramas lineares” (*ibidem*).

Portanto, o ponto que eu quero defender é o de que a Modernidade não é sinônimo de Humanismo, como defendido por Latour; nem de um projeto iluminista, como propõe Habermas, nem possui uma relação necessária com o Capitalismo. É um fenômeno concomitante, que se articula, mistura-se aos demais, criando relações que dificultam uma identificação clara e precisa de assalto, mas que de forma alguma impossibilita que reconheçamos nela qualidades intrínsecas.

⁸ Aparentemente, a ideia de uma *involução tecnológica* deriva da sugestão de Geertz para a agricultura indonésia (Cf. *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia*. Oakland: University of California Press, 1970). De acordo com Gilman, o tópico da involução foi “um ponto abordado tangencialmente por Geertz na questão central da teoria da modernização: Por que o desenvolvimento não aconteceu fora do Ocidente (incluindo o Japão como membro honorário do Ocidente)” (2002, p. 9). Tendo feito essa consideração, de qualquer forma, como coloca Rimoldi, “Geertz aplicou este modelo no caso indonésio à Java que, no momento de seu estudo, era povoada por dois terços da população da Indonésia, enquanto compreendia apenas nove por cento da área terrestre da Indonésia. A prática da agricultura de arroz com terraço molhado foi capaz de sustentar a produção para uma população crescente “por uma ampla gama de desenvolvimentos organizacionais de trabalho, tecnológicos e estáveis e por extensivos retrabalhamentos da cultura camponesa tradicional e da estrutura social” (Geertz 1984:514). Entretanto, a diversificação em plantações comerciais, que Geertz descreve como uma imposição holandesa, acelerou este processo, “criando um enclave (relativamente) intensivo de economia capitalizada dentro da economia camponesa, as conexões entre os dois são geralmente simbióticas embora dificilmente simetricamente benéficas. O resultado... foi, do lado camponês, a “involução” (1984:514)” (2009, p. 49). Ou seja, a não institucionalização de valores modernos (fracasso, incapacidade, resistência, enfim) causa um estancamento no desenvolvimento social, nas palavras de Gilman, “impedidas de avançar de forma adequada, a cultura [javanês] tinha sucumbido à estagnação” (2002, p. 7). Embora Geertz tenha trabalhado esta ideia dentro do contexto javanês, ele “sobrepôs uma análise histórica, diacrônica de como esta cultura da involução veio a existir como uma resposta ao colonialismo”. (*ibidem*, p. 8). Assim, parece pertinente pensar que a ideia de involução possa ser transposta para contextos similares.

Habermas, por exemplo, assume a Modernidade como um projeto inacabado do Iluminismo (2000). Aqui, há que se ter cautela e distinguir as coisas. Primeiro, não “podemos esquecer que o Iluminismo é um evento, ou uma série de eventos e de processos históricos complexos, que estão localizados num certo ponto do desenvolvimento das sociedades europeias” (FOUCAULT, 1984, p. 43). Portanto, o Iluminismo corresponde, antes de mais nada, a uma circunstância cronológica e geográfica. Segundo, se pensarmos a Modernidade como um projeto dessa circunstância, assumimos como verdadeira e aceitamos a imposição vertical de uma pauta europeia⁹, o que implica renegar a possibilidade de que outros contextos – que venham a ser considerados modernos – sejam capazes de formular seus próprios projetos.

Embora Habermas tenha o intuito de completá-lo, este projeto não representa a totalidade de possíveis construções históricas, de possíveis futuros, de outros projetos que outras circunstâncias tenham ou possam vir a construir. Enfim, a questão não é refutar o caráter moderno do projeto iluminista defendido por Habermas, senão o de desconsiderar a ideia de que ele é sinônimo de Modernidade, quando, na verdade, ele é uma – talvez a primeira – manifestação dela.

Latour (2009), por outro lado, comete um equívoco ao assumir que nunca fomos modernos, uma vez que as premissas humanistas são irrealizáveis, pois a pretensa polarização do mundo em formas puras – culturais ou naturais; humanas ou não-humanas – nunca vingou, apenas construiu um mundo cheio de hibridismo, de quimeras. Nisso, acredito que ele esteja certo. Mas o seu equívoco reside na constatação de que se trata de um traço determinante da Modernidade. Como Olsen afirma, estas construções dicotômicas, fundamentadas na divisão basal entre o humano e o mundo, que é assumida como fundamento ontológico, são o “braço forte do humanismo” (2010, p. 8), que pode ser entendido como uma série de temas que “serviram como princípios críticos de diferenciação” (FOUCAULT, 1984, p. 44).

O Humanismo também pode ser entendido como aquele momento em que “o homem se torna o *subjectum* primário e genuíno, [...] o ser sobre o qual todo e qualquer ser, em seu modo de ser e sua verdade, está fundado” (HEIDEGGER, 2002, pp. 66-67). Isso significa que os seres

⁹ Cabe destacar que o movimento Iluminista não se restringiu à França, nem a qualquer outro Estado. Foi um movimento de forte interação entre os pensadores europeus que não ficou limitado a apenas uma nação. É oportuno lembrar que, por exemplo, Montesquieu viveu em Londres entre 1729-1731, e que o *Tratado da Natureza Humana*, de Hume, foi concebido enquanto o autor residia na França (HIMMELFARB, 2011, p. 30). Tentar restringir o movimento iluminista a uma ou a poucas nacionalidades apenas o obscurece e ignora a contribuição de pensadores de outras plagas. Ainda, é importante ter em mente que “a crescente ênfase nesta herança ‘nacional’ e linguística particular é, por uma série de razões, uma construção cultural poderosa de nosso tempo” (ISRAEL, 2006, p. 864).

humanos se tornaram os seres onde a existência está enraizada. A humanidade tornou-se o sujeito enquanto o mundo tornou-se o objeto e, a partir do momento em que a humanidade volta a si mesma, a figura do Homem começa a aparecer no horizonte (THOMAS, 2004, p. 39). A superação destes princípios, que Latour defende via a adoção de uma simetria, ou seja, a desconstrução das dicotomias enquanto formas puras e a consideração delas enquanto meras ferramentas analíticas, em nada implica a superação da Modernidade. Latour nunca deixou de ser moderno, apenas tenta transcender o humanismo.

A outra perspectiva que eu gostaria de refutar é a que tenta estabelecer uma relação necessária entre a Modernidade e o Capitalismo. Entendo o último como “um sistema em que bens e serviços, até os mais básicos necessários à vida, são produzidos para obtenção de uma troca rentável, onde até mesmo a força de trabalho humana é uma *commodity* à venda no mercado e onde todos os atores econômicos são dependentes do mercado”, e “a produção de bens e serviços está subordinada à produção de capital e ao lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista é, em outras palavras, a produção e a auto expansão do capital. (WOOD, 2002, pp. 2-3).

Esta, talvez, seja a vinculação mais resistente e mais difundida nos contextos não-europeus - e talvez seja mais evidente na Arqueologia¹⁰. De acordo com Wood, esta

“[...] naturalização do capitalismo implícita na convencional identificação do *burguês* com o *capitalista* e ambos com *modernidade*, que ainda persiste nas teorias contemporâneas mais iconoclastas, tem o efeito de esconder a especificidade do capitalismo, se não desconceituá-lo completamente”. (*ibidem*, p. 182)

E estendo este efeito sublimador para o próprio entendimento da Modernidade, que se perde, esvaece, juntamente com a tal especificidade do Capitalismo. A grande questão é que Capitalismo e Modernidade são entendidos como “categorias teóricas alternativas para a interpretação do mesmo objeto (Marxismo versus Weberianismo, por exemplo)” (OSBORNE, 1992, p. 83). O Weberianismo diz respeito, especificamente, ao conceito de racionalização¹¹, que nos joga de novo dentro do Iluminismo, onde se supõe que este processo foi criado pelo próprio Capitalismo em seu desenvolvimento ou mesmo que o avanço desta racionalização o criou (WOOD, 2002, p. 183). Mas muitos dos princípios Iluministas estão pautados em perspectivas não-capitalistas, antes de pré-capitalistas, ou seja, muitos traços do Iluminismo

¹⁰ Lembremos a ideia de uma Arqueologia Histórica como a confluência de uma Arqueologia do Mundo Moderno (ORSER, 1996) e de uma Arqueologia do Capitalismo (LEONE & PORTER, 1999), por exemplo.

¹¹ É mais ou menos nesse sentido que se dá o entendimento de Tournaine acerca da Modernidade, onde, embora ele não reduza a Modernidade à racionalização, ele vê uma estreitamente associada a outra (2009, p. 18).

não são “apenas um ponto transicional em direção ao capitalismo, mas uma rota alternativa para fugir do feudalismo” (*ibidem*). Um exemplo disso é a ideologia da burguesia francesa que, no século XVIII, tinha muito mais a ver com a luta sobre as formas não-capitalistas de exploração. O que nós acabamos fazendo, ao simplificar estas relações conturbadas, é “reduzir o Iluminismo à pura ideologia de classe” (WOOD, 2002, p. 187).

Para sanar esta confusão, há que se considerar duas coisas. Primeiro, que “[...] a ‘modernidade’ como uma estrutura da consciência histórica é anterior ao desenvolvimento do próprio capitalismo” (OSBORNE, 1992, p. 84). Como eu tratarei a seguir, a Modernidade se constituiu no bojo das diversas transformações que a Europa sofreu ao longo de séculos e que o discurso Iluminista acerca da figura do ser humano se caracteriza como o primeiro – não o único – empreendimento moderno. Segundo, o desenvolvimento do Capitalismo – e é inegável isto – está diretamente vinculado ao contexto específico da Inglaterra¹². Isto se deu em razão da elaboração de uma ideologia peculiar no contexto europeu, onde estabeleceu-se como primordial a ideia do “aprimoramento da *propriedade*, a ética – e, claro, a ciência – do lucro, o comprometimento em incrementar a produtividade do trabalho, a produção de valor de troca, e a prática de cerceamento e desapropriação” (WOOD, 2002, pp. 188-189).

Mas se não em nenhuma das anteriores, onde residirá o sentido da Modernidade? Antes de mais nada, foi importante ter dado este “passo para trás” e ver que à Modernidade não tem se atribuído quaisquer qualidades que não as de outros fenômenos, tornando-a uma etiqueta, que corresponde a uma determinada circunstância. Ao fazer isto, espero que o leitor tenha ficado com a sensação de que a evocação do termo lhe cause a sensação de estar perdido numa penumbra infinda. Se sim, ótimo. Agora, só nos cabe dar os passos seguintes. O que deve ser claro – a partir de agora – é que eu busco o entendimento da Modernidade “mais como uma atitude do que como um período da história. E por ‘atitude’, quero dizer um modo de se relacionar com a realidade contemporânea” (FOUCAULT, 1984, p. 39). Por isso que nenhum dos pontos expostos acima dão conta do que a Modernidade vem a representar, pois as características atribuídas a ela são, na verdade, deles. Há que se buscar na Modernidade, como uma espécie de atitude perante a realidade contemporânea, suas qualidades intrínsecas, que a

¹² “A Revolução Inglesa, por contraste, não representava, certamente, um conflito entre a burguesia e a aristocracia. Mas pelo incremento do poder das classes proprietárias no Parlamento e pela promoção dos interesses dos grandes contra os pequenos proprietários de terra e pela ‘melhoria’ contra os direitos costumeiros das classes subalternas, e tinha mais em comum, e mais diretamente, com a promoção do capitalismo e com a definição capitalista de propriedade do que a Revolução Francesa” (WOOD, 2002, p. 121).

tornem identificável e que estabeleçam uma identidade própria ao fenômeno em questão. Portanto, tendo estabelecido o *porquê não*, vamos ao *porquê sim*.

1.1.2 Tempo, tempo, mano velho

De todas as ideias construídas sobre a Modernidade, uma parece ser ponto pacífico: a que envolve a noção de tempo. Latour disse certa vez que, embora existam várias, “todas as definições [de modernidade] apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo” (2009, p. 15). Saindo da esfera acadêmica, esta relação necessária também pode ser percebida, por exemplo, na indústria cultural, como é o caso da expressão “Tempos Modernos”, que foi imortalizada na obra de Chaplin, onde a cena inicial é, justamente, a solidão de um relógio com seus ponteiros a girar. De toda e qualquer forma: Modernidade nos remete a tempo.

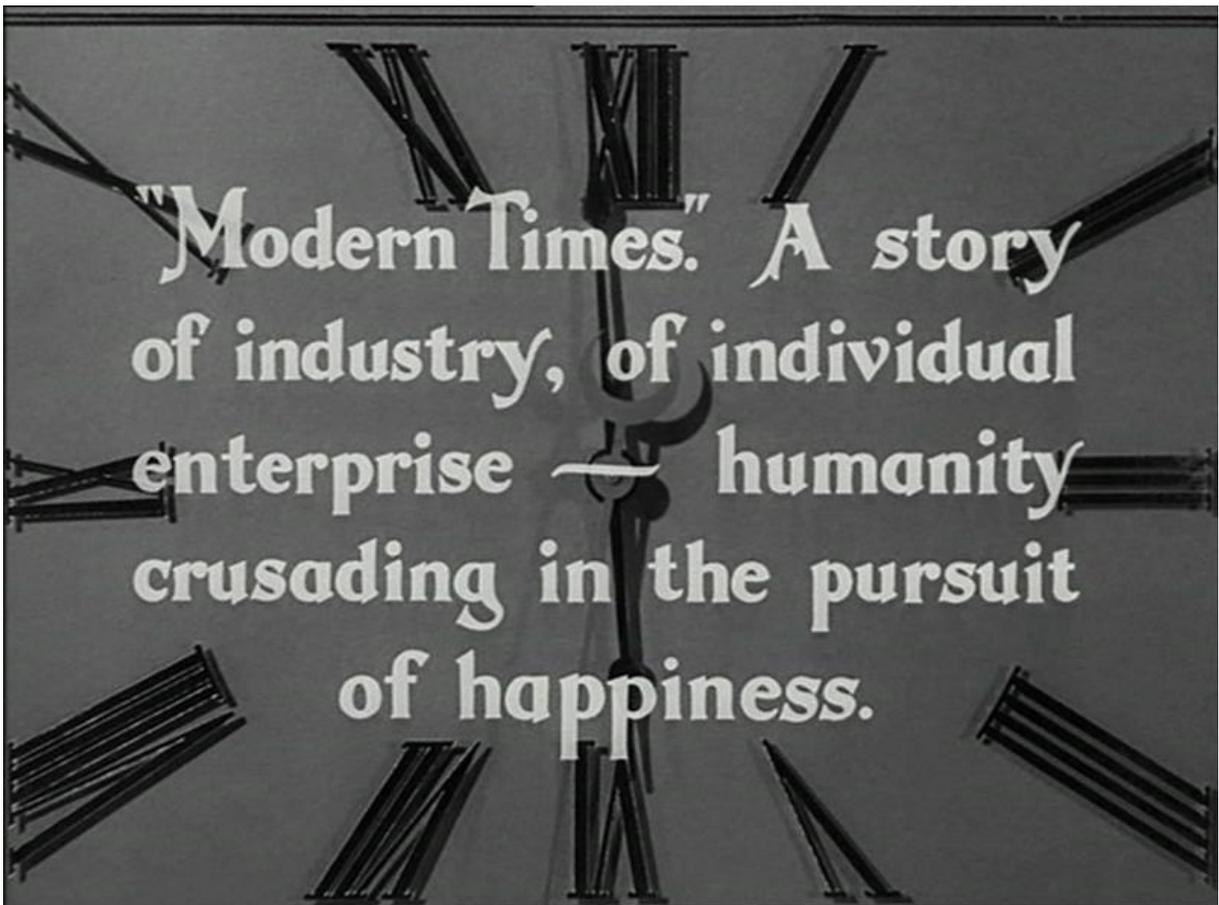


Figura 2 – Frame inicial do filme Tempos Modernos (1936).

A questão que coloquei e que desejo esmiuçar é, portanto, qual a natureza deste tempo. De antemão já manifestei e reitero rejeitar a proposição de que a Modernidade se trata de um

período de tempo, uma parcela da existência humana enclausurada entre datas. Ao sujeitarmos a Modernidade a um mero receptáculo e ao tomarmos fenômenos sociais concomitantes como sinônimos, esvaziamos a vida social de dinamismo, restando-nos, apenas, viver sobre estereótipos.

A Modernidade, entendo, é uma categoria qualitativa. Ela diz respeito ao modo pelo qual o ser humano experiencia o tempo. De acordo com a proposição de Koselleck, podemos pensar que, com a Modernidade, “o tempo não é mais o meio no qual as histórias acontecem; ele ganha uma qualidade histórica... a história não ocorre mais no, mas pelo, tempo. O tempo se torna uma força histórica e dinâmica por si só” (*apud* Osborne, 1992, p. 70-71).

Osborne (*ibidem*) apresenta um breve esboço traçado por Koselleck sobre esta categoria que começa a surgir a partir da conscientização de que uma nova conjuntura, um novo tempo se apresentava à Europa durante os séculos XV e XVII. Este novo momento, então, a partir da ótica Iluminista, acaba assumindo um caráter qualitativo, transformando a passagem do tempo, de uma adição numa linearidade cronológica, para uma transcendência qualitativa, que só foi possível em virtude da desqualificação da narrativa escatológica e das expectativas causadas pela ciência e pelo Novo Mundo. Mas embora a Modernidade tenha se constituído no bojo dessa conjuntura, foram eventos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial que contribuíram para sua disseminação e consolidação na vida cotidiana. Ao ponto em que, no século XIX já podemos caracterizar a Modernidade como instituída na vida da Paris de Baudelaire, por exemplo, na “força histórica cujos objetos fundamentais ‘residem apenas no fato de serem novos’, que tem sido foco de recente atenção para uma modernidade enquanto um conceito estético e, mais abrangentemente, como uma forma de experiência social” (*ibidem*, p. 71).

Para Habermas¹³ e Foucault, esta concepção do tempo foi levantada como um problema filosófico, pela primeira vez, por Kant, “o primeiro filósofo, um arqueiro que mira sua flecha no coração dos traços mais atuais do presente e, então, abre o discurso da modernidade” (HABERMAS, 1986, p. 105). Na sua análise sobre o entendimento kantiano do Iluminismo, Foucault ressalta que não é a primeira vez que o pensamento filosófico refletiu sobre seu próprio presente, no entanto, Kant não o vê como uma era à qual alguém pertença, nem como um evento cujos sinais são percebidos, nem como a chegada de um acontecimento. Ele vê o presente de

¹³ É bom lembrar que Habermas atribui, inicialmente, à Hegel o mérito (2000, p. 8), mas, com o tempo, reconhece a posição de Foucault de que a reflexão de Kant inaugura o discurso filosófico da modernidade (1986, p. 105).

uma forma negativa, com base na diferença entre o presente e o dia de ontem (FOUCAULT, 1984, p. 34). E, ainda, completa:

Mas me parece que esta é a primeira vez em que um filósofo conectou, nesta forma - próxima e do interior -, a significância de seu trabalho no que diz respeito ao conhecimento, uma reflexão na história e uma análise particular do momento específico no qual ele está escrevendo e que é a razão pela qual ele está escrevendo. É nesta reflexão sobre o "hoje" enquanto uma diferença na história e enquanto um motivo para uma empreitada filosófica particular que a novidade deste texto parece residir pra mim.

E, ao olhar para essa questão desta perspectiva, parece-me que nós podemos reconhecer um ponto de partida: *um esboço do que pode-se chamar de uma atitude moderna*. (FOUCAULT, 1984, p. 38) grifo meu

Assim, é certo atribuir à Kant o mérito de quem atira a flecha e acerta o alvo, mas entendo que ele não tinha consciência da flecha que usava. Esta sensatez moderna presente no discurso kantiano, parece-me, latente no discurso corrente da época. O grande mérito que Kant possui ao discorrer sobre o Iluminismo não é tanto a questão do novo como diferença por si só, mas do novo como uma diferença, necessariamente, positiva, garantida pela fé do desenvolvimento humano, afinal, como ele nos incita, *sapere aude!* Embora Habermas afirme que “[a] perspectiva instruída nas verdades eternas submerge no detalhe daquele momento, que está recheado de decisões e explodindo sob a pressão de possibilidades antecipadas” (1986, 105), não foi Kant quem concebeu a Modernidade como uma categoria da experiência social, onde o novo, única e exclusivamente por ser novo, torna-se um preceito fundamental.

Com isso, em momento algum, pretendo desqualificar a primazia do discurso kantiano atribuída por Foucault e Habermas. Apenas entendo que Kant apresenta uma perspectiva moderna sobre seu tempo, claro, mas a partir de uma ótica particular, contextualizada, que culmina num modo de modernidade específico, um discurso positivista. A leitura de Foucault sobre a concepção kantiana do presente como diferença se dá tangencialmente ao propósito de Kant, de estabelecer o presente como uma diferença necessariamente positiva, antes de ser explícito quanto ao cerne da questão que eu coloco: o que é a modernidade? Portanto, embora deva-se ressaltar a importância de Kant neste momento, ao meu ver, o mérito de entender a modernidade por aquilo que ela é, como um eterno movimento de diferenciação de um presente a seu passado, que não é necessariamente positivo, nem negativo, pertence a outra pessoa: Baudelaire.

1.1.3 O homem na multidão

Marshall Berman disse que a nossa perspectiva

“da vida moderna tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual [...]. Esse dualismo, generalizado na cultura contemporânea, dificulta nossa apreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno”. (2007, p. 158)

E eu concordo com sua posição enquanto, por *fusão de suas forças materiais e espirituais*, for possível ter a ideia de cotidiano. E, por entender que a “vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: [e que ela] é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 2008, p. 34), acho pertinente entender a modernidade a partir da perspectiva daqueles que a tomaram do cotidiano. E, neste aspecto, inegavelmente, a maior contribuição para o entendimento da Modernidade vem de Baudelaire, situado na Paris de Napoleão III, de Haussman, dos *boulevards*.

Embora o termo *moderno* derive do radical latino, *modo*, que já era usado no século V na forma *modernus*, estabelecendo uma oposição entre o presente cristão e o passado romano (CHILDS, 2000, p. 12), coube a Baudelaire a primazia de estabelecer uma substantivação do termo, a Modernidade, para designar a qualidade de um tempo vivido. Aqui, deve-se ter em mente que não se trata de estabelecer que a Modernidade surge com Baudelaire, mas, sim, que é ele quem estabelece as bases para o entendimento que quero trazer aqui. O de um tempo que salta aos olhos – para aqueles convalescentes – no cotidiano da cidade, que é o meio por excelência do sujeito moderno. Ele recorrentemente enfatiza o quão vívido e expressivo pode ser o ordinário, do atravessar a rua, até o tomar um café numa esquina do novo *boulevard*. A vida na cidade está, pois, cheia de coisas para se ver. E essa parece ser, justamente, a tônica de Baudelaire que, aparentemente angustiado, lastima a tendência mantida por aqueles que insistem em vestir-se com as roupagens do passado. Em certo momento, diz ele:

Não faltam assuntos, nem cores, para fazer epopeias. O pintor que procuramos será aquele capaz de extrair da vida de hoje sua qualidade épica, fazendo-nos sentir como somos grandiosos e poéticos em nossas gravatas e em nossas botas de couro legítimo. No próximo ano, esperemos que os verdadeiros pesquisadores nos contemplem com a extraordinária delícia de celebrar o advento do *novo*! (*apud* BERMAN, 2007, pp. 171-172)

Neste trecho trazido por Berman, Baudelaire faz uma espécie de apelo por alguém que seja capaz de, justamente, notar que a cotidianidade é, por si só, recheada de coisas dignas de se ver. E ele encontra este alguém, quando, em “O pintor da vida moderna”, exalta a figura do Sr. G.¹⁴, um ilustrador de jornais que, sem a pretensão de ser artista, volta-se para a vida cotidiana e vê, nela, a impossibilidade de se entediar.

Com toda certeza, esse homem, tal como o esbocei, esse solitário dotado de uma imaginação ativa, sempre viajando através do *grande deserto de homens*, tem um alvo mais elevado do que o de um simples *flâneur*, um objetivo mais geral que não o do prazer fugaz da circunstância. Procura alguma coisa que nos será permitido chamar de *modernidade*; pois não se apresenta palavra melhor para exprimir a ideia em questão. [...] A modernidade é o transitório, o fugidivo, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável. (BAUDELAIRE, 2010, p. 35)

O ponto central, que é onde vejo o mérito de Baudelaire, foi o de entender que a vida social havia se transformado e que isso transparece no cotidiano da cidade. Ele vê a necessidade de se buscar, no dia-a-dia da vida urbana, uma qualidade nova que paira no ar, que transita por nós e pelas ruas, que ele chama de Modernidade. Não à toa, de acordo com Benjamin, foi com Baudelaire que, pela primeira vez, “Paris se torna o assunto da poesia lírica” (2006, p. 40). E, aqui, deve-se ressaltar que a Modernidade está, não só no modo pelo qual nós enxergamos as coisas, mas no modo pelo qual nós nos relacionamos com elas. É bom lembrar, Baudelaire foi contemporâneo do Barão Haussmann, notabilizado pela sua “destruição criativa” que transformou – destruiu e criou – muitos espaços públicos que faziam parte do cotidiano e, de repente, não estavam mais lá. À cidade, entendo, torna-se absolutamente impossível atribuir o *status* de palco onde o espetáculo ocorre, mas, sim, o de mais uma personagem da história com o qual nos relacionamos, assim como nos relacionamos com o padeiro da esquina, com o carteiro, com o cobrador do ônibus.

É neste sentido que vejo uma diferença fundamental entre Kant e Baudelaire. Enquanto o primeiro se prende ao novo positivo, o segundo vê mérito no novo em si. Esta é a atitude moderna *crua*. A posição de Kant, então, não deixa de ser moderna, mas representa uma modernidade específica. Sendo assim, uma vez que a modernidade consiste do efêmero, do contingente, a cidade se transforma no espaço, por excelência, de convívio de diversas temporalidades. A paisagem de décadas atrás começa a conviver com as novas que surgem e que vão sendo construídas. Algumas das pequenas ruas por onde transitavam pequenos volumes de pessoas, começam a dar espaço aos *boulevards* e às carruagens, que aceleram o ritmo da

¹⁴ Ernest-Adolphe-Hyacinthe-Constantin Guys.

cidade. Os espaços de convívio se transformam e nós vamos ao café da esquina todo sujo ainda de entulho.

Este fruir do novo, àqueles – mesmo que pouco – arraigados na cidade, inevitavelmente, transforma a admiração pelo *rejuvenescimento* da cidade em melancolia. E sobre esta relação que alguns constroem com a cidade, incluindo Baudelaire e sua Paris, Benjamin comenta:

Esta poesia [sobre Paris] não se trata de um hino à pátria; em vez disso, o olhar do alegorista, à medida que cai sobre a cidade, é o olhar do homem alienado. É o olhar do *flâneur*, cujo modo de vida ainda se acoberta por detrás de uma aura atenuante a desolação do morador de cidade grande. Ele busca refúgio na multidão. [...] A multidão é o véu pelo qual a cidade familiar acena para o *flâneur* como fantasmagoria - agora uma paisagem, agora um cômodo. (2006, p. 40)

Esta fantasmagoria, representada pela cidade, não nos enganemos, não é algo necessariamente bom ou mal, mas algo vívido, paradoxal, que atíça o que nos é humano. Esta perturbadora imagem do indefinido, talvez, fique mais clara numa posição que Baudelaire assume sobre a questão do progresso, alardeada pelas ideias iluministas e pela sensação que a transformação da paisagem urbana causava. E ele, como um homem de seu tempo, também foi acometido pela dúvida causada por essa ideia e suas implicações. A aflição cresce e vemos um Baudelaire que parece ceder, mas que, na verdade, vê com clareza o paradoxo de seu tempo, e, angustiosamente, exprime: “progresso, esse eterno desiderato que é o seu próprio desespero” (*apud* BERMAN, 2007, p. 171).

E essa incerteza, este efêmero e contingente é o que dá o caráter poético à Modernidade. É o que fez com que Baudelaire atribuísse ao Sr. G o título de pintor da vida moderna, pois ele representou em seus desenhos a beleza e a fugacidade da vida cotidiana. Como ele mesmo defende, a respeito do Sr. G., frequentemente “estranho, violento, excessivo, mas sempre poético, ele soube concentrar em seus desenhos o sabor amargo ou capitoso do vinho da Vida” (2010, p. 87).



Figura 3 – À esquerda, *La Presse* (1848); à direita, *Street Scene* (1858-60). Ambas obras de Constantine Guys, que fazem parte do acervo do Cooper Hewitt, Smithsonian Design Museum.

1.1.4 Eu narro, tu narras, ele narra!

A vida cotidiana, embora – ou mesmo por ser – poética, exige do sujeito moderno o que Baudelaire estabelece como uma formação heroica para suportá-la, uma vez que, para ele, “a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável de sua miséria e ansiedade intrínsecas, é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar” (BERMAN, 2007, p. 170). Esta percepção da necessidade de se ter uma formação heroica aparece também na obra de Balzac, como Benjamin expõe:

“O herói é o verdadeiro sujeito de *la modernité*. Em outras palavras, precisa-se de uma constituição heróica para viver a modernidade. E esta era a opinião de Balzac também. [...] Em Balzac, o gladiador se torna um *commis voyageur*. O grande caixeiro-viajante Gaudissart está se preparando para trabalhar na região de Touraine. Balzac descreve essa preparação e interrompe a si mesmo para exclamar: “Que atleta! Que arena! E que armas: ele, o mundo e sua fala mansa”! (2006, p. 103)

Na Modernidade, portanto, a figura de um sujeito transformador, capaz de agir, é “democratizada” e assume um papel central na vida cotidiana. Os postos que eram antes

ocupados majoritariamente por heróis de narrativas épicas ou por figuras históricas cujas qualidades são – ou quase são – divinas, universalizam-se. Para Tourraine,

é a Revolução Francesa que faz entrar na história e no pensamento a ideia do ator histórico, do encontro de um personagem ou de uma categoria social e do destino, da necessidade histórica. [...] Os personagens desta revolução, tanto aqueles que mandaram cortar cabeças como aqueles que tiveram as cabeças cortadas, aqueles que viveram os dias revolucionários como os soldados do ano II, sem esquecer Bonaparte transformado em Napoleão, foram todos personagens épicos cujo significado histórico ultrapassou de longe a personalidade individual. (2009, p. 72)

Não sei até que ponto me sinto confortável em aceitar eventos como marcadores de qualidades, mas é inegável o peso que o movimento revolucionário francês teve na concepção de uma valorização dos sujeitos históricos. Falando de dentro de uma perspectiva ocidental, na concretização “do processo pelo qual a humanidade, gradualmente, veio a suplantar a figura de Deus enquanto um sujeito da história” (THOMAS, 2004, p. 4). O que deve ser entendido a partir disso, é que, qualquer um, para viver a Modernidade, há que ser, potencialmente, um herói do cotidiano. E é nesse movimento onde “o papel do sujeito conecta-se ao tempo histórico. [...] E é essa inter-relação entre tempo e ação [do sujeito] que cria a impressão de que a humanidade é capaz de ‘fazer’ a própria história” (GUMBRECHT, 1998, p. 16). É este entendimento da vida moderna que entra em comunhão com o próximo ponto a se levantar acerca da Modernidade.

Como já disse, a Modernidade é uma categoria qualitativa que designa o modo pelo qual nós experienciamos o tempo. Mas nós somos, cada um, um indivíduo, e possuímos um certo monopólio sobre essa experiência – cada um por si. Somos limitados ao ponto de não ser possível compartilhar nossas experiências diretamente. No entanto, as experiências são passíveis de serem transpostas para o campo do discurso. Não é possível que o leitor sinta a dor que senti das diversas vezes em que quebrei meu braço; nem que sinta a dor de cabeça que senti na minha maior ressaca; muito menos que sinta o nervosismo que sinto ao falar em público. É verdade que todos estamos sujeitos a esses incômodos, mas cada um ao seu. Entretanto, nada impede que eu socialize esta experiência através do discurso, como acabei de fazer.

Sendo assim, eis a hora de apresentar a tese que fecha meu entendimento da Modernidade, aquela que diz respeito ao último aspecto do conceito que apresentei no começo: a de que se trata de uma qualidade que designa uma experiência *social* do tempo. O social, no caso, refere-se justamente ao modo pelo qual aquele efêmero e contingente que paira no ar e

que cada um de nós pode sentir, torna-se, para além de uma experiência individual, uma experiência coletiva. E quem dá a tônica desta socialização é Ricoeur quando nos diz que

existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, para dizê-lo de outra maneira: *o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência humana.* (2010, p. 93)

Em outras palavras, a Modernidade não se qualifica como uma experiência social se ela não for socializada, o que se dá discursivamente, através da narrativa. Não à toa, o grande alvo que os chamados *pós-modernos* atacam – mesmo que sem êxito¹⁵ – justamente, são as metanarrativas construídas pela Modernidade. Também, não à toa, existiu – e ainda existe – por parte das sociedades modernas uma grande demanda pelo escrutínio do passado, pois a história há de ter um começo. Assim, o desenvolvimento de ciências como a História e a Arqueologia, são esforços destas sociedades para que elas possuam um passado, para além do presente – daquilo que lhes é contemporâneo – e de um futuro (THOMAS, 2004, p. 41).

1.1.5 Modernidade é no plural

Ao pensar deste modo, portanto, não nos causa espanto a ideia de que existem tantas modernidades quantas forem possíveis, pois, embora todas sejam igualmente Modernidade na medida em que designam uma qualidade de experiência do tempo, são diferentes na medida em que a sua socialização está sujeita às circunstâncias dos respectivos coletivos sociais. Portanto, não existe apenas uma narrativa, nem em número, nem em grau, elas variam no tempo e no espaço, mas sempre apresentam um sujeito histórico – o herói baudelairiano – que enfrenta os perigos da vida e assume a centralidade da história. As histórias são construídas e reproduzidas

¹⁵ Aqui, temos que esclarecer a razão pela qual aqueles que se julgam pós-modernos e que tentam superar a modernidade nunca obtiveram êxito. “Embora os autores pós-modernos enfatizem o iminente fim ou o encerramento necessário da modernidade e invoquem a criação de uma alternativa, eles retêm uma ligação singular com este período fundacional. É particularmente relevante notar como Lyotard vê seu próprio modernismo, não como o fim da modernidade, mas como o emergente estado de um movimento moderno, insistindo no fato de que este movimento emergente é *recorrente*” (SEGUIN, 2010, p. 42). Portanto, os pós-modernos – aqueles que buscam superar a modernidade – não conseguem acabar com ela, pois, senão estariam cometendo suicídio. Apenas o que conseguem fazer é criar uma nova ruptura, um novo ponto na construção linear da história (DAWDY, 2010, p. 762), ou seja, são apenas mais uma novidade. E, com isso, eu reitero: existe algo mais moderno do que o novo pelo novo?

por todas as coletividades modernas, podendo, por que não, serem até conflitantes. Nesse ponto, hei de discordar de Berman, quando ele afirma que

a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade. (2007, p. 26)

Pois, é justamente a ideia de uma única modernidade totalizante que descaracteriza a vida social de seu dinamismo, de sua variabilidade e que acaba tornando-nos farinha do mesmo saco – em todas as dimensões. Com isso, não tenho o intuito de fragmentar a Modernidade ao ponto em que ela perca sentido. É absolutamente necessário – e por isso a insistência – entender que todos nós, modernos, compartilhamos o mesmo modo de experimentar o tempo, que Baudelaire tão bem nos apresenta. No entanto, a socialização dele, enquanto narrativa, que sugere a construção de um passado, de um presente e de um futuro se dá de tantas formas quanto forem as perspectivas possíveis.

Mas é claro que existem Modernidades totalizantes – como a de Berman – e eu destacaria aquela que acredito ser a narrativa fundadora da Modernidade, a que atribuiu o papel de sujeito histórico ao ser humano, que diz respeito ao surgimento da humanidade no horizonte e que, por tratar da humanidade, atinge a todos nós, sendo impossível que passemos incólumes por ela. É a mesma modernidade que Kant percebera.

As metanarrativas do Iluminismo marcam o desenvolvimento de uma concepção moderna de tempo histórico. O mundo medieval era amplamente visto como um universo imutável, à exceção da criação e do julgamento. O Aristotelianismo apresentava o mundo inteiro como um ser em movimento, mas o movimento em direção ao telos tinha, relativamente, pouco a ver com a intervenção humana. Por volta do século XVIII, existia um crescente entendimento de que os seres humanos estavam causando um progresso, transformando suas próprias condições de existência por suas ações. (THOMAS, 2004, p. 31)

O Iluminismo construiu uma narrativa que busca¹⁶ dar conta da totalidade da vida humana a partir da figura central do ser humano, embora tenhamos consciência, hoje, que ela

¹⁶ É importante notar que esta narrativa totalizante da humanidade, que este discurso iluminista ainda está muito presente em nossas vidas. A constatação da África como *berço* da espécie humana, ou do Oriente Médio como o berço da civilização, não influi em nada na concepção contemporânea de que a Europa é o *umbigo do mundo*. Esta constatação é evidente na dicotomia Velho/Novo mundo; em Greenwich como referência para o tempo cronológico terrestre, bem como na representação cartográfica que tende a dar centralidade ao continente. Entretanto, estas ideias, embora hegemônicas, não são, necessariamente, as únicas ideias. Há diversos movimentos que são realizados para desconstruir esta narrativa que, ao totalizar, acaba impondo uma perspectiva particular ao todo. O relógio na minha estante, por exemplo, mostra o mapa da América do Sul de ponta-cabeça e seus ponteiros giram ao contrário – o sentido em que os ponteiros dos relógios giram é uma analogia ao sentido em que a sombra

está centralizada – mais precisamente – na figura de um sujeito homem, branco e europeu. Este modelo discursivo construiu uma história da humanidade com base nas pautas europeias e usou diversos meios, como a construção e consolidação da academia, enquanto formas de legitimação destas narrativas. O advento de disciplinas como a Arqueologia e a Geologia, além da Física¹⁷, foi um evento importante para a desconstrução da narrativa bíblica e consolidação da centralidade do homem como produtor e “revelador” da história. A academia desempenhou um papel fundamental não só na desconstrução/construção de um passado próprio aos europeus, mas na assimilação das condições presentes encontradas por eles no *Novo Mundo* à sua narrativa moderna. De novo a Arqueologia, juntamente com a Antropologia¹⁸, exerceram um papel fundamental para a elaboração de explicações que dessem conta da suposta “diacronia” representada pelo “descompasso” entre os europeus e seus contemporâneos habitantes de terras distantes, por exemplo.

Na filosofia – embora eu já tenha reconhecido, conforme Habermas e Foucault, que Kant inaugura o discurso filosófico da modernidade – foi Hegel quem, primeiro, sintetizou os princípios iluministas modernos num projeto filosófico. Para ele, a trajetória da humanidade pode ser explicada em termos dialéticos – e é aqui que reside seu diferencial –, onde a história progride de acordo com este princípio e rumo à Ideia Absoluta, uma forma do Bem socrático (RUSSELL, 2013, pp. 382-383). Ele aplica, então, à história, este princípio metafísico, onde a transformação positiva, ou seja, a progressão se dá a partir do confronto de forças opostas

projetada no chão pelos relógios solares gira; no hemisfério sul, a rotação é contrária ao do hemisfério norte. Para algo nesse sentido, ver <http://www.girosur.com> (acessado em 20 de setembro de 2014).

¹⁷ Podemos lembrar, respectivamente, de Boucher de Perthes, de Charles Lyell e de Rutherford. Graças ao esforço desses e de outros pesquisadores, as gerações que os sucederam conseguiram estipular um “sistema de datação padronizado, agora universalmente reconhecido, [que] possibilita uma apropriação de um passado unitário [que se torna] um passado mundial” (GIDDENS, 1991, p. 31).

¹⁸ Neste ponto, é bom lembrar que a sistematização dos artefatos – encontrados ao longo daqueles séculos na Europa – culminou na construção de uma interpretação positivista que explicava a derivação dos artefatos, ao longo do tempo, conforme o nível da tecnologia e da matéria-prima. Quando do contato entre as populações europeias e as das Américas, usou-se este discurso para aplicar a tese de que aquelas populações, devido a suas condições materiais, eram atrasadas. Esta sincronia descompassada somente foi resolvida com a elaboração do particularismo histórico boasiano. Em outros termos, “[...] a ‘modernidade’ enquanto uma categoria que periodiza é entendida no sentido pleno de registrar uma ruptura, não só de um período cronologicamente definido para outro, mas na qualidade do próprio tempo histórico [...] Pois é a ideia que então se desenvolve, da *não-contemporaneidade* de tempos *geograficamente diversos* mas *cronologicamente simultâneos* [...] Uma vez que o uso de tais comparações foi estabelecido no discurso colonial, elas foram prontamente transferidas para as relações entre esferas particulares e práticas sociais entre os diversos países europeus, e, posteriormente, novamente, em nível mundial, em uma dialética de expansão de diferenciação e homogeneização. Essas histórias são ‘modernizadoras’, no sentido de que os resultados das comparações sincrônicas são ordenados diacronicamente para produzir uma escala de desenvolvimento que define o ‘progresso’ em termos da projeção do presente de algumas pessoas como o futuro das outras pessoas. Como tal, eles são, de fato, homogeneizantes. Mas esta homogeneização pressupõe uma diferenciação que deve, primeiro, ser reconhecida a fim de ser negada” (OSBORNE, 1992, p. 75).

(RUSSELL, 2013, pp. 384-385). E é esta filosofia que vai fundamentar uma segunda construção moderna totalizante, que é o Marxismo.

Para Hegel, o curso da história é uma gradual autorrealização do espírito que tende para o Absoluto. Marx substitui o espírito pelos modos de produção, e o Absoluto pela sociedade sem classes. Um determinado sistema de produção, no curso do tempo, desenvolverá tensões internas entre as várias classes sociais a ele vinculadas. Estas contradições, como Marx as denomina, se resolvem numa síntese mais elevada. A forma que a luta dialética assume é a luta de classes. A batalha prossegue até que, com o socialismo, instaure-se uma sociedade sem classes. Uma vez alcançado esse objetivo, não há mais razão para lutar, e o processo dialético pode adormecer. (*ibidem*, p. 421)

O Marxismo, entendo, é uma modernidade que constrói um discurso sobre a humanidade com ênfase no sistema econômico, onde a derivação, a transformação da estrutura dos coletivos sociais, o movimento histórico, se dá em virtude de um princípio dialético, representado pela luta entre classes opostas, onde os princípios que regem esta transformação, ao contrário do idealismo hegeliano, são as condições materiais da vida social. Até mesmo a centralização do sujeito, enquanto agente transformador, em detrimento da perspectiva que tira do indivíduo a capacidade de agir é explícita, quando Marx e Engels nos dizem que os filósofos, até então, "apenas *interpretaram* o mundo de várias formas; o ponto, entretanto, é *mudá-lo*" (*apud* CHILDS, 2000, p. 27).

Além dessas modernidades com caráter mais generalizante – acredito que todas acabam sendo, em maior ou menor grau –, a formação dos Estados-nação culminou numa série de construções discursivas acerca da história de seus povos, a fim de se estabelecer um passado compartilhado entre os indivíduos e/ou garantir a legitimidade sobre o pertencimento a suas terras, por exemplo. Como Hall coloca,

as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. [...] As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação, que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura *nacional*. (2006, pp. 48-49)

E esta cultura nacional é, justamente, uma narrativa que constrói uma identidade comum a um povo, onde as nações, “tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente” (BHABHA *apud* HALL, 2006, p.51). Também temos as construções históricas acerca do surgimento e da derivação de etnias, bem como de diversos segmentos sociais, como o proletariado ou os homossexuais, que

exigem a construção não só de uma identidade que sirva de elo entre seus membros, mas de uma explicação diacrônica que designe a persistência e/ou a transformação, garantindo sua existência e, conseqüentemente, sua legitimidade social.

Para não finalizar a discussão acerca das narrativas, a construção histórica que deriva deste modo de viver o tempo presente e que culmina, em síntese, no que chamei de Modernidade, não estrutura suas perspectivas futuras, necessariamente, de maneira positiva. Embora esta seja uma característica muito recorrente, ela o é em virtude de uma sublimação das perspectivas distópicas. Giddens reconhece que “a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século [XX]. No todo, ‘o lado da oportunidade’ da modernidade foi mais fortemente enfatizada”¹⁹ (1991, p. 17). Uma explicação para esta *ênfase no lado da oportunidade* pode partir da construção de uma relação entre a temporalidade moderna e a do tempo cronológico. Onde, embora se reconheça que existe algum grau de relação entre ambos, há que se ressaltar a impossibilidade de se tomar a cronologia como medida do progresso histórico²⁰ (OSBORNE, 1992, p. 77).

A estrutura temporal da ‘modernidade’ dita que qualquer modernidade particular constantemente reestabelece a si mesma em relação a um passado sempre-expansivo. Que o conceito de modernidade em si mesmo, em sua forma mais geral enquanto um tipo de tempo histórico, envolve apenas um senso abstrato do que tal reestabelecimento implica (o ‘novo’), não é razão para negar sua realidade. Pelo contrário, é o formato conceitual ao qual todas as teorias ‘modernas’ de declínio devem conformar, assim como as teorias de progresso que elas espelham. (*ibidem*)

Enfim, resumindo tudo o que foi dito até agora, o que proponho aqui é entender a Modernidade como uma experiência do tempo que, em última instância, manifesta-se a partir da narrativa, onde o tempo torna-se humano, apreensível para uma coletividade, socializado. Este tempo, se antes era entendido como o meio onde a história acontece, agora, é carregado de qualidade histórica, tornando-se o modo pelo qual a história acontece.

¹⁹ O lado sombrio ao qual Giddens se refere diz, claramente, respeito ao clima de descrédito e de desconfiança na humanidade decorrente das duas Guerras Mundiais e do desenvolvimento de tecnologias bélicas como a bomba atômica.

²⁰ Como nos diz Thomas, este mundo moderno “tem se preocupado com a temporalidade e com a noção de que as mudanças na sociedade, na cultura e nas coisas vivas estão espalhadas pelo tempo. O tempo providenciou uma estrutura lógica na qual a diferença pode ser ordenada e, pelo fato de poder ser arbitrariamente segmentado, o tempo linear pode providenciar um ‘compartimento’ para os processos e para os fenômenos dos mais variados tipos” (THOMAS, 2004, p. 224). Acontece que uma leitura positiva desta ideia, como a Iluminista pautada na razão e no bem que deriva do seu correto uso, implica uma relação necessária entre o futuro e uma condição melhor. Neste sentido, a cronologia é a medida do progresso histórico.

1.2 Materialidade

*Hoje eu vim, minha nêga,
sem saber nada da vida.
Querendo aprender contigo
a forma de se viver.
As coisas estão no mundo,
só que eu preciso aprender.*

Paulinho da Viola, *Coisas do mundo, minha nêga*

Como sugere Obeyesekere, de acordo com Oestigaard (2004, p. 34), “as ciências humanas são 'ontológicas' em um sentido amplo em relação à existência humana [...] As teorias nas ciências humanas são ontológicas em sua base pois as ciências humanas são sobre os seres humanos e sobre ser humano". É claro, isto talvez seja – apenas – *mais verdadeiro* para o caso das ciências humanas, pois, como nos diz Wolff, necessariamente

o conceito de humanidade transborda em todos os sentidos. Transborda primeiro para a esfera do saber, onde pode servir de caução a conhecimentos diversos [...] Mas transborda também para a esfera social, onde pode servir a interesses práticos diversos e contribuir para justificar diversas ideologias morais ou políticas. (2012, p. 10)

Ciente disso, de qualquer forma, como Foucault já deixara claro, é no âmbito das ciências humanas que a figura do homem surge enquanto um objeto a ser conhecido (2005, p. 336).

Neste sentido, parece impossível que qualquer tentativa de discorrer sobre a condição humana passe despercebida por algumas questões. Sendo assim, nada mais justo que eu trate agora destes problemas, pois, além de ser um ponto fundamental na discussão, também acredito ser onde minhas divergências em relação aos paradigmas dominantes no cotidiano da Arqueologia – posso dizer com segurança, ao menos, da brasileira – são mais exacerbadas.

A partir de tudo o que foi dito até agora, há margem para eu pensar que alguns leitores possam estar propensos a pensar que a expressão máxima da Modernidade está nos modelos discursivos que dão conta do modo como a vida social é experienciada. Se este for o caso, acredito ser necessário que eu desfaça o *imbróglio* que ajudei a construir. É verdade que em nenhum momento atrelei ao discurso demasiada primazia sobre as demais formas de entendimento, de expressão, senão que, apenas, atribuí a ele a capacidade de tornar acessível

ao coletivo a experiência individual de cada um, construindo um segundo modo de subjetivação: a narrativa.

Mas isto deve ser levado com ressalvas e, por consequência, gera a necessidade de que eu refute algumas concepções sobre, principalmente, o papel que a linguagem desempenha no entendimento do ser humano. O propósito desta parte da minha empreitada é atribuir o devido valor a cada uma das dimensões em que a vida social – e meu entendimento de Modernidade – se articulam. Meu primeiro passo é deixar clara a ideia de que a linguagem é apenas mais uma forma de representação e que assumiu um papel desproporcional – até mesmo violento – diante das outras formas de subjetivação, gerando um cenário onde a academia – e incluo a Arqueologia –, cedendo à violência epistemológica de um idealismo, transformou a dimensão material do mundo num mero receptáculo. O movimento seguinte, então, é o de sugerir uma alternativa a este panorama a partir da consideração de uma perspectiva simétrica, que vai embasar a problemática desta pesquisa, articulando a proeminência da paisagem na vida contemporânea da cidade, dando ênfase às ruínas.

1.2.1 Isto não é um espelho

O século XX talvez represente a maior expressão do que podemos chamar de *legado idealista*, ao menos para as ciências sociais. Existe uma perspectiva ainda dominante – talvez não mais crescente – sobre o modo como “nossa experiência das coisas é, basicamente, uma percepção cognitiva onde nossas capacidades sensoriais, principalmente a visão, são filtradas e transformadas pela nossa mente e pela linguagem” (OLSEN, et al., 2012, p. 19). O que resulta em dizer que uma entidade existe apenas enquanto nós, sujeitos, temos consciência dela e podemos articulá-la discursivamente (*ibidem*). Esta perspectiva impossibilita qualquer tentativa de acesso direto ao mundo, por menor que seja, passando a primazia ao sujeito consciente; às coisas não compete nenhuma forma ou significado intrínseco.

Esta ideia dá uma garantia de verdade ao discurso que, às vezes, parece impossível de se combater. Entramos em embates sobre o caráter da linguagem e fica difícil desconstruí-la por dentro – por vezes, somos pegos em nossas próprias armadilhas. Realmente, não há como fugir do discurso enquanto uma ferramenta de representação, mas devemos lembrar sempre que ele é traiçoeiro, pois, como já deixou claro Merleau-Ponty, a linguagem faz-se "esquecer ao conseguir exprimir" (2012, p. 37), ou seja, a linguagem esconde que é linguagem.

Na terra, já se fala há muito tempo, e a maior parte do que se diz passa despercebido. 'Uma rosa', 'chove', 'o tempo está bom', 'o homem é mortal'. Esses são, para nós, casos puros de expressão. Parece-nos que [a linguagem] atinge seu auge quando assinala inequivocamente acontecimentos, estado de coisas, ideias ou relações, porque então não deixa mais nada a desejar, não contém nada que não se mostre e nos faz passar ao objeto que ela designa. [...] Expressar não é então nada mais do que substituir uma percepção ou uma ideia por um sinal convencionado que a anuncia, a evoca ou abrevia. (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 29)

Consoante com este pensamento, entendo, Certeau atribui à fala a capacidade de *desnaturar* (2012a, p. 51). Estamos tão acostumados com este modo de representação que desconsideramos ser ele apenas um – dentre tantos – e que ele é passível de falha como tantos outros. Ou seja, não é porque a linguagem permite-nos exprimir algo que ela é digna de substituir este algo. Como toda perspectiva totalizante, ela julga-se capaz de dar conta de toda dimensão da vida, mas só consegue ser total na medida em que reduz tudo às suas limitações. É nesse sentido que a obra de Camnitzer (Figura 4) gera, inevitavelmente, uma inquietação no espectador.

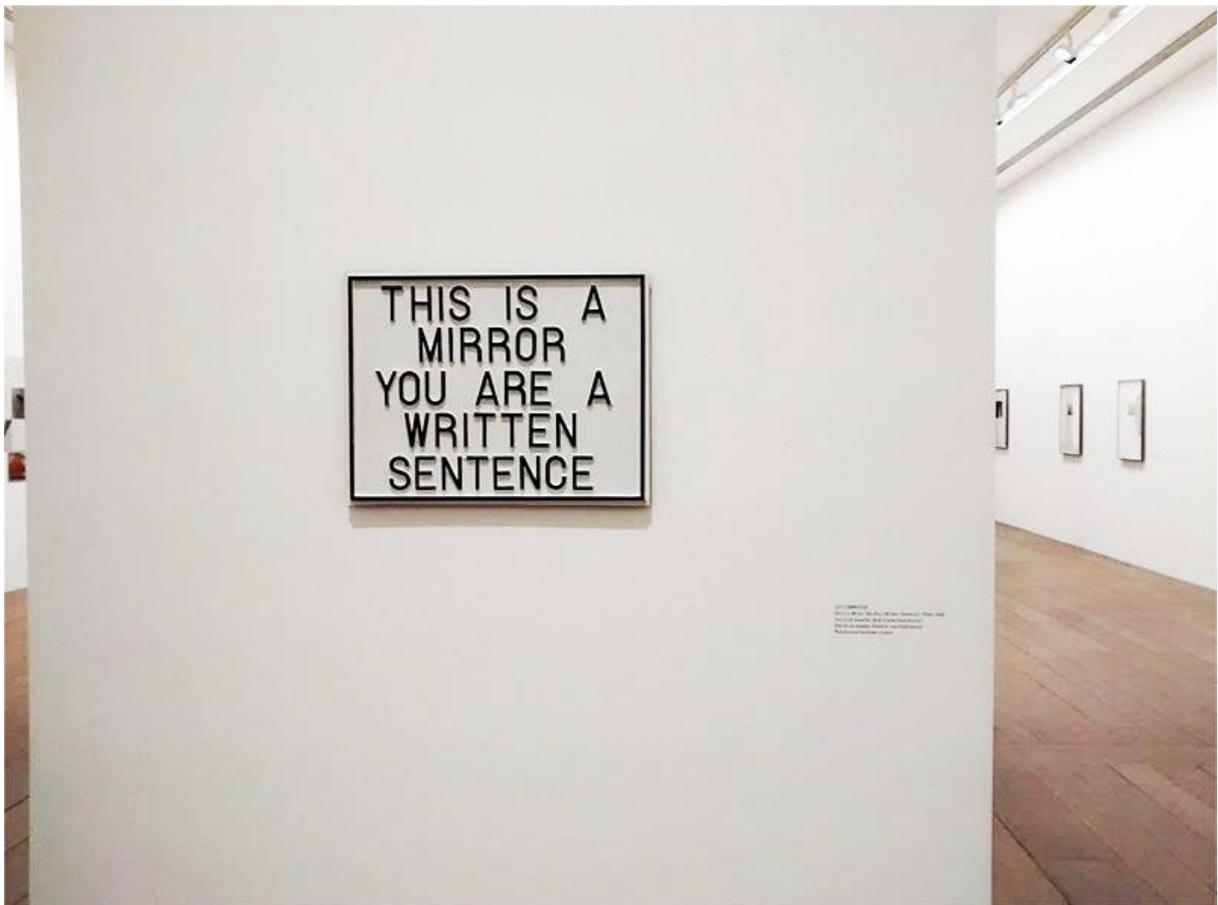


Figura 4 – Luis Camnitzer, *Isto é um espelho. Você é uma sentença escrita*, 1966-1968. Poliestireno formado a vácuo. Foto: Felipe Tramasoli.

Ao entrar numa determinada exposição, deparamo-nos com uma parede branca. Numa moldura, vemos as seguintes afirmações: *Isto é um espelho. Você é uma sentença escrita*. Após alguns momentos diante daquilo, por mais que tentemos, não nos vemos refletidos. A ideia parece boba, mas boa parte do que venho levantando até aqui recai sobre a mesma afirmação. Nós não existimos noutra plano que não o do mundo que nos circunda, não há uma diferença ontológica fundamental entre nós e as coisas – ao contrário do que o humanismo sugere. Quando assumimos que o mundo só existe na medida em que a cognição e a linguagem o fazem – e que, justamente, somente nestes termos ele existe – não podemos admitir que há muita diferença entre o modo pelo qual nos relacionamos com as coisas e com nossa própria materialidade – nós mesmos. Deste modo, não deveria haver um estranhamento em sermos uma sentença. Mas quando teorizamos sobre as coisas, estamos, de certa forma, distantes; confrontar este discurso com nossa própria materialidade é outra história²¹. E, assim como nós não somos uma sentença numa linguagem qualquer, o signo de algo não é a coisa-em-si. Mas, como René Magritte sugeriu, *as imagens são traiçoeiras*²².

Este entendimento de que a imagem de algo é a coisa em-si advém da premissa de que a garantia da existência do mundo reside na relação do sujeito com ele. Meu posicionamento se confronta diretamente com esse. Isto não quer dizer que nego que nós nos relacionamos com o mundo e que esta interação seja fundamental para a conformação de quem nós somos, de como nós entendemos quem somos, nem que ela viabilize nosso entendimento dele. É verdade, ainda, que não podemos, simplesmente, *dar uma saída* para verificar o que realmente há no mundo para além de nós. Todo o entendimento do mundo é construído a partir das limitações que a nossa forma de existência impõe. Porém, isso também não é a garantia de que as coisas em si não existam.

[...] nada sensível - quer se trate de uma qualidade afetiva ou perceptual - pode existir na forma como ele é dado a mim na coisa por si só, quando não está relacionado a mim ou a qualquer outra criatura viva. Quando se pensa sobre essa coisa "em si", ou seja, independentemente da sua relação a mim, parece que nenhuma dessas qualidades pode subsistir. [...] No entanto, não se pode afirmar que o sensível seja injetado em mim pelas coisas como uma espécie de alucinação perpétua e arbitrária. Pois é de fato uma ligação constante entre coisas reais e suas sensações: se não houvesse coisa capaz de dar origem à sensação de vermelhidão, não haveria percepção de uma coisa vermelha; se não houvesse fogo real, não haveria nenhuma sensação de queimação.

²¹ Devemos lembrar que o corpo como problemática, dentro da Arqueologia e das Ciências Sociais como um todo, é ainda um tópico pouco abordado. Como Borić e Robb (2008, p. 1) argumentam, “o corpo é tanto onipresente quanto invisível na arqueologia” e, por mais que algumas correntes teóricas toquem no tema, aparentemente, de forma tangencial, “elas permaneceram limitadas a enclaves dentro da teoria arqueológica, em desacordo uma com a outra teoricamente e limitadas pelo seu próprio alcance”.

²² <http://collections.lacma.org/node/239578> acessado em 10 de março de 2015.

[...] tudo o que importa para nós aqui é que a sensação é uma relação, ao invés de uma propriedade inerente à coisa. (MEILLASSOUX, 2009, pp. 1-2)

Uma relação, que embora chegue ao nosso entendimento de acordo com nossos parâmetros, não está sujeita exclusivamente aos modos pelos quais nossa compreensão se dá. Em outras palavras: não assumo como verdadeira a primazia que se costuma dar à relação em detrimento dos termos relacionados. Portanto, nem a linguagem nem a consciência são, em si, os modos primários que formam o mundo, posto que ele já está lá, elas são, sim, modos de subjetivação e de representação que podem possuir uma certa universalidade e que se referem ao entendimento das relações que nós estabelecemos com o mundo.

Diz Wolff que

[t]udo está dentro, porque para pensar qualquer coisa que seja, é necessário 'ser capaz de estar consciente dela', é preciso dizê-lo, e por isso estamos trancados na linguagem ou na consciência, sem ser capaz de sair. Neste sentido, não há um lá fora. Mas em outro sentido, elas estão inteiramente voltadas para o exterior; elas são a janela do mundo: para ser consciente é sempre estar consciente de algo, falar é necessariamente falar sobre algo. Ser consciente da árvore é estar consciente da própria árvore, e não da ideia de árvore; para falar sobre a árvore não é apenas para proferir uma palavra, mas para falar sobre a coisa. Consequentemente, consciência e linguagem encerram o mundo dentro de si apenas na medida em que, ao contrário, o são inteiramente contidos por ele. Estamos na consciência ou na linguagem como em uma gaiola transparente. Tudo está fora, mas é impossível sair. (*apud* MEILLASSOUX, 2009, p. 6)

Agora, a impossibilidade de sair não é a garantia de que estamos no nada. Há aquelas subjetivações que são universais, onde o resultado das relações entre diferentes indivíduos e um mesmo termo qualquer tende a ser o mesmo ou muito próximo. Para um ser humano ordinário, pode-se pensar, toda água molha; toda faca fura; toda parede obstrui; toda pedra é dura. Há um nível em que a relação do indivíduo com o mundo, por mais que seja necessariamente subordinada à cognição e à linguagem, não depende exclusivamente delas como garantia.

Na Arqueologia, os impactos destas perspectivas idealistas causaram uma depreciação da materialidade na vida social. Com o surgimento da Antropologia Social e sua decorrente preocupação com os processos e com as estruturas que estavam além e quase não acessíveis pelas coisas, os artefatos tornaram-se meras ilustrações, de acordo com Marilyn Strathern, onde, “se alguém estipula o contexto social como o padrão de referência ao qual os sentidos devem ser elucidados, então, a explicação desse padrão de referência nulifica ou torna as ilustrações supérfluas: elas se tornam reflexos de significados produzidos noutra lugar” (*apud* OLSEN, et al., 2012, p.28). Esta perspectiva não ficou aportada no velho continente, senão que, do outro

lado do Atlântico, Franz Boas manifestou, em certas ocasiões, que estava “fortemente convencido que os elementos mais importantes da cultura eram irredutíveis aos artefatos, que os fatos antropológicos nunca poderiam se tornar artefatuais – que a Coisa cultural, digamos, era muito intangível para ser encontrada nas coisas” (BROWN *apud* OLSEN, et al., 2012, p.28).

Querer entender as coisas, nestes termos, parece reduzir a atividade daqueles que o fazem a um mero fetichismo, a um colecionismo ou a um desengajamento para com o entendimento da vida social, pois ela *não está nas coisas*. A materialidade tornou-se um meio e, somente enquanto um meio, seu estudo é justificado – quando é – pelas ciências do homem. Não à toa, um pensamento muito recorrente – mas que já foi mais forte – atribui à Arqueologia o *status* de ser apenas “uma maneira cara de aprendermos o que já sabíamos” (DEETZ, 1996, p. 32).

Neste movimento, os arqueólogos passaram, então, a desqualificar o mundo material, alegando que estudavam “não as coisas, mas as pessoas” (WHEELER *apud* OLSEN, et al., 2012 p.7), ou que nunca esqueceram o “índio por detrás do artefato” (BRAIDWOOD *apud ibidem*), com base na ideia já disseminada de que a cultura é “não material” (TAYLOR *apud ibidem*). Não à toa, hoje, convivemos com o conceito cada vez mais problemático de *cultura material*, que representa, justamente, uma tentativa de elucidar esta conexão existente entre uma cultura qualquer e uma dimensão física do mundo.

Dentro desta perspectiva, a Arqueologia, aparentemente, viu-se relegada e subjugou-se às imposições das premissas destas construções e acabou buscando uma maneira de acomodar-se a elas. Isto resultou numa série de tentativas de determinar de que maneira seu objeto de estudo, que possui uma qualidade física, invade o domínio não material, aquele que é entendido como o campo da cultura e que é o *fator humano da equação*. Neste sentido, ao longo do século XX, o entendimento do objeto da arqueologia oscilou, no que diz respeito ao seu papel dentro de uma sociedade, entre algo totalmente passivo – como sendo absolutamente determinado por um sistema cultural – ou como algo com certo poder de transformação – mesmo que tangente, pois quando o artefato não é absolutamente passivo, sua capacidade transformadora não reside em si mesmo, pois ele é considerado apenas um vetor do agente transformador. Neste último caso, a cultura material é vista como um elemento mutuamente constituinte, onde, ainda, a ênfase está centrada na relação – no caso, naquela entre um sistema cultural e uma dimensão física.

O meu entendimento deste quadro é o que segue. Uma forma de subjetivação universal é deleitante para o estabelecimento do caráter científico dos estudos das sociedades humanas. Assim como a matemática assumiu o papel *revelador* para a física, por exemplo, o século XX viu a linguagem assumir a primazia de ferramenta reveladora da dimensão humana da vida e, neste contexto, o conceito de cultura material também foi inserido. Assumiu-se que não existe diferença ontológica – e este é o meu grande problema com esta perspectiva – entre o material e o textual, sendo que o mundo começou a ser enxergado como discurso.

Muitos de nós, inspirados pelo pós-estruturalismo, ignoramos facilmente as *diferenças* entre as coisas e o texto – ignoramos que a cultura material *está* no mundo de uma maneira constitutiva fundamentalmente diferente dos textos e da linguagem. Na verdade, apenas uma pequena parcela do mundo material é “lido” ou interpretado do mesmo jeito com que lidamos com os meios de comunicação linguísticos. Nosso meio de lidar com a maioria das coisas acontece de um modo “familiarmente inconspícuo”; nós vivemos nossas vidas como se “atirados” no emaranhamento de coisas *ready-to-hand*. Este emaranhamento orienta, fundamentalmente, nossa vida cotidiana de uma maneira, predominantemente, não discursiva. (OLSEN, 2010, p. 59)²³

Mas se o século passado foi o do discurso, o século XXI começa a se desenhar como o da volta às coisas. Esta *familiaridade inconspícua* que temos com o mundo tem aparecido com mais recorrência na última década como uma problemática. Como Trentmann afirma,

O status das coisas tem suscitado uma boa dose de autocrítica que oscila entre os temores de que a vida está se tornando desmaterializada e uma celebração dos objetos como "companheiros de pensamento, como companheiros de vida." A divisão entre os seres humanos e as coisas foi invadida. Mais radicalmente, uma maior humildade para as coisas levou a pedidos por uma democracia mais orientada para os objetos em que as coisas subalternas serão libertadas da regra humanista do discurso centrado no sujeito. Como as palavras nos anos oitenta pós-modernos, as coisas hoje estão agitando nossos entendimentos fundamentais da subjetividade, da agência, das emoções e das relações entre os seres humanos e não-humanos. (2009, p. 284)

O estranho em tudo isso é pensar que uma disciplina cujo foco está – e sempre esteve – voltado para a vida material se afastou com tanta facilidade desta dimensão da vida social. Deetz sugere, ao fim de sua obra magistral, que devemos lembrar das coisas aparentemente insignificantes e que “devemos usá-las de maneiras novas e criativas para que uma apreciação diferente do que é a vida hoje – e do que foi no passado – possa ser alcançada” (1996, pp. 259-260). Ou seja, nós nunca nos esquecemos completamente das coisas, no entanto, nos sujeitamos aos modos de entendimento que eram construídos por outras disciplinas que tratam da condição

²³ O termo *ready-to-hand* não foi traduzido pois acredito que qualquer tentativa de o fazer incorreria em prejuízo para o entendimento.

humana. Há diversas hipóteses que podem ser construídas sobre esse tema, mas boa parte delas parece girar em torno de uma certa submissão ou dependência da Arqueologia ante outras disciplinas, como a Antropologia e a História. O certo é que,

contrário à simetria que caracteriza o esforço interdisciplinar de nossos precursores, a recente vontade de olhar para outras disciplinas, de alguma forma, fez-nos perder de vista a lealdade que temos às coisas e a submete-las a esses discursos. Teorias que ignoravam totalmente as coisas foram, como parasitas, adotadas sem o devido reconhecimento ao modo como elas contribuíam para o entendimento do nosso próprio objeto. (OLSEN, et al., 2012, p. 208)

1.2.2 Manifesto do Eu atrofiado

O que jaz por detrás de tais perspectivas idealistas é, justamente, a enraizada concepção humanista de que há uma diferença ontológica entre os humanos e os não humanos (Cf. LATOUR, 2009). Uma diferenciação que é irrealizável – ao menos fora do discurso – uma vez que, no existir, em nosso engajamento cotidiano para com o mundo, já a contestamos. Em outras palavras: manter esta ontologia é, em última instância, ser hipócrita com a nossa própria existência.

É neste sentido que, com a Arqueologia que proponho aqui, tenho a pretensão de assumir um caráter simétrico, que visa acabar com esse regime que submeteu os não-humanos a uma realidade diferente, distante. Trata-se de uma Arqueologia que refuta a ideia de que as coisas são “residuais ou epifenomenais ao ‘social’ e ao ‘cultural’” (OLSEN, 2012, p. 211), senão que parte deles. Isto significa, retomando o que foi dito até agora, considerar que o mundo ao nosso redor existe sem distinção ontológica à nossa existência. Estamos no mundo como a árvore, as nuvens, o sol, a colher e a pedra estão.

Mas isto não significa simplificar a discussão ao ponto de permitir afirmações que nivelem toda existência. Os entes, claro, são diferentes entre si, mas o que se entende é que essa diferença não “deveria ser conceitualizada de acordo com o regime ontológico vigente de dualidades e de negatividades [pois] é uma diferença não-oposicional ou relativa” (*ibidem*). Defender esta perspectiva – em detrimento de uma existência enraizada em nossos modos de subjetivação – significa dizer que nós conceituamos, modificamos e construímos o mundo em que vivemos, mas que o mundo, em contrapartida, faz diferença na medida em que as coisas possuem qualidades intrínsecas e se relacionam umas com as outras.

Uma arqueologia simétrica está fundamentada no reconhecimento de que as coisas fazem uma diferença, e que sua habilidade para afetar e agir sobre nós não pode ser

reduzida a nosso inescapável emaranhamento com elas, mas também está fundamentada nas suas próprias qualidades específicas e na sua relação com as outras coisas. (OLSEN, 2012, p. 219)

Neste sentido, não existe mundo intocado, somente uma dimensão onde nós não existimos – e como não é o caso aqui (pelo menos eu estou aqui para provar) – o próprio fato de existir garante que o mundo é obrigatoriamente *tocado* por nós, na medida em que nossa presença pressupõe uma relação com ele. Nestes termos, aquelas ideias de Natureza – a intocada – e de Cultura – o ferrete – diluem-se. Não existe mais uma barreira ontológica que coloca de um lado o que é humano; de outro, o que não é. Portanto, assumir que existe uma entidade etérea que atribui um caráter cultural às coisas do lado-de-lá já não é mais possível. Com isso, quero dizer que não me resta outra alternativa que não a de rechaçar o conceito de *cultura material*, pois ele representa, justamente, o que quero combater.

Antes de mais nada, ele representa a manutenção da divisão ontológica proposta pelo humanismo entre aquilo o que é humano e o que é não-humano, pois a *cultura do material* designa ou uma origem – como aquela entendida enquanto um reflexo – ou uma qualidade exótica – como quando a coisa em-si não é a *cultura*, senão que a contém. Esta última, deve-se ter em conta, não representa uma conciliação entre as partes por mais que aparente, pois, em primeiro lugar,

simplifica muito as coisas ao ignorar a ecologia abrangente de entidades heterogêneas e de relações que se formam. Em segundo lugar, ela se esquece ou ignora a variedade desconcertante de papéis que as coisas podem desempenhar. Em terceiro lugar, ela ignora as qualidades que as coisas oferecem em uma determinada situação. Em quarto lugar, continua a centrar-se no suposto relacionamento primal entre os seres humanos e o mundo, assim, é "correlacionista" (Meillassoux, 2008). (OLSEN, et al., 2012, pp. 8-9)²⁴

O que me resta, então, é indicar uma alternativa, posto que a centralidade que o conceito de *cultura material* ocupa no pensamento arqueológico é fundamental para nosso empreendimento científico. Os parágrafos seguintes, portanto, dedicar-se-ão a encontrar um modo de fazer referência ao todo abrangente em que nos encontramos de maneira que não se estabeleça prejuízo ao entendimento arqueológico.

Este movimento que estou realizando aqui já vem acontecendo na Arqueologia (KNAPPETT, 2014, p. 4702). Há uma crescente e sensível necessidade, por parte dos

²⁴ O termo do filósofo francês Quentin Meillassoux refere-se à crença que vem desde Descartes, passando por Kant, de que as coisas só existem em relação à mente humana e à linguagem.

arqueólogos, em se afastar do problemático conceito de *cultura material*. Uma via que alguns tem sugerido é a ideia de *materialização*, que parece agradável num primeiro instante. No entanto, ela ainda mantém uma forte ênfase na relação em detrimento dos termos e reforça a ideia de que o social antecede o material (KNAPPETT, 2014, p. 4702). O intuito aqui, como já falei, é o de suscitar no leitor o entendimento de que as subjetivações não são, necessariamente, a garantia das coisas-em-si.

Neste sentido, acabei voltando-me para outro conceito que vem sido discutido nos últimos anos: Materialidade²⁵. Ele me parece ser o mais oportuno para representar meu entendimento do objeto da Arqueologia, pois “tem a distinta vantagem de transmitir o processo, a contínua dinâmica relação humano-artefato. E ele ajuda a rejeitar a dualidade entre mente e matéria que é, na verdade, um dos objetivos fundamentais das pesquisas sobre materialidade” (*ibidem*). Mas talvez seja preciso deixar alguns entendimentos acerca do termo bem claros, pois, como o mesmo autor alerta noutra oportunidade,

para qualquer lado que os arqueólogos se virem, eles encontram a materialidade. No entanto, este é um desenvolvimento muito recente no campo e seus entendimentos são variados. Alguns autores sofrem para definir seu entendimento de materialidade, enquanto outros o tomam literalmente. É difícil acompanhar os sentidos do termo materialidade quando ele é usado em diversos contextos arqueológicos, sem mencionar as disciplinas vizinhas. (*idem*, 2012, p. 188)

Como já disse, nós nos relacionamos com o mundo e esta relação pode gerar um entendimento universal – quando a subjetivação de indivíduos diferentes em uma mesma circunstância tende a ser a mesma – ou não – quando a subjetivação de indivíduos diferentes em uma mesma circunstância tende a ser a particular. No entanto, este cenário só é possível se considerarmos que há um todo englobante, onde estamos emersos, no qual eu incluo nosso próprio corpo e o mundo que o circunda. É a este todo que eu atribuo a noção de materialidade. Faço isto, também, seguindo a ideia de Freud de que

no início o Eu abarca tudo, depois separa de si um mundo externo. Nosso atual sentimento do Eu é, portanto, apenas o vestígio atrofiado de um sentimento muito mais abrangente – sim, todo-abrangente –, que correspondia a uma mais íntima ligação do Eu com o mundo em torno. (2011, p. 11)

Com este movimento, o foco, evidentemente, recai nos termos, mas isso não significa que a relação que estabelecemos com o mundo é desconsiderada, pois a subjetivação ainda é

²⁵ Na minha noção de Materialidade, não há muito espaço para a ideia de Cultura como vem sido entendida. Confesso não saber dizer se há algo de ruim nisso, já que que tal conceito parece atender muito mais a fins políticos que epistemológicos.

entendida como nosso meio de entendimento do mundo. Neste sentido, percebo que a materialidade pode ser entendida de dois modos não excludentes, complementares e com uma distinção estabelecida por fins analíticos. Ou nos referimos ao mundo percebido, àquilo que *nos é dado*, ou, então, como resultado de uma ingerência do ser humano sobre o mundo.

A primeira noção é mais genérica e pode parecer muito abrangente, mas o intuito é, justamente, o de não delimitar rigidamente seu alcance. Basta apenas termos em mente que há uma dimensão do mundo que está lá independente da nossa vontade. Podemos percebê-la de formas mais ou menos diferentes, mas ela está lá por si só. A segunda noção é a que dá conta da transformação que nós causamos, com um fim, no mundo, ou seja, com intencionalidade, formando o que convencionou-se chamar artefato.

A distinção se faz necessária pois, ao não entendermos a consciência humana como garantia do mundo, temos que dispor de termos que deem conta deste mundo e, ainda, de um modo específico pelo qual nos relacionamos com ele. Isto significa dizer que todo artefato é sinônimo de materialidade, mas nem toda materialidade é sinônimo de artefato. Embora eu rechace o termo *cultura material*, defendo a manutenção da noção de artefato enquanto um elemento importante para a problematização da intencionalidade. Mas a Arqueologia não deve limitar-se a estudar a ingerência humana sobre o mundo – os artefatos – também deve tomar como problema a sempre existente relação entre nós e o mundo – a materialidade. Dentro deste panorama, um tópico controverso das abordagens simétricas na Arqueologia carece de um pouco de atenção aqui: a questão da agência dos objetos. A noção de agência é, por si só, difusa²⁶ e parece só dificultar ainda mais a questão, mas pode oferecer um maior refinamento do entendimento dos artefatos.

Antes de mais nada, devo deixar claro que rechaço a ideia de atribuir agência às coisas. Seguem os motivos. Primeiro, a noção de agência é uma importante ferramenta para a problematização das motivações dos sujeitos, como a adoção, a construção, a transgressão, a manutenção de normas, de ideologias, de paradigmas dominantes; diluir esta noção no mundo seria uma perda inestimável. Segundo, se a diferença que nós causamos no mundo e que o mundo causa em nós já é assumida *a priori*, não vejo necessidade de se atrelar a ela um termo consolidado que possui uma função particular e importante, como a de problematizar a intencionalidade. A *agência secundária* que Gell (1998) defende já está representada no

²⁶ Barrett alega que existiram diversas tentativas de inserção do conceito de agência no pensamento arqueológico, mas com pouco efeito prático, servindo apenas como adorno de discursos acadêmicos (2012, pp. 146-147).

primeiro ponto que levantei e parece mais uma medida paliativa diante da não contestação das construções humanistas já mencionadas.

Portanto, entendo, aqui, a agência como uma qualidade do ser humano que possibilita uma ingerência sobre o mundo, formando os artefatos, por exemplo. Ainda, vejo o processo que forma os artefatos semelhante ao processo que DeMarrais chama de “materialização”, que “pode ser definida como a transformação de ideias, valores, histórias, mitos e afins em uma realidade física, material” (2004, p. 11). Talvez, neste sentido, possamos concordar com Bruneau e Balut (1997, pp. 214-217) quando eles defendem a ideia de que o projeto deva ser, também, objeto da Arqueologia, pois todo artefato carece de um, uma vez que a vontade de transformar algo pressupõe a consciência de um fim e a totalidade de tal empreendimento não deve ser ignorada.

Cabe ressaltar que nada do que foi dito aqui pressupõe que a Materialidade não possa ser entendida por formas discursivas, apenas que não pode ser entendida, *a priori*, como tal. Pode parecer absurdo, mas isto é pouco dito e a ideia que refuto encontra-se implícita – quando não explícita – em perspectivas que tomam a igualdade – *cultura material* e discurso – como garantida. Outra questão que deve ser reforçada: há um problema em entender o artefato como oposto à ideia de natureza, como se ele fosse uma apropriação da natureza pela cultura, pois ele se torna um híbrido, na verdade. Um ente que vaga perdido entre dois polos. Ao assumirmos – como estou fazendo aqui – que esta divisão ontológica cultura/natureza não existe, o hibridismo paradoxal do artefato some. A questão que cabe, então, é diferenciar o artefato a partir de uma relação específica que estabelecemos com o mundo: o artefato é caracterizado pela ingerência do indivíduo sobre o mundo, onde o primeiro transforma o segundo, mas não a partir de uma relação já estabelecida, que caracteriza o estar-no-mundo, mas a partir da intencionalidade de um indivíduo sobre as coisas.

1.2.3 Uma miríade de coisas²⁷

²⁷ O termo *coisa*, neste contexto, deve ser entendido de forma similar ao inglês *thing*, mesmo que, de um modo geral, os dois não se correspondam necessariamente. No entanto, as diversas articulações recentes da produção acadêmica estrangeira em torno do termo *thing*, principalmente as relacionadas a *Thing Theory*, não devem passar despercebidas, mas, sim, deglutidas. Neste sentido, é importante ressaltar o seguinte sobre o termo *thing*: “A própria etimologia da palavra ‘thing’ sugere precisamente tal função transcendente ou aglomeradora [de temporalidades]. Como notado por diversos autores (Cf. Heidegger 1971:172; Glassie 1999:67-68; Serres 1987), a palavra *þing* dos antigos Nórdico e Inglês significava ‘juntar’, como significava o Alto Alemão Antigo *Thing*. Entretanto, é menos difundido a possível antiga raiz etimológica (*tenku*) sugere uma dimensão temporal adicional:

Paisagem é um conceito que vem sendo muito trabalhado na Arqueologia. Talvez seja pertinente pensar que a década de 1990 represente um marco na sua problematização, principalmente com a obra de Tilley, *A Phenomenology of Landscape*, publicada originalmente em 1994. Apesar das críticas recebidas²⁸, os aspectos positivos que tais abordagens trouxeram para o entendimento do modo como os seres humanos relacionam e relacionaram-se consigo e com o mundo são incontestáveis. Até a consolidação da paisagem como um viés legítimo de inquirição, o mundo, quando era percebido, era entendido como cenário, quando não, simplesmente, subtendia-se que vivíamos numa folha branca, uma vez que *não existe nada lá fora*. Mas a sua problematização trouxe o mundo à tona, como se saltasse aos nossos olhos tal qual o coelho saindo da cartola do ilusionista. Desde então, parece impossível negar que o mundo como problemática é não só viável como fundamental para o entendimento da vida humana.

A paisagem – também, mas não apenas – comunica, e comunicar

lembra-nos H. Laborit (1987, p. 38) "etimologicamente significa pôr em comum". Esse processo, no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, resulta de uma verdadeira negociação social, de que participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos, "pontos de vista mais ou menos compartilhados", em proporções variáveis, diz S. van der Leecew (1994, p. 34). Nessa construção, pois, além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens. Segundo ainda G. Berger (1943, 1964, p. 15) "a ideia dos outros implica a ideia de um mundo". (SANTOS, 2006, p. 214)

Esta passagem de Milton Santos tem o propósito de lembrar ao leitor alguns pontos importantes que já foram abordados no decorrer das páginas desta pesquisa. Primeiro: é evidente que toda paisagem possui um potencial comunicativo, ou seja, toda paisagem é passível de articulação simbólica. A própria Arqueologia sul-americana possui bons exemplos de trabalhos neste sentido²⁹. No entanto, o caráter *discursivo* da paisagem é mais um problema gerado pela circunstância em que se dá nosso entendimento do que da natureza dela.

A paisagem, antes de mais nada, tem a ver com estar no mundo. Penso se tratar da categoria de análise mais englobante, que diz respeito a nossa imersão na vida. Pensá-la é pensar

‘duração’, ou, literalmente, ‘extensão’ ou ‘tempo estendido’ (Falk and Torp 1994/1906:903; Bjorvand e Lindeman 2000:939ff.)” (OLSEN, 2010, p. 109).

²⁸Algumas delas são as de Barrett e Ko, quando afirmam que “se sua [Tilley] abordagem possui uma raiz na fenomenologia, então ela está, não no Ser e Tempo de Heidegger, mas na obra de Husserl” (2009, p. 284); para Olsen, Tilley objetiva “deslocar parte da experiência abarcada no dia a dia da mente para o corpo, [mas] a experimentação permaneceu ancorada no indivíduo humano” (2010, p. 28); Fleming, por sua vez, afirma que Tilley e seus companheiros teriam “permissão para dizer mais ou menos o que eles quissem” (2006, p. 268).

²⁹Lembro aqui os trabalhos de Zarankin (2002) e de Thiesen (2005) por exemplo.

no ver, no cheirar, no aquecer ou no esfriar, no desviar do outro, no parar embaixo do toldo, no olhar por onde pisa enquanto passeia pelo chão de estrelas. É, também, pensar na parte da vida que foi tomada do Eu atrofiado. E, justamente, pela figura do Eu, pensar a paisagem, também, pressupõe um ponto de referência, nossa centralidade, que está emersa no mundo, na imensidão que a vida é. E, por isso, um traço importante e indissociável da paisagem é o seu potencial mnemônico. Ou seja, pensar assim, significa considerar que quando passo pela rua onde vivi minha infância, não passo apenas pelo lugar onde noutro tempo eu estive, mas pelo mundo que trago comigo. Leminski fala de Curitiba, mas eu poderia falar de Rio Grande:

Minha vida sabe de cor uma cidade. Cada rua, cada ruína. Uma rua, ruína de milhões de passos e pegadas, de encontros fortuitos. Melhor mudar de calçada. E de pontuais desencontros. Uma transversal da... como é mesmo o nome daquela que passa atrás do campo do Atlético? Ruínas imateriais. Tem noites que sonho passar por lugares que não existem mais. Do lado do Colégio Santa Maria, onde hoje é um banco, em meados dos anos 60, havia uma gráfica. Ainda ouço as máquinas. Ruínas de sons, ruínas de lembrança. (2011, p. 248)

Um outro ponto ainda deve ser considerado: quando pensamos em paisagem não podemos esquecer que, para além da nossa centralidade, existe uma miríade de entes que se articulam, que a compõem, que a mantêm e que a transformam. Talvez isto seja até seja considerado, mas, de qualquer forma, acaba passando despercebido pela grande maioria das análises sobre o tema devido ao propósito das pesquisas. Mas a questão é que, aqui, esta ideia é fundamental para o prosseguimento da empreitada. Aqui, estes outros elementos da paisagem, que não nós,

são mais do que produtos da experiência e do engajamento humano. Em outras palavras, nós precisamos reconhecer que as qualidades e as dinâmicas da paisagem que nós experimentamos também são o produto da interação e da troca entre brigadas de entidades não-humanas, como aquelas envolvidas no clima e nas mudanças sazonais. (OLSEN, 2012, p. 214)

Isto, pois, a problemática desta pesquisa está articulada a um destes entes que têm sua gênese condicionada pela presença, tanto do elemento humano, quanto do elemento não-humano que compõem a totalidade do mundo: as ruínas.

No dicionário Michaelis, a seu respeito, lê-se “1. Ato ou efeito de ruir; desmoronamento, destroço, destruição. 2. Resto de edifício desmoronado. 3. Edifício desmoronado ou escalavrado pelo tempo ou por causas naturais ou acidentais”³⁰. Para nós, aqui, uma ruína é um

³⁰ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/português/index.php?lingua=português-portugues&palavra=ru%Edna>. Acesso em 3 de fevereiro de 2015.

artefato, mas um tipo bem peculiar e por dois aspectos distintos. Um, primeiro, que o aproxima da noção que o Michaelis nos traz – uma ideia mais consagrada do que uma ruína vem a ser – e outro que o particulariza e que o torna mais pertinente à problemática a ser desenvolvida. A noção de ruína – e aqui levo em conta todas as classes gramaticais às quais ela se articula – parece estar, necessariamente, ligada a uma ideia de algo que se desfaz ou que perde algo de si mesmo e que – é importante termos em mente – está, de alguma forma, *distante* de nós.

Primeiro, uma coisa qualquer, digamos, uma ponte de pedra que está abandonada há incontáveis anos, com vários pontos cobertos de limo e com componentes estruturais faltando, tornando impossível a travessia através dela, remete-nos a uma condição posterior à da ideia de uma ponte – uma estrutura construída que interliga duas porções de terra sobre a água e que permite, assim, a travessia de um lado para o outro. À ponte em ruínas, não se presume atribuir a funcionalidade pretendida de uma ponte, nem o seu aspecto esperado.

Embora a ponte seja um artefato, tenha sido construída com um propósito, com uma intenção, um fim, a ação de outros fatores não-humanos sobre a dimensão material do artefato acabam ocasionando a sua degradação, que, por sua vez, culmina no que chamamos de ruína. Portanto, presume-se que compete aos agentes humanos a execução de atividades com o intuito de garantir a manutenção de artefatos que, por sua vez, são ruínas em potencial³¹. É nesse sentido que existe, tangencialmente, uma sensação de passagem de tempo, de distanciamento quando nos deparamos com elas. Uma ruína, aparentemente, acaba sendo sinônimo de ausência, de antiguidade. Nesse sentido, elas tendem a ser corpos estranhos no nosso mundo.

Eu poderia me valer de diversas ferramentas imagéticas nestas folhas para ilustrar ao leitor a forma como a ausência de componentes pode atribuir a qualidade de ruína a um artefato. No entanto, não acredito que há muito o que ser mostrado quando já se escreveu muito bem sobre essa questão. Virginia Woolf, em *Ao Farol*, traz, de forma ímpar, as imagens que minhas folhas carecem.

A casa estava abandonada; a casa estava deserta. Abandonada como uma concha em uma duna, que se enche de grãos de areia agora que a vida se fora. Uma longa noite parecia ter começado; a leve brisa estimulante e a maresia hesitante pareciam ter triunfado. A caçarola enferrujara e o capacho se deteriorara. Rãs farejaram seu caminho para dentro da casa. Em vão, o xale balançava vagamente para lá e para cá. Um cardo rompera as telhas da despensa. As andorinhas faziam ninhos na sala de visitas; o chão estava coberto de palha; o reboco desabava em pedaços enormes; as

³¹ É verdade que as circunstâncias às quais a nossa ponte hipotética está submetida podem – em maior ou menor grau – exigir ou não cuidado nesta atividade de preservar, pois ambientes mais secos tendem a ser mais propícios à conservação de materiais, enquanto os úmidos são mais nocivos à integridade física deles. Mas a relevância deste aspecto é antes um ponto a favor da influência das circunstâncias do que um argumento contra elas.

vigas estavam à mostra; ratos carregavam uma coisa ou outra para roer atrás dos lambris. Borboletas irrompiam das crisálidas e batiam até morrer de encontro às vidraças. Papoulas disseminavam-se por entre as dálias; o gramado ondulava, coberto de capim alto; alcachofras gigantescas elevavam-se acima das rosas; cravos florescia entre os repolhos; enquanto isso, o suave tamborilar de uma erva-daninha contra a janela se transformava, nas noites de inverno, no rugar de árvores frondosas e urzes espinhentas, que no verão deixavam a sala inteira verde.

[...] Não havia nada que lhes opusesse resistência, agora; nada os enfrentava com um não. Que sopra o vento; que a papoula germine e o cravo se junte ao repolho. Que a andorinha construa seu ninho na sala de visitas, e o cardo derrube as telhas, e a borboleta tome sol sobre a chita desbotada das poltronas. Que o copo quebrado e a porcelana se estendam pelo gramado, e se entrelacem com a grama e as frutas silvestres. (2013, p. 91)

Na ausência de quem lhes dissessem *não*, os elementos não-humanos, em decorrência de sua incessante interação, transformaram a casa, assim como transformaram nossa ponte – descaracterizaram seus traços físicos, funcionais – e, quando nos deparamos com estes artefatos, cuja vida parece estar sendo surrupiada, os adjetivamos: são ruínas.

Segundo, o entendimento da *distância* que existe na concepção mais recorrente de ruína reside num distanciamento temporal e/ou espacial em relação ao observador. De qualquer forma, esta distância impede o estabelecimento de uma relação mnemônica. Isso quer dizer que elas não fazem parte do mundo do observador, são corpos estranhos, um outro.

1.2.4 Outras ruínas

Obviamente, não é este o caso pertinente aos exemplos trazidos aqui, como o referente à casa dos Ramsay, n' *O Farol*. É claro, pode-se defender que a gênese é a mesma, em função da atuação de elementos não-humanos – e em parte é –, mas o que as torna um corpo estranho em nosso mundo, não é, necessariamente, uma distância no tempo e/ou no espaço. Essas últimas, como sugere Cernuda, são outras ruínas. As *ruínas contemporâneas*³², em relação à noção mais consolidada, são próximas de nós em ambos sentidos³³.

³² Optei por adjetivá-las como *contemporâneas*, visto que a diferenciação que faço entre os dois tipos de ruínas apresentados se dá, fundamentalmente, num distanciamento temporal e espacial entre elas e o observador e suas consequências. Na literatura, no entanto, é recorrente a elas a adjetivação “moderno”, que está sendo evitado aqui, também, pela defesa que fiz do meu entendimento de Modernidade.

³³ Pétursdóttir e Olsen (2014, p. 6) argumentam que dois pontos que diferem as ruínas contemporâneas daquele primeiro tipo seriam de ordem composicional e temporal. O primeiro diz respeito à presença de materiais como ferro, vidro e concreto, que acabam não vingando as expectativas estéticas associadas às ruínas antigas. O segundo, à imaturidade, pois elas são muito recentes.

Como mencionei linhas atrás, a condição de ruína não é construída, nestes casos, apenas em função de elementos não-humanos – da vegetação que toma a casa, que derruba o reboco da parede – mas dos humanos também. São essas *outras ruínas* que a poesia nos traz à tona, nas palavras de Enjuto-Rangel:

as ruínas da poesia urbana moderna tendem a ser recentes – restos da destruição e da reconstrução das ruas da cidade, das casas, dos prédios públicos e das fábricas ao invés de monumentos e estátuas quebradas, igrejas abandonadas, fragmentos de templos ou outros restos de um passado distante. Nestes poemas, a natureza deixa de ser a principal força que, lentamente, “domina” as obras da “civilização”: o progresso e a guerra assumem os papéis da vegetação e do tempo; nostalgia e admiração se transformam em tristeza e desinteresse. (2007, p. 140)

Talvez o exemplo mais notável de ruínas formadas pela intervenção humana seja a Europa destruída na primeira metade do século XX, resquícios da violência bélica, como foi o caso de Varsóvia (Figura 5).



Figura 5 – Rynek Starego Miasta, Varsóvia, em 1944. Fonte: PESAVENTO, 2006, p. 7.

Mas não só atos extremamente violentos são capazes de transformar meros artefatos em ruínas. Se, por um lado, a atividade bélica é um *agente arruinador* exógeno às cidades, o ímpeto reformista que transformou – e ainda transforma – várias cidades nos últimos séculos é o seu

correspondente endógeno. Exemplos disso são os empreendimentos fáusticos ³⁴ que aconteceram em Paris e em Nova Iorque, para ficar apenas nos exemplos de Berman (2007).

Além disso, com maior ou com menor intensidade, as cidades contemporâneas apresentam uma dinâmica que, eventualmente, acaba reformulando alguns elementos de sua paisagem. Ciclos econômicos eclodem e implodem fábricas e chaminés, o déficit habitacional aflora novas moradias enquanto a especulação imobiliária suga a função social de outras. Não só esses, mas diversos outros fatores podem influir e confluir nas condições que geram uma ruína contemporânea. Para manter o ritmo de exemplos extremos – apenas com o intuito ilustrativo – no que tange aos fatores endógenos, talvez não exista caso mais pertinente do que a fatídica paisagem de Detroit (Figura 6)³⁵.

³⁴ "Uma das ideias mais originais e frutíferas do *Fausto* de Goethe diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do *autodesenvolvimento* e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento *econômico*. Goethe acredita que essas duas formas de desenvolvimento devem caminhar juntas, devem fundir-se em uma só, antes que qualquer uma dessas modernas promessas arquetípicas venha a ser cumprida. O único meio de que o homem moderno dispõe para transformar - Fausto e nós mesmos o veremos - é a radical transformação de todo o mundo físico, moral e social em que ele vive. A heroicidade do Fausto goethiano provém da liberação de tremendas energias humanas reprimidas, não só nele mesmo, mas em todos os que ele toca e, eventualmente, em toda a cidade a sua volta. Porém, o grande desenvolvimento que ele inicia - intelectual, moral, econômico, social - representa um altíssimo custo para o ser humano. Este é o sentido da relação de Fausto com o diabo: os poderes humanos só podem se desenvolver através daquilo que Marx chama de "os poderes ocultos", negras e aterradoras energias, que podem irromper com força tremenda, para além do controle humano. O *Fausto* de Goethe é a primeira e ainda a melhor *tragédia do desenvolvimento*" (BERMAN, 2007, pp. 53-54).

³⁵ A cidade de Detroit, conhecida por sediar grandes empresas automobilísticas daquele país, sofreu um grande decréscimo populacional nas últimas décadas, além de ter sofrido fortemente com a crise econômica que, recentemente, afetou grandes montadoras. A cidade declarou falência anos atrás e começou a mostrar sinais de recuperação apenas em dezembro de 2014. Fonte: http://www.nytimes.com/2014/12/11/us/detroit-bankruptcy-ending.html?_r=0 acessado em 26 de fevereiro de 2015.



Figura 6 – Vista do alto do edifício Lafayette, 2007. Fonte: <http://www.marchandmeffre.com/detroit>, acessado em 26 de fevereiro de 2015.

Em suma, deve-se ter em mente que as ruínas, em geral, causam um estranhamento baseadas numa noção de *distanciamento*. No primeiro caso, aquelas não contemporâneas são caracterizadas pelo distanciamento espacial e ou temporal estabelecido entre elas e a comunidade que interage com ela. Esta distância, entende-se, é acompanhada de admiração e curiosidade e pelo reconhecimento de um outro. As ruínas contemporâneas, por sua vez, não estão distantes de nós no tempo ou no espaço. Elas são as *nossas ruínas*. Talvez, por isso, não despertem tanta curiosidade em geral quando não são parte dos casos extremos já mencionados. A distância que estabelecemos entre nós e elas é construída por nós. Isto é principalmente mais verdadeiro para os casos onde as ruínas são elementos presentes, mas dispersos, na paisagem das cidades. Enquanto as primeiras saltam aos olhos, as segundas, na cotidianidade da vida urbana, aparentam esconder-se atrás das calçadas e este distanciamento que criamos em relação às ruínas contemporâneas acaba apagando-as do nosso cotidiano.

Quanto a isso, devemos ter em mente que

As coisas estão, normalmente, no devido lugar, ao menos, o suficiente para que nossa existência seja previsível e segura. Quando acordarmos amanhã, a cama, a sala, a casa ainda estarão lá. Assim como nossos pertences pessoais, as outras casas, as ruas e as tubulações que as conectam, os ônibus e os carros, as lojas e as fábricas, os jardins, as montanhas e as árvores. Elas constituem nossa aquisição incontestável. Nós não acordamos em um mundo completamente novo a cada manhã, tendo que começar tudo do zero. (OLSEN, 2010, p. 158)

Trazendo Certeau para esta reflexão, aí está “a ordem espacial que organiza o conjunto de possibilidades” (2012b, p. 164) das práticas espaciais, ou seja, o mundo que se apresenta a nós e que, salvo exceções³⁶, estará lá também amanhã. Ele é a condição necessária para que tenhamos uma experiência espacial (*ibidem*, p. 185). E é com base nisso que construo a noção do *distanciamento* pertinente a estas outras ruínas: ele está, não nas tais condições necessárias, mas na prática cotidiana de viver a cidade.



Figura 7 – Mais um dia pelas ruas do Rio Grande. Foto: Felipe Tramasoli.

O meu entendimento aqui é o de que nós nos distanciamos, talvez, por que as ruínas possuem o potencial de revelar um “legado histórico desconfortável da cidade [...] suas promessas de progresso [que] contêm sua ‘irrealidade’” (ENJUTO-RANGEL, 2010, p. 269) e queremos evitar o trauma por detrás das palavras do discurso histórico. É, então, que a

³⁶ Aqui, podemos considerar que a interação entre os elementos não-humanos que geram a transformação da paisagem tende a ser lenta diante da experiência que temos do tempo – semanas, meses, anos; já a interação entre humanos e não-humanos tendem a ser mais abruptas e muito mais velozes – horas, dias.

materialidade se faz necessária para combater aquilo que as narrativas sobre um passado não conseguem ou não querem nos dizer.

1.2.5 Fantasmagoria

Sobre Arqueologia e assombrações, Buchli e Lucas dizem

De acordo com Vidler, a arqueologia e o ato arqueológico são, por definição, um ato de “estranheza” que revela aquilo que deveria permanecer invisível (Vidler 1992:48). O *unheimlich* também é, recorrentemente, associado à ideia de “assombramento”. A ideia de fantasmas é muito próxima da imaginação arqueológica: o desaparecido, o passado e como tais espectros nos encantam, ao mesmo tempo nos apavorando e nos confortando. (2001, pp. 11-12)

Como notam Pétursdóttir e Olsen, embora a Modernidade, raramente, esteja associada a ruínas, “nunca se produziu tantas [como agora]” (2014, p. 3). E, com isso, acabamos criando um “mundo fantasmagórico de decadentes restos modernos [que é] considerado muito recente, muito triste e muito repulsivo para ser abraçado como patrimônio” (*ibidem*).

Um clássico exemplo necessário que trata desta ideia de ruína moderna é o inacabado estudo de Benjamin sobre as arcadas de Paris. Não só por ser pertinente ao ter como objeto estas outras ruínas às quais me referi, mas por que desejo me apropriar de uma noção tão cara à ele: a ideia de fantasmagoria. É verdade que este conceito benjaminiano tem muito do marxismo e chega-se a entendê-lo nos termos do fetichismo, mas eu quero evocar aqui a ideia de *fantasmagoria* num sentido muito simples.

Já argumentei que a materialidade traz para o presente outras temporalidades, que o passado vem consigo se arrastando. Em outras palavras, podemos dizer que as coisas têm um potencial mnemônico. Engajarmo-nos novamente com elas é, portanto, um esforço para lembrar. Pois as ruínas que se tornaram aquele algo agora degenerado, quando nos buscam pela memória, revelam aquilo que já não são mais. Elas não apenas se limitam a nos lembrar, mas a nos assombrar. Principalmente se considerarmos que elas não são rememoradas no cotidiano, pois elas são negligenciadas.

[...] o passado não é deixado pra trás, mas se dobra tornando-se presente, possibilitando diferentes formas de memória material. Um efeito da “doença do historicismo” é que ela nos deixa cegos a esta história efetiva e ao potencial que ela constitui como um modo legítimo de lembrança. A memória cultural não é apenas um processo intencional de chamar um passado específico ou, menos ainda, de inventar aquele passado. A memória também é habitual e material, um constante ato de

relembrar que é inserido no nosso próprio *being-in-the-world*. O passado segue vivendo, fazendo-se presente. No seu próprio modo “cru”, ele se pressiona contra o presente, “roendo em direção ao futuro e ... absorvendo enquanto avança” (Bergson 1998:4). Este passado não obedece à ideia construtivista de representação seletiva ou de versões particulares “captadas em formas permanentes” (Bradley 2003:223). Ele se acumula e se sedimenta, também, de acordo com as trajetórias materiais que estão além do controle humano e na seleção voluntária, criando um presente enormemente rico e palimpsestal que encontramos no dia a dia. (OLSEN, 2010, p. 126)

Portanto, este movimento que fazemos de lembrar com as ruínas é, antes de mais nada, um esforço voluntário. A evocação da memória, neste caso, se dá de maneira diferente daquela que advém do hábito de andar pela cidade, quando se presume que as coisas se mantêm, se repetem. A ruína é indício de algo que já foi. Necessariamente, lembrar, quando temos uma ruína envolvida, é estranhar.

É esta capacidade que as ruínas possuem, portanto, de gerar um desconforto ou de – ao menos – requererem uma maior consciência daquele que lembra, que deve ser explorada. A potencialidade das ruínas, entendo, está na contestação de uma construção histórica, vertical, impositiva. E eis então onde reside o potencial da Arqueologia, que

deve usar sua própria retórica, uma que mantenha a “coisidade” da coisa sem ficar presa no discurso verbal [...] Sontag (2003, 98) disse que as “Narrativas podem nos fazer entender. As fotografias fazem um algo a mais: elas nos assombram”. A Arqueologia, [...] como a fotografia, deve ser passível de nos assombrar (Shanks 1997a). Ao menos, ela deve trazer à tona a presença do passado de uma maneira vívida. Isto também significa uma retórica que é menos baseada na completude – o que muitas narrativas aspiram fazer – e mais na aceitação da natureza inerentemente parcial, fragmentária e, portanto, incomum do registro arqueológico. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 251)

1.3 Metodologia

*Não venha com a problemática que eu dou a
solucionática.*

Dadá Maravilha

Até aqui, ao longo deste capítulo, dediquei-me a expor as ideias que fundamentam meu raciocínio e que tornam minha problemática coerente. Agora, o propósito é o de estabelecer de que modo, a partir das minhas premissas, meu objetivo pode ser alcançado. Em outras palavras, o que segue é a explanação acerca dos meios para atingir a minha *solucionática*, como diria

Dadá Maravilha. Mas, antes de entrar nos pormenores de cada etapa, definirei quais elas são e por quê.

Primeiro, lembremos que eu defendi um entendimento de Modernidade como uma qualidade da existência humana que designa um modo de experimentar o tempo. Embora possamos considerar improdutivo, fantasioso ou altamente especulativo tentar entender este modo de experimentação, também defendi que a Modernidade é, além de tudo, a socialização desta experiência, que é posta em comum na forma de uma narrativa histórica. Portanto, nada mais salutar do que começar pela determinação da modernidade rio-grandina.

Segundo, como meu objetivo gira em torno de uma *retórica arqueológica*, cabe delimitar os termos. Como já disse, o elemento central da minha retórica são as ruínas do núcleo urbano da cidade do Rio Grande. Elas devem ser estipuladas, identificadas e localizadas. Mas, antes de eu entrar neste ponto, cumpre delimitar a área de maior interesse para este estudo, que será feito com base na derivação da malha urbana da cidade.

Por último, tendo estabelecido a Modernidade rio-grandina e os elementos da retórica, resta-me articulá-las e criar o meu manifesto, como proposto por González-Ruibal (2008), pois há que se visar o tal efeito terapêutico que a Arqueologia pode ajudar a proporcionar. Sobre esta questão, diz ele:

Em um período tão bem documentado como o século XX, a Arqueologia mostra que existem áreas obscuras; eventos que não podem ser completamente velados; coisas, em suma, que não podemos saber ou compreender apesar de toda pesquisa, todo dado, todos arquivos que possamos ter. Ao converter a Arqueologia em uma disciplina que aspira a totalidade e a completude, ela perde seu poder e sua essência natural, que reside no trabalho com "a radical indecibilidade do passado" (Edensor 2005:330). (*ibidem*, p. 251)

Neste sentido, há que se buscar modos onde uma retórica arqueológica seja passível de oferecer uma alternativa fundamentada no modo como nós nos engajamos com o mundo. É neste sentido que devemos articular nossa sensibilidade com o mundo, talvez de maneira semelhante aos artistas³⁷, mas

refletir sobre as coincidências entre o trabalho dos artistas e dos arqueólogos (Renfrew 2003) não implica em transformar o que estudamos em um objeto de arte, nem nós mesmos em artistas. Existe um risco em estetizar e romantizar as ruínas modernas, convertendo-as em *playgrounds*. [...] Acho ser mais apropriado, dada a natureza política e traumática de muitas ruínas [contemporâneas], explorá-las a partir da perspectiva da alienação (ver Buchli and Lucas 2001). [...] Somos treinados para ler

³⁷ Como aponta Bailey (2014, p. 231), muitos arqueólogos têm encontrado inspiração na arte, assim como artistas na Arqueologia.

os traços materiais e nos engajarmos de modos significativos e originais com as qualidades e com as texturas das coisas, por que nós sabemos sobre a cultura material e sobre a história e nós temos desenvolvido uma metodologia para documentar e manifestar o passado. [...] A combinação de mídias antigas e novas está expandindo as possibilidades dos arqueólogos traduzir as qualidades das coisas (Witmore 2004a). Visto os abundantes dados e a natureza particular do registro arqueológico [recente], a Arqueologia do passado contemporâneo deve beneficiar-se ainda mais destes modos de engajamento com o material. A modernidade criou uma divisão assimétrica nítida entre retórica e verdade e que deve ser superada (Ginzburg 2003): elas não são conflitantes. Na verdade, a retórica ajuda a mediar o passado de maneiras enriquecedoras: o conflito está na verdade, onde a revelação e a dissimulação lutam, mas não no essencial emaranhamento de verdade e retórica. [...] A característica particular da Arqueologia do [contemporâneo] pode ser, não à toa, razoavelmente exposta: a natureza traumática do passado recente; nossa íntima implicação nos eventos; a natureza perturbadora do registro arqueológico da [modernidade]- cuja proximidade histórica a torna tão crua e traumática. [...] Apenas estes atos de revelação podem curar aqueles que sofreram a violência da [modernidade] [...] Ao mesmo tempo, a Arqueologia não é apenas sobre curar, mas também sobre crítica: expor as genealogias obscuras e as operações destrutivas do mundo contemporâneo. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, pp. 251-262)

1.3.1 Em busca da modernidade cinza

A Modernidade pode ser entendida a partir das narrativas criadas sobre determinado coletivo. Aqui, no caso, a população da cidade do Rio Grande. O discurso historiográfico será apresentado no decorrer desta pesquisa e, de qualquer forma, é apenas o lugar mais óbvio para se procurar. Já, nos papéis, o ponto que considero mais produtor para a determinação do que é proposto são os periódicos, uma vez que, como atribuí uma importância singular ao cotidiano, parece-me muito mais oportuno abordar aqueles discursos latentes.

Uma maneira de se chegar a um discurso *cotidianesco* e diacrônico deverá ser com base no conteúdo que os periódicos locais articulam às datas comemorativas mais pertinentes para Rio Grande. O papel das comemorações é o de construir/manter uma *memória produzida*, portanto, o de reforçar uma ideia que não é aleatória, sendo uma importante ferramenta para a construção e para a manutenção de narrativas.

Enne destaca que, no decorrer do século XX, o jornalismo ganhou o status de portador da verdade, a partir da premissa de que é possível ter uma perspectiva objetiva e imparcial (2004, p. 112). Isto, com certeza, concedeu um peso inquestionável ao conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, inclusive, àqueles articulados às datas comemorativas, a tal ponto em que

não há como não assinalar, nas sociedades contemporâneas, a intrínseca relação entre os discursos midiáticos e a produção de memória (ou como deseja Nora, uma memória que já não é memória espontânea, mas produzida). Marialva Barbosa procurou

demonstrar de que forma o trabalho jornalístico pode ser pensado como trabalho de enquadramento da memória. Segunda a autora, “é preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento” (Barbosa, 1996, p.156). (*ibidem*, p. 114)

Tendo um pensamento consoante ao exposto por Enne acima, cabe-me, então, definir quais são as datas comemorativas mais importantes para a cidade do Rio Grande. No caso, trata-se dos dias 19 de fevereiro e 20 de setembro.

A primeira data diz respeito à fundação da cidade do Rio Grande. E, inquestionavelmente, a data de fundação de uma cidade é o ponto mais importante na ciclicidade dos seus anos. A segunda celebra a *Revolução Farroupilha*, também conhecida como a *Guerra dos Farrapos*³⁸, que “foi fundamental para a constituição da própria identidade rio-grandense. O episódio forneceu uma série de elementos que, ainda hoje, compõem o imaginário político gaúcho” (KÜHN, 2011, p. 75). Sobre a importância da última, creio não incorrer em erro ao afirmar que o 20 de setembro é mais celebrado localmente que o dia 7 do mesmo mês, em que se comemora a independência do Brasil.

Com este objetivo, então, adentrei as salas da Bibliotheca Riograndense, a mais antiga do estado, buscando determinar que tendência os periódicos apontam na construção e na imposição de uma *memória produzida*. Cabe, por fim, determinar qual o lapso temporal dessa empreitada

Martins alega que foi com a chegada da segunda metade do século XX que Rio Grande viveu sua pior crise econômica (2006, p. 225). Portanto, resolvi tomar este marco como partida, pois presumo que é quando o presente se torna inóspito que nos prendemos mais ainda aos discursos construídos sobre nós mesmos, exaltando aquilo que, hoje, nos falta.

1.3.2 Delimitando o flaneurismo

³⁸ Cabe ressaltar uma ironia. Primeiro, nem toda elite rio-grandense aderiu à causa farrapa, tampouco “na sua maioria os habitantes urbanos, pois as duas principais vilas (Rio Grande e Porto Alegre) estiveram, na maior parte do tempo, nas mãos dos legalistas” (KÜHN, 2011, p. 78). Não obstante, está em Rio Grande o monumento-túmulo de Bento Gonçalves, que foi inaugurado em 20 de setembro de 1909 (<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+182be,,monumento-ao-tumulo-de-bento-goncalves.html>, acessado em 10 de março de 2015).

O segundo passo diz respeito ao compromisso que tenho com a materialidade – arqueólogo que sou. Como esta pesquisa está voltada para paisagem da cidade do Rio Grande, coube, antes de mais nada, delimitar o recorte espacial que é de meu interesse. Razões para esta necessidade repousam, não só na impossibilidade de cobrir toda a malha urbana da cidade, mas no interesse específico em abordar aquele espaço onde há maior densidade de pessoas no cotidiano da cidade. Portanto, de antemão, ficou estabelecido, num primeiro momento, que esta primazia caberia ao Centro da cidade.

No entanto, como já mencionei, o final do século XIX e o começo do século XX representam um período de grandes investimentos na infraestrutura urbana da cidade. Um destes empreendimentos é o bairro Cidade Nova que, inicialmente, deveria comportar pessoas abastadas, mas acabou se tornando um bairro de operários, até mesmo em função da construção do complexo fabril Rheingantz (FERREIRA & PEDROSO, 2013, pp. 387-388), que também foi considerado aqui. Assim, entendi ser mais oportuno ter como área de interesse aquela correspondente à área urbana da cidade neste período. Para tanto, tomei como referência a Planta Geral da Cidade do Rio Grande de 1904 (abaixo, na Figura 8 e, também no ANEXO 1).

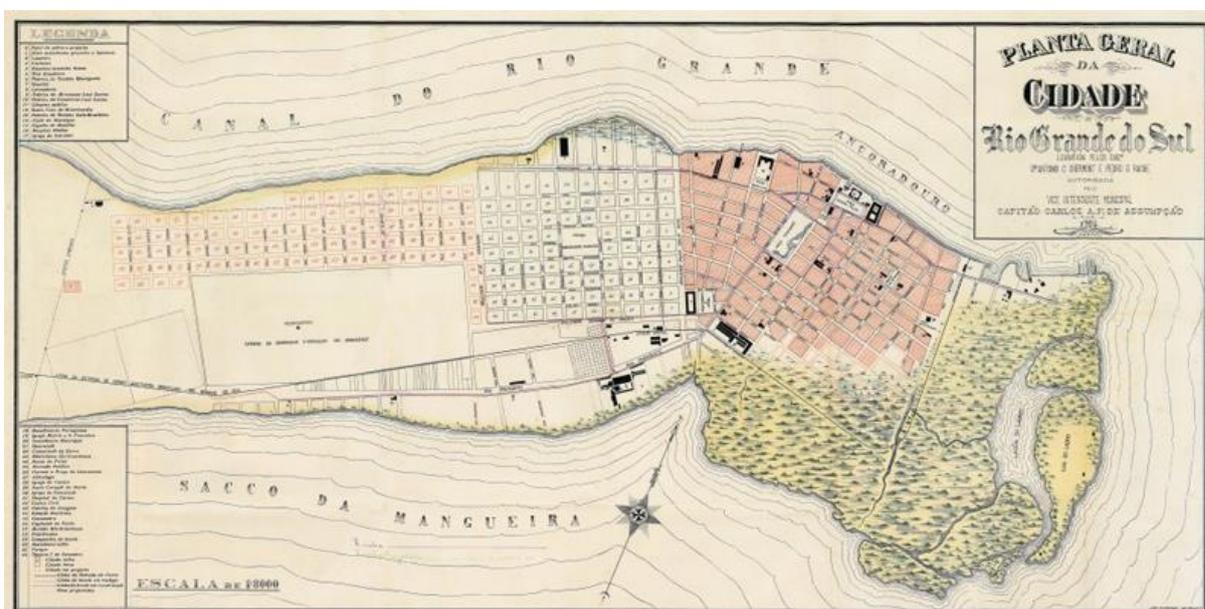


Figura 8 – Preenchido em vermelho, a porção mais antiga da cidade; em branco, no centro da imagem, o bairro Cidade Nova; com traçado vermelho, à esquerda, área planejada, mas não construída. Abaixo da Cidade Nova, vê-se os cemitérios da cidade e, próximo ao corpo d'água, as estruturas da Rheingantz. Fonte: Liber Studium/FURG.

No entanto, a malha urbana atual não corresponde, na totalidade, à representada na planta. Visto isso, foi necessário que eu construísse a minha planta com base no cruzamento dos dados da Planta de 1904, das imagens de satélite obtidas com auxílio do Google Earth Pro, além, é claro, de observações *in situ*, que possibilitaram ajustes e correções (Figura 9).

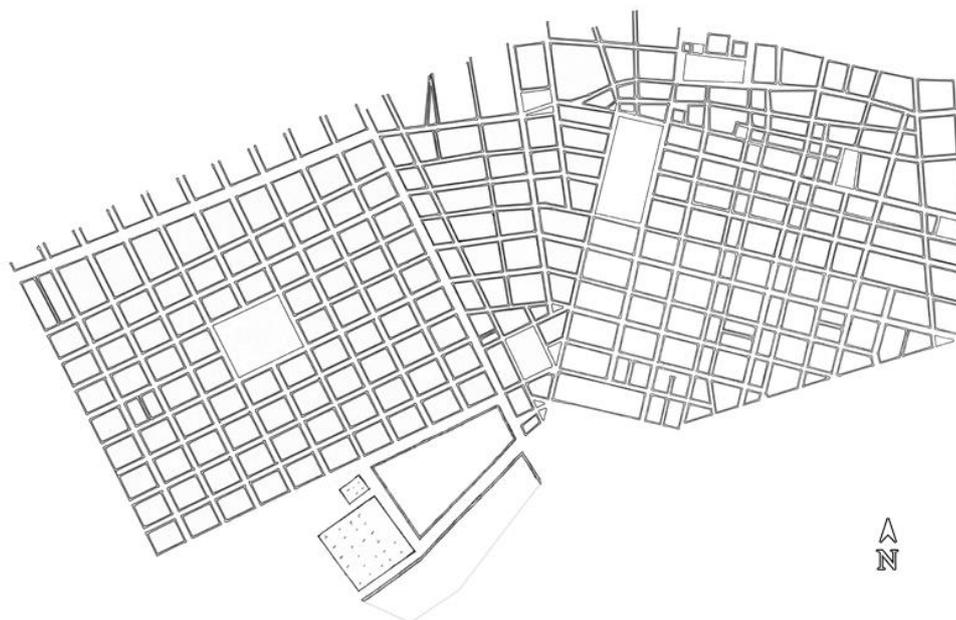


Figura 9 – Área de interesse obtida através do cruzamento dos dados cartográficos e imagéticos oferecidos por satélite.

Por fim, fiz a sobreposição da área de interesse obtida sobre a atual malha urbana da cidade. Aproveitei, também, e decidi subdividi-la em cinco áreas distintas com o intuito de facilitar a compreensão dos dados a serem obtidos, bem como tornar a atividade de campo mais fácil de ser planejada e controlada (Figura 10). A *Área 1* corresponde ao polígono formado pelas ruas General Vitorino, Almirante Barroso, do Riachuelo, General Osório e Vinte e Quatro de Maio; a *Área 2*, pelas ruas Val Porto, Senador Salgado Filho, Almirante Barroso, General Vitorino e Vinte e Quatro de Maio; a *Área 3*, pelas avenidas Major Carlos Pinto Rheingantz e pelas ruas Vinte e Quatro de Maio, General Osório, General Canabarro e Aquidaban; a *Área 4*, pela Rua Quinze de Novembro e pelas avenidas Portugal, Major Carlos Pinto e Buarque de Macedo; a *Área 5* extrapola um pouco o polígono formado pelas avenidas Rheingantz, Major Carlos Pinto, Buarque de Macedo e pela Rua Dois de Novembro, devido à presença do complexo de Rheingantz. A área total ultrapassa os 3km².

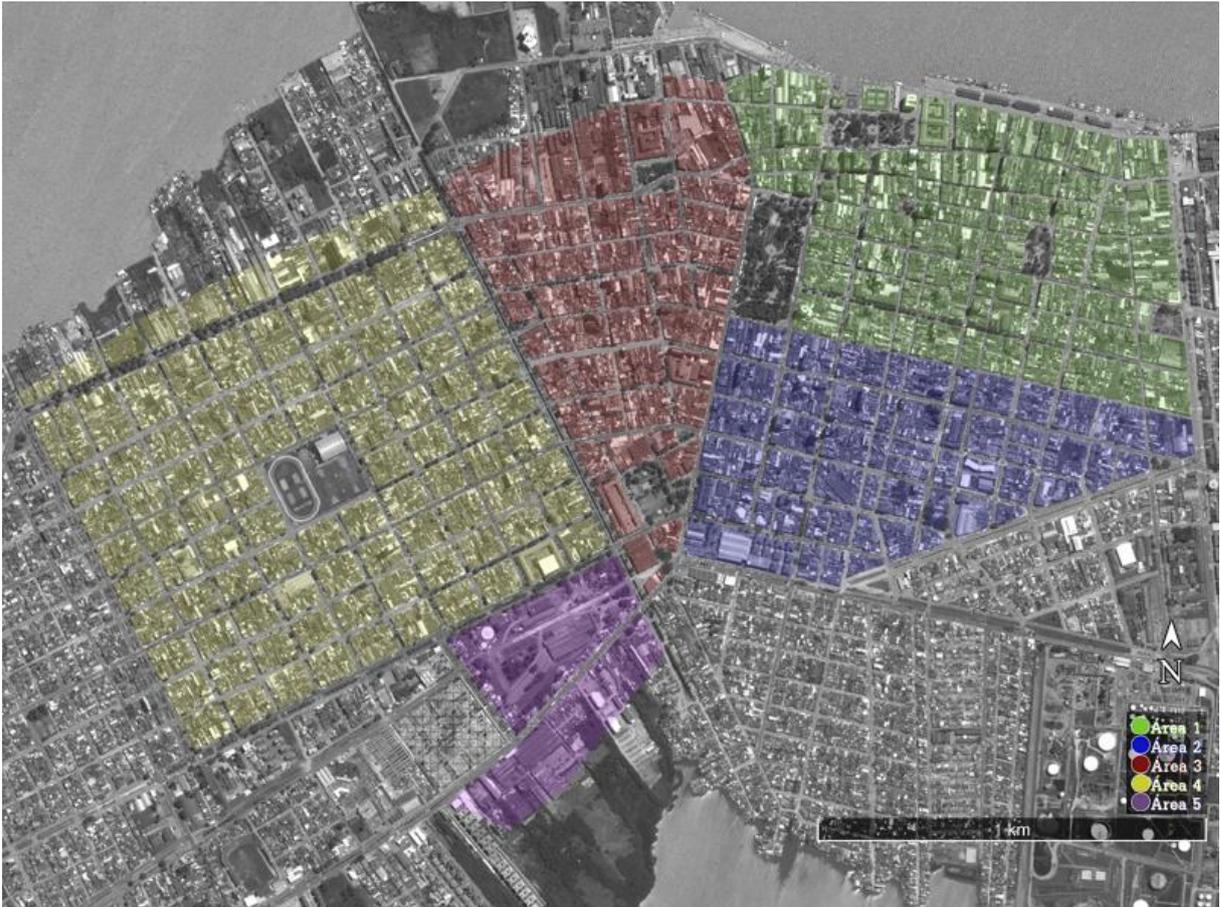


Figura 10 – Resultado final da área de interesse com as subdivisões. Fonte: Google Earth. Editado.

1.3.3 Isto não é uma ruína

Tendo delimitado a área de interesse, coube, então, realizar a etapa de campo, com o intuito de registrar as ruínas nela existentes. Para tanto, foi confeccionada uma Ficha de Registro de Unidades Analíticas (Figura 11).



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| ID | REGISTRO EM / / |
|-----------------------------|---|
| ENDEREÇO |  |
| USO ATUAL | |
| CONSERVAÇÃO | |
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | |
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| REGISTRO GRÁFICO | |

Figura 11 – Modelo da Ficha de Registro de Unidades Analíticas.

O primeiro ítem, *ID*, corresponde à identidade da unidade. Ela é estabelecida pela junção da respectiva área em que se encontra (e.g. A3) e do número da unidade (e.g. 10), baseado na ordem em que foi registrada na respectiva área (e.g. A310). O segundo item, *REGISTRO EM*, é a data em que a unidade foi registrada *in situ*. O terceiro, *ENDEREÇO*, corresponde ao endereço atual da unidade. Em muitos casos, não foi possível determinar o número da unidade, então, indicando-se apenas não haver numeração (s/n – sem número). O quarto, *USO ATUAL*, diz respeito ao entendimento da função que aquele espaço abriga hoje. O quinto, *CONSERVAÇÃO*, foi uma tentativa de estabelecer qual o grau de descaracterização da unidade. O sexto, trata-se de uma imagem de satélite obtida com o auxílio do programa *Google Earth Pro* e que possui um ponto (na cor corresponde à da área pertinente, conforme indicado na Figura 10) que indica a localização aproximada da unidade. Ainda, na versão digital desta dissertação, este mapa também será um *link* para o serviço *Google Street View*, que corresponde ao endereço da edificação em questão³⁹. Sobre isso, cabe destacar algo: as imagens obtidas pelo *Google Street View* não foram obtidas nas mesmas datas que os registros realizados na pesquisa de campo. Portanto, esta ferramenta foi considerada como um auxílio, de caráter meramente ilustrativo, à imersão do leitor e à contextualização da ruína, mesmo que não represente o

³⁹ Os *links* para este serviço foram obtidos em 21 de agosto de 2015.

momento do registro. O sétimo, *DESCRICHÃO SUMÁRIA*, corresponde a uma breve descrição por escrito e *in situ* acerca das características da unidade. Posteriormente, buscou-se adaptar o vocabulário utilizado aos termos arquitetônicos. O oitavo, *REGISTRO FOTOGRÁFICO*, corresponde às fotografias tomadas da unidade. Houve muita dificuldade de se obter uma fotografia ideal, principalmente no Centro (Área 1, Área 2 e Área 3), em vista da grande densidade de automóveis e de algumas ruas estreitas que impossibilitavam um ângulo mais apropriado. Sobre o último, *REGISTRO GRÁFICO*, cabem algumas considerações. Ele surgiu da vontade de se ter uma ferramenta que possibilitasse um entendimento da formação das ruínas. Se pensamos que a materialidade traz consigo o passado, a intenção foi a de realizar uma intervenção análoga à escavação. Retirar as camadas indesejadas e encontrar o que está por debaixo daquele todo. A intenção não é, aqui, a de trabalhar apenas com esta forma purificada, mas a de possibilitar uma perspectiva diferente da que encontramos *in situ*. Todas as representações gráficas foram feitas por mim e à mão livre – com o auxílio de uma régua, um lápis 2B, uma borracha e uma prancheta. Fiz da calçada meu descanso e da cidade, meu ateliê. No entanto, este processo revelou ser, não só árduo, mas custoso. Isto significa dizer que muito do tempo disponível para o registro das ruínas acabou sendo tomado por esta prática. Portanto, acabei limitando-a apenas à Área 3, que foi por onde comecei o trabalho. Assim, os desenhos das unidades da Área 3 ficam como uma forma de sugerir uma perspectiva sobre a qual as ruínas devem ser entendidas, como o conglomerado de diversas temporalidades, sendo que, nas representações, busquei destacar todos os elementos mais remotos, do tempo em que não eram ruínas.

1.3.4 Manifesto

Entendo que a Arqueologia deva oferecer uma alternativa à grande massa de informações com a qual convivemos e que, tanto quanto a escassez dela, “obscurece outros entendimentos e vozes” (BUCHLI & LUCAS, 2001, p. 6). E nossa disciplina deve, pois ela pode fazê-lo. González-Ruibal entende que há duas maneiras para a Arqueologia contribuir: uma através de narrativas – a mais usual – e a segunda através de um manifesto, que não é baseado na retórica literária (2008, p. 248). Esta segunda alternativa – até mesmo em vista das diversas narrativas que já construímos sobre nós mesmos – é onde, acredito, reside o maior potencial que uma perspectiva arqueológica possa oferecer neste caso. Concordo com González-Ruibal quando ele diz que

a missão da arqueologia do passado recente não é, necessariamente ou apenas, prover novos e diferentes relatos, mais dados e mais interpretações. A manifestação (sensu Shanks 2004) pode ser, no mínimo, tão importante quanto a construção de narrativas no sentido usual do termo e, ainda, tem a vantagem de resultar menos na saturação da memória. Fazer um manifesto implica em “lembrar” das coisas (Olsen 2003) e ser menos um historiador do que um arqueólogo trabalhando com os remanescentes materiais que não são redutíveis ao texto. [...] o que nós precisamos talvez seja de uma imagem bruta da banalidade cotidiana. (2008, p. 250)

É com este intuito que eu defendo, como a grande contribuição que esta pesquisa pode fazer, a produção de um manifesto. Este manifesto repousou sobre a realização de atividades que propiciem uma maior aproximação dos rio-grandinos com essa materialidade. Para tanto, foram consideradas três atividades: a criação de uma *galeria virtual*, a *colagem de lambe-lambes pela cidade* e uma *intervenção urbana nas calçadas*.

A *galeria virtual* consistiu na criação e na manutenção de um *blog* onde todas as unidades – cada uma representada por uma fotografia de minha escolha, presentes neste trabalho – foram apresentadas. O intuito é o de manter um espaço onde estas unidades possam ser vistas, a qualquer momento, por qualquer pessoa. A *colagem de lambe-lambes*⁴⁰ em postes da cidade teve o intuito de gerar um estímulo no transeunte em relação ao problema da pesquisa. Ainda, ajudou a divulgar a galeria virtual.

A *intervenção urbana* já possui um caráter um pouco mais diferente. A intenção, aqui, foi a de gerar um estranhamento entre o transeunte e a ruína *in situ* e não via representações. Pode-se entender como o manifesto mais importante. Esperou-se tal estranhamento a partir da deturpação das condições normais de observação, ou seja, interviu-se na paisagem a fim de direcionar o olhar daquele vê para o que deseja ser mostrado. Neste ponto, existem diversas questões éticas e de ordem pública que foram consideradas ao se intervir nas ruas. Sabe-se que intervenções urbanas são caracterizadas pela transformação das condições materiais da cidade, seja incorporando-as ao objeto da arte ou transformando-as em suporte. Visto isso, resolveu-se manter o conceito de exposição, pois ele representa uma alternativa que oferece o mínimo de impacto possível sobre a paisagem da cidade. A atividade consistiu em criar indícios de uma galeria e, assim, atribuir às ruínas um ponto central no olhar daquele que passa. Objetivou-se atingir este objetivo intervindo na calçada correspondente à ruína, com a colocação de uma faixa que limite a aproximação do espectador, bem como com a indicação de uma legenda,

⁴⁰ Os lambe-lambes em questão são pôsteres, também chamados de *poster-bomb* e *wheat-paste*, de tamanhos variados e colados em espaço público com cola artesanal. São muito utilizados em manifestações artísticas e em divulgação das mais diversas atividades em postes e paredes das cidades.

onde constarão o nome da obra, o autor, além de uma indicação da galeria virtual, conforme esquema presente na Figura 12.

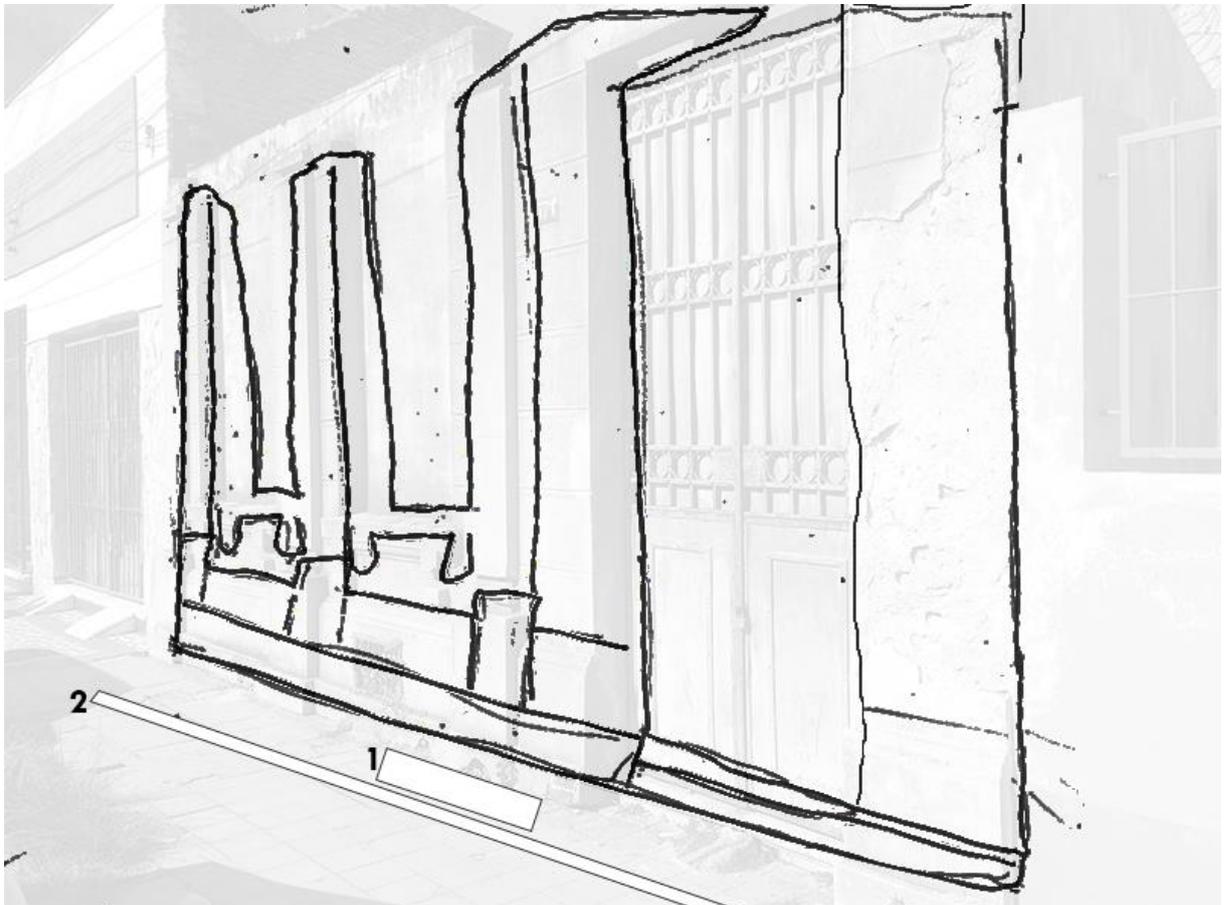


Figura 12 – Esquema da intervenção proposta. O número 1 (um) representa a colocação da legenda a respeito da obra; o número 2 (dois) delimita a distância mínima que deve ser mantida da obra.

Até aqui, apresentei ao leitor as atividades que compõe esta pesquisa, além das ideias que subjazem tais propostas. O mundo, por mais que possamos apreender apenas uma parte – não importando quão grande –, está lá fora e, ainda, faz uma diferença em nós. A premissa é essa. Mas ele também é entendido com base naquilo que fazemos dele e as construções históricas sobre a cidade são tão parte dela quanto os tijolos e as telhas das casas. E, assim como paredes cedem, histórias também podem fazê-lo ao serem questionadas. O cerne da questão aqui é o de criar uma situação de confronto, onde aquele mundo particular, vivido – parte da nossa lembrança e de nós mesmos – é colocado contra a dimensão do mundo que construímos – e legitimamos – enquanto um coletivo.

CAPÍTULO 2

SENTA QUE LÁ VEM A HISTÓRIA

*A corrente impetuosa é chamada de violenta,
Mas o leito do rio que a contém
Ninguém chama de violento.*

Bertold Brecht, *Sobre a violência*

Toda história contada é uma versão de uma realidade qualquer construída sob uma perspectiva. Geralmente, tem-se em mente que as narrativas apresentam um potencial violento, mas, nesse movimento, obscurece-se que a violência reside na naturalização da competência de algumas vozes em detrimento de outras.

Começo este capítulo com ressalvas, pois, com isso, quero deixar claro que meu propósito em narrar a história do Rio Grande reside no objetivo de oferecer um contexto a quem não conhece a cidade, bem como um entendimento sobre a derivação do espaço urbano da vila que virou cidade. Mas, por ter este propósito específico, a minha narrativa, deliberadamente, negligencia diversos grupos sociais marginais, que, embora não estejam representados aqui, não são menos importantes⁴¹.

A academia, com arrogância, tem o hábito de ostentar sua primazia perante outras formas de representação, o que cria um alto potencial de violência, principalmente, quando seus produtos acabam sendo articulados em prol dos interesses de poucos sobre os de muitos. Qualquer discurso acadêmico deve ser, assim como a educação, libertador, a fim de que oprimidos não aspirem se tornar opressores.

Dito isso, cabe estabelecer que, no meu entendimento, as histórias das coisas, geralmente, começam antes delas mesmas surgirem. É nesse sentido que eu vejo a história da cidade do Rio Grande recuar uns séculos antes da data de sua fundação. Ela está, pois, inserida num contexto maior – e pertinente –, num enredo tecido a linhas de muitas disputas entre as coroas portuguesa e espanhola por aquelas terras.

⁴¹ Para leitura sobre a questão da escravidão no Rio Grande, ver Kuniuchi (2007); sobre cortiços, ver Dode (2012); e sobre o proletariado, ver Xerri (1996), Loner (2001) e Pedroso (2012).

2.1 Um prólogo a ferro e fogo

*Que el mundo está como está
por causa de las certezas
La guerra y la vanidad
comen en la misma mesa
Soy hijo de un desterrado
y de una flor de la tierra,
y de chico me enseñaron
las pocas cosas que sé
del amor y de la guerra.*

Jorge Drexler, *Frontera*

Tais disputas começam quando Colombo retorna à Europa e faz D. João II ciente, antes dos seus investidores, do que descobrira em viagem. Logo, o monarca português, que se via possuidor por direito das terras *descobertas* pelo navegador, observou suas novas posses caírem nas mãos vizinhas, como explica Garcia:

A partir de 1421, bulas papais concedidas aos reis de Portugal, a seus descendentes e à Ordem de Cristo outorgavam-lhes a exclusividade da navegação no Atlântico e jurisdição, espiritual e ordinária, sobre as terras descobertas ou por descobrir até a Índia. Assim o fizera, sobretudo, a *Inter Coetera*, de 1456, que se referia a ‘ilhas, vilas, portos, terras e lugares, adquiridos ou por adquirir desde os Cabos de Bojador e Não até por toda Guiné [África], e além daquela plaga até os Indos [Índia]’. Ou seja, o texto de Roma ‘valia pela clausura do Atlântico Sul’ em favor dos portugueses. [...] De abril a setembro de 1493 [*após o retorno de Colombo*], obsequiado pelos Reis Católicos em seus ambiciosos planos políticos e familiares, Alexandre VI transferiu para a Espanha todos os privilégios que haviam garantido a Portugal a navegação para a fabulosa Índia das especiarias e a posse das terras que nessa empreitada descobrisse ao sul das Canárias. E isso com bulas cuja redação evidentemente se referia, anulando, ao anteriormente concedido a Portugal. As pressões portuguesas sobre a Corte espanhola eram respondidas com bulas cada vez mais precisas em terminar com antigos ou recentes direitos e aspirações de Lisboa. A segunda bula *Inter Coetera*, por exemplo, datada de 4 de maio de 1493, atribuiu à Espanha o hemisfério a ocidente do meridiano a cem léguas dos Arquipélagos de Açores e Cabo Verde, sem nada atribuir a Portugal. (2011, pp. 27-29)

O resultado da articulação entre espanhóis e Alexandre VI causou enorme descontentamento a D. João II, que parecia estar disposto a “provar a sorte da guerra” (VARNHAGEN *apud ibidem*, p. 29). Mas, no final das contas, o conflito foi *resolvido* pacificamente com o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, que previa a divisão de terras descobertas e por descobrir a partir da delimitação de um meridiano que, a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, estabeleceria as posses portuguesas a leste e as posses espanholas à oeste.

É notório o quão discutível são os termos de tal tratado⁴². Tanto que é pertinente pensar, ainda hoje, ser uma questão problemática e de difícil consenso estabelecer a linha que dividia o mundo entre portugueses e espanhóis, assim como era uma questão conturbada no passado (Figura 13). Mas, de qualquer forma, os diversos meridianos obtidos a partir do Tratado de Tordesilhas serviram de justificativa para ações de ambos os lados.

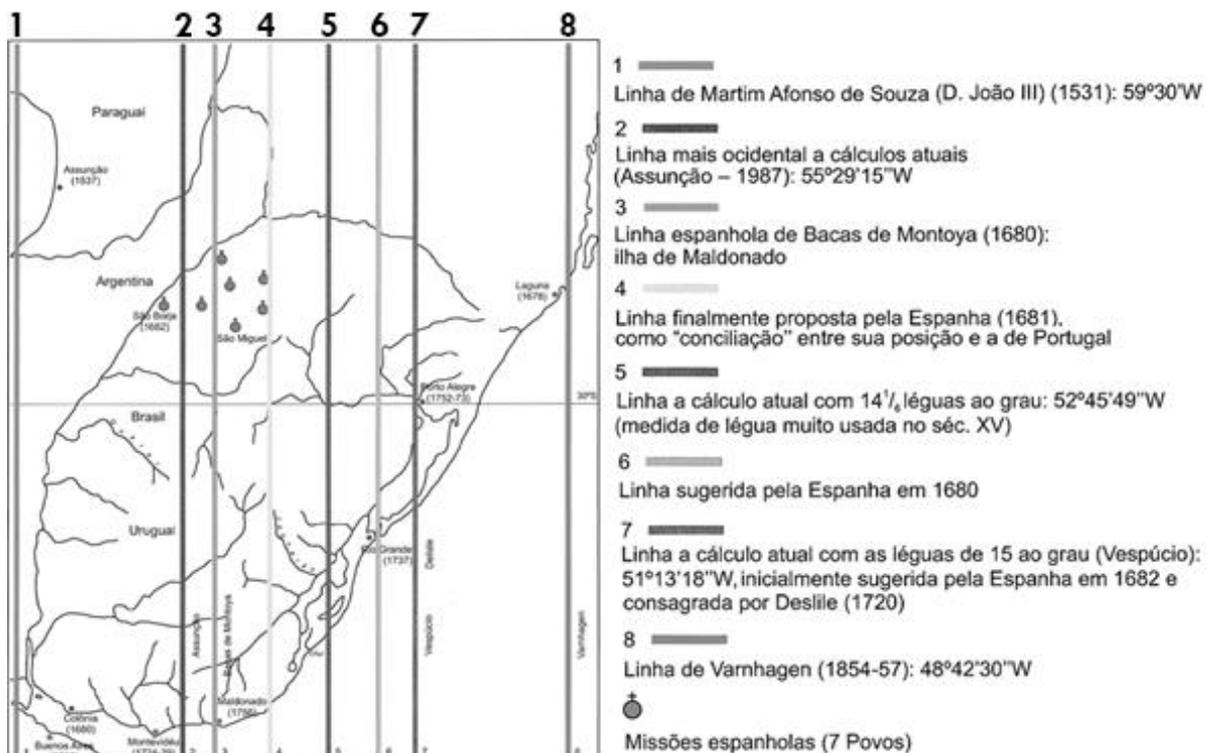


Figura 13 – Mapa integrando diversas interpretações sobre a Linha de Tordesilhas com ênfase no Rio Grande do Sul e ocupações pertinentes ao conflito. Fonte GARCIA, 2011. Editado.

Esta impossibilidade de demarcação precisa do meridiano, no entanto, acabou servindo de justificativa para diversas ações de ambos os lados, sendo que, no final das contas, a disputa por aquelas terras dependeu muito mais da efetiva ocupação da região do que de acordos políticos (PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 125). Mas, para muito além de uma mera disputa por territórios, as desavenças às quais as duas coroas se submeteram naquela região, tinha como propósito uma questão muito mais importante e estratégica: o acesso ao Rio da Prata, uma via para se chegar ao Alto Peru.

“As informações trazidas por Caboto [...] (1528) e as que deram Henrique Montes e Gonçalo da Costa [...] [que viveram mais de uma década na região de São Vicente, daí explorando a costa até o Prata e o interior até quase o Peru] (1530), decidiram D.

⁴² As fontes da discórdia que assolam a interpretação do Tratado variam desde a incapacidade – à época – de se demarcar a longitude, bem como a ausência de informações, como a partir de que ponto das ilhas de Cabo Verde a contagem de 370 léguas deveria começar, problema que deu margem para diversos pontos de partida (GARCIA, 2011, p. 30).

João III”, decisão que alarmou a Corte espanhola. Com efeito, o Embaixador espanhol em Lisboa, escrevendo sobre a expedição que rumava ao Prata, relatou em agosto de 1530 que “eles querem dizer que tudo aquilo [a Baía do Prata] está na sua demarcação”. (GARCIA, 2011, pp. 39-40)

Como a ocupação era um artifício fundamental na posse das terras em conflito, houve a necessidade de se fazer o reconhecimento oficial da região. Foi então que, durante os primeiros anos da década de 1530, o português Martim Afonso de Souza realizou sua expedição pelo litoral da região batizando a geografia que o horizonte aos poucos revelava. Tudo isso com o intuito de conhecer o terreno para um futuro apoio à expansão portuguesa na América meridional (TORRES, 2010, p. 25). Dentre os aspectos notáveis da geografia litorânea, estava o lugar que nos é de interesse: o ponto onde a Laguna dos Patos deságua no Oceano Atlântico, que foi entendido como a desembocadura de um grande rio, que recebeu o nome de Rio Grande de São Pedro (GARCIA, 2011, p. 41).

Já no ano de 1534, a viagem de Martim Afonso de Souza oferece suporte para a confecção de uma carta elaborada por Gaspar Viegas (Figura 14)⁴³, em outubro daquele ano, onde os elementos topográficos costeiros destacados durante a expedição fazem-se presentes. Sendo que os resultados da empreitada não ficaram limitados aos lusitanos, mas foram “desde logo conhecidos em Espanha, como mostrou Max Justo Guedes no seu estudo acerca do *Quatri Partitu* de Alonso de Chaves e dos conhecimentos do Brasil em Portugal e em Espanha, c. 1540” (MARQUES, 1988, p. 449).

⁴³ A supervalorização caricatural de alguns elementos, como o Rio do Prata, no caso da carta trazida aqui, é um dos traços característicos das obras de Gaspar Viegas, cujo padrão “será muito influente na cartografia estrangeira: quer na extra-peninsular, quer na espanhola” (MARQUES, 1988, p. 449).

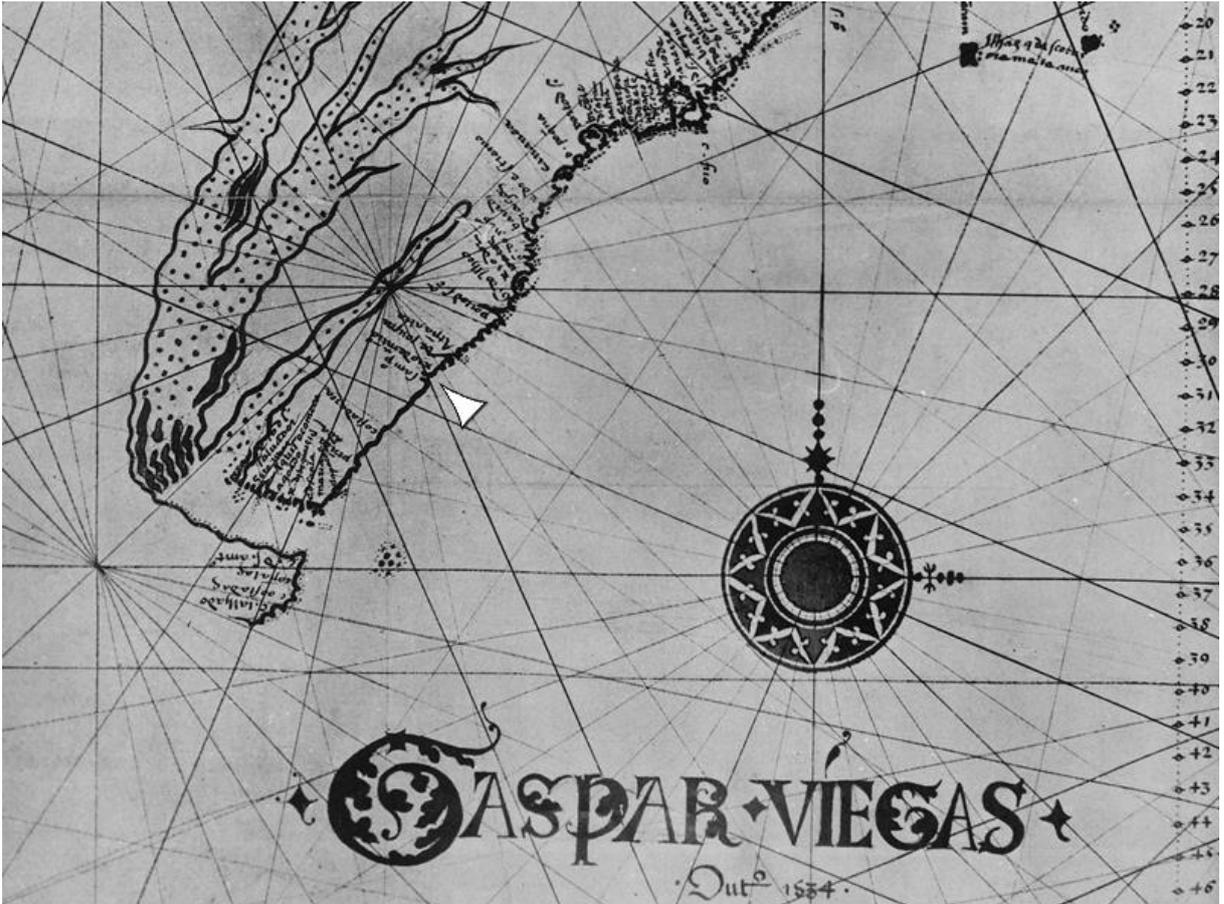


Figura 14 – Detalhe da carta atlântica de Gaspar Viegas (1534). A seta branca indica a entrada da barra do Rio Grande. Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=3829 acessado em 10 de julho de 2015. Editado.

Passamos, então, para o ano de 1680. É neste ano que Portugal realiza um movimento mais ousado e ocupa a margem norte do Rio da Prata, estabelecendo o povoado de Colônia do Sacramento, sendo que, à frente, na outra margem, ficava Buenos Aires (TORRES, 2010, p. 25). Esta ação não foi, obviamente, muito bem vista pelos espanhóis, que “não podiam aceitar a presença lusa no Prata, de onde se chegava ao riquíssimo Alto Peru” (GARCIA, 2011, pp. 34-35). Mesmo que para os portugueses, de qualquer forma, a ocupação daquela margem fosse vista como um ato de boa-fé⁴⁴, acabou-se criando mais um nó nas tramas da disputa pelas bandas do Prata.

⁴⁴ “No século XVII, ao fundarem Colônia, os portugueses agiam com boa fé [...]. Na Banda Oriental, para os portugueses e luso-brasileiros, Portugal não usurpava: o que estava fazendo era povoar terras que considerava suas, com bons títulos, Tordesilhas, e boas razões, tal como consta no regimento para o Governador de Colônia do então Regente D. Pedro. Nesta época, a linha de Martim Afonso de Souza era uma verdade absoluta” (GARCIA, 2011, p. 34).

Em 1704, Colônia do Sacramento foi atacada e, logo em seguida, ocupada. Com o Tratado de Utrecht (1713-15), findou-se a disputa e Colônia retornou aos portugueses, mas a resposta veio em 1726, com a fundação de Montevidéu, isolando a ocupação portuguesa entre ocupações espanholas (PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 127). A situação acirrou-se novamente cerca de dez anos depois, com a instauração de um novo conflito naquele ponto. Foi então que, em 1736, “tropas espanholas estabeleceram um forte cerco à Colônia do Sacramento, sitiando-a com forças de terra e mar”, sendo a resposta de Portugal o envio de uma esquadra com o objetivo de fazer frente aos espanhóis (TORRES, 2010, p. 26), além de ocupar um ponto estratégico pelo caminho e garantir a presença portuguesa na região: a barra do Rio Grande.

As ordens reais haviam sido muito claras para a esquadra que o Rei mandara ao Prata na Guerra de 1735-37. A fundação da nova colônia e fortaleza era objetivo ‘não menos importante’ e, em hipótese alguma, poderia deixar de ser alcançado. O Brigadeiro José da Silva Paes, ‘homem clarividente e experimentado em negócios coloniais’, executou as ordens de D. João V. (GARCIA, 2011, pp. 113-114)

É então que, em 1737, é fundada a fortaleza de Rio Grande de São Pedro, tornando a região mais um “palco de inúmeros acordos de paz seguidos de contendas entre espanhóis e portugueses, através de suas tropas regulares ou de seus colonos”, não obstante, “toda essa região evolui sob o signo da organização armada” (PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 128).

2.2 Sobre a areia, sempre hostil

No dia seguinte, o mar estava inteiramente cor de cinza; achávamos à altura da costa do Rio Grande. Ao meio-dia avistamos tristes e calvas dunas, cuja cadeia parecia infundável. Em pouco surgiram dentre o mar de areia e a areia do mar dois faróis, um redondo, vermelho, e outro quadrado, azul.

Robert Avé-Lallemant, *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*

A povoação/fortaleza do Rio Grande de São Pedro foi concebida com base nesta mentalidade belicosa que caracterizava a região. Seus objetivos eram claros: dar suporte à Colônia do Sacramento na disputa pelo acesso ao Rio da Prata (ROSA, 2012, p. 30). Por isto mesmo, tendo em vista a disputa pela a região, não causa estranhamento pensar que a escolha

do local para o assentamento foi fortemente influenciada pela seguridade e pela manutenção da ocupação, sendo estabelecida na margem direita do canal – quando o porto natural estava na outra margem (TORRES, 2010, p. 71) – resguardando a posição lusitana. A mentalidade belicosa instaurada na região transparece no comentário de John Luccock sobre Rio Grande, mesmo após o apaziguamento do conflito, como ele afirma já no começo do século XIX, “os assuntos militares eram dirigidos energicamente em São Pedro. Na realidade, a cidade é uma guarnição, sendo o Governador seu comandante em chefe” (1975, p. 121).

E isso deve ser considerado também quando pensamos nas condições do local onde a ocupação do Rio Grande de São Pedro foi planejada: um local de acesso complicado tanto pelo mar, quanto por terra, onde “as dificuldades”, ao contrário do que geralmente se pensa, “não eram problemas, mas um ardil” (ROSA, 2012, p. 31). Para além das diversas edificações que visavam garantir a presença portuguesa na região (Figura 15), como sugere Saint-Hilaire, a defesa ficou a cargo da própria natureza (1999, p. 61).

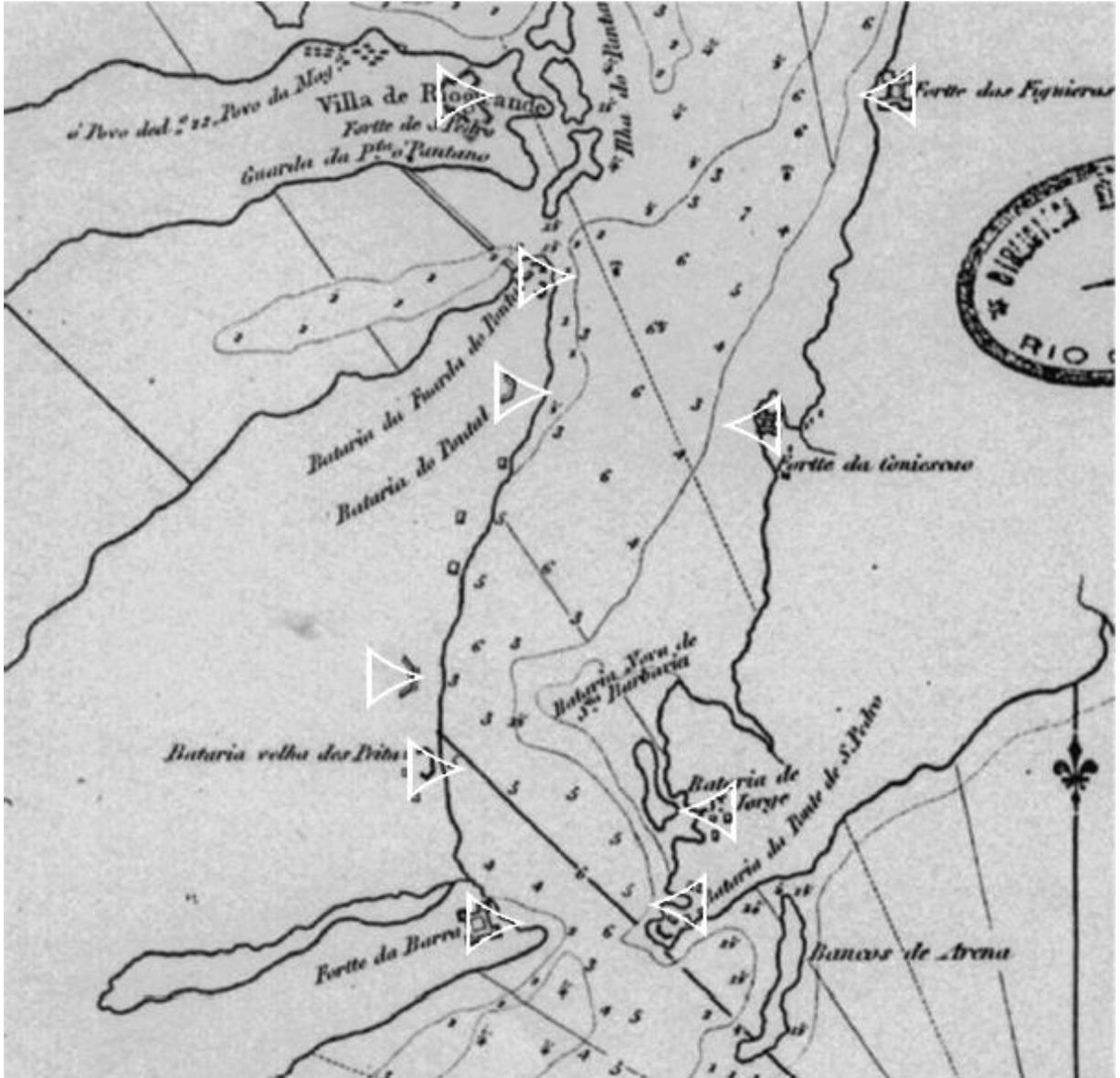


Figura 15 – Detalhe do registro, de 1809, do cartógrafo inglês Aaron Arrowsmith da região do Rio Grande de São Pedro, com a indicação, nos triângulos, de diversas edificações militares já em desuso à época. Fonte: ROSA, 2012, p. 34. Editado.

Por um lado, Rio Grande estava guarnecida pela “Barra Maldita” (ROSA, 2012, pp. 75-76), que foi retratada a tinta (Figura 16) e a palavras:

Nada se iguala à tristeza desses lugares. De um lado o Oceano, a mugir, e do outro o rio. O terreno, extremamente chato e quase ao mesmo tempo nível do mar, não passa de branquicentos areais onde vegetam plantas esparsas, principalmente *Senecio*. As palhoças mal tratadas não demonstram senão miséria. Destroços de embarcações, semi-enterradas na areia, lembram terríveis desastres e nossa alma enche-se pouco a pouco de melancolia e de terror. O refluxo das águas do rio, ocasionado pelo mar, e a falta de profundidade são as causas das dificuldades que a barra apresenta à navegação e dos naufrágios frequentes ali registrados. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 61)



Figura 16 – Vista perspectiva da entrada e do porto do Rio Grande do Sul, 1827, Jean-Baptiste Debret. Fonte: BANDEIRA & LAGO, 2013, p. 298.

Uma região onde a tragédia que viria a acometer muitos que desafiassem os baixios para acessar o interior do continente era tratada como os fatos “mais desinteressantes...” (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 58). Aparentemente, os naufrágios eram elementos tão fundamentais da paisagem daquele lugar quanto a água e a areia que a tornavam uma região, de acordo com Avé-Lallemant, “das mais desagradáveis e mais perigosas que existem e poucos portos se encontrarão em que, em proporção com os navios entrados, tenha havido tantos naufrágios como aqui” (1980, p. 104).

Em tese defendida recentemente, Rodrigo Torres (2015) apresentou os resultados da busca que realizou em documentações acerca de naufrágios e de acidentes marítimos ao longo da costa do Rio Grande do Sul para o século XIX, encontrando dados entre os anos de 1823 e de 1899. Embora todas as fontes tenham sido problemáticas em certa medida, foram identificados um total de 240 acidentes⁴⁵ - com uma média de 3.1 naufrágios por ano – sendo que a “maioria esmagadora dos acidentes registrados aconteceram na entrada da barra (n=135, 56.3%), que pode ser em razão do tráfego de embarcações cruzando a barra, seja entrando ou saindo da área do porto” (*ibidem*, p. 36).

⁴⁵ A pesquisa traz diversos dados sobre os naufrágios identificados nos registros, como: o primeiro (1823) e último (1899) acidente; o ano com o maior número de registros, 1865, com 15 naufrágios; o período mais denso, entre 1846-1889, com 198 registros, quando a média de naufrágios sobe para 4.5 acidentes por ano; a distribuição dos acidentes ao longo do ano, sendo a primavera, com 48 acidentes, a época do ano que apresenta o menor número de naufrágios, seguida pelo verão (54), pelo inverno (55) e pelo outono (56); a nacionalidade das embarcações, sendo as brasileiras as mais vitimadas, com 34.2% do total; e o tipo de embarcação mais vitimada, *Patachos*, representando 25% (TORRES, R, 2015, pp. 32-38).

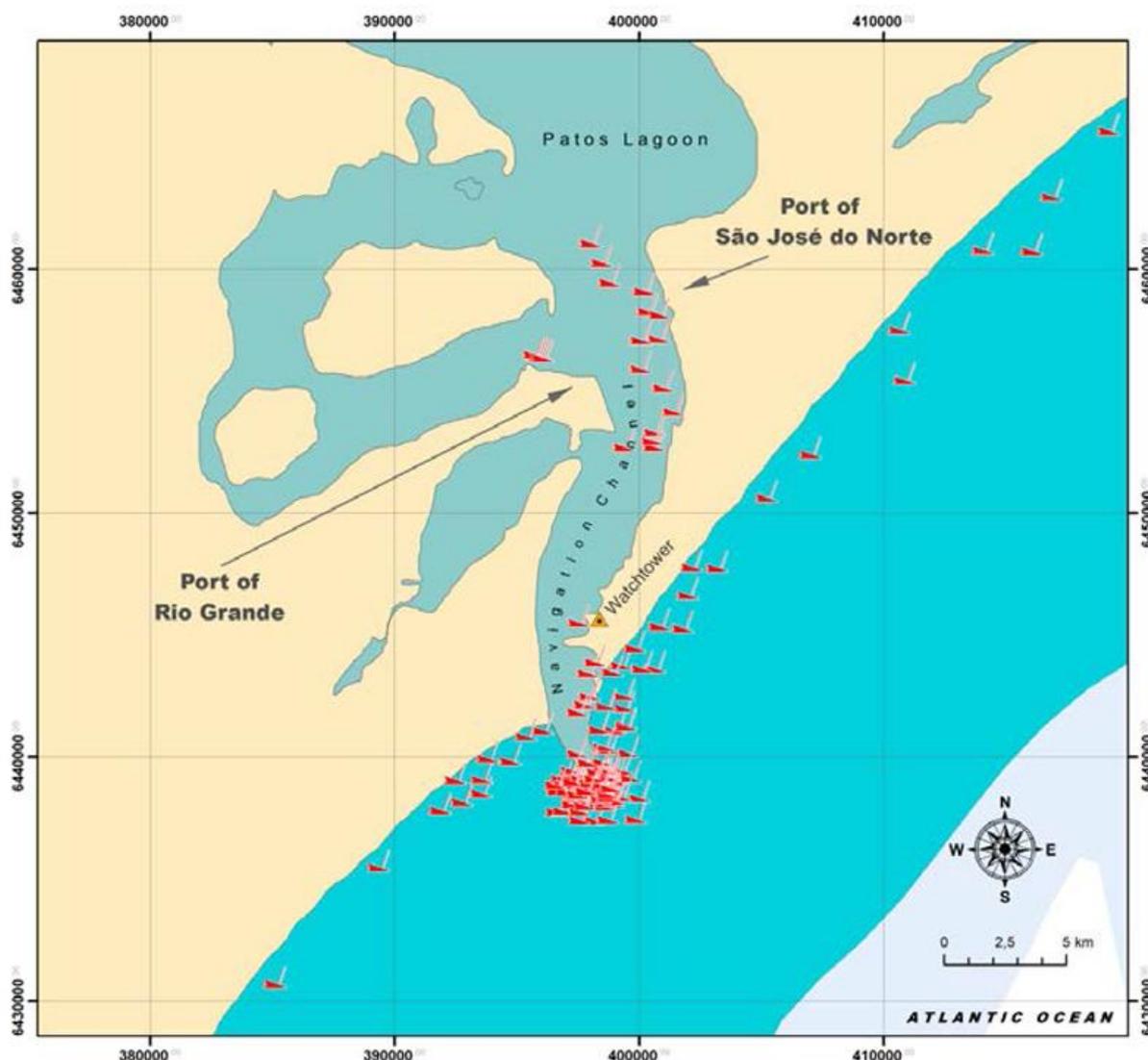


Figura 17 – Detalhe da distribuição de naufrágios no entorno e no interior da Barra do Rio Grande para o período entre os anos de 1823 e 1899. Fonte: TORRES, R, 2015, p. 38.

Quem nos traz um relato interessante sobre a dificuldade de se adentrar a Barra do Rio Grande é o belga Alexandre Baguet, que esteve no Rio Grande no ano de 1845 e, sobre a aventura, diz ele o seguinte:

Após seis dias de navegação, avistamos o navio-piloto, *catraia*, tarde demais, no entanto, para podermos ser conduzidos à barra. Nosso capitão, temendo um *pampeiro*, fez-se ao largo e ventos contrários não nos permitiram entrar nas águas desejadas. Por infelicidades, ergueu-se o *pampeiro* previsto pelo capitão e a escuna, quase sem velame, pulando sobre as ondas que se elevavam a uma altura assustadora, foi durante dois dias o juguete da tempestade! ...

O vento era de uma impetuosidade tal que as ondas se sucediam com vertiginosa rapidez, a ponto de o mar não oferecer mais do que uma vasta extensão de espuma. Uma inquietude mortal tomou conta de nós, quando vimos a escuna tombar para lado, não obedecendo mais ao leme, e o capitão ordenar ao imediato que levasse os machados ao tombadilho. O perigo era iminente, tínhamos a morte diante dos olhos, quando felizmente a escuna endireitou-se!

A tempestade cessou enfim; mas o mar estava tão agitado, as ondas cavavam sulcos tão profundos, que imprimiam ao navio um terrível balanço contínuo, já não nos

permitindo ficar de pé no tombadilho.... Levantando-se um vento favorável, percebemos o farol que perdêramos de vista seis dias antes. (1997, pp. 26-27)

Talvez o mais notório dos acidentes do período tenha sido o da embarcação inglesa *Prince of Wales*, que naufragou no extremo sul da costa gaúcha em meados de 1861. Ao ser notificado do infortúnio, o cônsul inglês residente da cidade do Rio Grande, Henry Prendergast Vekerer, desloca-se até o local onde constata que os dez tripulantes haviam morrido, incluindo a filha e a esposa do comandante (TORRES, R, 2015, p. 101). O cônsul, então, solicita a abertura de um inquérito, que resulta no indiciamento de três pessoas, sendo que duas conseguem escapar para o Uruguai. O embaixador britânico no Rio de Janeiro, William Christie, entende que “as autoridades locais estavam sendo negligentes, [além do que] a tripulação havia sido assassinada e as providências brasileiras adotadas até o momento tinham sido aplicadas devido exclusivamente à pressão inglesa” (MARQUES, 2010, pp. 12-13), insatisfação que acabou contribuindo para o rompimento das relações entre Brasil e Inglaterra em 1863, o que convencionou-se chamar de *Questão Christie*⁴⁶.

Se por um lado, o mar e os baixios ofereciam resistência a quem visasse entrar pelo canal da Barra do Rio Grande, em terra, “salvo nas margens do Rio Grande e nas de Mangueira” (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 63), via-se “areia, areia.... e só areia” (ISABELLE, 1983, p. 77). Saint-Hilaire chega a cogitar a hipótese de que exista gente em Rio Grande que nunca tenha “visto árvores além de algumas laranjeiras, pessegueiros e algumas figueiras selvagens plantadas nos jardins” (1999, p. 57). Rio Grande é uma ocupação que fica “entre areias e pântanos” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 414) que oferecem resistência àqueles que desejam desbravá-la. A areia, principalmente, é o elemento mais constante nos registros e, por consequência, parece ser o mais desafiador.

⁴⁶ Sobre esta questão, é interessante destacar alguns pontos. Primeiro, a tensão entre Brasil e Inglaterra não surgiu neste episódio, senão que se arrasta ao longo do século XIX por questões que envolvem o tráfico de escravos. Pensemos, por exemplo, na questão que envolve o *bill Aberdeen* (1845). Segundo, a prisão de marinheiros ingleses no Rio de Janeiro no ano seguinte ao naufrágio do *Prince of Wales* foi outro episódio importante na *Questão Christie*. Terceiro, a tensão entre Brasil e Inglaterra chegou ao extremo de haver ações hostis na Baía de Guanabara (TORRES, 2015, p. 102) além da suspeita passagem da canhoneira britânica *Sheldrake* por Rio Grande em abril de 1862 (MARQUES, 2010, p. 28).

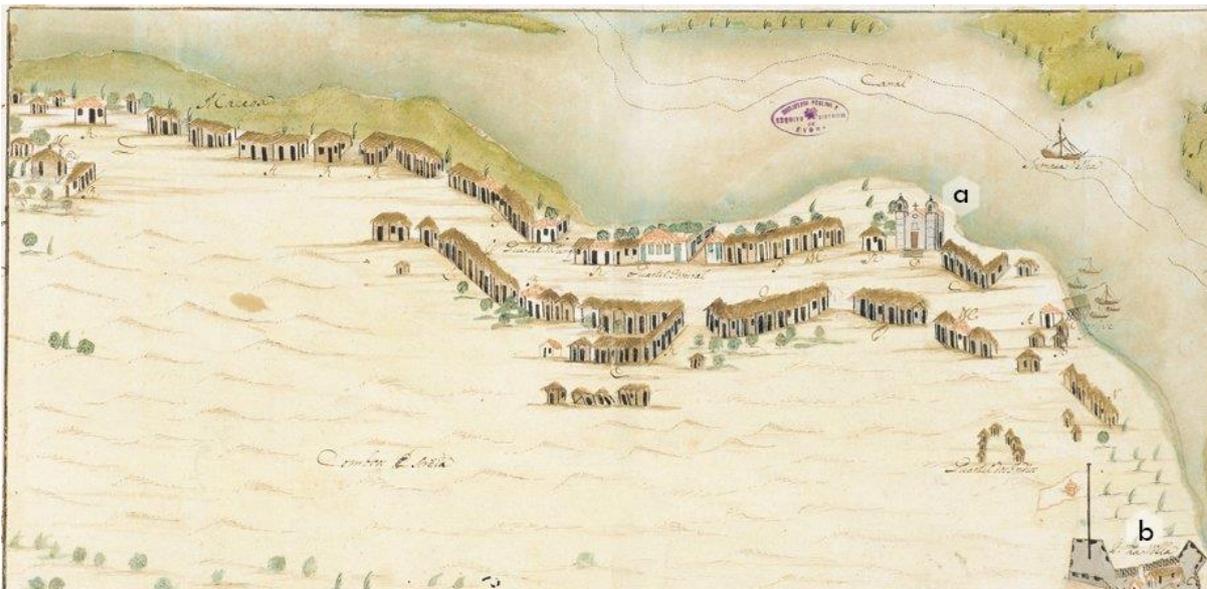


Figura 18 – Demonstração da Vila de São Pedro do Rio Grande situada na Latitude Setentrional de 32 graos (1777), Francisco Ferreira de Sousa. Destaca-se na imagem a antiga Rua Direita, que segue o traçado da costa entre as duas linhas de edificações. As duas estruturas indicadas são: a) Igreja de São Pedro; b) Forte Jesus-Maria-José. Fonte: TORRES, 2010, p. 34. Editado.

Saint-Hilaire cansa a vista pelo esbranquiçado dos montículos de areia que ameaçam as construções (Figura 19), sendo necessário, incessantemente, “desentulhar os arredores das casas” (1999, p. 53). Isto, pois, como Luccock e Baguet observam,

Quando o vento sopra com força de sudeste, como frequentemente faz, traz consigo tanta areia, que revolteia do alto das dunas feito a fumaça de um vulcão, que os olhos dificilmente se atrevem a olhar na sua direção. Voltando-se as costas ao vento a-fim-de abrigar-se, vê-se a areia que avança como uma tempestade de neve; uma parte dela, interceptada pela cidade, amontoa-se de encontro às casas, alcançando e derruindo por vezes seus telhados. (LUCCOCK, 1975, p. 116)

A cidade tem um aspecto muito triste: suas ruas são mal iluminadas, algumas nem são pavimentadas, e não possui nenhum edifício realmente digno de nota.

Além disso, nada de verde, nada de sombra, nenhum passeio, a vista se perde nas areias que as rajadas de vento erguem e encrespam, como a brisa suave encrespa a superfície da água.

A areia e a água são os dois flagelos de Rio Grande: do lado do mar a água invade as casas e a areia sem cessar ameaça sepultá-las. (BAGUET, 1997, pp. 31-32)



Figura 19 – Atual Rua Marechal Floriano Peixoto esq. Rua Andradas, em 1865. As areias tomam conta da via.
Fonte: TORRES, 2008 , p. 14.

Esta natureza inóspita do Rio Grande também fez-se poética, conforme nos traz Camillo Castello-Branco, nos versos de um anônimo da então da Vila de São Pedro, que diz o seguinte:

Tetos de ervas, paredes de pântano,
Nome de vila e construção d'aldeia,
Quase coberta de volante areia
Dos combros que aqui crescem todo ano;

Brisas do vento leste e minuano,
De moscas, pulgas, bichos é bem cheia;
Não sei quem tanto inseto aqui semeia
Para causar as gentes nojo e dano!

De pé um diminuto batalhão,
De cavalo os dragões mais esforçados,
De voluntários uma legião

Dizem que há nos campos muitos gados;
Esta é do Rio Grande a habitação
Onde purgando estou os meus pecados.
(1868, p. 156)

Mas nem só de injúrias viveu a paisagem saárica do Rio Grande. O tom dourado do horizonte parece menos ameaçador, ao menos para quem percorre esta porção da costa sul-brasileira, e torna-se um elemento marcante no olhar, sendo mesmo imortalizado em canções

de marinheiros⁴⁷ que seguidamente rumavam em direção a Rio Grande (HUGILL, 1994, pp. 80-86).

RIO GRANDE (a)
Alternative titles, *Away for Rio, Bound for the Rio Grande*

The image shows a musical score for a song titled 'RIO GRANDE (a)'. The score is written on four staves of music in a treble clef with a key signature of one flat (B-flat). The tempo/style is marked 'With a swing'. The lyrics are written below the notes. There are several 'Ch.' (Chorus) markings above the notes. The lyrics are: 'Oh, a ship went a-sail-in' out o-ver the Bar, 'Waaay for Ri-o! They've point ed her bow to the Southern Star, an' we're bound for the Ri-i-o Grande! Then a-waay, bul-lies, a-way! 'Waaay for Ri-o! Sing fare-ye-well.. me Liv-er-pool gels, an' we're bound for the Ri-i-o Grande!'. The score ends with a double bar line.

Figura 20 – Trecho de uma das variações da canção entoada pelos marinheiros sobre o porto do Rio Grande. Fonte: HUGILL, 1994, p. 83.

2.3 O espetáculo papareia⁴⁸

No meio das areias estéreis que a circundam e invadem continuamente, ela se apresenta como uma criação excepcional da política e do comércio: indiferente e como estrangeira ao território que ocupa, não deve nada senão ao

⁴⁷ Sobre a canção, cabem duas observações: primeiro, diversas são as variações da canção que dá conta do Porto do Rio Grande; segundo, existe uma confusão, creditando a canção ao Rio Grande, no México, mas Hugill deixa claro que o Rio Grande em questão é “aquele no extremo sul do Brasil” (HUGILL, 1994, p. 80).

⁴⁸ “O gentílico nascido na cidade deixou de ser chamado de ‘rio-grandense’ e passou a ser denominado oficialmente de ‘rio-grandino’ em 1937, durante os festejos do bicentenário de fundação do Rio Grande. Até então, o nascido em Rio Grande era duplamente rio-grandense. [...] O termo papareia é muito antigo mas não há clareza de quando foi inicialmente utilizado. A denominação mais antiga na documentação remete ao militar Domingos José Marques Fernandes em 1804: ‘A Vila de São Pedro tem contra si abundar areia tão fina e leve, que qualquer vento a levanta e leva a encher as ruas e as casas dos moradores, que em dias de vento, não pode comer sem areia’” (TORRES, 2015, p. 17).

caráter ativo, industrioso e empreendedor dos habitantes. Ali, o homem pode mais que a natureza; onde achou impotência e miséria fez nascer prosperidade; pois, a cidade de São Pedro, com suas casas suntuosas, seus ricos armazéns, seus cais regulares e seu porto retificado, pode agora concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul.

Nicolau Dreys, *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*

Com o raiar dos oitocentos, a situação conflituosa entre as duas coroas na região do Rio Grande começa a apaziguar. É bem verdade que, mesmo tendo surgido como uma fortificação em uma região inóspita, Rio Grande acabou cedendo à invasão espanhola liderada por Pedro de Cevallos e ficou sob domínio dos espanhóis durante treze anos (1763-1776), perdendo, neste meio tempo, o posto de centro administrativo da província, que passou para Viamão e, posteriormente, Porto Alegre.

Sem a mesma proeminência política; localizada na margem oposta àquela onde estava o porto natural⁴⁹; inserida num ambiente de difícil convívio. Levando apenas estes pontos em consideração, não parece estranha a sugestão de Saint-Hilaire de que Rio Grande poderia ser “abandonada se não tivessem aí colocado a alfândega e não houvesse a obrigação de para aí transportar todas as mercadorias que desembarcam em [São José do] Norte” (1999, p. 54) e se, também, não fosse no Rio Grande onde “os principais negociantes residem ou tem seus agentes estabelecidos” (LUCCOCK, 1975, pp. 116-117). Mas o porto, a Alfandega e os ricos comerciantes já estavam lá.

Anteriormente ao ano de 1773, parece que esta cidade foi a capital da província; depende ela agora da de Porto-Alegre, onde se acham situados todas as repartições de estado principais, tanto eclesiásticas, como civis e militares. A proximidade do oceano, porém, garante-lhe uma proeminência permanente. É aqui que todos os navios têm que entregar seus papéis, sendo que a maior parte deles raramente segue adiante. [...] de tal maneira que ela pode ser considerada como o maior mercado do Brasil Meridional. (*ibidem*)

⁴⁹ “O cais da cidade do Rio Grande só permitia a navegação de embarcações de pequeno porte, cujo acesso se fazia pelo tortuoso Canal da Barca e à custa de dragagens e reparos constantes que oneravam os custos da navegação mercantil. Na outra margem, São José do Norte possuía um excelente porto natural, aonde se chegava com menor custo e com mais segurança que em Rio Grande” (TORRES, 2010, p. 71).



Figura 21 – *São Pedro do Sul*, 1827, Jean-Baptiste Debret. Fonte: BANDEIRA & LAGO, 2013, p. 296.

É pertinente pensar que a consolidação de uma elite mercantil surgiu a partir da realização de negócios lícitos e ilícitos que envolviam a região da campanha (TORRES, 2010, p. 38), bem como com o escambo praticado com frutos do contrabando.

Em função do seu tradicional comércio com o Rio da Prata, a Capitania do Rio Grande adquire, na última década do século XVIII, a função de principal centro de contrabando do país, unindo o Rio de Janeiro e o nordeste aos territórios platinos. Embora controlado pelos comerciantes do Rio de Janeiro, para onde era remetida a maior parte da prata recebida de Buenos Aires em pagamento dos produtos, esse comércio era altamente rendoso para todas as partes.

O vulto desse comércio ilegal era, agora, inúmeras vezes maior do que fora até 1763, e a sua nova sede, diante da perda definitiva da Colônia de Sacramento, ficou assentada na Vila do Rio Grande de São Pedro. (QUEIROZ, 1987, pp. 150-151)

Elite essa que, embora tenha colhido os frutos das aparentes vistas grossas da coroa num primeiro momento, noutro, protestava veementemente contra a instalação da Alfândega, que ocorre, de qualquer forma, em 1804 (ROSA, 2012, p. 42). É verdade que, invariavelmente, o traslado necessário de mercadorias, em vista das condições do canal, entre São José do Norte e Rio Grande ainda mantinha a a prática do contrabando viável (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 59), mas a Abertura dos Portos (1808) propiciou que boa parte do volume de trocas e que a acumulação de riqueza por parte daqueles que lucravam com as idas e vindas de mercadorias ganhasse um aspecto formal e novos horizontes, inserindo o porto do Rio Grande numa rede de trocas muito mais abrangente, sendo ainda mais impulsionada pela Independência do Brasil (1822).

O que temos, então, nas primeiras décadas do século XIX, é um Rio Grande que possui “um comércio mais avultado, movimentando somas muito superiores às da antiga capitania de São Paulo” (OSÓRIO *apud* TORRES, 2010, p. 37), onde os negociantes orgulham-se da sua

riqueza e compram “à Secretaria do Estado a comenda da Ordem de Cristo, tida como símbolo de riqueza e fruto da corrupção. Fora do Rio de Janeiro não vi algures um tão grande número de homens condecorados, o que não é outra cousa senão uma das provas da riqueza da região” (SAINT-HILAIRE, 1999, pp. 57-58).

Começamos a vislumbrar a mudança tendente no feitio dos habitantes da cidade. Se, antes, Rio Grande surge como uma fortaleza, como um ponto intransponível a oferecer apoio à expansão portuguesa na região do Prata, posteriormente, a relativa paz estabelecida na região e o crescente volume de negociações lícitas e ilícitas, transformaram Rio Grande num porto de oportunidades muito lucrativas. No entanto, o ambiente inóspito que, no primeiro momento, era mais do que oportuno, agora, torna-se um incômodo a ser superado por aqueles que fazem da cidade um lar e não uma barricada na geografia da região.

É neste sentido que Rosa sintetiza o século XIX rio-grandino em duas palavras: “velocidade e mudança” (2012, p. 54). Foi, pois, ao longo dos oitocentos que a paisagem da cidade sofreu grandes transformações, onde buscou-se subjugar as condições inóspitas que, outrora, se apresentavam como trunfos e que, agora, eram incompatíveis com o conforto e as necessidades de uma cidade centrada na atividade mercantil marítima. E a mão responsável pelas transformações não foi tanto a da Câmara local que contava “com rendimentos que não garantiam, sequer, a sua própria manutenção” (QUEIROZ, 1987, p. 157), mas

O que mais contribui para a prosperidade de S. Pedro [foi] o espírito de associação de seus negociantes, os quais empregam grande parte das fortunas em empresas de utilidade pública, tentando atrair o comércio estrangeiro, assim como modificar, por obras importantes, os graves inconvenientes de uma situação tão desagradável quanto pouco cômoda que apresenta sua cidade. (ISABELLE, 1983, p. 78)⁵⁰

2.3.1 Enfrentando o mar de areia

O crescimento e o desenvolvimento da malha urbana do Rio Grande estavam sujeitos às imposições que, principalmente, o mar de areia, mas também os banhados, submetiam. Entre os anos de 1811 e 1816, por exemplo, Antonio José Golçaves Chaves, charqueador e estancieiro, apresenta o seguinte relato em suas memórias:

⁵⁰ Associação, esta, que ficou institucionalizada pela fundação da Associação Comercial do Rio Grande em 1844 – sendo a primeira do Rio Grande do Sul e a quarta do Brasil – que viria a ter participação efetiva nos melhoramentos realizados na Barra do Rio Grande no início do século XX; e pela fundação do periódico *O Commercial*, no ano de 1857, que defendia os interesses dos comerciantes da cidade (MARTINS, 2006, pp. 77-78).

[...] Resulta que em 11 anos cresceram no Rio Grande 77 casas [...]. Não se pense que no Rio Grande se tem aumentado somente essas 77 casas, pois os prédios neste período quase têm duplicado, e em valor e magnificência os prédios que se têm levantado nestes 11 anos excedem aos que existiam até então.

As areias [...] fazem continuamente uma terrível invasão em toda a parte da vila situada da igreja para oeste e têm submergido ruas inteiras. [...] 27 propriedades que em 1811 pagaram décima [...] já em 1816 não existiam, por terem sido submergidas pelas areias. Todas estas casas eram situadas nas ruas Direita e da Praia, desde a igreja para oeste: nesta parte havia, em 1811, 74 casas habitáveis, a que se impôs décima, e 18 a abandonarem-se e abandonadas, por estarem já cavalgadas pelas areias. (*apud* TORRES, 2010, p. 43)

Não à toa a superação destas condições problemáticas foi objetivo constante ao longo do século XIX, principalmente, a partir da “construção de praças, aterros e dragagens para satisfazerem as necessidades da urbanidade na península” (*ibidem*, p. 42), sendo o planejamento e a conseqüente transformação das condições inóspitas a que a cidade estava submetida fatos recorrentes ao longo dos oitocentos. E, com o planejamento, já é possível notar o contraste entre um modo de ocupação anterior, caracterizado pela conformidade da Rua Direita⁵¹ à linha da costa e outro, posterior, que demonstra uma racionalização do espaço a partir da imposição de uma malha geométrica sobre os acidentes geográficos (Figura 22).

⁵¹ Ao contrário do que se pensa, o topônimo *rua direita* não se refere à forma, que geraria uma incoerência, visto o modo sinuoso que geralmente as diversas ruas direitas apresentam, mas pelo fato “de tal rua ser central e de ligar diretamente um extremo ao outro da área urbana”. Direita é qualificativo de direção, sendo justaposto ao “substantivo ‘rua’, de modo a nomear, distinguir e a caracterizar determinadas artérias fossem elas novas ou existentes dentro do conjunto urbano” (PINTO, 2014, pp. 42-43).

Representação das Edificações e Projeções de Construção da Cidade de Rio Grande no ano de 1829

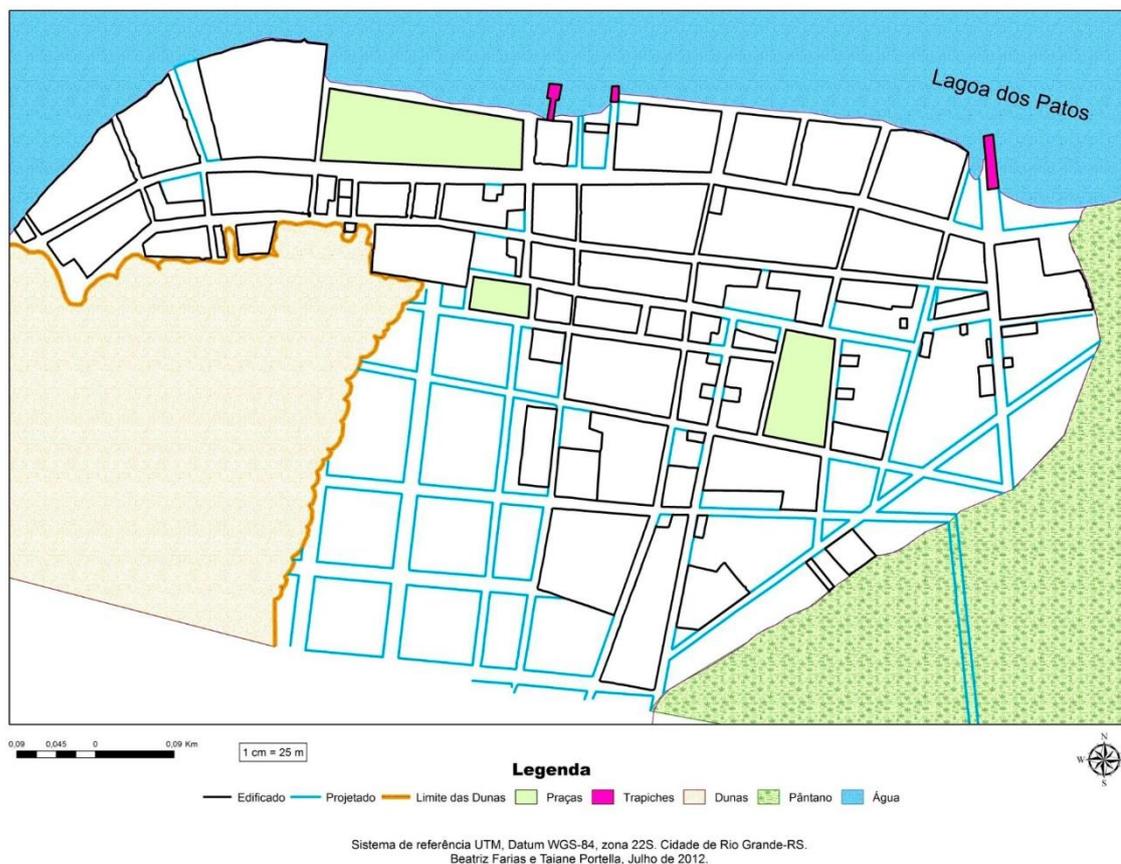


Figura 22 – A Rua Direita, no caso, é a segunda rua mais ao Norte, que acompanha a linha da costa e que, atualmente, corresponde à Rua General Bacelar. Fonte: ROSA, 2012, p. 63.

Mas as transformações no aspecto da cidade não visaram, somente, transpor as barreiras naturais que ameaçavam os olhos e os prédios, mas, também, construir um cenário urbano condizente com o universo cosmológico que transitava pela cidade em função do porto marítimo, uma perspectiva “soprada pelos ventos e impregnada do acre odor de sal do oceano” (ROSA, 2012, p. 116).

A floresta de mastros com flâmulas e bandeiras de todas as nações que cruzam os mares constituiu, ao dar a volta para entrar no porto, um espetáculo surpreendente. A vida variada que se agita em terra faz esquecer por algumas horas a desolação da planície saária onde se ergue a cidade. O bulício não era menor no cais, do qual se estava afastado apenas alguns 15 passos e de onde todos queriam chegar primeiro a bordo por uma estreita prancha, parte para receber amigos esperados, parte para receber objetos, cartas e novidades da Europa. Numa confusão babélica, chegavam aos ouvidos palavras em inglês, francês, alemão e português (...). Ao longo do cais o movimento é grande. Aí os armazéns das grandes casas comerciais alternam-se com as lojas mais pequenas de maçame e toda espécie de petrechos para navios, tavernas de marinheiros, hospedarias, lojas de todas as espécies de artigos e agências de tudo o que se relaciona com o mar. (CANSTATT *apud ibidem*, p. 91)

Cidades portuárias tendem a ser cosmopolitas. Gentes dos mais diversos cantos acabam acomodando-se sobre o mesmo espaço e criam-se atritos ou convergências entre ideias e concepções. Mas cidades deste tipo não são formadas somente pelos que ali residem, senão que por uma infinidade de pessoas em trânsito que vão e vem pelas portas do mar⁵². E as pessoas que transitam com a brisa marinha são tão parte da cidade portuária como o mais antigo residente.

Vivendo confinados “entre o demônio e o profundo mar azul”, estes tripulantes experimentavam nos espaços da cidade, em suas tabernas e prostíbulos, no mercado público, nos trapiches, nas fontes d’água, nas praças ou na beberagem em becos escuros e vielas mal calçadas, a liberdade para o convívio social. Nas cidades portuárias, portanto, na extensão urbana da territorialidade do Atlântico, os grupos populares encontravam o espaço necessário para certa autonomia. Para Oliveira (2009: 4), isto fazia parte da busca destes marinheiros por socialização e reterritorialização, uma vez que os longos períodos embarcados e a constante mobilidade promoviam o afastamento das relações sociais (TORRES, 2010, pp. 77-78)

Há uma recorrente discussão acerca dos modelos urbanísticos adotados pelas cidades brasileiras. Costuma-se pensar, neste caso, que o Rio de Janeiro representa o maior referencial em nível nacional e, quando se pensa no nível estadual, Porto Alegre. Este *cascateamento* de influência, ao menos quando trazido para a perspectiva das cidades marítimo-portuárias, parece desconsiderar o peso do contato direto entre a cidade e o resto do mundo, sem o necessário intermédio das capitais.

Numa povoação conhecida por ser intransitável durante a estação invernososa devido ao alagamento de diversos pontos, e correndo o constante risco de soterramento durante o resto do ano pela ação das areias (Sousa: 2002, 35) dificilmente a abertura de grandes vias dentro do perímetro urbano tinha a ver com o princípio europeu de velocidade e movimento. Muito menos o tamanho da vila, com poucos milhares de habitantes, justifica um programa de reordenação e expurgo de becos e vielas enquanto necessidade para o controle de comportamentos subversivos. Todo o plano tinha uma orientação destinada a aproximar a cidade de suas contrapartes modelo no universo da navegação Atlântica ao materializar uma paisagem imbuída dos mesmos valores que tornavam os centros europeus diferentes das suas contrapartes sul-americanas. (ROSA, 2012, p. 79)

A região do porto, principalmente, à beira do cais, recebeu o maior interesse por parte dos desejosos por transformações urbanísticas. Diversos foram os aterramentos e as conformações impostas à linha da costa (Figura 23). Ainda, deve-se ter em mente que esta

⁵² Analisando Rio Grande, diz Torres: “considerando-se os dados de toda movimentação realizada em 1855, incluindo entradas e saídas, encontramos um contingente de 10.903 tripulantes circulando pelo porto a bordo de 903 embarcações mercantes, somando-se as entradas e saídas ao longo do ano. Pouco menos da metade da tripulação era estrangeira (48%) e a tripulação nacional (52%) compunha-se majoritariamente de escravos (34%), com o restante de trabalhadores livres (18%)” (TORRES, 2010, p. 56).

região é a primeira imagem que se tem da cidade, ao se chegar trazido pelas ondas e é, também, o local onde ficavam as maiores casas comerciais (Figura 24 e Figura 25).

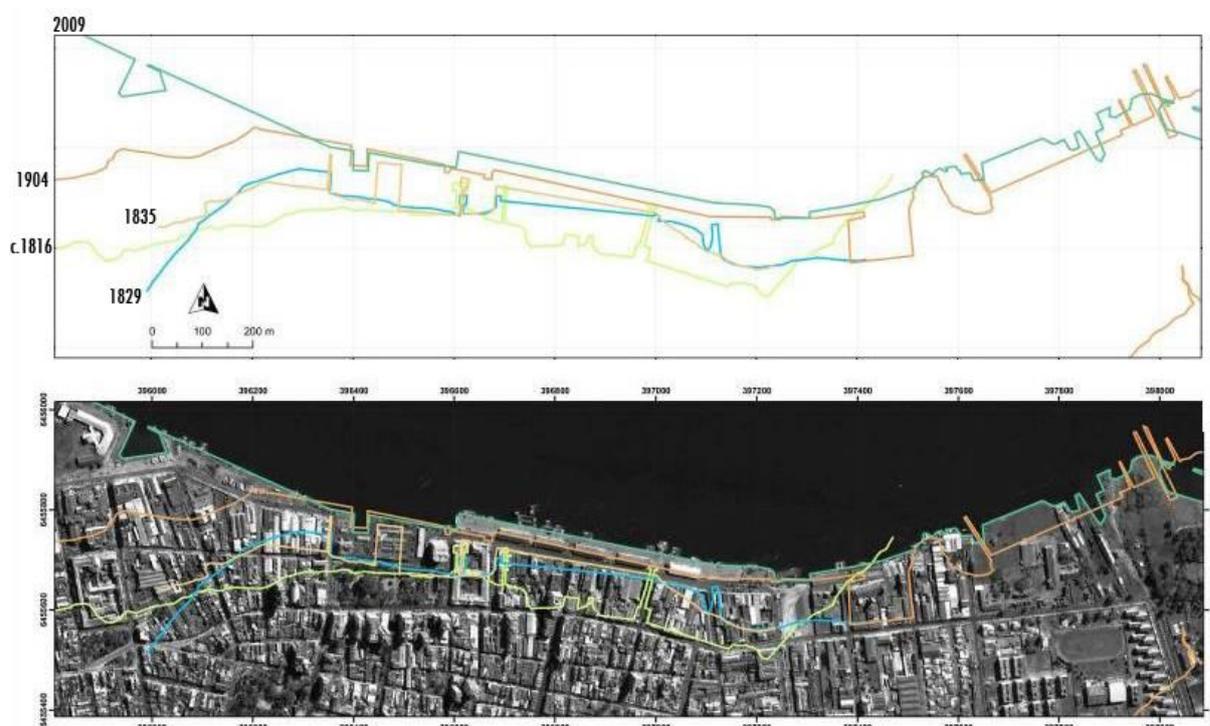


Figura 23 – Cronologia das intervenções que conformaram a atual linha da costa da região do Porto Velho. Fonte: TORRES, 2010, p. 110. Editado.

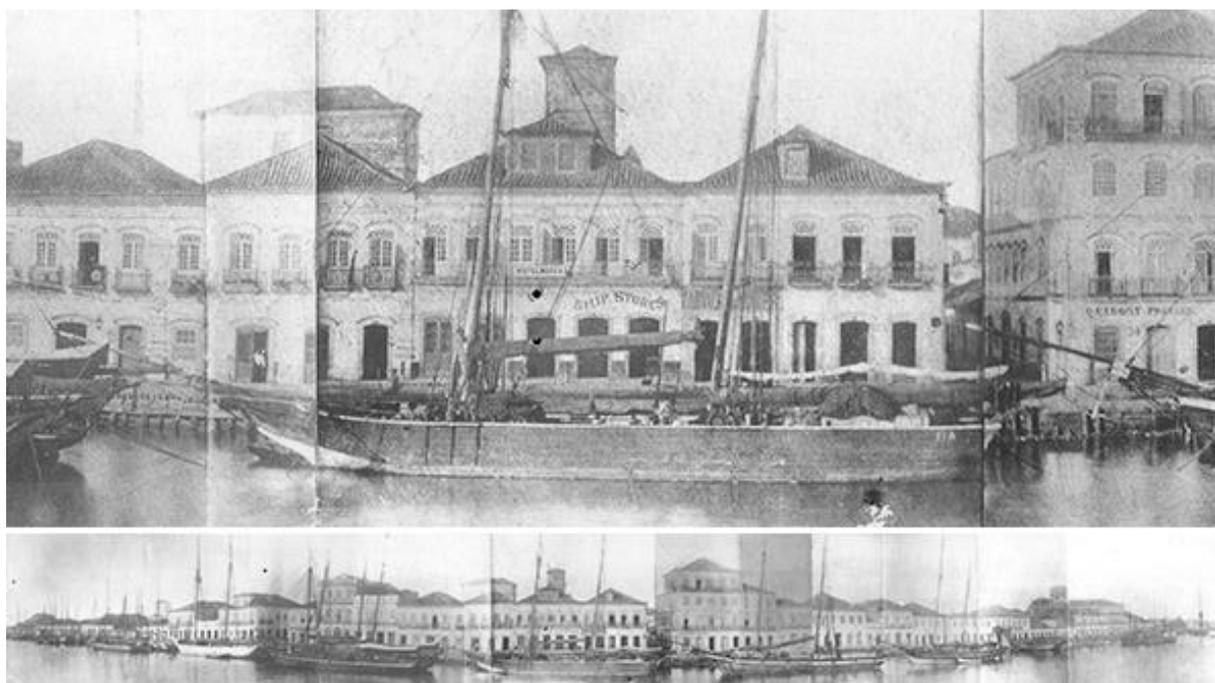


Figura 24 – Acima, detalhe de registro fotográfico da região do porto do Rio Grande na segunda metade do século XIX. Abaixo, sobreposição original formando uma visão panorâmica. Fonte: acervo Liber Studium/FURG.



Figura 25 – Fotografia do final do século XIX. Em destaque, o novo prédio da Alfândega, com uma das faces do relógio voltada para o mar. Fonte: ROSA, 2012, p. 90.

Mais uma outra série de transformações urbanísticas tomaram de assalto o século XIX, como a expansão da malha urbana, o empedramento de ruas (FERREIRA & PEDROSO, 2012), a implementação de iluminação pública, arborização de espaços públicos (Figura 26).

Todo esse longo processo, mais de cem anos de obras, marcou uma crescente diferenciação da cidade perante o contexto nacional, enquanto se aproximava do ideal europeu de urbanismo. O termo “melhoramentos”, visto como uma forma cínica por muitas vezes utilizada como um estratagema para dar grandiloquência a pequenos gestos de modernização dentro de uma cidade essencialmente inalterada, como o caso do Rio de Janeiro do começo do século XX (Nobrega: 2012. 55), assumiu outro teor em Rio Grande. (ROSA, 2012, p. 115)



Figura 26 – Fotografia da Praça, agora, Xavier Ferreira com o prédio da Alfândega ao fundo. Fonte: acervo Liber Studium/FURG.

Todas estas transformações, aparentemente, atingiram seu objetivo. É pertinente pensar que antes do final do século XIX, Rio Grande vinga e, assim, “inicia-se um novo momento na narrativa do espaço urbano-portuário da cidade” (TORRES, 2010, p. 52). Contrastando enormemente com os relatos de diversos outros forasteiros que por Rio Grande passaram no começo do século XIX, como Saint-Hilaire, Arsène Isabelle e John Luccock, as observações de Conde D’Eu, principalmente, fazem-nos pensar se tratar de outro lugar⁵³.

A cidade do Rio Grande do Sul, que foi a primeira que se fundou nesta província, data de 1787 [sic]; conta hoje, ao que me dizem, 14.000 habitantes e tem muitas casas de comércio europeias, na maior parte alemãs. Os principais objetos de comércio são os couros e a carne seca. As ruas principais, em que se vêem lojas elegantes, são três, todas paralelas há praia. Há muitas casas de azulejos, o que dá impressão e asseio e elegância. A rua mais importante apresenta hoje muitas bandeiras de consulados; também há uma, nesse famoso consulado inglês, donde saíram as diatribes tão injustas do sr. Prendergast Vereker, origem do conflito a que a mediação portuguesa ainda, infelizmente, não conseguiu pôr termo. As ruas são calçadas; mas antes de se passarem as últimas casas da cidade, já se está num mar de areia, em que se torna muito custoso andar. Vi, contudo, uma sebe viva, não sei dizer de que espécie de planta, por que não tinha uma só folha; mas tanto me bastou para me recordar a Europa. No cainho da fortificação passamos por um hospital, que uma Santa Casa de Misericórdia está construindo, com o auxílio do Governo. Por ora só há uma das quatro fachadas; mas há de ficar um edifício muito bonito; pelo menos muito grande. Há de ter cúpula de azulejos. (1981, p. 24)

⁵³ John Luccock esteve em Rio Grande em 1809; Saint-Hilaire, entre 1820 e 1821; Arsène Isabelle, por volta de 1835; Conde D’Eu, em 1865.

A noite fez-se notar também.

Apenas chegado, o Imperador tornou a sair para ir assistir à cerimônia da confirmação, que o bispo veio fazer ao Rio Grande. À noite fomos a um suposto baile, depois de ter percorrido em toda a sua extensão, e sempre a pé, as ruas iluminadas. Eram muito bonitas as iluminações: a Praça do Mercado apresentava no contorno um conjunto de luminárias muito imponente, e a rua principal estava esplendida, guarnecida, em todo o comprimento, de balões de cores. Chamava-se esta rua ainda há pouco, se não me engano, Rua da Praia; mas num belo impulso de patriotismo, a Municipalidade acaba de resolver a supressão de todos os antigos nomes e a sua substituição pelos de “Rua do Imperador, Rua dos Príncipes, Rua Dezesesseis de Julho, Rua do Riachuelo, Rua de Uruguaiana”, etc., etc., de forma que já não é fácil lembrar-se de todas. (CONDE D’EU, 1981, p. 140)

Por mais que os relatos de Conde D’Eu sobre Rio Grande sejam breves, pode-se entender que são recorrentes as menções às semelhanças entre algumas características que o príncipe notara na cidade e das suas memórias da Europa. Como quando, ao ver os barcos e os remadores nas regatas, “poderíamos julgar-nos no Tâmisia [pois são] as mesmas camisolas de flanela e os mesmos chapéus de palha redondos com fitas azuis” (*ibidem*).

A presença da questão europeia enquanto referencial não era exclusiva do Conde D’Eu, senão que, conforme narra um dos seus diálogos, o príncipe se espanta pelo comentário de uma senhora que traz à tona a questão durante uma conversa.

Não tardei a descobrir que as pessoas da estimável família Eufrásio eram grandes viajantes! Já antes de jantar tinha o pai encontrado ocasião de me dizer que seu filho havia sido educado na Europa; mas, averiguando, apurei que não passara do Porto. Aos meus primeiros cumprimentos a propósito da sua casa, etc., a senhora Eufrásia respondeu-me com modéstia:
 - Mas para quem tem andado pela Europa tudo isto é muito feio.
 Não entendi que nisto houvesse segunda intenção; porém ao ver que esta palavra Europa lhe voltava frequentemente aos lábios, ousei perguntar-lhe:
 - A senhora esteve na Europa?
 - Pois não! Dois meses em Paris, e mês e meio em Londres.
 Estava dado o primeiro passo: nunca mais se esgotou a conversação.
 (*ibidem*, p. 25)

Levando em consideração tudo o que foi dito aqui, não se deve ter em mente que este é um movimento a que Rio Grande, exclusivamente, submeteu-se, quando se trata, justamente, do contrário. Diversos são os casos e as experiências. Agora, o notório no caso rio-grandino, como aponta Rosa, é “uma mescla de fatores: sua precocidade, uma malha urbana relativamente pequena e mais fácil de ser modelada, e as volumosas somas empregadas, principalmente quando levado em conta o tamanho da cidade” (2012, p. 52). Uma precocidade que não deriva,

necessariamente, de uma inspiração fáustica⁵⁴, mas da simples circunstância de se tratar de uma cidade portuária com uma elite abastada que

recebia de primeira mão as informações de modernidade em estilos, materiais e técnicas construtivas, além da contribuição dos novos imigrantes de várias nacionalidades que se instalaram na cidade, em função das atividades portuárias, comércio de importação e exportação e da incipiente industrialização. [...] O centro histórico localizado no entorno da Praça Xavier Ferreira, é representativo de todo o processo de sedimentação e consolidação urbana, social, econômica e cultural rio-grandino. A praça [Xavier Ferreira] é um exemplar raro de organização neoclássica na relação entre os espaços públicos e os monumentos que são os edifícios públicos estrategicamente implantados com destaque em quarteirões isolados orientados por caminhos desde o interior da praça com eixos que permitem através dos largos caminhos uma perfeita integração entre os espaços públicos abertos e edifícios monumentos. (BORGHETTI, 2011, p. 66)

2.3.2 A Barra não tem querer⁵⁵

Mas, talvez, o maior empecilho econômico para a elite mercantil do Rio Grande fosse transpor o difícil obstáculo que a Barra do Rio Grande representava. O acesso ao interior do continente era ameaçador, como já foi dito, principalmente em razão da movimentação dos baixios (Figura 27) e pela constante redução da profundidade do canal ao longo dos anos. Ao final do século XVIII, o canal tinha mais de quatro metros de profundidade, que foram reduzidos para 3,60 metros em 1848, depois para 3,50 metros em 1866, para 3,20 metros em 1875 e para 2,70 metros em 1883 (TORRES, 2010, p. 65).

⁵⁴ Ver nota 34.

⁵⁵ Resposta atribuída à Gaspar da Silveira Martins a quem alegava que os melhoramentos na Barra do Rio Grande eram impossíveis.

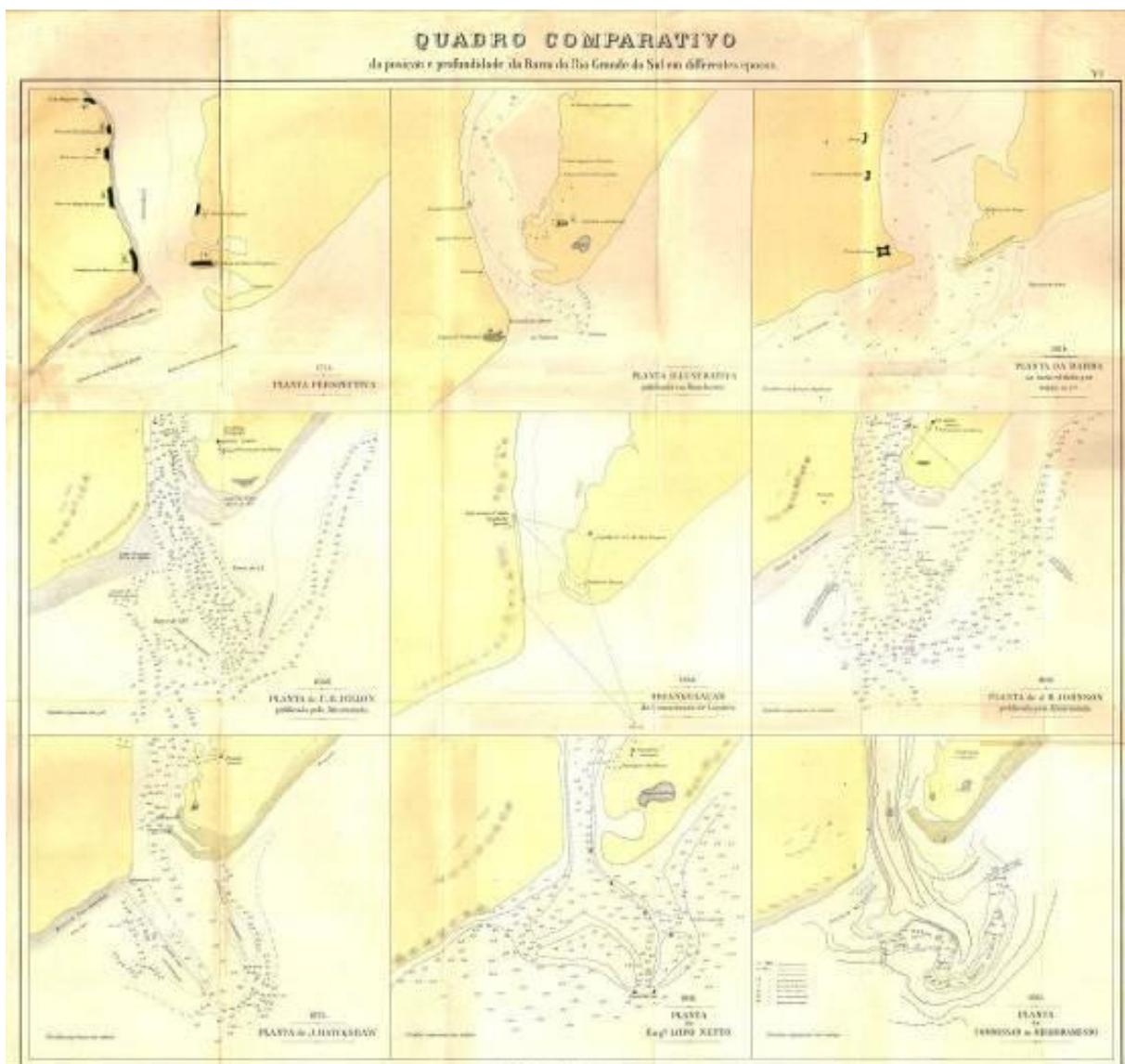


Figura 27 – Variação das posições dos bancos entre os anos de 1775 e 1883. Fonte: TORRES, 2010, p. 64.

Os prejuízos à economia imperial ao longo do segundo quartel do século XIX são notórios. Devido às dificuldades de acesso, em 1823 é concluída a dragagem do canal realizada pela *Carrol Forbes & Cia*, sendo que, antes da realização desta atividade, “não sem grandes perdas por parte da sociedade, os navios paravam todos em S. José os armadores e consignatários tinham depois de arcar com as despesas maiores da baldeação e transporte” (ISABELLE, 1983, p. 78). Mas as dificuldades, que não haviam sido superadas ainda, apenas contornadas, não se limitavam a prejudicar diretamente o comércio de importação e exportação local, senão que acabou fomentando a opção pelo porto de Montevideo em detrimento do porto do Rio Grande (TORRES, 2010, p. 68).

A partir de 1850, começam uma série de consultas a engenheiros hidráulicos em busca de uma solução para o problema (NEVES, 1995, pp. 94-96). Em 1875, John Hawkshaw, engenheiro britânico, propõe, pela primeira vez, a construção de molhes para solucionar o problema da Barra, mesmo que em tom desencorajador:

Prestei a maior consideração no melhoramento da barra do Rio Grande do Sul. Se o melhoramento fosse praticável, seria de grande conveniência, porque, uma vez no interior da barra, há suficiente profundidade d'água a pouca distância do litoral. Entretanto, as dificuldades para melhora-la assumem o mais grave caráter. As águas de terra e do mar lutam, no ponto em que se encontram, com enormes massas de areias movediças, sobre as quais seria dispendiosíssima a construção de obras duradouras. É difícil calcular-se a que profundidade chegariam os blocos de concreto (único material conveniente e de grandes dimensões) durante a construção em areias movediças. As perfurações que pratiquei indicam que até 50 pés de profundidade só se encontra areia ou vaza. (*apud* CARVALHO, 1927, p. 38)

Também foram negativas as impressões de outro engenheiro.

Em 1876 o falecido Imperador do Brasil, Sr. D. Pedro II, visitou os trabalhos a meu cargo na boca do rio Mississipi, expressamente para conhecer os métodos empregados e com o fim de formar opinião relativamente à possibilidade de aplica-los ao canal da barra do Rio Grande do Sul. Quando depois o Governo resolver aprofundar a barra por dragagem, os construtores das dragas em Nova York procuraram-me para saber da minha opinião sobre a possibilidade dar profundidade à barra por essa maneira. A minha opinião foi completamente desfavorável. Não me proponho discutir os planos e argumentos de outros engenheiros: tenho somente em vista estabelecer os elementos colhidos na minha própria experiência em sucessivos trabalhos do mesmo gênero que nos poderão guiar na confecção de planos e a adoção de métodos para melhoramento da barra do Rio Grande. (CORTHELL *apud ibidem*, pp. 53-54)

Em vista das dificuldades, autoridades articularam-se para buscar alternativas à Barra do Rio Grande, como a construção de um porto em Torres em 1861, ou mesmo a construção de um canal que ligasse a Lagoa dos Patos ao oceano em 1869 (VASSÃO, 1987, pp. 14-19). Até que, em 1881, um parecer do engenheiro José Ewbank da Câmara diz que a barra não estava condenada, mas carecia de urgência. Então, em 13 de janeiro de 1883, no Ministério da Agricultura, é nomeada a Comissão de Melhoramento da Barra, tendo o engenheiro Honório Bicalho como responsável (ESPÍRITO SANTO, 2004, p. 40).

Mas o primeiro contrato para a execução do empreendimento só foi fechado em 1890, no começo da República, pelo Governo Provisório, com a *Societé Anonyme Franco-Brésilienne de Travaux Publics*, sendo, entretanto, rescindido em 1893. Mas a obra acabou sendo realizada somente no começo do século seguinte, pela *Compagnie Française du Port de Rio Grande do*

Sul, com capital francês, sendo concluída em 1915 (TORRES, 2010, pp. 69-70). Juntamente com a construção dos molhes da Barra (Figura 28), a *Compagnie Française* termina de construir, no mesmo ano, o novo Porto da cidade do Rio Grande (referido como Porto Novo), sendo que o Porto Velho acaba sendo “remodelado com a construção de armazéns. O antigo Porto ficava agora destinado a receber pequenas embarcações de transporte e pesca, enquanto que o novo estava em conformidade com os padrões mais modernos do mundo” (PEDROSO, 2012, p. 59). Recentemente, os molhes da Barra passaram por um processo de ampliação, que foi concluído no ano de 2014 (Figura 29).



Figura 28 – Os molhes de pedra que formam a entrada da Barra do Rio Grande. Fotografia tirada antes da ampliação realizada no século XXI. Fonte: http://www.portoriogrande.com.br/site/imprensa_midia_galerias.php acessado em 13 de julho de 2015.



Figura 29 – Os gigantes Molhes da Barra do Rio Grande. As setas indicam o trecho ampliado cuja conclusão se deu em 2014. Fonte: Google Earth. Editado.

2.4 A cidade e as chaminés

*E a fumaça cinza das fábricas
 Me dá um peso na alma
 Como se eu tivesse carregando
 Cem toneladas
 De desilusões
 Sob um céu de blues*

Cascavelletes, *Sob um céu de blues*

Como já disse, o fluxo de imigrantes estrangeiros na cidade do Rio Grande era muito alto, sendo que muitos acabaram fixando residência. Isso proporcionou a existência de um número expressivo de estrangeiros residentes na cidade no final do século XIX. De acordo com

Copstein, em 1888, dos 14.345 residentes do núcleo urbano, 3.113 (21.70%) eram estrangeiros⁵⁶ (1975, p. 40).

É importante notar a presença estrangeira na cidade, pois, foram eles os maiores empreendedores com o estabelecimento de casas de comércio, de empresas de importação e de exportação, de empresas de capital comercial, dos serviços de transporte e de comunicação, de empresas comerciais (MARTINS, 2006, pp. 81-92). Mas não apenas isso, pois, foi por iniciativa estrangeira, especialmente, que unidades fabris começaram a se estabelecer na última metade do século XIX (COPSTEIN, 1975, p. 42). A indústria papareia – e a gaúcha – surge com “investimentos de capital acima da média e pouca diversificação de ramos, sendo os que mais se destacavam no Município o da tecelagem, charutos, conservas alimentícias, somando em 1913 cerca de 18 indústrias” (PAULITSCH, 2003, p. 55).

A primeira indústria a se instalar em Rio Grande foi a *Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz e Vater*, fundada em 1873, embora tenha iniciado suas atividades no ano seguinte, pelo filho de imigrantes alemães Carlos Guilherme Rheingantz, seu sogro Comendador Miguel Tito de Sá e pelo alemão Hermann Vater (*ibidem*, p. 62). Depois de decorridos certos anos, Rheingantz assume sozinho o controle da fábrica, que estava situada em frente à antiga cadeia e, basicamente, tinha a lã como matéria-prima (LUDWIG, 2012, p. 30). Posteriormente, a fábrica de Rheingantz inauguraria, em 1885, uma outra instalação, fora do então perímetro urbano da cidade, contando com a presença do Imperador D. Pedro II, ficando a antiga instalação encarregada de trabalhar com algodões (PEDROSO, 2012, p. 55).

Outra importante tecelagem fundada na cidade foi a *Fábrica de Fiação e Tecelagem Rio Grande*, estabelecida em 1896 por Giovanni Hessemberger. Com o tempo, o grupo genovês Santo Becchi & Cia assume a fábrica e, em seguida, Paulo Ângelo Pernigotti, torna-se diretor da fábrica, que assume “a denominação de Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira, e [deixa de ser] gerenciada pela empresa europeia” (LUDWIG, 2012, p. 32).

⁵⁶ De acordo com o censo de 1888, este número corresponde a 1.373 portugueses, 312 italianos, 276 alemães, 191 franceses e ingleses, e 961 classificados como de outras nacionalidades (COPSTEIN, 1975, p. 40). "Quase um quartel de século após, em 30 de junho de 1911, um censo local registrava para a cidade 34.768 pessoas entre as quais os estrangeiros correspondiam a 13,30% distribuídos por 15 nacionalidades principais" (*ibidem*), a saber, portugueses, italianos, orientais (uruguayos), espanhóis, poloneses, alemães, franceses, argentinos, turcos (engloba sírio-libaneses), ingleses, austríacos, russos (provavelmente israelitas), paraguaios, holandeses, suíços e diversos (*ibidem*, p. 41).

Na última década do século XIX⁵⁷, é fundada na cidade, enquanto filial da matriz portuguesa, a fábrica de conservas *Leal Santos & Cia* (PEDROSO, 2012, p. 56), pelo português Francisco Leal Pancada, seu genro Moysés Marcondes e José Antonio Soares. Em 1906, a fábrica começa a “produção de biscoitos em escala industrial, que ficou amplamente conhecida pela beleza de suas latas, as quais movimentavam a importação de folha-de-flandres” (LUDWIG, 2012, p. 31).

Em 1894, o português Albino Cunha funda o *Moinho Rio-Grandense*, que possuía um maquinário “todo importado da Inglaterra, produzindo artigos de primeira ordem. Ao contrário da Leal, Santos & Cia., que podia beneficia-se da produção local, Albino Cunha trabalhava com o trigo importado da Argentina” (*ibidem*).

Outra empresa do ramo alimentício instalada na cidade foi o frigorífico estado-unidense Swift, que começou a funcionar em 1918 e que, de acordo com Torres, “monopolizava a exportação das carnes frigorificadas [...] adquirindo matéria-prima a preço aviltado. Nem as autoridades locais, nem mesmo os proprietários de rebanhos regionais, tinham escolha sobre o que fazer ante a voracidade dos frigoríficos sobre os rebanhos rio-grandenses” (2009, p. 87).

Embora a cidade já contasse com a fábrica *Aliança*, fundada em 1876 (PEDROSO, 2012, p. 56), a indústria do fumo rio-grandina, aparentemente, ganhou destaque no mercado e na memória, somente anos depois. Em 1891, alemão Gustavo Poock, cuja família trabalhava com charutos na Alemanha, funda uma fábrica de charutos, que acaba contando com acionistas da cidade. A fábrica trabalhava com “matéria prima importada de Cuba, bem como seus técnicos eram provenientes deste mesmo país e da Alemanha” (LUDWIG, 2012, p. 31).

Um último empreendimento merece destaque. Em 1934, começa a funcionar em Uruguaiana a destilaria Rio-Grandense S.A., às margens do Rio Uruguai, mas que, pouco tempo depois, começa a sofrer problemas para importar sua matéria-prima (MARTINS, 2008, p. 35). É então que se decide instalar uma nova unidade no Rio Grande, mas, agora, pensando também na possibilidade de refinar o petróleo, “o que aumentaria a oferta e tornaria mais sofisticados os produtos a serem fabricados. Por esta razão, dado o futuro que se antevia para o novo negócio, rapidamente passou a ser chamado de ‘refinaria’” (*ibidem*, p. 36), dando origem à Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A., que, consoante com os outros empreendimentos, embora

⁵⁷ As fontes consultadas divergem em um ano sobre a data de fundação da Leal Santos & Cia no Rio Grande: 1890 para Ludwig (2012, p. 31) e 1889 para Pedroso (2012, p. 56).

possuísse capital nacional, também foi formada a partir do capital de uruguaios e argentinos (MARTINS, 2008, p. 37).

| Nome da fábrica | Localização | Produtos | Pessoal empregado | Produção | Mercado |
|--|---|--|-------------------|---|---|
| Companhia União Fabril (sucessora da Rheingantz) | Rua Rheingantz | Algodões, lãs, cobertores e ponchos | 983 | Lã 4.000kg diariamente; algodão 336.000kg anualmente | Brasil e Montevideú |
| Companhia de Tecelagem Italo-Brasileira | Senador Correa n°1 | Tecidos de algodão branco, tinto e cru | 600 | 2.500.000 m por ano | Brasil |
| Leal Santos & C. | Ruas Gen. Portinho n°1 e Aquidaban n°44 | Biscoitos e conservas | 300 | 1.500.000 latas de conservas, 300.000kg de biscoitos | RS, Norte do Brasil e Inglaterra (carnes) |
| Charutos Poock | Senador Correa n°51 | Charutos finos e entrefinos | 150 | 5.000.000 charutos por ano | Brasil, Argentina, Uruguai e Chile |
| Llopart, Mata & Cia | Boulevard 14 de Julho | Alpargatas e calçados | 150 | 300.000 pares | RS e outros estados brasileiros |
| Companhia Swift | Porto Novo | Carnes e conservas | 2.000 | Somente entrou em funcionamento em setembro deste ano | Europa e Estados Unidos |
| Sociedade Comercial e Industrial Rio-Grandense | Boulevard 14 de Julho | Conservas | 130 | 600.000 kg | Brasil e Europa |

Tabela 1 – Informações sobre as atividades de algumas fábricas referentes ao ano de 1918. Fonte: TORRES, 2009, pp. 81-82. Editado.

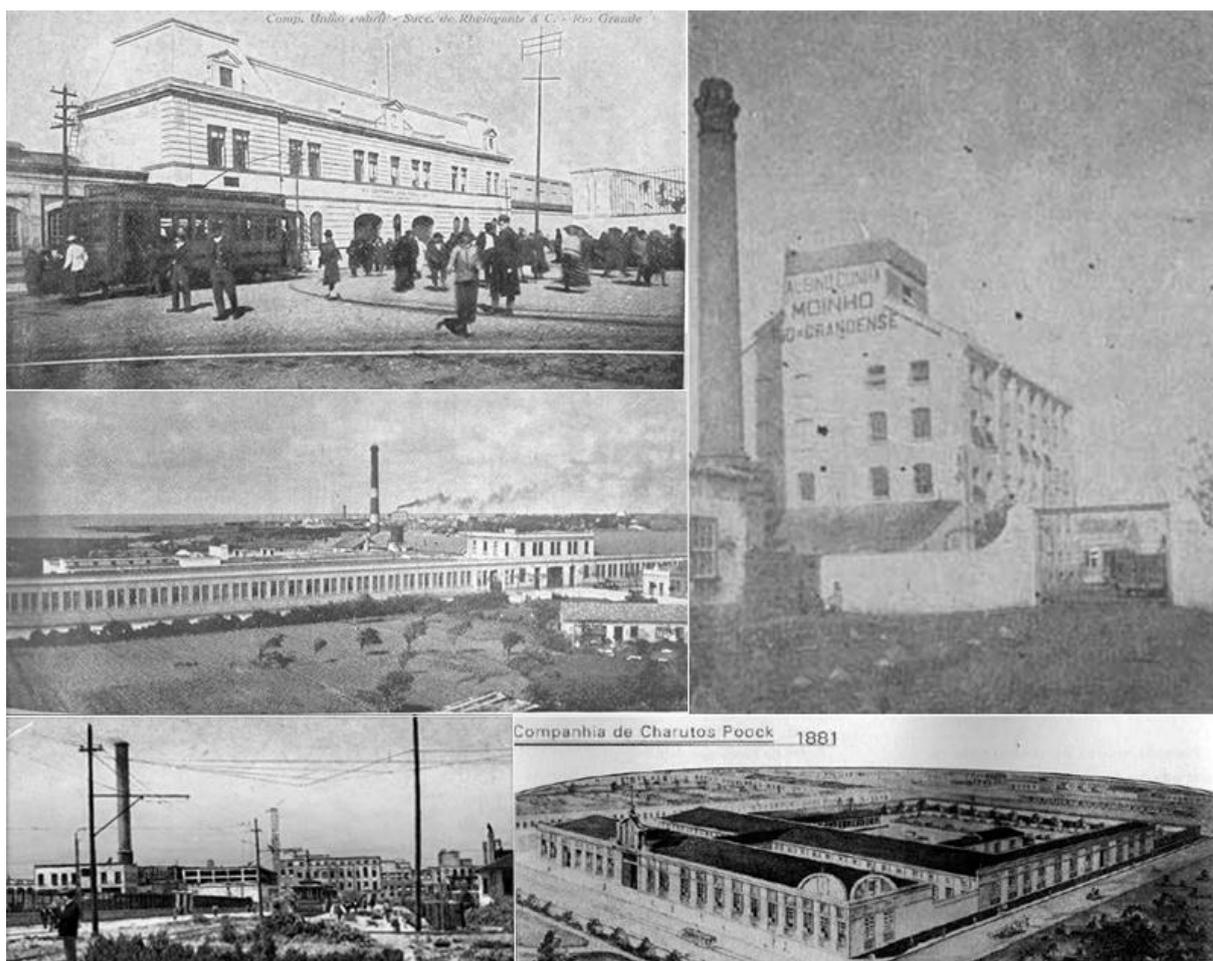


Figura 30 – Acima, à esquerda, fotografia das novas instalações da Rheingantz, tendo como destaque seu prédio administrativo; no centro, à esquerda, a fábrica Ítalo-Brasileira; à direita, acima, o Moinho Rio-Grandense; à esquerda, abaixo, ilustração do frigorífico Swift; à direita, abaixo, a fábrica de charutos Poock. Fonte: acervo Liber Studium/FURG.

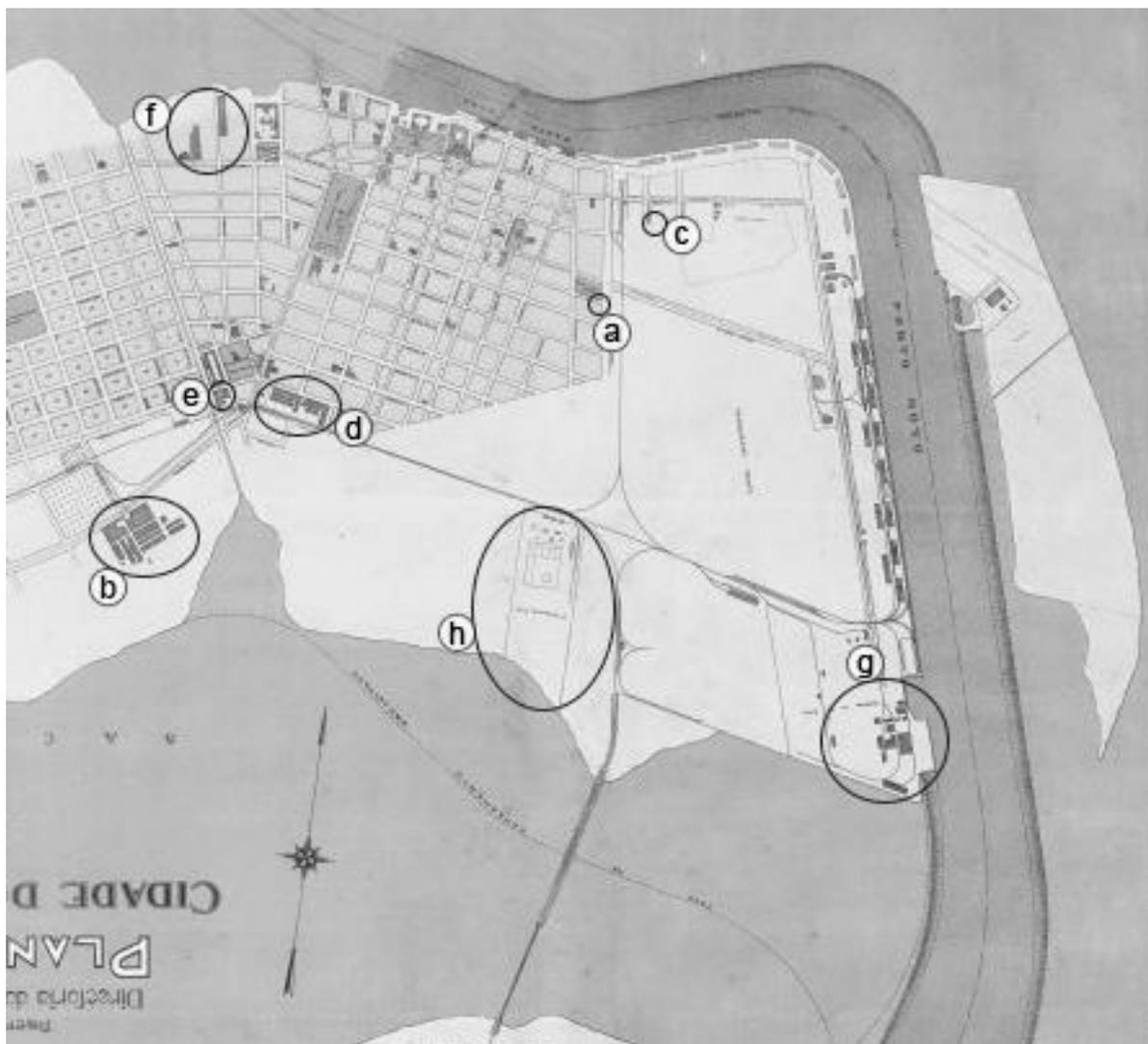


Figura 31 – a) Fábrica de aniagem (instalação original da Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz e Vater); b) Rheingantz; c) Moinho Rio-Grandense; d) Ítalo-Brasileira; e) Poock; f) Leal Santos; g) Swift; h) Ipiranga. Fonte: *Planta geral da cidade do Rio Grande*; Procopio Neto, 1937. Editado.

A cidade continuou crescendo ao longo do século XIX. De acordo Martins, em 1860, havia mais de 20 mil habitantes e mais de 3 mil prédios em 1888, quando, na década de 1820, contavam-se 346 edificações (MARTINS, 2006, p. 92). A expansão urbana iniciada no momento anterior, assim, exaure os limites a que a cidade se submetia pela antiga linha de trincheiras⁵⁸, e exige da municipalidade o planejamento de uma urbanização que transcendesse essa fronteira (ROSA, 2012, p. 91).

⁵⁸ As trincheiras foram erguidas na época da Revolução Farroupilha e tinham a função de proteger a cidade e delimitar o núcleo urbano (FERREIRA & PEDROSO, 2013, p. 386). Conde D'Eu, quando esteve em Rio Grande, diz o seguinte sobre elas: “A fortificação a que me referi, à qual dão o nome de *trincheira*, é uma simples linha de redentes que deve fechar, de uma a outra praia, a ponta de terra em que está edificada a cidade. Fez-se em toda esta extensão um muro vertical de alvenaria, indispensável para sustentar as terras ou, para melhor dizer, as areias que devem formar a obra. A falta de coerência destas areias dificulta muito os trabalhos, pois ao que mais pequeno

O primeiro sinal de ocupação, além da linha das trincheiras, havia sido dado em 1855, quando por questões higiênicas o cemitério da cidade foi retirado do centro e transferido para uma área não muito distante. Em 1878, a Companhia Hidráulica Rio-Grandense, empresa criada para fornecer abastecimento de água à cidade, erguia sua imponente caixa d'água com capacidade para 1.500.000 litros d'água, numa área que estava a três quilômetros de distância do centro da cidade. (FERREIRA & PEDROSO, 2013, p. 386)

É, então, que a municipalidade começa a planejar a extensão da malha urbana, um projeto que “nascia com quadras grandes, ruas largas em continuidade com o centro e um ambiente destinado à construção de uma praça” (PEDROSO, 2012, p. 75). Além disso, a Intendência Municipal tinha em mente que este novo espaço fosse ocupado pela população mais abastada, que não manifestou o interesse esperado, sendo ocupado, principalmente, por operários⁵⁹ e, assim, tornando-se um espaço indesejado (FERREIRA & PEDROSO, 2013, p. 388). Conforme Rosa, para “um observador que cruzasse aquela fronteira, ficariam claras as diferenças entre um espaço e o outro (2012, pp. 106-107).

vento logo se acumula areia do lado exterior do muro” (CONDE D'EU, 1981, p. 24). A antiga linha das trincheiras corresponde, hoje, à Rua Major Carlos Pinto, que estabelece a fronteira entre os bairros Centro e Cidade Nova.

⁵⁹ Em 1888, contavam-se 900 habitantes na Cidade Nova, sendo que, em 1889, tinha-se que 400 operários das fábricas de tecidos próximas residiam no novo bairro (FERREIRA & PEDROSO, 2013, p. 388).

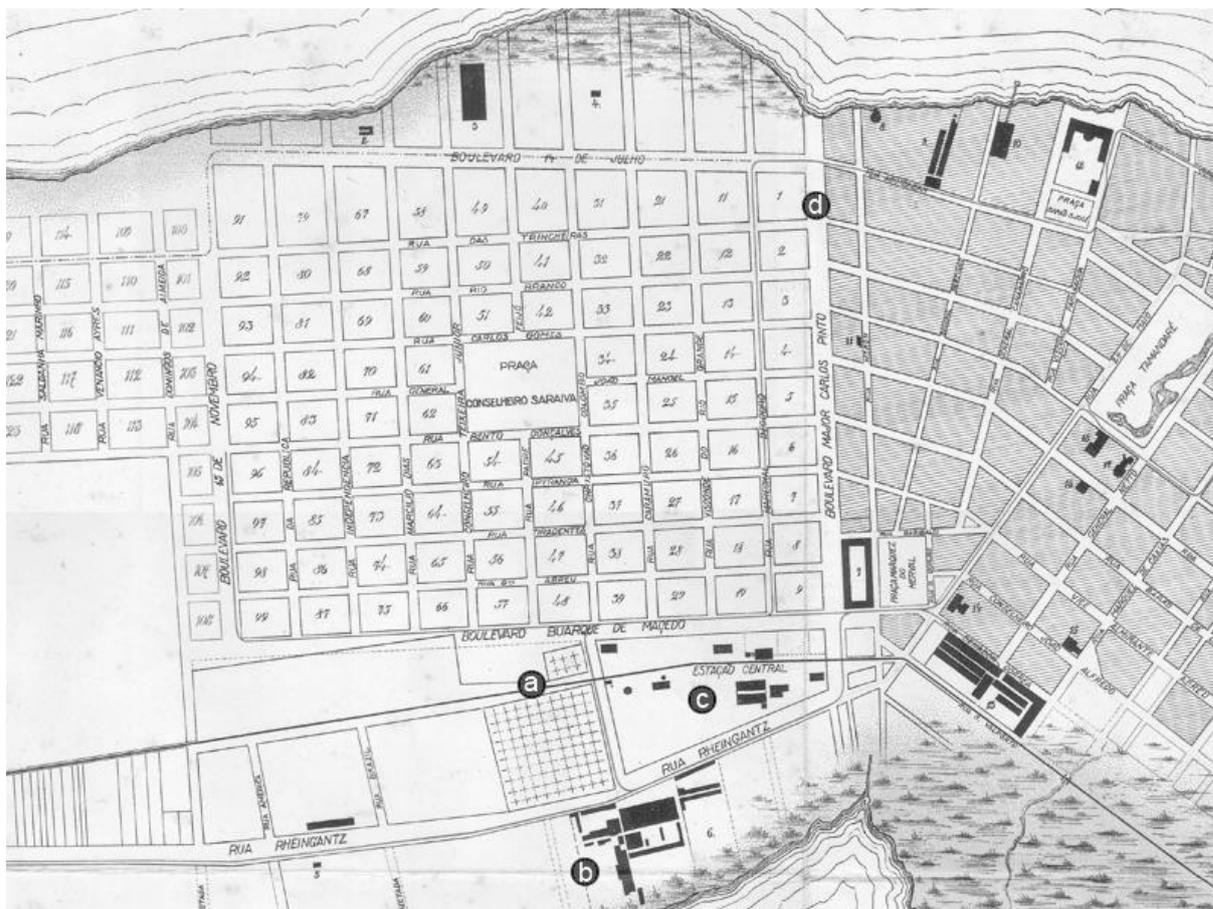


Figura 32 – Detalhe da planta de 1904. No centro, já edificado, vê-se a Cidade Nova; à direita, a Cidade antiga; à esquerda, área projetada ladeando o terreno da Cia Hidráulica, que aparece parcialmente. As indicações no mapa: a) abaixo, cemitério católico, acima, cemitério protestante; b) novas instalações da Rheingantz; c) terminal Ferroviário; d) Rua Major Carlos Pinto, antiga linha de trincheiras. Fonte: *Planta geral da cidade do Rio Grande*; Procopio Neto, 1937. Editado.

Ao longo do século XX, a cidade continuou expandindo, tanto no número de habitantes, quanto a sua malha urbana que, ainda no primeiro quartel do século XX, expandiu em direção a Leste onde construiu-se o Porto Novo. Isto se deu, principalmente, em razão da instalação do frigorífico Swift, que necessitava “de muita mão-de-obra, atraindo elementos de outros municípios, transformando todo o terreno recuperado pela Cie. Française numa gigante favela, conhecida na época como Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas...” (NEVES *apud* TORRES, 2009, p. 87).

O crescimento populacional ao longo do século XX (Gráfico 1) exigia uma demanda de investimentos, principalmente habitacionais, que o poder público não conseguia dar conta (TORRES, L, 2015, p. 48). O resultado deste fenômeno na composição da malha urbana da cidade do Rio Grande é a ocupação da região oeste, que se deu de forma desamparada, não contando com apoio estrutural da municipalidade.

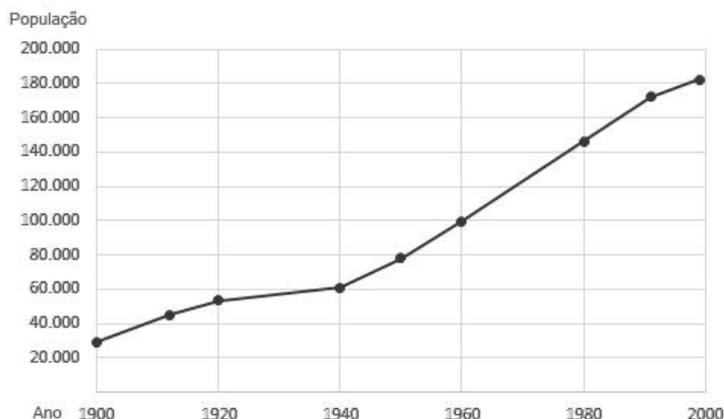


Gráfico 1 – Crescimento demográfico da cidade do Rio Grande. Elaborado a partir de TORRES, L, 2015, p. 76.

Mas se o setor industrial vivera em aparente euforia nas primeiras décadas do século XX, as políticas públicas para o este segmento, nos anos por vir, enxugaram-no e embora Rio Grande detivesse os maiores estabelecimentos fabris do Rio Grande do Sul, sofreu muito com a concorrência direta dos produtos do centro do país (PEDROSO, 2012, p. 57). O único segmento que conseguiu sobreviver à crise que assolou a cidade foi o de transformação do pescado, que manteve a importância no mercado nacional (COPSTEIN, 1975, p. 43).

O processo de crise no setor industrial têxtil, de alimentos e de carne frigorificada estava chegando ao seu auge na década de 1950. A maior empresa, a Swift, fechava as suas portas nesta década e o nível de desemprego era alto na cidade. A indústria do petróleo, surgida com a Refinaria de Petróleo Ipiranga inaugurada em 1937, viria a ser um novo referencial que se consolidou nos anos seguintes mas que por si só, não tinha como fornecer emprego a tantos trabalhadores oriundos do fechamento de outras empresas, com as de Luiz Loréa que faliram na década de 1950. Foi o setor pesqueiro, que a partir desta década e especialmente, na década de 1960, absorveu significativa mão-de-obra operária. (TORRES, L, 2015, p. 60)

Na década de 1960, o setor pesqueiro era constituído por 17 empresas, chegando a empregar 20 mil pessoas. No começo da década de 1980, eram 27 empresas. No final da década de 1980, o setor entra em crise devido ao desgaste ambiental típico das atividades extrativistas e pela falta de incentivos fiscais (*ibidem*). O baque na cidade não foi maior, pois,

a partir dos anos 70, o município caracteriza-se pelos ciclos exógenos de desenvolvimento econômico, sendo alvo de políticas do Governo Federal do tipo Top Down (“de cima para baixo”), a partir da implantação do Superporto como corredor de exportação, às quais se agregaram interesses do Governo Estadual, a partir da implantação do Distrito Industrial retro-portuário, ficando a comunidade riograndina à margem dos processos de decisão quanto aos usos econômicos de seu território. (DOMINGUES, et al., 2013, pp. 934-935)



Figura 33 – Indicações das zonas portuárias e industriais: 1) região do Porto Velho; 2) região do Porto Novo; 3) região do Super Porto; 4), Distrito Industrial. Fonte: Google Earth. Editado.

Chegando ao limite dos Novecentos, Rio Grande agora passa a ser considerado um problema para o Estado, quando se estima que “a retração total dos postos de trabalho no conjunto porto-indústria tenha alcançado os 70% na década [de 1990]” (DOMINGUES, et al., 2013, p. 942). Definitivamente, a pujança do começo do século XX ficou para trás (MARTINS, 2006, p. 226).

2.5 De ontem em diante

O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e, para mencioná-las, precisava-se apontar com o dedo.

Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*

A primeira década do século XXI reservou um novo lastro de esperança para os papareias. O governo federal estabeleceu uma política voltada para a consolidação de uma indústria naval nacional e Rio Grande acabou recebendo um expressivo Polo Naval. O impacto nos números – a renda média aumentou, houve um período de pleno emprego – foram objeto de interesse de diversos órgãos de imprensa⁶⁰. A primeira obra do Pólo Naval do Rio Grande foi a P-53, da Petrobrás, “que se constituiu na maior e mais moderna plataforma do tipo FPU (*Floating Production Unit*, ou Unidade de Produção Flutuante) da empresa” (DOMINGUES, et al., 2013, p. 948) e, em outubro de 2010, é inaugurado o dique seco (Figura 34) para que a P-55 fosse construída (TORRES, L, 2015, p. 68).



Figura 34 – Fotografia aérea do Dique Seco. É o maior da América Latina, com 133 metros de largura por 350 metros de comprimento e 13,8 metros de profundidade. Fonte: <http://www.wtorre.com.br/projetos/estaleiro-rio-grande/246> acessado em 13 de julho de 2015.

Pode-se presumir que a realização deste empreendimento simbolize o fim da frustração e a chegada do grande progresso, que traria, a Rio Grande, a pujança perdida no século passado. Mas o impacto deste fenômeno, aparentemente, ficou limitado ao aspecto econômico, o

⁶⁰ Para ficar com poucos exemplos – posto que uma breve busca em mecanismos de pesquisa *online* são suficientes – cito a abordagem do programa Globo Repórter, em 11 de fevereiro de 2011, da Rede Globo de Televisão (<https://www.youtube.com/watch?v=0qLcFLmMMoE>, acessado em 10 de março de 2015); além da perspectiva da rede estatal TVE RS, veiculada em 29 de maio de 2013 (<https://www.youtube.com/watch?v=uL1XoC76uCg>, acessado em 10 de março de 2015) e em 05 de junho de 2013 (<https://www.youtube.com/watch?v=kHYCQLMP8Kc> acessado em 10 de março de 2015).

progresso foi barrado nos números. De acordo com uma pesquisa de opinião pública⁶¹ realizada na cidade, quando perguntados se a vinda do pólo naval foi benéfica para a região, 84% responderam que sim; quando perguntados se, como indivíduos, sentiam-se melhores com o Polo Naval, 72% responderam que não. A discrepância entre as respostas, provavelmente, é reflexo do impacto do Pólo Naval no dia-a-dia da cidade, que acabou sendo tão grande quanto a quantidade de empregos gerados e tem causado um grande estresse, com especulação imobiliária, engarrafamentos e manifestações de xenofobia⁶².

A perspectiva é de que seria um momento de transição e caos urbano em que os grandes investimentos trariam melhorias radicais na saúde, segurança, logística do trânsito e inúmeras reivindicações da população: todo esforço valeria a pena frente aos ganhos na geração e emprego e renda. Porém, os investimentos não vieram e a cidade colheu os frutos amargos dos indicadores sociais decaírem, o tráfico de drogas e os homicídios subirem e o stress urbano cobrar um preço cada vez mais alto. (TORRES, L, 2015, p. 68)

Não obstante, em 2014, a midiática Operação Lava a Jato da Polícia Federal é deflagrada e os contratos da Petrobrás com diversas empresas, inclusive que atuam no Polo Naval do Rio Grande, ficam sob suspeita. Notícias recentes⁶³ parecem exaurir o lado positivo da dimensão econômica e, novamente, “a cidade se vê refém de uma mega-projeto exógeno (como o Distrito Industrial)” (*ibidem*).



Figura 35 – Fotografia aérea com ênfase na região central da cidade do Rio Grande. Fonte: http://www.portoriogrande.com.br/site/imprensa_midia_galerias.php acessado em 13 de julho de 2015.

⁶¹ Em matéria veiculada na rede de televisão do Estado do Rio Grande do Sul, a TVE, 29 de maio de 2013 (Para o *link* da matéria, ver a nota anterior).

⁶² <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=5&n=40881> acessado em 10 de março de 2015.

⁶³ O número de trabalhadores no Polo Naval cai de 18mil, em 2013, para 7 mil (<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/transito/noticia/2015/02/manifestantes-bloqueiam-pelo-menos-tres-pontos-da-br-392-no-rs.html> acessado em 10 de março de 2015) em razão de corte de investimentos (<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2015/02/industrias-no-polo-naval-de-rio-grande-cortam-investimentos-e-demitem-em-massa-4704767.html> acessado em 10 de março de 2015). Diz uma manchete: “da euforia ao vazio” (<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2015/02/polo-naval-de-rio-grande-vai-da-euforia-ao-vazio-4704780.html> acessado em 10 de março de 2015).

CAPÍTULO 3

TEM NOME DE RIO ESTA CIDADE



André Darsie e Diego Sá, *Hidroterapia*

Rio Grande de São Pedro. Uma cidade no extremo sul do Brasil, com cerca de 207.000 habitantes e que vivem espalhados numa área de 2.709,522 quilômetros quadrados⁶⁴, banhada pelas águas da Lagoa dos Patos e do Oceano Atlântico. Uma cidade plana, onde o olhar se perde no horizonte formado pelo encontro das águas, ou das planícies rasas, com o céu.

Este capítulo é dedicado a explorar um pouco mais esta cidade, a partir da perspectiva desta pesquisa, em dois movimentos distintos. O primeiro deles, como o poema de Manuel Bandeira, é uma mirada sobre o Rio Grande tirado de notícias de jornais. O intuito deste movimento é o de apresentar um entendimento do que vem a ser a modernidade rio-grandina, que caracteriza a narrativa que a cidade construiu sobre si mesma. Isto se deu a partir da análise dos conteúdos veiculados pelos periódicos da cidade na ocasião do seu aniversário.

Mas não só o Rio Grande das palavras foi objeto de exploração, senão que as próprias ruas da cidade. Em um primeiro momento, apresento um relato sobre o conteúdo observado nos jornais da cidade para a última década e, na sequência, os dados levantados na atividade de prospecção que teve como resultado a identificação e o registro de 194 unidades de interesse às

⁶⁴ Dados retirados do IBGE, disponíveis em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=||inforgr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> (acessado em 10 de agosto de 2015).

quais a pesquisa se volta. Além disso, apresento, também, relatos sobre a intervenção urbana realizada entre os dias 12 e 17 de agosto de 2015, que fazem parte do manifesto proposto pela pesquisa, além de suas ramificações: a colagem de 269 lambe-lambes pelos postes da cidade e a exposição virtual de fotografias das 194 unidades trabalhadas.

3.1 Tirado de uma notícia de jornal

Uma das maiores burlas de nossos tempos terá sido o prestígio da imprensa. Atrás do jornal, não vemos os escritores, compondo a sós seu artigo. Vemos as massas que o vão ler e que, por compartilhar dessa ilusão, o repetirão como se fosse seu próprio oráculo.

Joaquim Nabuco

É complexo tentar entender o modo como uma sociedade se enxerga, tanto pela polissemia que isso implica, como pelas nuances e pelas transformações que novos acontecimentos supõem. Com esse intuito, então, cabe aqui o exercício de tentar extrair, a partir dos periódicos (visto a influência que eles têm na construção de discursos, como já foi discutido no capítulo um), uma perspectiva mais geral sobre o entendimento da sociedade rio-grandina acerca de sua existência. Não é tanto estipular o que se sabe acerca da história da cidade, mas, sim, buscar o que se escolhe contar sobre a ela ao longo do tempo.

Para tanto, durante o mês de maio de 2015, foram consultados 23 registros de 6 (seis) jornais diferentes, a partir do ano de 1950, que dão conta do período em que a cidade comemora seu aniversário, a saber, 19 de fevereiro (Tabela 2). A consulta foi realizada nos registros virtuais do Jornal Agora e no acervo da Bibliotheca Rio-Grandense, privilegiando-se os anos terminados em 2 (dois) e 7 (sete), pois representam aqueles anos em que a cidade completa idade múltipla de 5 (cinco), ou seja, 100, 200, 270 anos. Cumpre destacar que as consultas ao acervo da referida instituição não são gratuitas, o que onerou consideravelmente a pesquisa.

| Título do periódico | Cód. Bibliotheca | Período consultado |
|---------------------|---------------------------------|--|
| Rio Grande | 135.435 | 1º semestre de 1951 2º semestre de 1951 Fevereiro de 1962 |
| Bom Dia | 140.737 | Ano de 2002 Ano de 2006 |
| Gazeta da Tarde | 135.340 | Fevereiro de 1951 |
| O Peixeiro | 95.780 | Ano de 1962 |
| Renovação | 134.792 | Fevereiro de 1967 |
| Rio Grande | 135.437 | 1º semestre de 1951 2º semestre de 1951 Fevereiro de 1962 Fevereiro de 1967 Fevereiro de 1973 Fevereiro de 1977 Fevereiro de 1981 Fevereiro de 1984 Fevereiro de 1987 Fevereiro de 1990 Fevereiro de 1992 Fevereiro de 2004 |
| Voz do Povo | 63.689 | Fevereiro de 1956 |
| Jornal Agora | Acervo online do próprio jornal | 19 de Fevereiro de 2007 19 de Fevereiro de 2015 |

Tabela 2 – Relação dos periódicos consultados.

A consulta ao mês de setembro, também proposta originalmente, foi desconsiderada em virtude dos gastos e da falta de retorno percebida na consulta ao periódico Rio Grande, 2º semestre de 1951, e do periódico Bom Dia, nos anos de 2002 e 2006, por exemplo, onde não haviam menções significativas às comemorações da *Revolução Farroupilha*⁶⁵. Além disso, os dois jornais Rio Grande que aparecem na lista são tratados de forma distinta pela Bibliotheca, embora se trate do mesmo jornal, fazendo com que fossem consultados duas vezes, no caso dos períodos referentes ao ano de 1951.

A partir da consulta aos jornais, foi possível perceber três momentos distintos na narrativa que aborda a existência da cidade na ocasião de seu aniversário. Há uma certa

⁶⁵ Embora Rio Grande tenha ficado ao lado do império, ou seja, contra os farroupilhas durante o conflito, vale ressaltar que é a terra natal de Antonio de Souza Neto – o general Neto – e abriga o monumento-túmulo de Bento Gonçalves no centro de sua maior praça – a Tamandaré.

consistência, de 1950 até meados de 1980, na ênfase à chegada de Silva Paes e no seu papel enquanto fundador da cidade. Entre meados de 1980 e final do século XX, parece haver uma preocupação maior em afirmar a importância histórica da cidade para o Rio Grande do Sul, que parece não vingar. Por fim, a partir do novo século (XXI), as perspectivas voltam-se para o futuro, em virtude dos investimentos na cidade, que parecem possibilitar uma revisita à questão que envolve o papel de Silva Paes.

3.1.1 De 1950 até meados de 1980 - ode a Silva Paes

O que caracteriza este período é uma certa persistência na função de Silva Paes como a figura que sustenta a narrativa que dá conta da história da cidade. É notável, por exemplo, a sua extensa biografia impressa em 4 (quatro) páginas no Rio Grande de 19 de fevereiro de 1981, bem como as considerações acerca do papel desempenhado pelo Brigadeiro e por Cristóvão Pereira de Abreu como acontece no mesmo número do jornal⁶⁶.

⁶⁶ A questão envolvendo as duas figuras é a de que caberia à Cristóvão Pereira de Abreu o mérito da fundação da cidade, pois ele teria ocupado, um ano antes de Silva Paes, a futura região da cidade do Rio Grande. O debate renasce, vez em quando, nas páginas dos jornais da cidade, como será possível notar na década de 2000.



Figura 36 – Monumento localizado na praça Xavier Ferreira em homenagem à fundação da cidade inaugurado por ocasião do seu aniversário de 200 anos. Foto: Felipe Tramasoli.

Também percebe-se uma tendência em se enfatizar o estabelecimento da ocupação de Silva Paes como o ponto inicial na história do Rio Grande do Sul, como sugere o Rio Grande de 17 de fevereiro de 1951, que diz: “Vencendo toda a sorte de dificuldades que se lhe ofereciam, Silva Paes conseguiu plantar nessa costa então deserta do Atlântico o marco inicial da terra gaúcha”. Aqui cabe uma ressalva, como foi argumentado no capítulo 2, nunca foi objetivo de Silva Paes vencer as características inóspitas da região, portanto, não foi preciso vencê-las para “[im]plantar” a ocupação, senão que conviver com elas. Isto é aspecto que aparenta ser recorrente nas narrativas sobre a cidade, onde todos os méritos do passado parecem repousar sobre os primeiros assentados, como o que diz o Rio Grande de 19 de fevereiro de 1973:

Enfrentaram a barra, chegaram ao abrigo das águas interiores, pisaram a areia branca, “sempre hostil à semente, ao fruto e a flor” e, “num ingente labor, mais louros dando ao Brasil”, fizeram chegar aos nossos dias esta cidade que foi o berço de uma província, hoje tornada num dos mais importantes Estados da nossa República Federativa.

É verdade que o estabelecimento de uma ocupação naquelas condições, por si só, é um mérito que não se pode negar, mas assim o é a convivência com as péssimas condições a que se submetiam, assim como o investimento feito pela elite rio-grandina a fim de transformar uma ocupação militar em meio a cômoros de areias e áreas pantanosas em uma cidade portuária, quando, na outra margem do canal, há um porto natural.

O Rio Grande de 19 de fevereiro de 1984 alega que Rio Grande seria um "território rico, que as duas coroas disputavam", mas como bem disse Saint-Hilaire, se não fosse pelo porto, talvez fosse melhor ideia abandonar Rio Grande. A riqueza da cidade, bem como sua vocação marítima, que é constantemente bradada, ainda hoje, como uma questão "natural", foram fruto de articulações circunstanciais envolvendo sujeitos que objetivavam incrementar as relações comerciais que estabeleciam. De bom grado, a tal *terra rica* oferecia apenas tetos de erva e paredes de pântano.

Mas a ênfase na figura de Silva Paes – e todas as atribuições positivas que irradiam ao longo da história que parecem convergir para o Brigadeiro – aparenta uma tentativa de estabelecer a fundação do Rio Grande como o marco inicial da narrativa do Rio Grande do Sul como sugere o Rio Grande de 17 de fevereiro de 1962 que foi “num 19 de fevereiro que os fundadores chegaram e nas bases do acampamento militar, que assentaram-se, estavam, também, as de um núcleo de onde se irradiaria a civilização pelo pampa, até formar a província e o Estado mais meridional do Brasil”, além do mesmo periódico de 18 de fevereiro de 1967 que diz: "Faz mais de dois séculos, portanto, que a soberania portuguesa, estendendo-se até o sul, veio dilatar as fronteiras do Brasil independente, que surgiria aos olhos do mundo em 1822 e as consolidaria em lutas de toda a ordem”.

Por fim, é perceptível a falta de articulação destes espaços com questões contemporâneas⁶⁷, bem como a escassez de reflexão acerca das perspectivas futuras da cidade. Outro aspecto interessante é a insistência na herança portuguesa – talvez uma derivação da centralidade de Silva Paes e de Rio Grande como a primeira ocupação portuguesa do Rio Grande do Sul – o que acaba reforçando o obscurecimento da atuação de outras coletividades na formação do Rio Grande e na transformação do feitiço de acampamento militar em cidade, e

⁶⁷ À exceção do jornal Rio Grande de 1962, onde há uma inserção que diz: “o presente, também de lutas, enfrentando, agora, não os canhões e as lanças, mas os interesses nojentos daqueles que, esquecidos da coletividade, com o pensamento voltado, unicamente, para si próprios por todos os meios procuram tirar de Rio Grande até mesmo aquela qualidade que a natureza lhe concedeu e que foi razão, certamente para sua fundação”.

do canal em porto, como já explorado no capítulo dois, que se deve muito à ingerência de imigrantes nos assuntos que deveriam ter a municipalidade à frente.

Com a chegada da década de 1980, parece haver uma mudança no modo pelo qual os periódicos articulam suas opiniões ao aniversário da cidade. No Rio Grande de 19 de fevereiro de 1977, por exemplo, a notícia do aniversário divide espaço com a notícia de que o carnaval está começando.

3.1.2 Meados de 1980 até 2000 – Cidade Histórica

A partir da década de 1980, é possível notar uma drástica mudança no modo pelo qual o aniversário da cidade é abordado pelos jornais. Há um descontentamento com uma aparente desvalorização da história da cidade – ou seja, da chegada de Silva Paes – que parece contaminar tanto os moradores da cidade, como o resto do estado.

Em 18 de fevereiro de 1987, por exemplo, o Rio Grande comemora que o “Hino da Cidade [foi] finalmente valorizado”, sendo que a sua “oficialização [1935] não foi suficiente para que o Hino tomasse o seu devido lugar. Má vontade ou incompetência deixaram-no de lado em muitas oportunidades”.

No dia seguinte do mesmo ano, o mesmo jornal publica matéria cuja chamada atenta para o fato de que as autoridades estaduais não se farão presentes às festividades do 250º ano da cidade. Como diz o Rio Grande, as altas autoridades estaduais,

“[...] segundo se informam, estariam tomando outro rumo, o da colônia, a fim de prestigiar outras coletividades. Nem o Governador Jair Soares, nem o eleito Pedro Simon, que mereceu, na campanha anterior a 15 de novembro a indicação ostensiva do Prefeito Rubens Emil Corrêa, discordante da Aliança do seu Partido (PDS) com o PDT, estarão no Rio Grande quando se completa o quarto de milênio da chegada e Silva Paes. E não se tem notícia, também, de que autoridades militares do Exército e da Força Aérea venham a aparecer por aqui, constando, ainda, que até o titular do Comando do 5º Distrito Naval está no Rio de Janeiro”.

E, em 18 de fevereiro de 1990 o Rio Grande manifesta um certo desalento em função do 253º aniversário da cidade passar quase despercebido, onde embora

“[...] não se saiba de nenhuma iniciativa de entidades particulares para comemorar a efeméride mais importante do Rio Grande do Sul, a data não passará no esquecimento completo porque a Prefeitura programou dois atos, um religioso e outro cívico, que se esgotarão na manhã de segunda-feira”.

Este é o período em que a perspectiva da cidade do Rio Grande sobre si mesma parece estar mais conturbada. O entendimento aqui é o de que a cidade tentou construir a ideia de que sua história é a história do Rio Grande do Sul, mas essa não é, necessariamente, a narrativa que o estado quis para si. Como foi comentado no Capítulo 1, o 20 de setembro está para o Rio Grande do Sul como o 7 de setembro está para os demais brasileiros. A data magna do estado não é aquela da fundação da cidade do Rio Grande, mas a da proclamação da República Rio-Grandense, merecendo, inclusive, destaque no brasão do Rio Grande do Sul. Com isso, a cidade do Rio Grande, que se vê como uma cidade histórica – o começo dos gaúchos –, não encontra correspondência nos rio-grandenses, que tomam o movimento de Bento Gonçalves, Neto e Garibaldi como representativo do Rio Grande do Sul.



Figura 37 – Um exemplar de souvenir muito comum há tempos atrás, mas que, há cerca de 10 anos, vem desaparecendo gradualmente. Foto: Felipe Tramasoli.

3.1.3 A partir de 2000 – nossa bandeira é o progresso

O século XIX começa no mesmo tom do século passado. Ainda há pouca perspectiva futura nas narrativas sobre a cidade. Ela repousa fortemente, ainda, na ideia de que “Por sua história e tradição, os cidadãos rio-grandinos têm muito o que se orgulhar de sua terra”. É verdade que nesta manifestação do Bom Dia Comunidade de 2002 existe um maior

reconhecimento a outros momentos da história da cidade, embora, ainda sim, continue a ênfase em Silva Paes.

No entanto, os anos vindouros reservavam a chegada de fortes investimentos na consolidação de uma indústria naval na cidade, que já no ano de 2006 fazia-se manifesta no Bom Dia Comunidade. Enquanto, no momento anterior, Rio Grande tinha a seu favor o trunfo de ser a origem do Rio Grande do Sul, agora, “não é só a importância histórica que torna Rio Grande diferente de outros municípios, destacando-o política e economicamente. O rio-grandino tem muito a agradecer à natureza por sua situação privilegiada”. O agradecimento, no caso, parece se referir à ocupação da margem menos favorável para o estabelecimento de um porto. E continua: “É com esse espírito empreendedor e pioneiro que Rio Grande atravessou os séculos e chegou a 2006”. O mesmo espírito empreendedor, aliás, que fez com que a economia da cidade estivesse altamente submetida à fatores exógenos (como esclarecido no Capítulo 2). Assim, os floreios tomam conta das linhas, inflados pelas expectativas, e a história da cidade se resume a uma trama que faz jus ao mais insosso *blockbuster* romântico. E é na flor do momento que se experiencia uma efêmera euforia trazida pela ideia do desenvolvimento.

Nesse sentido, é possível prever seu futuro próximo. Nesta edição comemorativa ao aniversário do município, o prefeito Janir Branco falou sobre as perspectivas políticas e econômicas. Entre os destaques, [...] os investimentos no setor portuário como a instalação da Quip, que é uma realidade, tendo afastado o clima ruim que se instaurou depois da desistência do Aker-Promar.

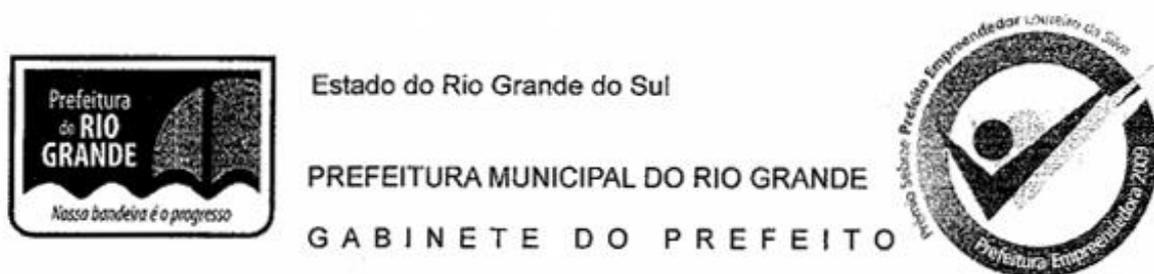
Mesmo as experiências ruins servem para mostrar que o município tem força para se reerguer e encontrar alternativas para superar as dificuldades.

Assim, Rio Grande está de parabéns, tanto pelo seu passado, por sua importância histórica, mas também pelo seu futuro, consolidando-se como guia de investimentos da região.

(Bom Dia Comunidade de 2006)

Um discurso que foi incentivado e absorvido pela Prefeitura Municipal, que adotou, em 2005⁶⁸, uma nova logomarca para representá-la, inclusive presente nas documentações oficiais do município, onde some o brasão da cidade e nota-se referências ao mar e a seguinte sentença: “nossa bandeira é o progresso”.

⁶⁸ <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+1b714,,prefeitura-apresenta-nova-logomarca-a-imprensa.html#.VeSwZPZViko> acessado em 10 de agosto de 2015. A logomarca acabaria sendo substituída em 2012 com a posse de um novo governo. Hoje, a logomarca oficial da prefeitura é o brasão da cidade seguido da sentença: “Rio Grande cresce com você”.



ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/2010, de 22 de setembro de 2010.

Figura 38 – À esquerda, a logomarca em documento oficial da Prefeitura Municipal. Fonte: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/arquivos/ordem_servico/1361488040.pdf acesso em 10 de agosto de 2015.

Aparentemente, com a iminência de um ciclo econômico favorável, há uma despreocupação em reafirmar o peso histórico da cidade. Na capa do Jornal Agora de 19 de fevereiro de 2007, por exemplo, há uma leve menção, no canto superior esquerdo, ao aniversário da cidade que será abordado no interior do jornal, tendo destaque desproporcional a abertura do carnaval da cidade.

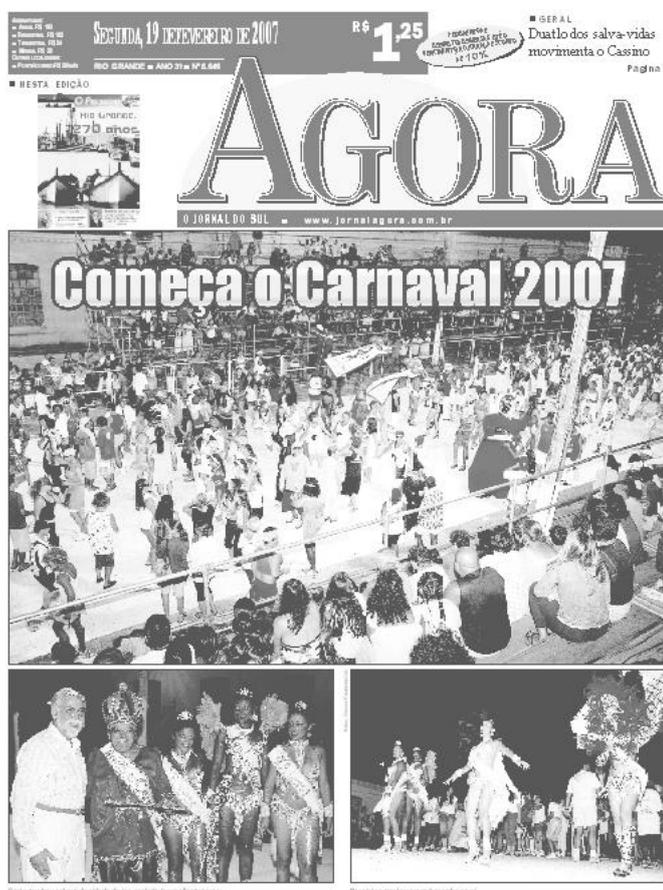


Figura 39 – Capa do Jornal Agora de 19 de fevereiro de 2007, Ano 31, Nº 8646.

No seu interior, os parágrafos dedicados à comemoração do aniversário do Rio Grande parecem navegar sobre o mesmo mar de rosas que o notado no Bom Dia Comunidade, de 2006. Talvez, justamente por este momento *confortável*, tenha sido possível, em outra oportunidade no mesmo jornal, fazer uma reflexão acerca da presença de outra figura, que não Silva Paes, envolvida diretamente na fundação do Rio Grande: Cristóvão Pereira de Abreu.

Novamente, a mesma questão que foi trazida pelo jornal Rio Grande em 19 de fevereiro de 1981, onde o periódico afirmava tacitamente que a

Silva Paes se deve a fundação. Ele foi o chefe, a cabeça pensante, o idealizador e o realizador, que deixou o seu nome para ser eternizado nas páginas da história de nossa terra e de nossa gente. Ele é a figura que se venera, ao recordar-se a Fundação, como o que vem à frente do enorme cortejo em que estão os seus soldados, os marinheiros de sua frota e, também, os tropeiros de Cristóvão Pereira, figurantes dessa epopeia glória, que de 244 anos se faz distante no tempo.

Aparentemente, a subordinação de Cristóvão Pereira a Silva Paes parece uma tentativa de apaziguar qualquer elemento que conturbe a ideia sacramentada de que Silva Paes é a personificação da fundação.

Não obstante, o mesmo tema retorna em 2007, onde, embora o autor destaque que “uma narrativa sobre o surgimento do Rio Grande há 270 anos atrás deveria trazer as vozes de todos os atores que participaram das ações [e que] inúmeros outros personagens anônimos participaram dessa longa caminhada”, sua narrativa gira em torno das mesmas duas figuras que o jornal Rio Grande já trazia décadas atrás. O que se desenha, aqui, é uma via alternativa à visão mítica de Silva Paes enquanto o grande desbravador do futuro Rio Grande, que, à época do mencionado texto do jornal Rio Grande, aparentava ser um disparate. Em 2007, no entanto, em vista das perspectivas positivas para o futuro e a não dependência do passado nos discursos sobre a cidade, a questão pode ser trazida à tona novamente.

Mas a pretensa calma trazida pela bandeira do progresso, está se desfazendo, principalmente, em função da Operação Lava a Jato da Polícia Federal, que teve sua primeira fase em março de 2014, pois as empresas que atuam no Polo Naval da cidade são objeto de investigação. Como já demonstrado no Capítulo 2, os efeitos foram sentidos imediatamente, com a redução drástica do número de vagas de trabalho.

No Jornal Agora de 19 de fevereiro de 2015, o aniversário da cidade é mencionado em matéria na página 8, que informa sobre solenidades oficiais a serem realizadas, mas também

em artigo publicado da página dois, cujo título chama a atenção: “Da euforia à decepção, da alegria à apreensão, da sabotagem à esperança”.

Nele, a autora discorre sobre a questão envolvendo Cristóvão Pereira de Abreu e Silva Paes e a relaciona ao momento que a cidade vive. De acordo com o texto, assim como Silva Paes “veio povoar o que povoado estava”, os rio-grandinos vão “recuperar o que ameaçado está”. A relação entre as duas ideias não surte muito efeito, pois é muito mais de caráter sintático do que semântico. Mas o interessante de se notar no artigo é como o bem estabelecido papel de Silva Paes no mito fundador da cidade foi contestado nos últimos anos de relativa tranquilidade, quando a dependência de um aparato discursivo voltado para o passado – e que, portanto, carecia de solidez – não se faz mais necessário em vista das expectativas futuras construídas em torno da noção de progresso. Este quadro fica mais claro quando a autora, em vista das dificuldades impostas pela atual circunstância e pelo progresso que ainda não vingou, afirma: “Este aniversário acontecerá, sim, pois o calendário cronológico assim determina”.

3.1.4 A modernidade cinza

De tudo o que se apresentou aqui, é possível sintetizar o discurso empregado pelos jornais da cidade ao longo do tempo analisado, da forma que se propõe.

Num primeiro momento, há uma evidente insistência na função de Silva Paes como fundador. Isto pode ser entendido como uma tentativa – não necessariamente consciente – de estabelecer um vínculo entre o surgimento da cidade com a primeira ocupação oficial portuguesa do atual estado do Rio Grande do Sul. Tal suposição reside na aparente tentativa de estabelecer Rio Grande como o começo da narrativa da história estadual.

Além disso, nota-se o obscurecimento de diversas etnias que ficaram excluídas das representações e, também, a partir das recorrentes associações entre a cidade e Silva Paes, que parecem ter fomentado a ideia de que Rio Grande é uma cidade de portugueses. Talvez, imagina-se, resida aí o sentido de porto natural atribuído à cidade. Obscurece-se o momento em que a influência dos imigrantes e seus descendentes conformou o canal a fim de fazer da cidade um porto.

De qualquer forma, como aponta Thiesen:

O discurso hegemônico da atualidade conta que os portugueses e seus descendentes imaginaram, fundaram e desenvolveram a cidade, com a participação, é claro, de

elementos de outras origens, tais como: alemães, ingleses e outros que, no entanto, nunca teriam trabalhado pela cidade, senão para eles mesmos. Nessa versão, a cidade, essencialmente portuguesa, tem uma característica marcante que a difere das outras, ao menos dentro do Estado do Rio Grande do Sul: sua vocação marítima. Essa “vocação marítima” e a formação portuguesa, que se tornaram o traço mais marcante da identidade rio-grandina, aparece na historiografia recente, em slogans de empresas privadas, no discurso do Poder Público municipal e nas falas cotidianas da população local.

O próprio inventário de bens imóveis, listados para preservação, inclui, fundamentalmente, prédios de características portuguesas e exclui, em geral, a arquitetura doméstica de origem francesa, alemã e de outras. (2009, pp. 144-145).

O que parece certo é que a ideia de “estar voltado para o mar, ter uma vocação marítima e uma ascendência portuguesa” enquanto traços de identidade dos rio-grandinos vingou e, neste movimento, as diversas outras etnias que contribuíram para a formação da sociedade local foram postas à sombra pelo poder político local (*ibidem*, p. 155). Entretanto, a tentativa de consolidar Rio Grande como o marco inicial da história dos gaúchos parece não ter tido a mesma sorte.

Entendo que a fundação de Rio Grande não suplanta o peso que o 20 de setembro possui na conformação da identidade dos rio-grandenses. Pensando nestes termos, talvez seja por isso que a necessidade de um acontecimento que trouxesse uma importância que não residisse no passado se fazia mais necessária. Um futuro que não chegava, e que parece ter atormentado os rio-grandinos ao longo das três últimas décadas do século XX. Foram estes, justamente, os anos em que a economia sofreu um forte baque, sendo sustentada por investimentos de fora, como do Estado e da União, única e exclusivamente pela sua condição portuária. Assim, parece que nasceu – ou se fortaleceu – o principal elemento do que caracteriza a modernidade rio-grandina:

A necessidade de mudança, de algo novo, de novas estruturas em que vivemos no presente, transforma-se em frustração para a maior parte da população rio-grandina, pois são muito lentos os movimentos que condicionam a dinâmica urbana regional. Como uma parte significativa da população está imbuída desse espírito, comumente não consegue usufruir a presença de um patrimônio histórico importante, pois está em busca do novo que não se eleva, gerando uma inquietação e uma angústia permanente e que é refletida pelos meios de comunicação locais, já que não se consegue desvincular, por um lado, do passado econômico e cultural pujante de outrora, ou está sempre amarrada a um grande progresso que não chega. (MARTINS, 2006, pp. 227-228)

Os rio-grandinos vivem, parece, numa condição paradoxal: uma cidade histórica sem história. Isto, pois, somos a cidade onde o Rio Grande do Sul nasceu, o começo de tudo, mas que não encontra o eco esperado na voz dos outros gaúchos e, na falta do devido respaldo,

ficamos órfãos, ansiosos por construir uma história que seja nossa. E o mais absurdo desta proposição, é que há muito ainda a se escrever sobre Rio Grande.

No texto do geógrafo Raphael Copstein encontramos a seguinte expressão para definir a cidade Rio Grande: “vocação urbana”. Trata-se de um artigo publicado no ano de 1975, intitulado “O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande”, no qual o autor apresenta Rio Grande no século XIX por meio de tabelas industriais, censos, projetos da intendência municipal, características físicas da cidade, e as justificativas para a sua hipótese de um lugar que fez do mundo urbano um vetor identitário.

Seja para confirmar, ou mesmo para questionar essa proposta de Copstein, a historiografia local poucas tintas destinou a esse assunto, o qual ficou restrito ao campo da geografia. Poucos são os trabalhos publicados por historiadores sobre a situa o urbana de Rio Grande na segunda metade do século XIX, notadamente, o conjunto de modifica es urbanas pelos quais o perímetro central passa a ser alvo desde meados da década de 1870. (FERREIRA & PEDROSO, 2012, p. 110)

3.2 Venho de caminhar por estas ruas

O mundo não está em seus livros e mapas. Ele está lá fora!

Gandalf, o Cinzento, *O Hobbit*

Ao transeunte que passa pelas calçadas, muitas edifica es parecem ser parte de um cenário batido, que já estão enraizadas nas nossas práticas espaciais e que, embora apresentem condi es at picas, mesclam-se com as outras em formas abstratas e que parecem fazer sentido somente pelas fotografias.   estranho notar como, às vezes, a fotografia de um prédio chama muito mais a aten o do o próprio prédio quando passamos por ele. Certo que a fotografia leva em si a mirada, o registro est tico e delimitado daquilo que quer se mostrar e, por isso mesmo, passa a mensagem clara e subliminar: “olhe para isto”. Mas andar pela rua   viver *no* mundo. Pena que este viver parece ser cada vez mais um luxo em meio   rotina acelerada de comer, trabalhar e dormir. Agora, independentemente de prestarmos aten o ou não, as

constru es ruinosas, estão sempre disseminadas no cotidiano das cidades, materializando o enfrentamento do tempo, o conflito entre memória e esquecimento. Entretanto, muitas vezes são naturalizadas, tornam-se perdidas na paisagem urbana, signos alheios ao movimento desenfreado. Olhar para as ruínas: olhar para aquilo que não se suporta, que   sucateado; olhar para os destroços, para um esquecimento que ainda se faz persistente nas paredes que teimam em resistir ao tempo. (FERREIRA, 2007, p. 10)

Talvez sejam poucas as oportunidades que os transeuntes que passam pelas ruas do centro das cidades tenham de admirar as paredes que fazem companhia todos os dias naquele

trajeto casa-trabalho-casa. Talvez por isso, assim como as fotografias, devido ao recorte subliminar, as janelas dos transportes coletivos se tornaram a televisão por onde vemos a cidade. De uma forma ou de outra, esta etapa da pesquisa representa este caminhar pela cidade que estranha as paredes nas calçadas que nos acompanham no ritmo alucinado em que aparentamos viver. Esta etapa é tão produto da atividade de prospecção quanto sinônimo dela.

Devido à necessidade de deslocamento até Rio Grande, a atividade contou com 11 dias de caminhadas ao longo de oito meses, sendo o primeiro em 14 de julho de 2014 e o último em 1º de fevereiro de 2015. Mais de 240 quarteirões foram prospectados em pouco mais de 56 Km de ruas inseridas numa área de interesse de mais de 3 km², que teve como produto final o registro de 194 unidades analíticas ao todo⁶⁹, sendo 77 (40%) delas na Área 1, 34 (17%) na Área 2, 41 (21%) na Área 3, 36 (19%) na Área 4 e 6 (seis, 3%) na Área 5 (Figura 40).



Figura 40 – Mapa de densidade com todas as 194 unidades plotadas e com a indicação das respectivas áreas. Fonte: Google Earth. Editado.

Além do preenchimento dos dados, foram tomadas fotografias para todas as unidades e, para as unidades da Área 3, foram feitos desenhos à mão livre, pelo autor, onde objetivou-se

⁶⁹ Os apêndices de número APÊNDICE 1 até APÊNDICE 194 dizem respeito às 194 unidades registradas durante a etapa de prospecção.

destacar o estado mais pretérito possível da edificação que, no momento do registro, ainda era visível. Essa atividade foi muito importante para o desenvolvimento da categoria *Conservação*, uma vez que proporcionou o refinamento do olhar sobre as edificações.

3.2.1 Identificando ruínas

O refinamento do que seria objeto de interesse da pesquisa foi proporcionado, também, pela atividade de prospecção que permitiu uma aproximação mais crua entre o pesquisador e as ruínas. Por exemplo, tomou-se a observação direta, *in loco*, como condição fundamental para a determinação daquelas unidades pertinentes à pesquisa. Com isso, tem-se que as condições de observação do autor e dos transeuntes regulares das ruas do Rio Grande não diferem ao ponto de dar ao pesquisador vantagem de ordem que não da experiência direta e imediata. Ou seja, evitou-se a identificação de ruínas a partir de dados inacessíveis aos transeuntes, uma vez que se busca articular as ruínas à experiência cotidiana de andar pela cidade.

Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito ao uso da edificação. A incapacidade – seja ela técnica, financeira ou de qualquer natureza – da manutenção das condições estruturais e estéticas de uma edificação não foram fatores suficientes para o enquadramento daquelas unidades como ruínas, quando o uso da edificação corresponde ao àquele pressuposto pela morfologia que a fachada sugere. Isto é importante, pois, quando convém a quem detém os meios certos, as palavras descontextualizadas e precedidas pelo peso da academia podem servir a objetivos escusos com os quais esta pesquisa não compactua. O direito à moradia é um direito fundamental que carece da devida atenção pelas autoridades e pela sociedade brasileira que, em 2009, apresentava um déficit habitacional de 7,9 milhões de lares⁷⁰. Em outras palavras, o que se buscou foi identificar unidades que não estavam sendo habitadas, mas, em contrapartida, considerou-se aquelas unidades cuja morfologia correspondia a habitação e que eram usadas como estacionamentos, por exemplo, uma prática, aliás, muito comum e de fácil constatação nos núcleos urbanos brasileiros.

3.2.1.1 *Determinando a conservação*

⁷⁰ http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1237:reportagens-materias&Itemid=39 acessado em 20 de agosto de 2015.

Dito isso, foi atribuído, às unidades registradas, um nível de conservação. Evidentemente que, pensando em ruínas, supõe-se que a conservação da edificação deva ser, de alguma forma, prejudicada. No entanto, o entendimento de conservação foi estabelecido com base na evidência de perda de características – estéticas e estruturais – que a unidade sofreu. Assim, estipulou-se quatro níveis de conservação: *Bom*, quando a unidade, independentemente da integridade, apresenta traços suficientes para que seja possível imaginar suas características originais; *Médio*, quando a unidade apresenta alguns traços reconhecíveis, mas sua condição presente não permite uma ideia mais completa acerca da forma original; *Ruim*, quando não é possível extrapolar a ideia de uma condição presente pela ausência de traços reconhecíveis ou pela integridade comprometida da unidade; *Indeterminado*, quando não é possível visualizar a unidade a ponto de determinar sua conservação⁷¹. Ao todo, foram identificadas 104 unidades com o nível de conservação *Bom*; 32 unidades com o nível de conservação *Médio*; 56 unidades com o nível de conservação *Ruim*; 2 unidades com o nível de conservação *Indeterminado*. Cabe ressaltar que os desenhos realizados no registro das unidades da Área 3 oferecem um bom complemento ao entendimento dos níveis de conservação, como demonstrado abaixo.

⁷¹ Este nível foi criado em razão das unidades A401 e A427, que possuíam barreiras que impediam a visão completa da edificação, mas que não impediam a constatação do comprometimento do telhado.

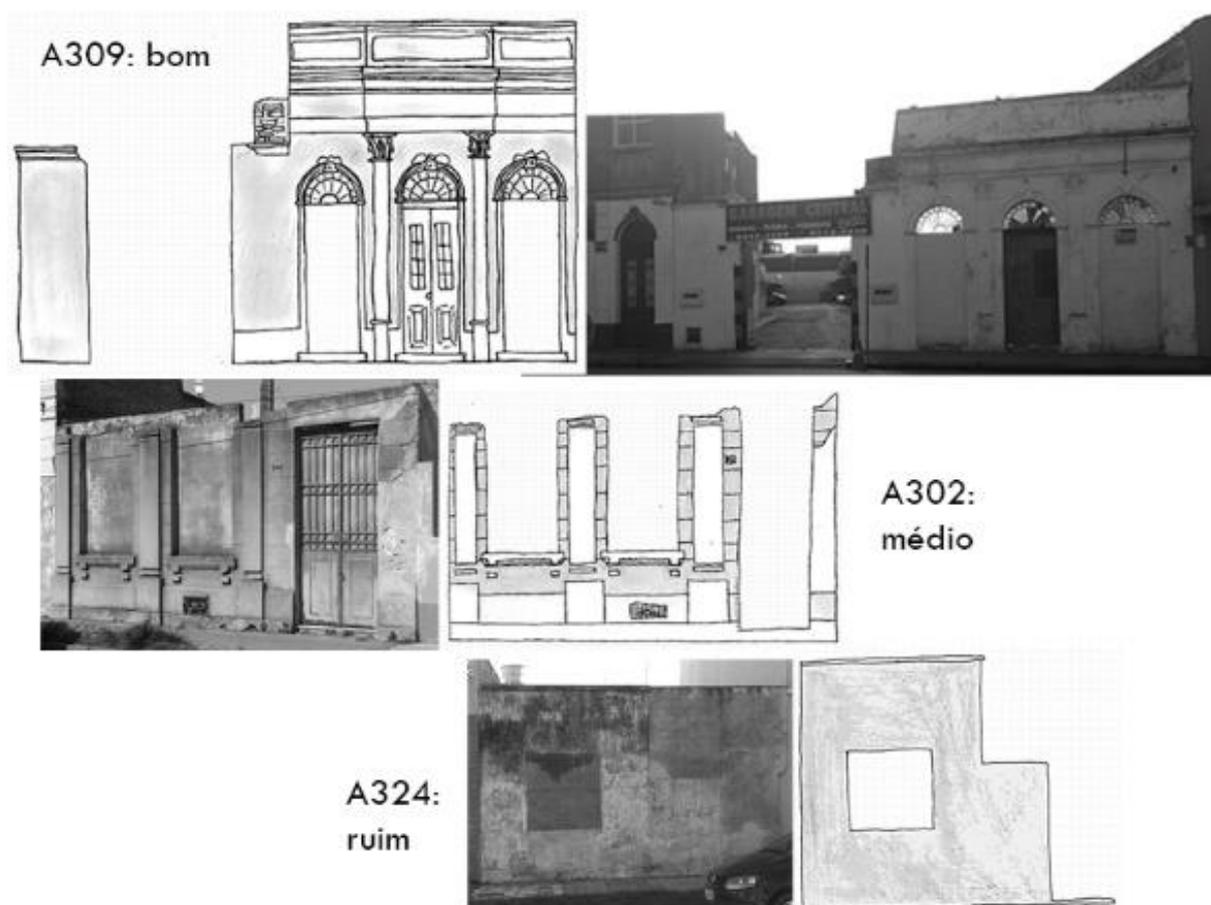


Figura 41 – Comparação entre as unidades e seus respectivos registros gráficos a fim de exemplificar os graus de conservação estipulados.

Outro dado que, durante a prospecção, buscou-se estimar como um possível verificador do entendimento da integridade das unidades foi a presença ou não de numeração na fachada. Com o fim desta etapa, buscou-se, então, uma correlação entre a proporção de ocorrência de edificações com e sem numeração em cada grau de conservação. O que se presumiu é que unidades cuja conservação seja do nível *Bom* possuem mais chance de apresentar a numeração na fachada do que sem a numeração. Enquanto que os níveis *Médio* e *Ruim*, sucessivamente, reverteram esta proporcionalidade em vista das condições da fachada.

Como é possível notar abaixo, de modo geral, existe uma prevalência de unidades com numeração sobre as sem numeração para o nível *Bom*; e, para os níveis *Médio* e *Ruim*, a relação se inverte. Isto não significa dizer que se notou uma correspondência necessária e verdadeira entre a presença de numeração e a conservação da unidade. Apenas, a título de exercício, com base na subjetividade que a categoria conservação implica, fez-se a correlação entre os dois critérios a fim de se ter um respaldo estatístico com base numa premissa assumida como verdadeira.

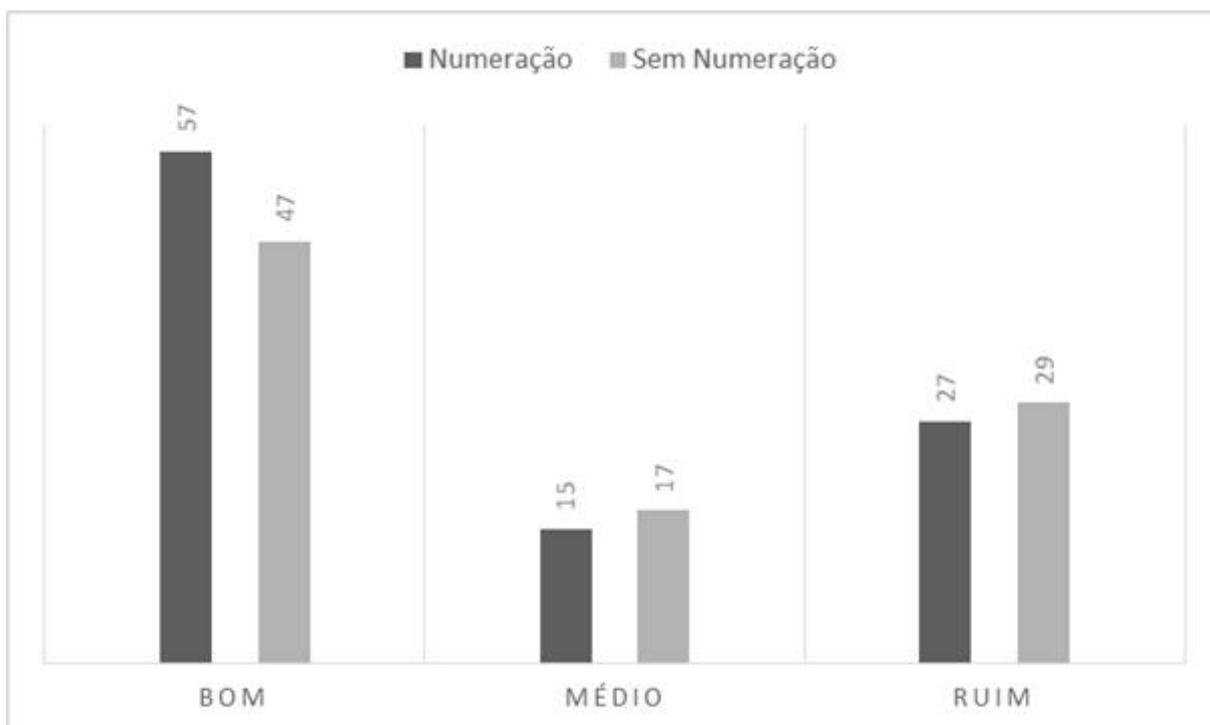


Gráfico 2 – Representatividade das unidades com e sem numeração distribuídas nos três graus de conservação determinados.

Tendo expondo tudo isso, segue, então, a exposição dos dados obtidos por áreas.

3.2.2 Área 1

A Área 1 diz respeito ao polígono formado pelas ruas General Vitorino, Almirante Barroso, do Riachuelo, General Osório e Vinte e Quatro de Maio. Seu perímetro possui 3,70 km e sua área 0,73 km². É aqui, também, que estão inseridos importantes referenciais topográficos como as praças Xavier Ferreira, Tamandaré e Sete de Setembro. Esta é a região onde ocorreu o assentamento de Silva Paes, ou seja, é a zona de ocupação mais antiga da cidade, sendo a atual Catedral de São Pedro a única estrutura remanescente daquela época (TORRES, 2010, p. 34). Foram registradas, para esta área, um total de 77 unidades.



Figura 42 – Em preto, unidades da Área 1 plotadas. Nos hexágonos, pontos de referência: a) Praça Tamandaré; b) Praça Xavier Ferreira; c) Praça 7 de Setembro; d) Catedral de São Pedro. Fonte: Google Earth. Editado.

Um aspecto que chama muito a atenção é a grande concentração de unidades no perímetro formado pelas ruas Benjamin Constant, do Riachuelo, Almirante Barroso e General Vitorino, que possui uma área de 0,35 km² (cerca de 48% do total da Área 1) e 59 unidades das 77 registradas para a área (A117 até A158 e A161 até A177), enquanto seu complemento, com 0,38 km² de área, possui 18 unidades. Note-se que a densidade parece aumentar conforme maior a distância em relação à região mais central – aquela formada pela triangulação das três praças mencionadas acima –, e conforme maior a proximidade à zona do Porto Velho. Outro aspecto que chama a atenção na Área 1 é a maior variação estilística entre as unidades, que talvez seja justificada pela antiguidade da ocupação nesta área.



Figura 43 – Variações estilísticas encontradas na Área 1.

Sobre os critérios de conservação, da totalidade das unidades desta área, 34 foram consideradas como de nível Bom; 16, como Médio e 17, como Ruim. Além disso, 40 delas não apresentavam numeração, enquanto 37 a tinham.

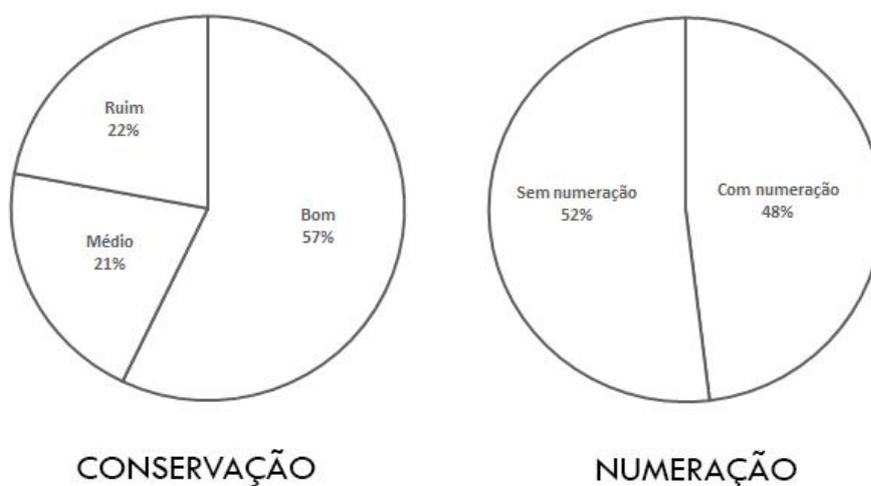


Gráfico 3 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 1.

3.2.3 Área 2

A Área 2 diz respeito ao polígono formado pelas ruas General Vitorino, Almirante Barroso, Senador Salgado Filho, Val Porto e Vinte e Quatro de Maio. Ela possui um perímetro de 3,40 km e uma área de 0,6 km². Foram registradas, para esta área, um total de 34 unidades.

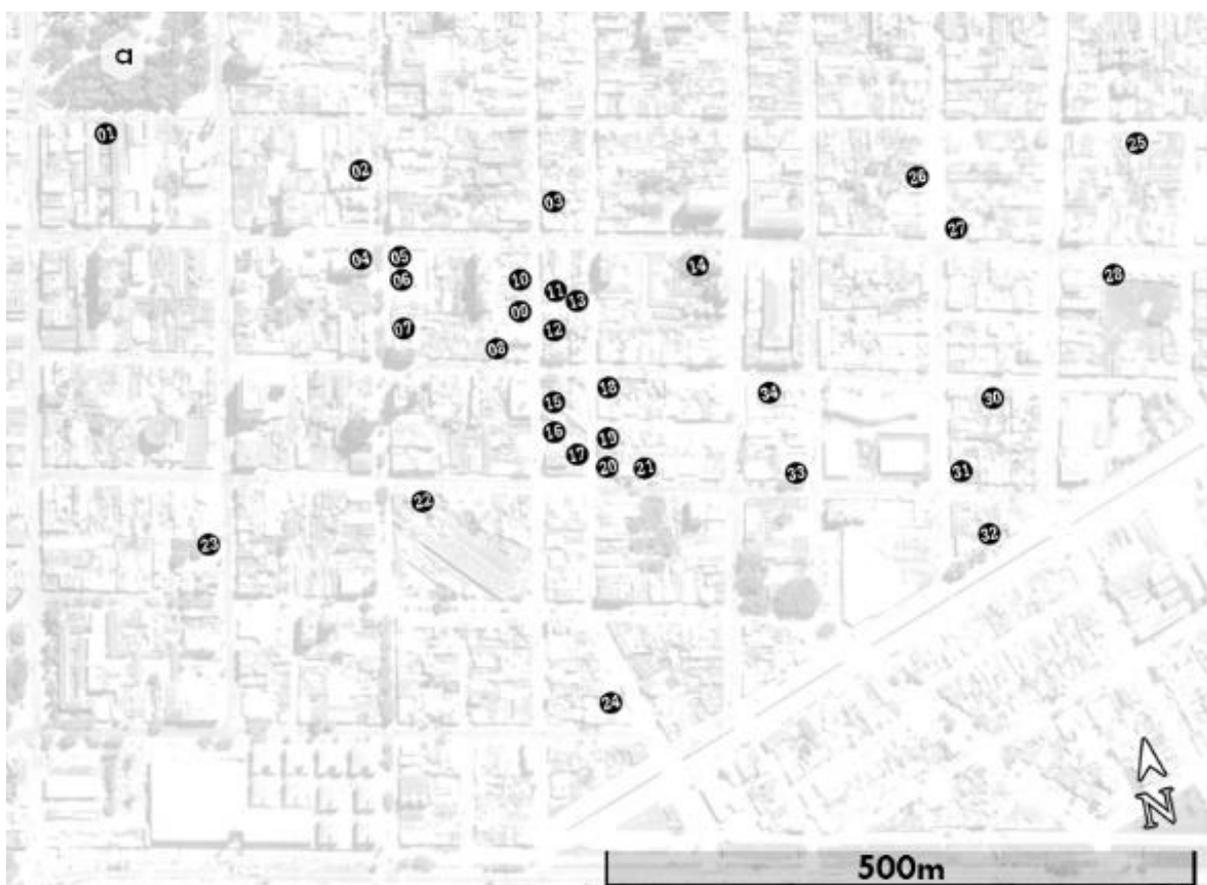


Figura 44 – Em preto, unidades da Área 2 plotadas. No hexágono, ponto de referência: a) Praça Tamandaré. Fonte: Google Earth. Editado.

Entre as ruas Duque de Caixas e Benjamin Constant, em uma área que possui 0,1 km², encontram-se 13 unidades (A208 até A213 e A215 até A221), enquanto que, nos 0,5 km² restantes, há outras 21 unidades. A concentração entre as duas ruas mencionadas é evidente pela mera visualização da plotagem dos registros e chama a atenção por estar entre duas ruas de grande circulação de pessoas e de veículos.



Figura 45 – Exemplos da pouca variabilidade estilística da Área 2.

Sobre os critérios de conservação, da totalidade das unidades desta área, 20 foram consideradas como do nível Bom; 3, como Médio e 11, como Ruim. Além disso, 12 delas não apresentavam numeração, enquanto 22 a tinham.

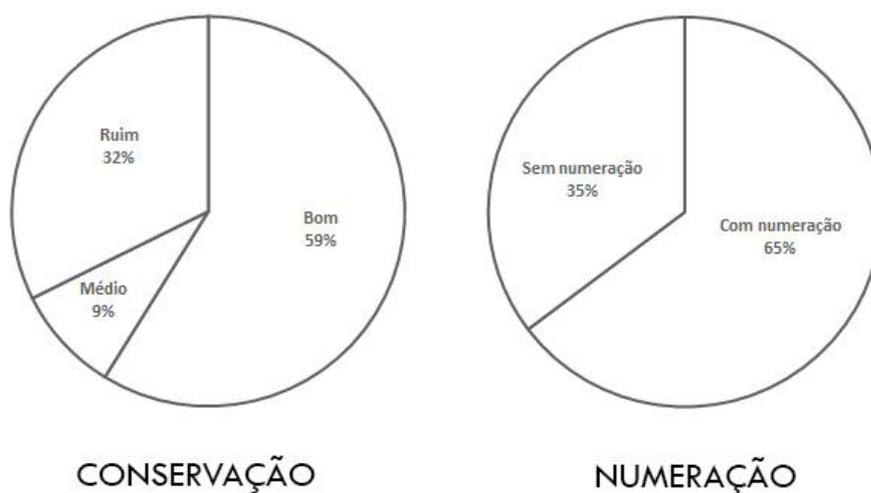


Gráfico 4 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 2.

3.2.4 Área 3

A Área 3 é diz respeito ao polígono formado pelas avenidas Major Carlos Pinto e Rheingantz e pelas ruas Vinte e Quatro de Maio, General Osório, General Canabarro e Aquidaban. Seu perímetro possui 3,47 km e sua área 0,5 km². Foram registradas, para esta área, um total de 41 unidades.

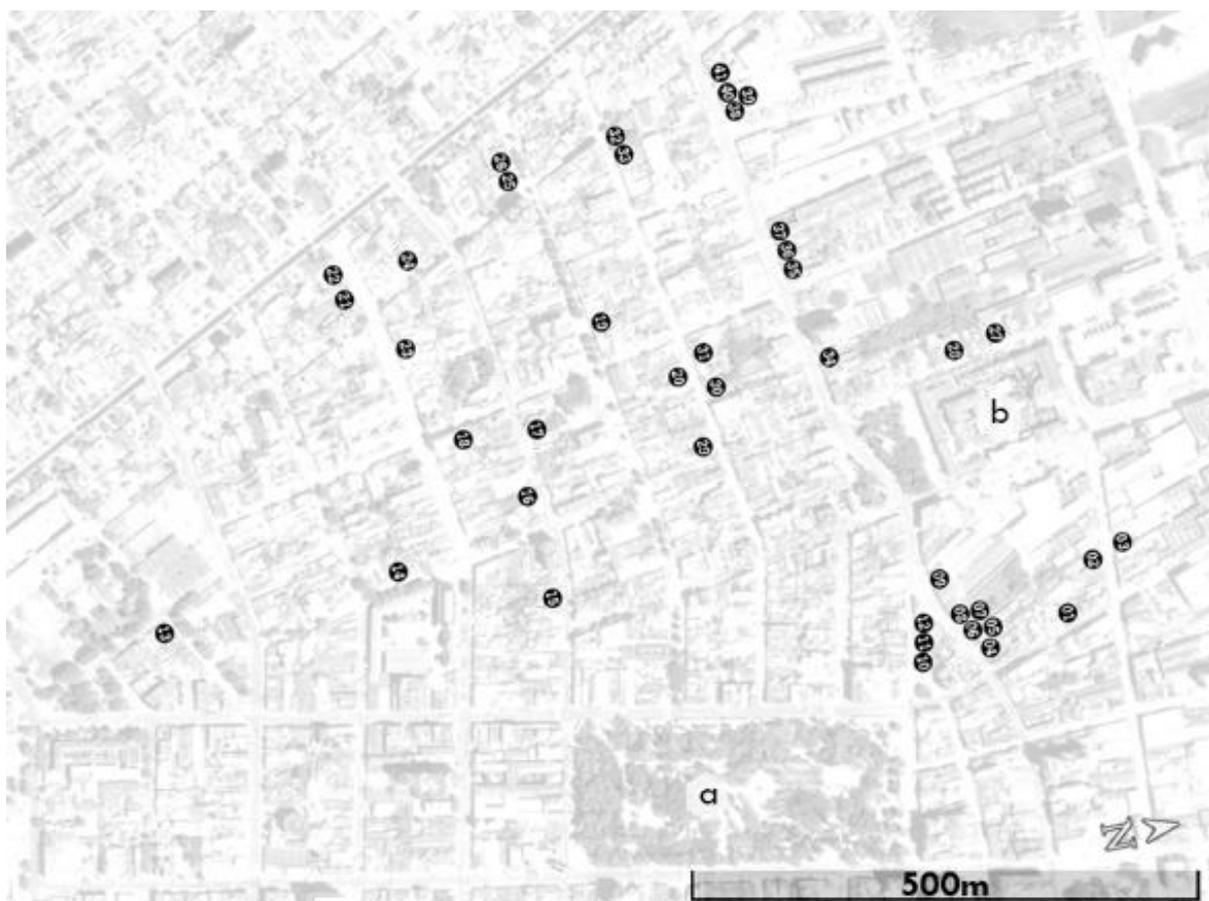


Figura 46 – Em preto, unidades da Área 3 plotadas. Nos hexágonos, pontos de referência: a) Praça Tamandaré; b) Hospital Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande. Fonte: Google Earth. Editado.

A Área 3, assim como as duas anteriores, também apresenta um foco de concentração na região mais próxima ao Porto Velho e à Praça Tamandaré. São 12 unidades (A301 até a3012) em uma área de 0,05 km², enquanto as outras 29 unidades estão distribuídas numa área de 0,45 km². Também, é digna de destaque a presença mais consistente do estilo eclético na zona Norte da área, próxima à margem onde ocorreu o assentamento inicial do Rio Grande.



Figura 47 – Exemplos de unidades da Área 3.

Sobre os critérios de conservação, da totalidade das unidades desta área, 16 foram consideradas como do nível Bom; 6, como Médio e 19, como Ruim. Além disso, 21 delas não apresentavam numeração, enquanto 29 a tinham.

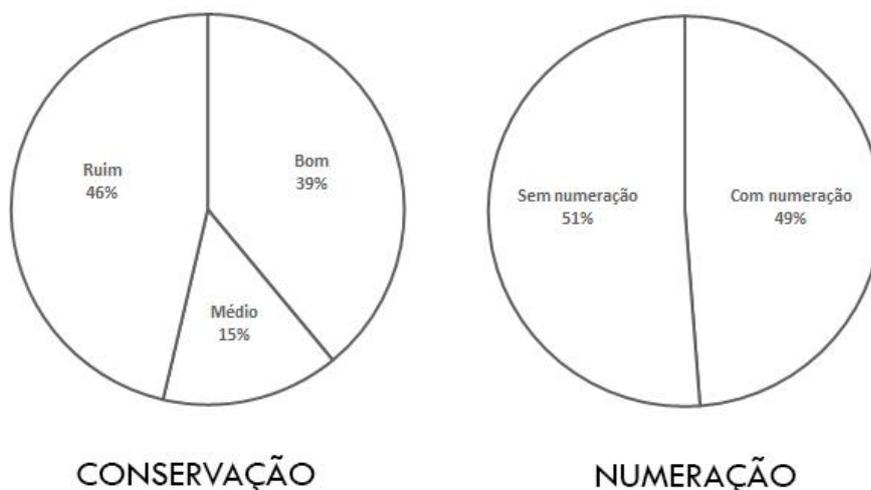


Gráfico 5 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 3.

3.2.5 Área 4

A Área 4 diz respeito ao polígono formado pela Rua Quinze de Novembro e pelas avenidas Portugal, Major Carlos Pinto e Buarque de Macedo. Ela possui um perímetro de 4,4 km e uma área de 1,2 km². Foram registradas, para esta área, um total de 36 unidades.

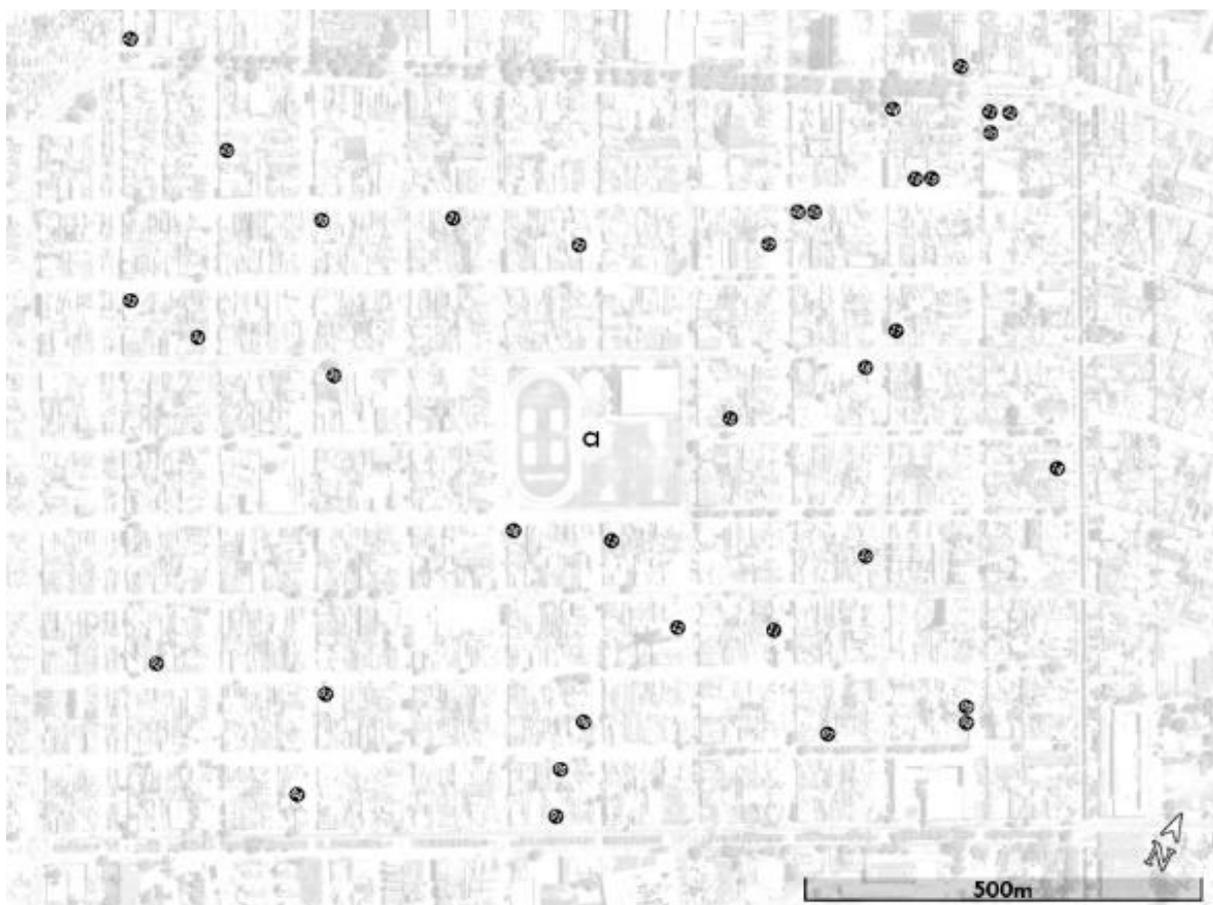


Figura 48 – Em preto, unidades plotadas. No hexágono, ponto de referência: a) Praça Saraiva. Fonte: Google Earth. Editado.

A Área 4, embora seja a maior e, nitidamente, apresente uma certa dispersão nas unidades registradas, possui uma leve concentração a nordeste, em uma área de 0,14 km² formada pelo polígono delimitado pelas avenidas Major Carlos Pinto e Portugal e pelas ruas Cristóvão Colombo e Visconde do Rio Grande, onde contam-se 10 unidades (A418 até A427).



Figura 49 – Alguns exemplares da Área 4.

Sobre os critérios de conservação, da totalidade das unidades desta área, 19 foram consideradas como do nível Bom; 7, como Médio; 7, como Ruim e 2, Indeterminado. Além disso, 19 delas não apresentavam numeração, enquanto 17 a tinham.

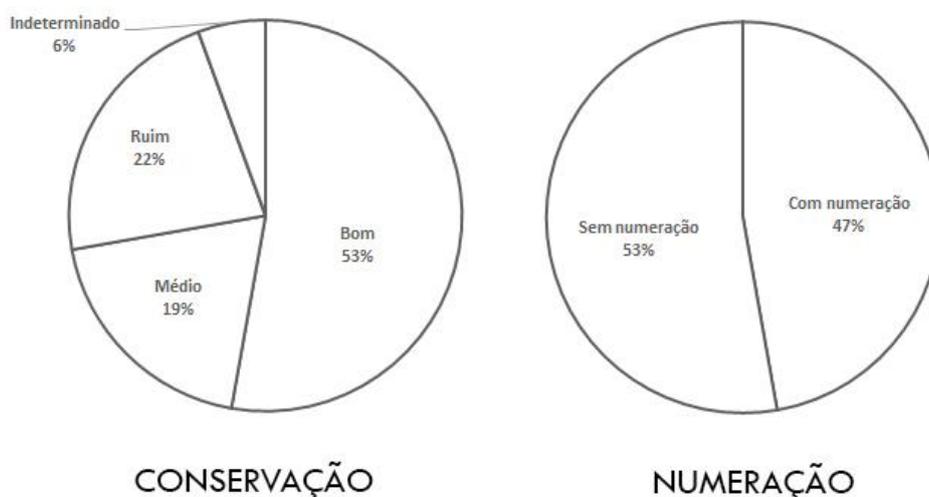


Gráfico 6 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 4.

3.2.6 Área 5

A Área 5 diz respeito ao polígono formado pelas avenidas Rheingantz, Major Carlos Pinto, Buarque de Macedo e pela Rua Dois de Novembro. Seu perímetro possui 1,5 km e sua área 0,12 km². Foram registradas, para esta área, um total de 6 (seis) unidades.



Figura 50 – Em preto, unidades plotadas. Nos hexágonos, pontos de referência: a) atual centro de eventos e antigo terminal ferroviário da cidade; b) Cemitério católico. Fonte: Google Earth. Editado.

A Área 5 possui a particularidade de coincidir – não à toa – com o que é entendido como o complexo Rheingantz, que corresponde à segunda instalação da fábrica Rheingantz, além de uma série de ocupações para operários de um lado da rua e, do outro, moradia para os mestres da fábrica, que eram todos imigrantes. Além das residências, o prédio que foi sede da Sociedade Mutualidade, conhecido como Cassino dos Mestres, também compõe a paisagem da área.



Figura 51 – Exemplos de unidades da Área 5.

Sobre os critérios de conservação, da totalidade das unidades desta área, 5 foram consideradas como do nível Bom e 1, como Ruim. Além disso, 3 delas não apresentavam numeração, enquanto 3 a tinham.

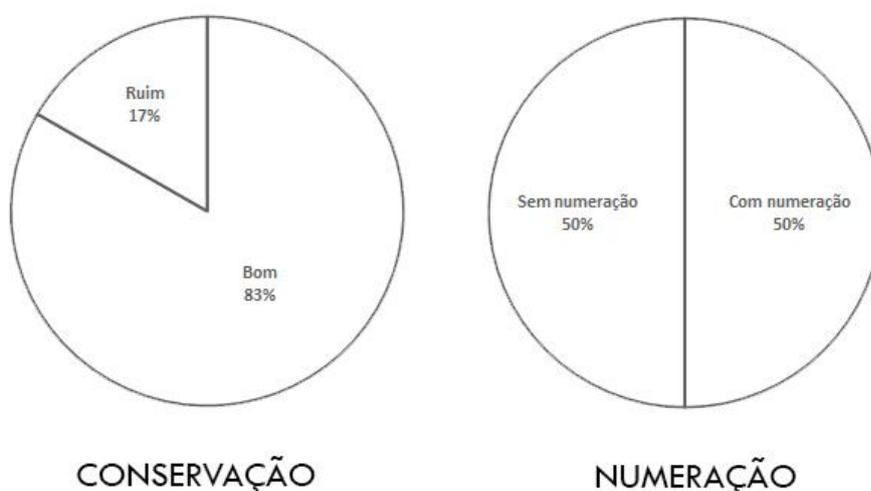


Gráfico 7 – Representação das unidades dentro das categorias de conservação e a incidência de unidades com e sem numeração para a Área 5.

3.2.7 Considerações

3.2.7.1 Concentrações

A primeira coisa que se tornou evidente – e isto antes mesmo da plotagem das unidades – foi a concentração de unidades em alguns pontos ao longo da área de interesse da pesquisa. Ao todo, foram identificadas cinco concentrações, sendo a primeira formada pelas unidades A119 até A130 e A140; a segunda, pelas unidades A137, A138, A139 e A131 até A148; a terceira, pelas unidades A203 e A208 até a221; a quarta, pelas unidades A304 até A312; a quinta, por fim, pelas unidades A418 até A423 e A434.

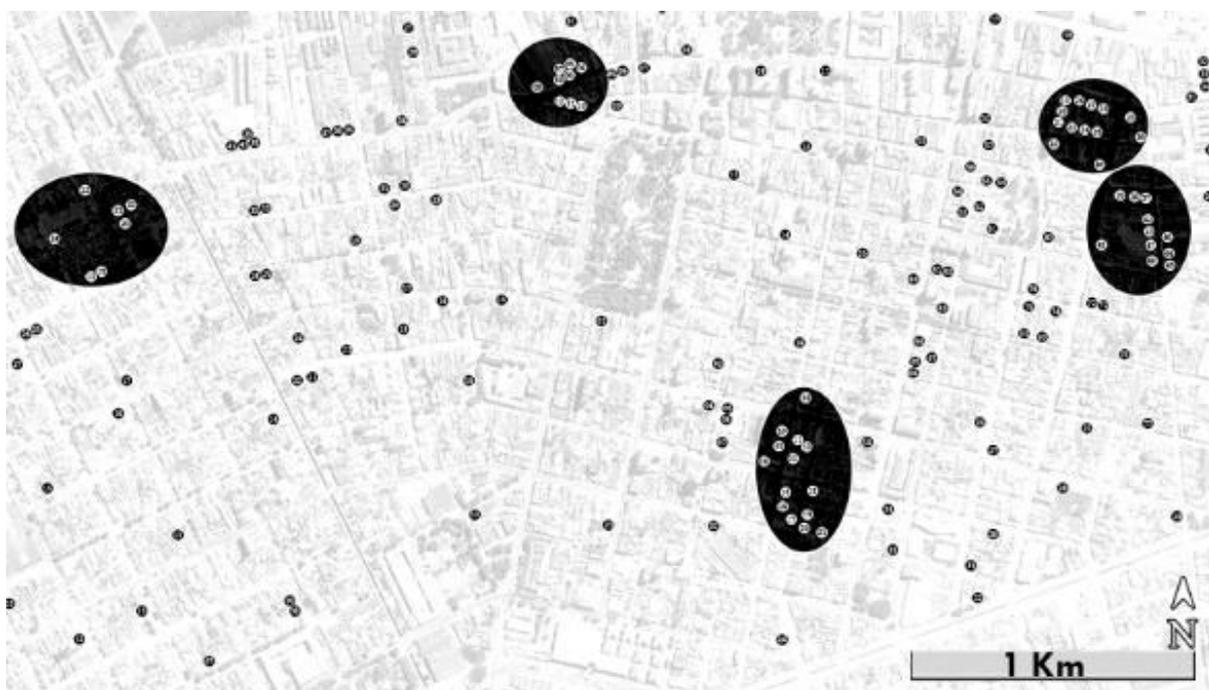


Figura 52 – Concentrações indicadas no texto. Na extremidade superior direita, a *primeira*; logo abaixo, a *segunda*; no centro, abaixo, a *terceira*; no centro, acima, a *quarta*; na extremidade esquerda, a *quinta*. Fonte: Google Earth. Editado.

As duas primeiras concentrações, que também podem ser tomadas como um grande conjunto, estão situadas em uma região marginalizada do centro da cidade. É possível atestar, apenas caminhando por aquela região, a má conservação de diversas estruturas, tanto privadas, quanto públicas (como contêineres de lixo destruídos), bem como a presença de diversos estabelecimentos dedicados ao entretenimento adulto. A aglomeração de unidades neste ponto, parece decorrer da desvalorização atribuída à zona portuária, onde “a representação que a população possuía e possui, até os dias atuais, [...] passa por imagens de degradação, sujeira,

violência, velhice, escuridão”, que não é uma característica exclusiva do Rio Grande, mas que está presente “em cidades as mais diversas” (GIANELLA, 2013, p. 3).

A terceira concentração chama a atenção por se localizar em uma região bem central. Embora, à exceção da A203, as unidades estejam inseridas num perímetro composto por importantes vias da cidade, formado pelas ruas Doutor Nascimento, Duque de Caxias, Vice-Almirante Abreu e Benjamin Constant, estando, de certa forma, fora do percurso de muitas pessoas.

Da quarta concentração, destacam-se duas sequências diretas de unidades, sendo a primeira formada pelas unidades de A304 a A308 e a segunda pelas unidades de A310 a A312. Pelo menos para esta última sequência, é evidente sua função como parede (Figura 53) que limita o estacionamento de uma imobiliária situada imediatamente atrás, à rua Marechal Floriano. Já quanto à primeira sequência mencionada, não é possível determinar se existe uma divisão interna nos terrenos ou se, também, servem como marco dos limites de um grande espaço.



Figura 53 – Em primeiro plano, a unidade A312, seguida pelas unidades A311 e A310. Foto: Felipe Tramasoli.

Já a quinta concentração chama atenção apenas por contrastar com a dispersão das unidades que é uma das características da Área 4. Não há qualquer relação direta aparente entre as unidades em questão.

3.2.7.2 Suporte para grafites

Um segundo ponto digno de destaque foi a inevitável superposição entre algumas ruínas e grafites. De motivações políticas e/ou artísticas, mensagens de diversos tipos e ilustrações sobrepõem, compõem e contrapõem as superfícies deterioradas das unidades. Diversos foram os exemplares encontrados, como a ilustração sobre a superfície da unidade A333 (APÊNDICE 144), onde os traços complementam a ausência de reboco em determinada área, uma espécie de arte utilitarista, onde o autor faz uso das condições oferecidas pelo suporte e, ao adicionar dois olhos sobre os tijolos à mostra, cria um rosto; ou a arte belíssima sobre a superfície da unidade A206 (APÊNDICE 83), que me prendeu pelas cores e pela qualidade do traço; ou então a simples sentença “No Painting” [Não pintar] sobre a superfície da unidade A168 (APÊNDICE 68). No entanto, a imagem que eu quis destacar foi a fotografia que tirei da unidade A227 (APÊNDICE 104), que apresenta uma série de grafismos (Figura 54).



Figura 54 – Fotografia da unidade A227. É possível ler as seguintes frases: *Somente o amor salva o mundo; Bobeira é não viver a realidade!; Larguei um gás na rua!; Rap alternativo; Valorize os artistas de Rio Grande.* Foto: Felipe Tramasoli.

A superfície colorida da unidade está repleta de inscrições que expressam a potencialidade do grafite ante as formas convencionais de comunicação a que nos submetemos.

Como meio de comunicação visual, espontâneo, efêmero, impessoal, clandestino e alternativo, o grafite vem se convertendo num artefato cultural e numa das expressões estéticas e políticas mais potentes e plurivocais de nossas culturas urbanas ocidentais. Sua ação comunicativa e transgressora permite recuperar espaços de expressão e de resistência passiva e/ou ativa frente à permanente repressão ideológica do sistema. Além disso, ele constitui um espaço de comunicação alternativa, no qual se expressa a memória urbana, e onde se manifestam publicamente as paixões, conflitos e rivalidades que dão forma às nossas contínuas mudanças políticas e sociais. (NAVARRETE & LÓPEZ, 2008, p. 54)

3.2.7.3 *Fantasmagorias*

Um último ponto digno de nota é a presença de algumas edificações que acabaram chamando a minha atenção em especial, seja pelo seu peso no contexto geral da cidade, seja pela circunstância em que se encontravam. Sobre o último caso, cito, por exemplo, a unidade A224 (APÊNDICE 101), uma habitação parcialmente destruída, sem a fachada, onde é possível ver as paredes internas, posto que as placas metálicas que deveria impedir a visibilidade ao interior e delimitar o terreno estavam caídas. Sobre o primeiro caso, cabe citar a antiga sede do Clube Caixeiral A108 (APÊNDICE 8), que fica muito próximo à sede da prefeitura da cidade e em uma rua muito movimentada; a unidade A314 (APÊNDICE 125), que acabei descobrindo se tratar da sede do ainda existente Clube Cultural Recreativo Braço é Braço, através do trabalho de Couto (2015); o edifício do antigo hospital Beneficência Portuguesa, unidade A201 (APÊNDICE 78), onde nasci aliás, cujo segundo piso não possui mais cobertura, sendo possível avistar o céu pelas suas janelas; e, no primeiro piso, funciona o Brick da XV⁷²; a sede da antiga Sociedade Esportiva Rinheira do Rio Grande, unidade A315 (APÊNDICE 126), que só foi possível identificar como rinha de galo por meio de um morador das redondezas com quem conversei e que frequentou o clube enquanto criança no começo da década de 1990, o qual recordava ainda do interior e da agitação em torno do ringue (Figura 55).

⁷² O *brick* é um estabelecimento que vende – muitas vezes, também, compra e troca – artigos usados, principalmente, móveis e aparelhos eletrônicos.



Figura 55 – Interior da antiga sede da Sociedade Esportiva Rinheira do Rio Grande, vista da calçada pelo vão na janela. É possível ver bancos formando um círculo e, abaixo, parte do ringue. Foto: Éberson do Couto, em 4 de novembro de 2014.

Mas, de todas as unidades registradas que chamaram a atenção, nenhuma delas é mais evidente para qualquer rio-grandino⁷³ do que as antigas instalações da Fábrica Rheingantz, unidade A501 (APÊNDICE 189). Situada, hoje, na Avenida Rheingantz, uma das principais avenidas de acesso ao centro da cidade (SILVA, 2013) e, por consequência, um espaço onde há um trânsito enorme de pedestres, automóveis, ônibus, ou seja, de olhos a mirar a edificação, que é monumental para os padrões rio-grandinos (Figura 56).

⁷³ Essa evidência parece transparecer também nas diversas produções acadêmicas que tem como objeto a Fábrica Rheingantz, por exemplo, os trabalhos de Ferreira (2002), Paulitsch (2003) e Silva (2013), sem contar tantos outros que problematizam as outras construções do complexo – como as casas dos funcionários, a escola e o cassino dos mestres (A502).



Figura 56 – Vista a partir da Avenida Rheingantz, sentido bairro-centro. À direita, vê-se a fachada da instalação fabril tendo, ao fundo, a caixa d’água. Logo abaixo dela, inclusive, vê-se um outdoor propagandeando um bairro planejado a ser construído no terreno da fábrica. À esquerda, o muro branco: cemitério católico. Foto: Felipe Tramasoli.

Ao papareia que lê estas linhas, não deve gerar estranhamento a afirmação de que esta edificação em especial tem um peso desproporcional em relação às demais unidades levantadas nesta pesquisa, mesmo aquelas que elenquei há pouco, embora, esta seja uma afirmação que carece de mais sustentação aos olhos forasteiros⁷⁴. De qualquer forma, a valoração desproporcional que noto parece se fundamentar em dois aspectos. O primeiro deles é visível na imagem acima. A estrutura está em uma importante via de acesso, tanto para se chegar, quando para se sair do centro da cidade, seja para fora dela, para diversos outros bairros da cidade ou mesmo em direção ao Balneário Cassino. O volume de pessoas que passa por esta rua é enorme, sendo, até mesmo, uma via com um denso fluxo de ônibus. Na rotina do deslocamento, inevitavelmente, a Rheingantz se faz presente e impossível de não se notar pela sua grandiosidade.

⁷⁴ O trabalho de Silva (2013) deixa evidente que existe uma forte inclinação da população rio-grandina a favor da preservação das instalações da Rheingantz. No entanto, desconheço até o momento trabalho que estipule uma valoração relativa a outras edificações da cidade.

Um outro aspecto que pode ser considerado, também, é a representatividade desta fábrica no imaginário da cidade. Como diz Silva,

Esse conjunto de edificações que permanece erguido, em parte, apesar da degradação ambiental e econômica que vem sofrendo desde que a atividade entrou em declínio e chegou ao fim por volta da década de 1960, configurou a ruína do espaço, bem como a retração da atividade econômica e consequente empobrecimento da cidade. (2013, pp. 26-27)

A fábrica, nestes termos, é, não só o ícone da industrialização, mas da decadência econômica da cidade do Rio Grande.

3.3 Manifesto



Banksy

Quando Banksy pintou a imagem acima no muro que divide Israel e Cisjordânia, recebeu, de um homem palestino que passava, um elogio pela beleza da obra. O artista, então, agradeceu e ouviu a seguinte resposta: "Nós não queremos que ele fique bonito, nós odiamos este muro. Vá embora"⁷⁵. Marcel Duchamp, sob o pseudônimo de R. Mutt, em 1917, submeteu à Sociedade de Artistas Independentes – da qual era membro do comitê – um mictório como obra de arte, intitulado a *Fonte*, que foi recusado pelos seus pares para expô-la, pois acreditavam

⁷⁵ Esta é uma das diversas intervenções que Banksy realizou no lado de Israel do muro que separa esse país da Cisjordânia. Fonte: <http://www.theguardian.com/arts/pictures/0,,1543331,00.html>, acessado em 10 de agosto de 2015.

que “uma peça de louça sanitária – ainda mais associada a resíduos corporais – não poderia ser considerada uma obra de arte, além de ser indecente”⁷⁶.

A relação entre as duas coisas é uma: presença. Se para o palestino o embelezamento do muro gera desconforto, pois dá um caráter aprazível ao desprezível, o mictório, retirado do seu contexto usual e inserido num ambiente repleto de coisas não-triviais, consideradas artísticas, gera uma inquietação pelo deslocamento que ele provoca. A arte deve ser entendida para além da exaltação estética e técnica reclusa num objeto, ela também pode ser um meio de se construir uma perspectiva sobre o mundo que nos devora. Ela é relacional, contextual e ativa. E é este tipo de perspectiva artística da qual a Arqueologia, não só pode, como deve se apropriar.

O manifesto proposto e realizado nesta pesquisa possui um elemento central que foi a instalação de uma intervenção urbana, em diversos pontos da cidade, nas calçadas em frente a unidades que são objeto desta pesquisa, e se ramificou em outras duas atividades que visaram complementar a primeira. Uma delas é a colagem de lambe-lambes pelas ruas da cidade, mantendo a linguagem da arte urbana; e a segunda, a criação e a divulgação de uma exposição virtual de fotografias, onde é possível que o espectador veja todas as 194 unidades registradas.

3.3.1 *Isto é uma ruína / This is a ruin / Esto es una ruina*

A intervenção consistiu, conforme proposto na metodologia, na colagem de dois adesivos em vinil – um com a legenda da obra e outro com informações sobre a atividade, além da indicação das outras instalações – e da colagem de uma fita adesiva branca simulando uma faixa de contenção, conforme nota-se em galerias.

⁷⁶ <http://www.tate.org.uk/art/artworks/duchamp-fountain-t07573> acessado em 10 de agosto de 2015.

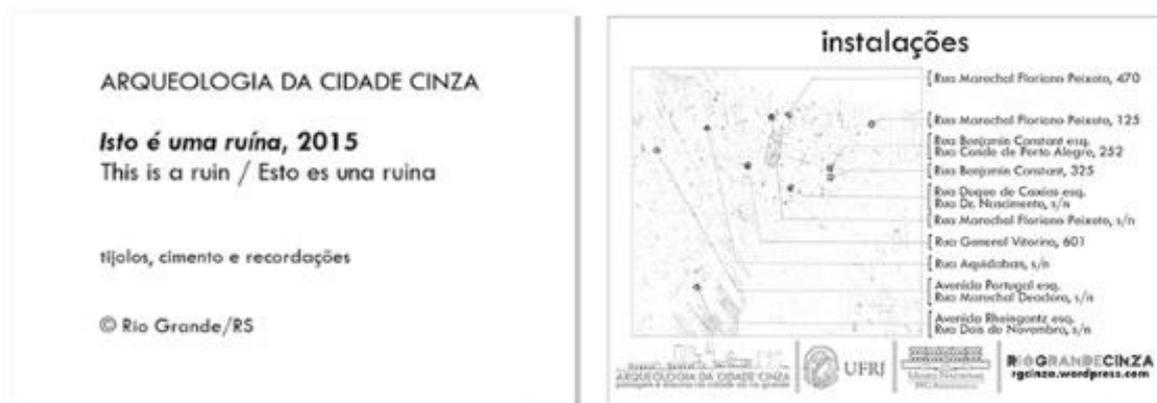


Figura 57 – Adesivos colados em frente às unidades. À esquerda, a legenda; à direita, o indicativo de todas as instalações.

Os primeiros adesivos colados eram todos de tamanho A6 (148x105 mm), pois presumiu-se que o transeunte teria uma boa visibilidade, até mesmo em função da faixa de contenção. No entanto, embora o tamanho tenha se mostrado adequado para o adesivo que continha as informações sobre a atividade, considerou-se que o adesivo da legenda em tamanho A5 (210x148 mm) oportunizaria uma distinção visual de imediato em relação ao das informações, além de permitir uma leitura mais fácil para quem passasse sem muita pretensão de tentar ler o conteúdo do adesivo. Ao total, foram realizadas dez intervenções nas calçadas da cidade, sendo que nove delas foram implantadas no dia 12 de agosto, enquanto a última foi implantada no dia 13, conforme especificado mais adiante.

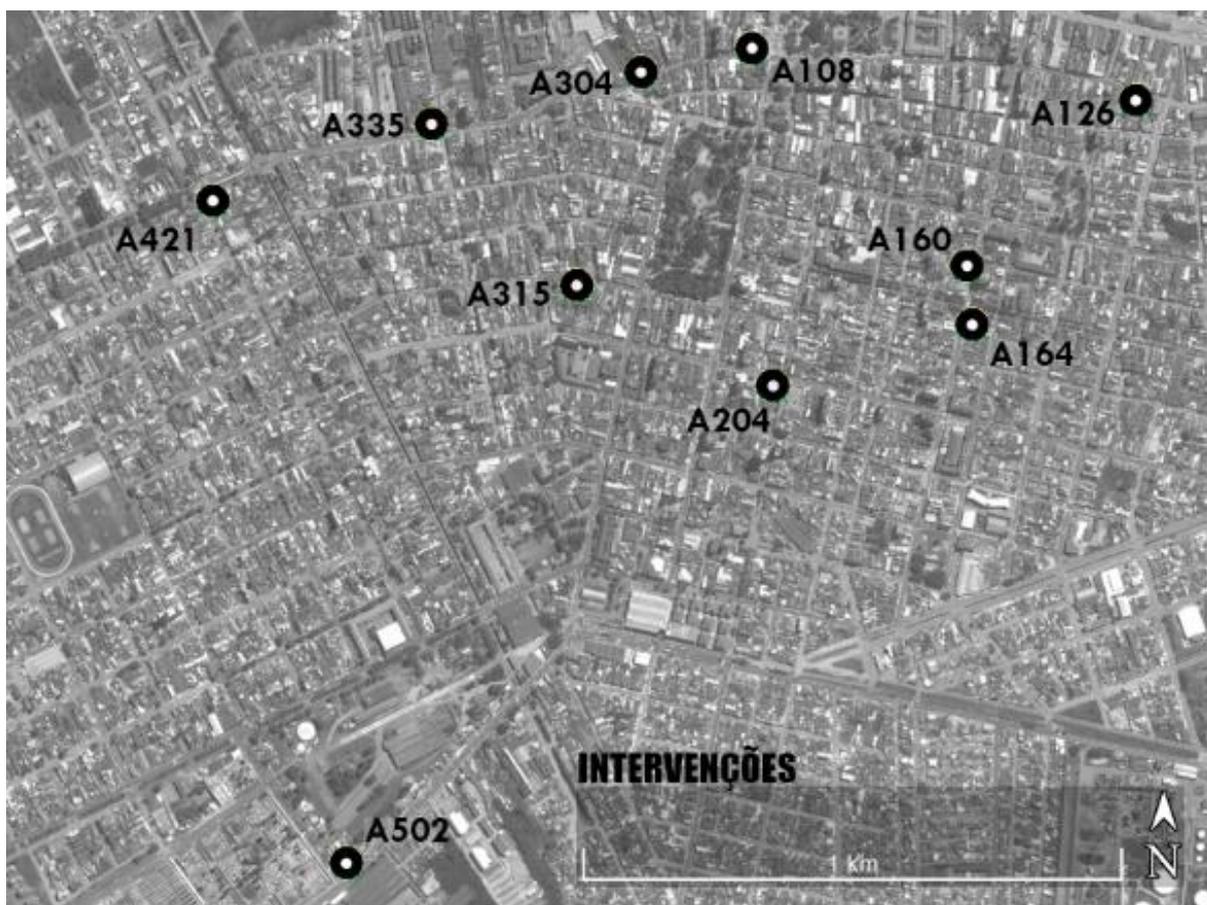


Figura 58 – Localização das intervenções instaladas com a indicação da unidade correspondente. Fonte: Google Earth. Editado.

As atividades pertinentes a esta etapa da pesquisa acontecerem ao longo de seis dias, entre 12 e 17 de agosto, e consistiram em *instalação*, *verificação* e *manutenção*. A instalação, como o nome sugere, foi a atividade de colocar, pela primeira vez, os adesivos no ponto designado. Para tanto, fez-se uso de uma trincha retangular e de um pano de algodão para a devida limpeza da calçada antes da colagem dos adesivos. A verificação consistiu na averiguação das condições da instalação, uma vez por dia, de todos os pontos ao longo do período mencionado. A manutenção, por fim, correspondeu à atividade de troca ou reposição de adesivos que, por ventura, tivessem sido descolados em função das condições climáticas ou de ação humana. Segue, abaixo, relato acerca das atividades desempenhadas nos pontos trabalhados

3.3.1.1 Instalação A108

12 de agosto

| | |
|---|---|
| <i>Instalação</i> | Duas instalações foram realizadas, pois a calçada foi desviada para evitar que partes do prédio desabem sobre os transeuntes. Assim, coloquei um conjunto em cada lado, cobrindo os sentidos em que o fluxo de pessoas segue. |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva. Fiz a troca por novos. |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar. Os adesivos da legenda foram trocados por novos de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 59 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A108.

3.3.1.2 Instalação A126

| | |
|--|--|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
|--|--|

| | |
|---|---|
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva. Fiz a troca por novos. |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 60 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A126.

3.3.1.3 Instalação A160

| | |
|--|--|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva. Fiz a troca por novos. |
| 14 de agosto | |

| | |
|---|---|
| <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 61 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A160.

3.3.1.4 Instalação A164

| | |
|---|---|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva. Fiz a troca por novos. |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |

| | |
|---|---|
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 62 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A164.

3.3.1.5 Instalação A204

| | |
|---|---|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | Este era o último ponto no meu percurso para realizar a instalação, mas, como choveu, não pude fazê-la. |
| 13 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 63 – Fotografias em três oportunidades diferentes da instalação A204.

3.3.1.6 Instalação A304

| | |
|---|---|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva. Fiz a troca por novos. |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 64 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A304.

3.3.1.7 Instalação A315

| | |
|---|---|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva. Fiz a troca por novos. |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 65 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A315.

3.3.1.8 Instalação A335

| | |
|---|---|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva da noite anterior. Fiz a troca por novos. |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos estão no lugar, mas comprometidos pela chuva da noite anterior. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 16 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 66 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A335.

3.3.1.9 Instalação A421

| | |
|---|---|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu sem problemas |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos sumiram. Não há sinal deles por perto, o que sugere que foram arrancados, pois as condições da calçada estavam boas e eles estavam bem colados. Sugestão que parece se confirmar se tomarmos as outras instalações como parâmetro. A instalação foi refeita. |
| 14 de agosto <i>Verificação</i> | Os adesivos sumiram. Não há sinal deles por perto, o que sugere que foram arrancados, pois as condições da calçada estavam boas e eles estavam bem colados. Sugestão que parece se confirmar se tomarmos as outras instalações como parâmetro. Desistiu-se da instalação. |



Figura 67 – Fotografias em duas oportunidades diferentes da instalação A421.

3.3.1.10 Instalação A502

| | |
|--|--|
| 12 de agosto <i>Instalação</i> | A calçada foi limpa e a instalação ocorreu de forma difícil, pois a calçada é formada por cimento e britas, o que atrapalhou a fixação dos adesivos. |
| 13 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos foram descolados em razão da chuva que parece ter penetrado pelos vãos entre os adesivos e a calçada. Encontrei-os há poucos metros do lugar. A calçada foi limpa e a instalação refeita. |
| 14 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos foram descolados em razão da chuva que parece ter penetrado pelos vãos entre os adesivos e a calçada. Encontrei-os há poucos metros do lugar. A calçada foi limpa e a instalação refeita. O adesivo da legenda foi trocado por um novo de tamanho A5. |
| 15 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos foram descolados em razão da chuva que parece ter penetrado pelos vãos entre os adesivos e a calçada. Encontrei-os há poucos metros do lugar. A calçada foi limpa e a instalação refeita. Utilizei a fita branca que compõe a faixa de retenção para reforçar os adesivos. |
| 16 de agosto <i>Manutenção</i> | Os adesivos foram descolados em razão da chuva que parece ter penetrado pelos vãos entre os adesivos e a calçada. Encontrei-os há poucos metros do lugar. A calçada foi limpa e a instalação refeita. |

| | |
|---|--|
| | Utilizei a fita branca que compõe a faixa de retenção para reforçar os adesivos. |
| 17 de agosto <i>Verificação</i> | Todos os adesivos estão no lugar e em bom estado. |



Figura 68 – Fotografias em quatro oportunidades diferentes da instalação A502.

3.3.1.11 *E as pessoas que passam?*

Outra coisa que se tentou fazer foi observar a reação das pessoas que passavam em frente às instalações. Durante a sua realização, acabei sendo abordado duas vezes, uma na instalação A164 e outra na instalação A304. Nas duas ocasiões, fui inquirido sobre o que fazia e expliquei. Na primeira, despediram-se e seguiram seu rumo, na segunda, acabei conversando mais um pouco pois a instalação ficava em frente a um ponto de taxi. No dia 13, quando retornei para a verificação da instalação A304, acabei falando mais um pouco com um dos taxistas, Souza, que me informou que várias pessoas paravam para olhar a intervenção. Mas o acontecimento mais interessante ocorreu quando eu tirava fotografias logo após realizar a instalação A315. Do outro lado da calçada, vinha uma senhora que diminuiu o ritmo, quase parando, olha os adesivos e

vira-se para mim. Eu pergunto: “gostou”? Então, ela acena que sim com a cabeça, solta um sorriso largo e segue seu caminho.



Figura 69 – A315 em 12 de agosto de 2015. Foto: Felipe Tramasoli.

No entanto, a melhor oportunidade para a observação direta da reação das pessoas é aquela em que eu não estou com o celular em mãos para tirar fotografias. Muitas vezes, enquanto eu tentava captar estas reações, acabava atraindo uma atenção que não queria e várias pessoas viravam para me olhar tirando fotografias do outro lado da rua e davam as costas para a edificação. Muitas vezes, também nestas condições, me ignoravam (Figura 70).



Figura 70 – A126 em 12 de agosto de 2015. Foto: Felipe Tramasoli.

Por isso as caminhadas diárias que eu fazia para a verificação dos adesivos foi o momento mais oportuno para a observação, pois, assim como o fotógrafo que se camufla na floresta ou na savana, eu, caminhado com um ar displicente pelas calçadas, era só mais um. De maneira geral, pode-se dizer que a indiferença tem maior representatividade. A grande maioria das pessoas passava sem notar o que havia no chão. É verdade, também, que muitas delas passavam conferindo os celulares ou falando ao telefone, o que pode ajudar na falta de atenção, mas, de qualquer forma, acredito que esta era a atitude predominante esperada.

Nós estamos desacostumados a ver a rua *na* rua. Estranhar o lugar por onde andamos requer um pouco de atenção que, às vezes, no stress do dia-a-dia, não temos condições de oferecer. Mas isto não significa que não foram observadas pessoas que deram atenção às intervenções. Foram e, aqui, gostaria de destacar três ocasiões.

A primeira aconteceu enquanto eu me afastava da unidade A304, logo após ter feito sua instalação. Eu paro, olho para trás e vejo duas pessoas paradas em frente a ela e olhando para o chão. Este episódio chamou a atenção, pois as pessoas pararam para observar e pareciam estar

conversando sobre aquilo. Tive tempo de pegar o celular e usar todo o *zoom* que ele aguentava para registrar o momento, logo antes das pessoas seguirem seu rumo (Figura 71).



Figura 71 – Duas pessoas, ao fundo, observando a instalação A304 em 12 de agosto de 2015. Foto: Felipe Tramasoli.

A segunda ocasião foi quando eu fazia rota diária para verificar as instalações e, em frente à unidade A160, um homem passa, olha para os adesivos, mas não para e, conforme segue seu caminho, sua visão parece estar presa à edificação. Tanto foi sua distração – e a minha – que por pouco não nos esbarramos, pois eu vinha na direção contrária. A terceira ocasião ocorreu quando eu já havia retornado ao Rio de Janeiro para dar segmento à redação da dissertação. Já era tarde e eu estava escrevendo esta dissertação quando resolvi abrir o *Facebook* e, imediatamente, aparece a imagem abaixo (Figura 72), que acabou desencadeando uma conversa sobre as memórias daquele lugar.



Figura 72 – Publicação no *Facebook*, em 24 de agosto de 2015, evidenciando uma das instalações realizadas.

3.3.2 Lambe-lambes

A segunda etapa do manifesto foi a colagem de lambe-lambes pelas ruas da cidade. Para tanto, foram confeccionados 269 pôsteres, sendo 87 do Modelo 0 de tamanho A4 (APÊNDICE 201) e 182 divididos entre os demais modelos de tamanho A5 (APÊNDICE 202 até APÊNDICE 211). Todos os pôsteres foram identificados com o nome do projeto de pesquisa, o logo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional, bem como uma indicação da galeria virtual Rio Grande Cinza.

Ambos os modelos apresentam montagens citando passagens traduzidas por mim do poema *Otras Ruinas* de Luis Cernuda. Enquanto o Modelo 0 apresenta os dois primeiros versos “A torre que com máquinas eles edificaram, / por obra das máquinas conhece a ruína” interagindo com elementos imagéticos adicionados por mim, os demais modelos apresentam o primeiro verso da última estrofe: “o homem e a cidade se correspondem” sobre fotografias de algumas unidades registradas no trabalho.



Figura 73 – Exemplo de lambe-lambes colados em postes em parte do perímetro urbano da cidade do Rio Grande. À esquerda, o Modelo 0 de tamanho A4; no centro e à direita, quatro exemplares dos demais modelos de tamanho A5.

No total, a aplicação dos 269 pôsteres compreendeu 16 km de ruas perpassando por todas as áreas trabalhadas na etapa de prospecção. A escolha das ruas foi feita com base na percepção daquelas que tinham o maior fluxo de pedestres.

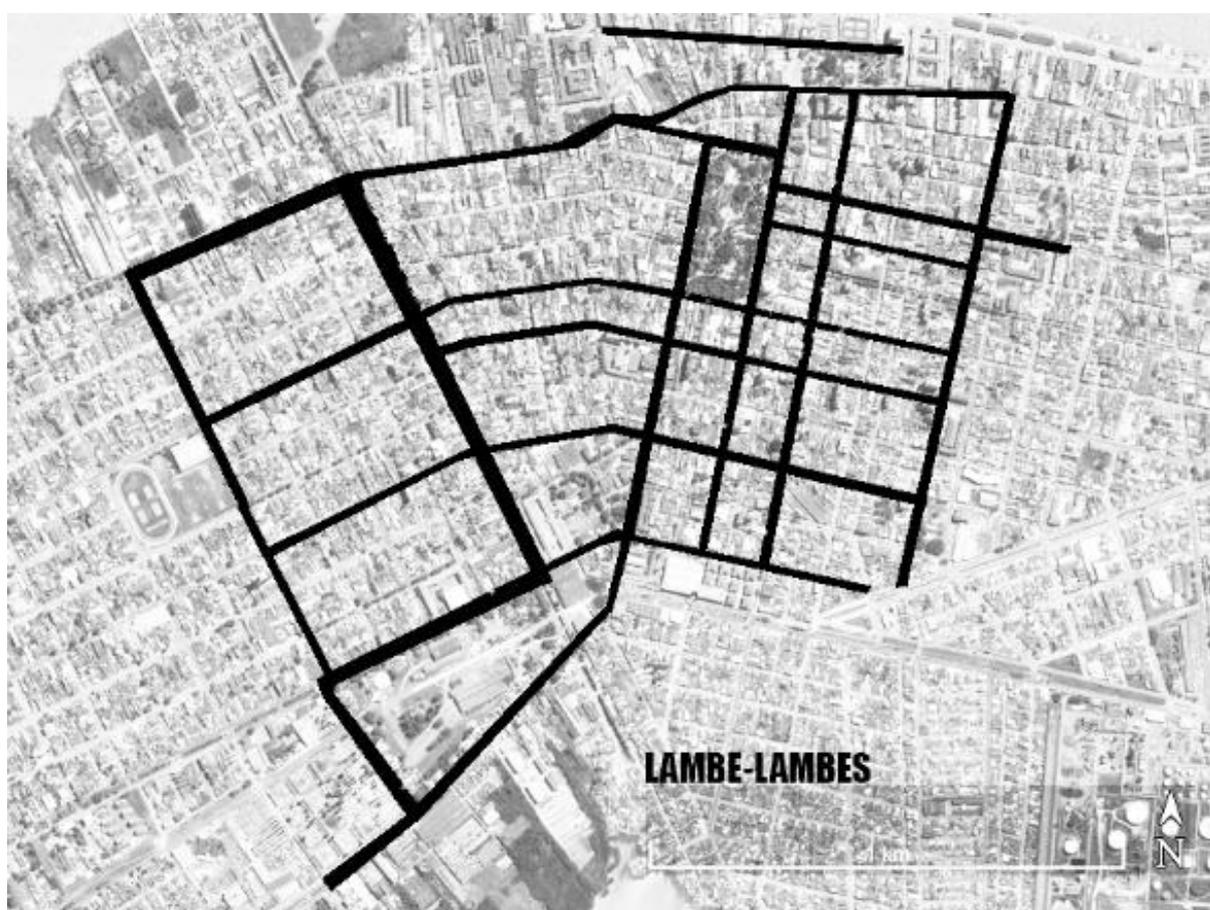


Figura 74 – Ruas em que os lambe-lambes foram colados. Fonte: Google Earth. Editado.

Os lambe-lambes foram impressos em folha ofício e colados com grude, cola orgânica e artesanal produzida com água, farinha de trigo e vinagre branco. Em alguns locais pretendidos, não foi possível colar os lambe-lambes devido à concorrência com propagandas de estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como, na minoria das vezes, devido às condições físicas dos postes que impossibilitavam o trabalho. De qualquer forma, tentou-se colar os pôsteres, sempre que possível, à altura dos olhos, facilitando a percepção, ou, então, em pontos de destaque. Inevitavelmente, em alguns momentos, usou-se antigos pôsteres – rasgados ou com indicação de datas pretéritas – para facilitar a aplicação do lambe-lambe sobre o poste (Figura 75).



Figura 75 – Aplicando um lambe-lambe de tamanho A5 em posta na rua Benjamin Constant. Foto: Felipe Vargas.

3.3.3 Rio Grande Cinza: exposição virtual

A exposição virtual foi montada com uma fotografia selecionada pelo autor de cada uma das 194 unidades levantadas durante a coleta dos dados. Além das fotografias, é possível acessar

informações básicas sobre a pesquisa, sobre o autor e sobre a cidade (estas três últimas, também, em versões em Inglês e em Espanhol), além de oferecer um espaço para que o visitante deixe uma mensagem.



Figura 76 – Galeria Virtual. Acesso em 20 de agosto de 2015.

Para medir o impacto da propaganda realizada por meio da intervenção nas calçadas e pela colagem dos lambe-lambes, que continham a indicação da exposição, monitorou-se o acesso à galeria dos dias 13 a 17 de agosto de 2015.

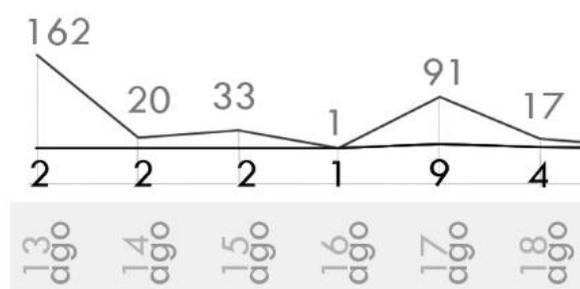


Gráfico 8 – Variação dos tipos de acesso ao longo do período em que as intervenções foram monitoradas. A linha acima, mais clara, corresponde às visualizações; a linha mais escura, abaixo, corresponde às visitas.

O número de visitas representa o número de computadores diferentes que acessaram a galeria enquanto o número de visualizações diz respeito a cada página da galeria que foi vista. Isto significa dizer que, embora o número de visitas individuais no dia 17 de agosto (nove visitas) seja maior do que as do dia 13 (duas visitas), em média, as duas primeiras pessoas que acessaram a galeria nesse dia, acessaram mais conteúdo do que as nove pessoas do último dia. No final dos cinco dias, a galeria recebeu 16 visitas e 307 visualizações.

Os números podem parecer baixos, no entanto, há que se considerar que a visitação à galeria foi espontânea, ou seja, o único meio de divulgação empregado até então foi a sinalização da existência da galeria nos adesivos colados nas calçadas e nos lambe-lambes colados nos postes, ou seja, este é um indicativo do impacto das intervenções e dos pôsteres. Além disso, devido às circunstâncias da observação desses, na rua e durante o deslocamento do indivíduo, considerar que 16 pessoas buscaram pela galeria quando dispuseram de acesso à *internet* é um dado mais do que satisfatório.

3.3.3.1 Acessos pós-intervenções.

Com a passagem do dia 18 de agosto, que foi estipulado como o limite para a data de controle do impacto dos adesivos e dos lambe-lambes no acesso à galeria, criou-se uma página no *Facebook* para divulgar a galeria⁷⁷ e, ainda, foram produzidos dois vídeos com o intuito de estimular a visitação⁷⁸. A página entrou no ar no final do dia 19 de agosto, portanto, para efeitos de controle do impacto das propagandas na internet, tomaremos o intervalo entre os dias 20 e 31 de agosto. Ainda, é necessário que se faça a seguinte observação: o sistema de contagem de fluxo do serviço *WordPress* (onde a galeria está hospeda) trabalha com o fuso horário GMT +0, ou seja, o limite entre um dia e outro é às 21h para o horário de Brasília no período pertinente aqui. Ainda, vale lembrar que a exposição não será retirada do ar pelo autor.

⁷⁷ <https://www.facebook.com/rgcinza> acessado em 28 de agosto de 2015.

⁷⁸ Os vídeos podem ser visualizados no link <https://www.youtube.com/playlist?list=PLYgwoETRFD9C1aqNntZZn4UaXKq2UvGHL> acessado em 28 de agosto de 2015.

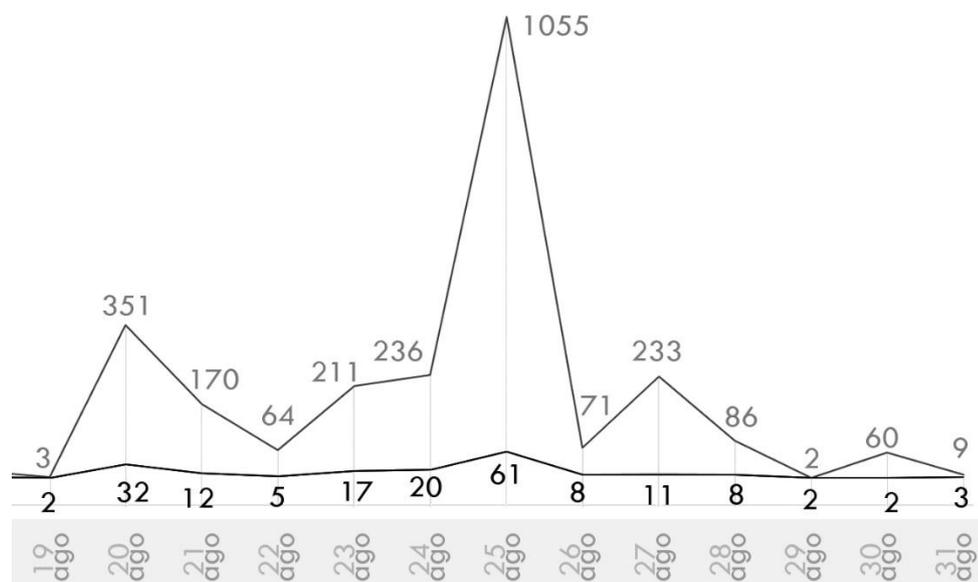


Gráfico 9 – Variação dos tipos de acesso a partir do período de divulgação da galeria. A linha acima, mais clara, corresponde às visualizações; a linha mais escura, abaixo, corresponde às visitas.

Como é possível ver no gráfico acima, há um evidente crescimento e uma certa consistência no fluxo de acessos à galeria do dia 20 ao dia 28 de agosto em comparação com o período anterior que diz respeito aos acessos espontâneos a partir da divulgação da galeria nos adesivos e nos lambe-lambes. Também é fácil reconhecer que há um pico de fluxo no dia 25 de agosto, com 61 visitas e 1.055 visualizações, o que dá uma média de 17,3 visualizações por visitantes. Acredito que isto deva muito à divulgação da galeria no *blog* Memórias do Chico⁷⁹, que ocorreu no dia 24 de agosto⁸⁰ e teve um total de 21 compartilhamentos da notícia no *Facebook*. Além disso, para além do Brasil, a galeria atingiu outros cinco países, como pode ser visto abaixo:



Figura 77 – Dados para as visualizações à galeria por país para todo o mês de agosto. Fonte: Wordpress.com.

⁷⁹ <https://memoriasdochico.wordpress.com/o-autor-e-o-blog/> acessado em 24 de agosto de 2015.

⁸⁰ <https://memoriasdochico.wordpress.com/2015/08/24/rio-grande-cinza/> acessado em 24 de agosto de 2015.

CONCLUSÃO

TUDO CARNAVAL TEM SEU FIM

E o que devo dizer ao despedir-me da Cidade do Rio Grande?

Pode ser que na minha primeira visita à cidade, a minha impaciência em ver o interior da Província me tenha cegado um pouco quanto a amenidade da estada numa cidade rio-grandense; pode ser que em meu regresso para ali, ao reconhecer tudo o que experimentara, me faltassem sentidos e olhos abertos para os encantos daquela rainha das areias do mar: nunca passei por uma cidade com tanta indiferença como pelo Rio Grande, embora ela tenha muitos lados interessantes.

Robert Avé-Lallemant

Esta pesquisa partiu do princípio de que esta experiência de transitar pela/na cidade representa uma oportunidade única e pertinente para que o indivíduo estabeleça uma relação com a paisagem. Única, por um lado, na medida em que compete a ele apenas experimentar o momento, mas, também, pertinente a toda a coletividade já que a cidade, se não é na prática, deveria ser um espaço de usufruto coletivo. Uma questão que está diretamente relacionada ao modo pelo qual nós articulamos as construções históricas às nossas memórias individuais e coletivas.

Portanto, antes de me despedir do leitor, faço algumas reflexões neste sentido. E, na sequência, exponho algumas questões que surgiram em mim ao longo desta pesquisa e que ficam em forma de sugestão para quem queira desenvolver problemáticas relacionadas ao Rio Grande.

Arqueologia e resultados concretos



"É VERDADEIRO. AQUI ESTÁ O
CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE."

Richard Stubler

A ideia de muitas pessoas sobre disciplinas como a Arqueologia parece ser semelhante à suposição de Callery que diz: "A Arqueologia é sobre limitar interpretações sobre limitar conexões, sobre propor uma verdade ou um fato" (*apud* BAILEY, 2014, p. 235). Aqui, não se está implicando que interpretar é algo nocivo, apenas se está questionando a presunção de que fazer Arqueologia é, necessariamente, propor uma interpretação e não problematizar uma dada circunstância e transformar uma condição presente a fim de gerar um estranhamento, como uma ferramenta que possibilite "acesso a novos campos de deliberação sobre tópicos que ultrapassem as correntes limitações disciplinares da academia" (BAILEY, 2014, p. 234). Enquanto isso,

a maioria dos trabalhos luta sob as restrições subconscientes das ações derivativas e das jornadas sagradas pela explanação interpretativa. O passado existe para ser explicado; o propósito do cientista é o de simplificar e de remover a complexidade e a desordem que é a existência humana. Os arqueólogos são viciados em explicações e derivações interpretativas. (*ibidem*)

Mas esse, definitivamente, não foi o propósito desta pesquisa.

O que se buscou a partir do trabalho de prospecção foi, inicialmente, ter-se conta da efetiva presença das ruínas enquanto elementos da paisagem da cidade. Mas isto, em si, não nos serviria para nada. As ruínas, como já foi dito noutra momento, são como elementos

obrigatórios nas paisagens dos centros urbanos. Seja no Rio Grande, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro ou em Nova York... elas estão lá (Figura 78).



Figura 78 – À esquerda, Rio de Janeiro; à direita, Nova York. Foto: Felipe Tramasoli.

Portanto, buscou-se expandir a pesquisa, a partir dos dados levantados, com uma série de movimentos inspirados pela arte: a galeria de fotografias, os lambe-lambes e as intervenções nas calçadas. Todas estas etapas tiveram o intuito de chamar a atenção para o problema levantado aqui, assim, dando oportunidade para que os transeuntes sejam críticos quanto à situação. Oferecer uma interpretação que sobreponha estas atividades é exaurir o seu potencial de transformação (*ibidem*, p. 241) por uma questão muito simples: o que se busca é fundamentar que a transformação objetivada reside no engajamento coletivo, na troca de conhecimentos e nas articulações sociopolíticas promovidas pelos membros da comunidade. O que é uma questão de cidadania.

O direito à cidade

*"Cada um na sua.
Mas com alguma coisa em comum".
Esse foi o pensamento de um transeunte,
entre milhões de outros, a caminho do trabalho.
Quem o fez pensar assim?
Um atropelado, meio morto, meio vivo,
à beira do caminho.
Ao vê-lo, o transeunte dissera
como quem pede desculpas e continua.
O morto-vivo idem, que,
nas últimas, olha o transeunte e repete:
"cada um na sua,*

mas com alguma coisa em comum".

Rogério Skylab, *O transeunte e o morto-vivo*

O que acontece conosco, que andamos pelas cidades? Esta é uma questão muito mais do que válida. Pensemos nos dias comuns, aqueles em que rumamos para o trabalho, a escola, a casa de um amigo. O que é a cidade nisto tudo? A indiferença de boa parte dos transeuntes em relação às instalações é a clara e manifesta evidência de que nós não estamos acostumados a *viver a cidade*, senão *a viver nela*. Encontramo-nos absortos na rotina e a cidade dilui-se em cenários borrados que parecem só tomar forma e sentido quando captados pelas lentes das máquinas fotográficas. Como diz Lefebvre, hoje, a cidade “não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco” (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Nas palavras de Robert Park, a cidade é “o mundo que o homem criou, doravante, ela é o mundo no qual ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo” (*apud* HARVEY, 2012, p. 73). Um mundo que, se por um lado, se assemelha a nossa casa, mas “em uma escala maior” (BOLLNOW, 2011, p. 139), por outro, representa uma segmentação tão grande, ao ponto de ser plausível pensar que vivemos todos no mesmo lugar, mas sem jamais nos encontrar. A vida está compartimentada. Vivemos na era do individualismo, “onde o espírito de inimizade, desconfiança e competição reina, todos, com efeito, estão no caminho de todo mundo, e todo mundo teme que o outro vai colocá-lo na sombra, que ele vai tirar o seu espaço, trabalho, sucesso ou alguma outra coisa” (BOLLNOW, 2011, p. 252).

Não à toa, Bauman aponta que a “apresentação dos membros [da sociedade] como indivíduos” é uma das marcas características das sociedades contemporâneas que “não foi uma peça de um ato: é uma atividade reencenada diariamente” (BAUMAN, 2001, p. 39). Nestes termos, o único auxílio que podemos ter da vida em sociedade são exemplos de como “sobreviver em nossa solidão irremível” (*ibidem*, p. 45). Por isso Tocqueville sugere que o indivíduo é o pior inimigo do cidadão (*ibidem*), pois ela representa “a corrosão e a lenta desintegração da cidadania” (*ibidem*, p. 46).

É neste sentido que o direito à cidade se faz tão fundamental. E, quando falo em direito à cidade, não me refiro necessariamente à dimensão jurídica que envolve esta questão⁸¹ – que é importantíssima, mas tangencia a discussão aqui – mas atendo-me à questão mais *crua* e *direta*, permita-me dizer, que tem mais pertinência aqui. É uma questão que antecede o engajamento político, que o fundamenta.

Esta pesquisa tomou forma – mesmo que eu só tenha percebido isto mais claramente conforme ela foi se desenrolando – a partir da vontade de gerar um estranhamento em quem passa pelas ruas e, assim, estimular uma relação diferente entre nós – os rio-grandinos – e a paisagem. Mas, como coloca Lefebvre:

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações. Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um, nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui. As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência. (LEFEBVRE, 2001, p. 109)

Foi com esse intuito, então, que esta pesquisa aconteceu. Ela surgiu, como explicitado na introdução, a partir de uma sensação estranha que eu nutria em relação à cidade, mas que, de certa forma, expandiu-se para o modo pelo qual nós nos relacionamos com ela e que culminou nas atividades realizadas no último mês de agosto. De certa forma, caracterizou-se no meu esforço de – enquanto arqueólogo e rio-grandino – invocar o meu direito e prestar minha contribuição para a minha comunidade.

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74)

Há que se rumar nesta direção, pois, embora existam instrumentos jurídicos que versem sobre o tema, como é o caso do Estatuto da Cidade, de nada nos adiantam tais dispositivos sem a devida conscientização e instrumentalização para operá-los. Ainda permanecemos indivíduos

⁸¹ Sobre uma discussão envolvendo o âmbito jurídico brasileiro, mais especificamente, sobre o Estatuto da Cidade, sugiro a leitura das considerações de Edésio Fernandes acerca do tema (2013).

em detrimento de cidadãos. Assim, precedendo a construção da cidadania, o direito à cidade continuará restrito, “na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (*ibidem*, p. 87).

Portanto, não devemos limitar a promoção de paradigmas emancipadores somente à academia, senão que, como coloca Pereira:

Cada um de nós, como um nó, como um microcosmo, como um elemento de redes dentro de maiores redes deve consolidar uma cultura de aprendizagem e alicerçá-la no princípio da responsabilidade partilhada, abrangendo um vasto leque de actores — eu e o outro, nós e os outros.

[...] Este envolvimento de todos, acontece quando houver maior informação, formação, sensibilização, debate, coordenação; acções que permitam a toda a sociedade perceber que o passado e o presente não são compartimentos estanques, mas que derivam um do outro e todos estamos integrados neles.

[...] nem só o sistema político coloniza o mundo da vida, mas também o mundo da vida influencia o sistema político. A participação na discussão da construção de novos paradigmas, constitui um mecanismo privilegiado de tomada de consciência e de responsabilização, fazendo-se valer junto do poder político. (2008, p. 157)

As intervenções realizadas aqui tiverem como propósito sensibilizar o transeunte para a cidade. Este é um movimento em prol da retomada de uma consciência coletiva. Parece um esforço mínimo perante uma transformação tão densa almejada. No entanto, há que se entender duas coisas: é um esforço condizente com a circunstância em que se originou – uma pesquisa de mestrado realizada em dois anos e a certa distância – e está inserido num contexto maior, onde outros esforços com intuítos semelhantes acontecem, como a recente retomada da zona do coreto da Praça Tamandaré como espaço para manifestação artística⁸².

Uma questão que talvez fique em aberto é a seguinte: O que nutre o que? São as atitudes que criam uma consciência cidadã ou é uma consciência que nutre a atitude de cidadania. Parece-me mais um dilema sem solução e sem importância, tal qual o que envolve o ovo e a galinha. A única resposta para esta pergunta é: a cidadania, em qualquer circunstância, sob qualquer aspecto e forma, é indispensável.

História, memória e cidadania

*O medo seca a boca, molha as mãos e mutila.
O medo de saber nos condena à ignorância;*

⁸² Ver a edição do Jornal Agora de 12 de agosto de 2015, disponível em <http://pt.calameo.com/read/00033797582c343636d8f> acessado em 10 de setembro de 2015.

*O medo de fazer nos reduz à impotência.
A ditadura militar, medo de escutar, medo de
dizer, nos converteu a surdos e mudos.
Agora a democracia, que tem medo de recordar,
nos adoece de amnésia, mas não necessita ser
Sigmund Freud para saber que não existe tapete
que possa ocultar a sujeira da memória.*

Eduardo Galeano, *As desmemórias*

Foi com isso em mente que este trabalho buscou gerar uma provocação no transeunte. Geralmente, quem *visa resgatar a memória* o faz a partir da construção de uma narrativa que, na verdade, constrói uma história. Mantem-se a estrutura hierárquica que caracteriza o modo ainda legítimo de entendimento da nossa existência, pois história e memória estão longe de serem sinônimos (NORA, 1993, p. 9; ROSSI, 2010, p. 28). Eu diria mais, são duas formas concorrentes de entender a nossa persistência no tempo.

A primeira é uma construção discursiva coletiva – geralmente um coletivo formado por poucos – que tem um propósito englobante – geralmente da totalidade a que se refere –, que, ainda, pretende “dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é. Nesse sentido, o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história” (CHARTIER, 2010, pp. 24-25). E o real, aqui, deve-se ter em mente, não é uma condição congênita, mas uma qualidade atribuída por quem constrói o discurso. Em outras palavras, o que realmente importa é que o evento seja tomado como verdadeiro.

A segunda, por sua vez, “implica sempre uma participação emotiva em relação a ele [o passado]” (ROSSI, 2010, p. 28), sendo que o “estado corrente do presente ... basicamente consiste em um palimpsesto de todas as durações do passado que foram registradas na matéria” (OLIVIER *apud* OLSEN, 2010, p. 108). Ou seja, a memória se faz potencialmente presente no dia-a-dia a partir da nossa própria existência no mundo, ao contrário da história que é, necessariamente, uma verticalização discursiva da ideia de passado. Nós estamos no mundo com uma miríade de coisas que

não são somente os resíduos ou os traços de presentes inexistentes; elas estão, efetivamente, engajadas em formar e em hibridizar períodos e épocas. Como matérias duráveis, as coisas tornam o passado presente e tangível; elas, constantemente, resistem ao regime que subjugou o tempo à imagem prevalente de que ele é instantâneo e irreversível. (*ibidem*, p. 123)

E, talvez, justamente por esta condição a que nós estamos submetidos, de coexistir com diversos entes carregados de temporalidades, que a problematização da memória, “idealmente, deveria ser nossa [dos arqueólogos] especialidade” (Meskell *apud ibidem*).

E isto se torna mais problemático se pensarmos que a relação entre história e memória se dá de maneira coercitiva, da primeira para a segunda. A história exerce sobre a memória um criticismo que a corrói, deslegitimando um passado vivido (NORA, 1993, p. 9), ou, como diz Benjamin, articular “historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’”. Significa apoderarmo-nos de uma recordação (*Erinnerung*)” (BENJAMIN, 2012, p. 11). E, neste movimento, a história – legitimada por nós – sufoca a memória. Uma violação que se dá, não somente pela que é dito no discurso histórico, mas pelo não-dito também (ROSSI, 2010, p. 33).

Buscou-se, aqui, portanto, *provocar*. E acho que este é o grande mote do manifesto produzido. A vida cotidiana está repleta de coisas que nos convidam a viver a experiência conglomerada do tempo. São os antigos empedramentos da rua que ainda não deram lugar ao asfalto, a casa onde moramos e que hoje está em ruínas. Mas estamos afundados na rotina maçante que não só nos entorpece mas nos individualiza.

Afinal, pode-se presumir que a história é centrada no protagonismo de figuras míticas, como Silva Paes, e no protagonismo diluído em atribuições como *rio-grandino*. A memória, em contrapartida, seja ela individual ou coletiva, é recheada de nomes, situações, lugares pertinentes àquele que rememora. E a provocação, neste contexto, justifica-se, pois, como coloca Rossi, a reevocação não é algo passivo,

mas a recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentada. Voltar a lembrar implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação ou busca voluntária entre os conteúdos da alma: quem rememora: “fixa por ilação o que antes viu, ouviu ou experimentou e isso, em substância, é uma espécie de pesquisa: diz respeito somente a quem possui capacidade deliberativa, porque deliberar também é uma forma de ilação” (*De memoria et reminiscencia*, 453a) (ROSSI, 2010, p. 16).

O objetivo aqui não é o de desejar o fim da história. Entende-se que este modo de representação é, não só útil, mas necessário. No entanto, estamos condicionados quase que exclusivamente a ele, o que nos leva a desvalorizar a memória, que é entendida como uma forma concorrente de se lidar com a persistência no tempo. E por ser concorrente, ela pode ser usada como instrumento de contestação das construções impositivas e auxiliar na formação da cidadania.

Perspectivas futuras

*He knows changes aren't permanent
But change is*

Rush, *Tom Sawyer*

Durante o andamento da pesquisa, diversas questões se colocaram diante de mim, às quais não pude dar a dedicação que mereciam, principalmente, por falta de tempo. Entretanto, não creio que a minha indisponibilidade configure uma falta de pertinência, apenas que eu já estava comprometido com outras questões. Assim, resolvi colocar algumas delas aqui como forma de provocação aos interessados – em especial – em problematizar a cidade do Rio Grande.

Grafite e suporte

Não foi objeto deste estudo entender se existe alguma relação entre os grafites e as ruínas. Mas uma sensação que ficou foi a de que ela existe, de alguma maneira. O entendimento mais esperado seria o de que as ruínas, por se tornarem um ponto desarraigado do restante da cidade, apresentam-se como o suporte ideal para as manifestações *alternativas* de qualquer natureza. Isto é apenas uma suposição empírica proporcionada pela atividade de prospecção. Mas esta suposição pode ser o primeiro passo para a elaboração de problemáticas que envolvam a relação entre estes dois elementos cada vez mais presentes nas paisagens das cidades.

A família de olhos

Tenho ciência de que, embora os periódicos desempenhem um papel importante na formação e na manutenção de discursos históricos, ainda sim, só se tem uma perspectiva diacrônica do fenômeno. Assim sendo, a fim de que não se atribua um peso desproporcional aos periódicos, há que se buscar a contraparte, logo, uma perspectiva cotidiana e que resida na sincronia.

Neste sentido, uma abordagem com base da História Oral⁸³ apresenta um enorme potencial para o aprofundamento do que trouxe aqui ou para a elaboração de questões adjacentes às levantadas aqui, pois “qualquer tema, desde que seja contemporâneo - isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele -, é passível de ser investigado através [dela]” (ALBERTI, 2004, p. 29). E isto é importante, pois, embora a repetitividade das folhas que saem das prensas exerça uma certa influência sobre nós, temos que partir do princípio de que “as apropriações desses discursos são múltiplas, o que resulta, obviamente, em processos de identificação também múltiplos” (ENNE, 2004, p. 115).

A questão Silva Paes

Durante a consulta aos jornais, como já mencionei no capítulo três, foi possível notar a consolidação da figura de Silva Paes enquanto o principal articulador da mítica rio-grandina. No entanto, conforme o passar do tempo e as condições adversas, parece que a figura do brigadeiro perde solidez enquanto personificação inicial da narrativa da cidade e sua posição começa a ser indiretamente contestada, principalmente, a partir da figura de Cristóvão Pereira de Abreu.

Entendo que existe uma certa fixação na historiografia rio-grandina – ainda – por estas figuras míticas. Penso até que ponto não é pertinente buscar-se a origem de tal fascínio por estas figuras e explorar possíveis motivações.

Últimas palavras

*This is the end, Beautiful friend
This is the end, My only friend, the end
It hurts to set you free
But you'll never follow me
The end of laughter and soft lies
The end of nights we tried to die
This is the end*

The Doors, *The End*

⁸³ Mas, assim como Penna (2005, p. 18), devo salientar que não concebo a História Oral como a mera utilização de fontes orais. Acredito que os trabalhos que envolvam esta abordagem possuam um potencial que, por razões diversas, não tive condições de explorar aqui.

Eis que chega a hora do adeus. Eu poderia gastar estas últimas gotas de tinta para manifestar a saudade que já sinto de passar horas a fio dedicado a esta pesquisa ou prestar uma homenagem póstuma aos diversos parágrafos que, por diversas razões, ficaram pelo caminho e não se fazem mais presentes aqui, o que não quer dizer que não foram tão importantes quanto os que sobreviveram. Poderia, mas resolvi dedicar estas últimas páginas para voltar, especificamente, a falar sobre as ruínas da minha cidade.

[A] sugestão de que os seres humanos não têm nem autonomia generalizada nem particular hegemonia, que residem entre outras entidades de um mundo diferencial, mas oposicional, é refutada pela esperada, previsível, acusação de reificação. Isto quer dizer, colocar os humanos no mesmo alicerce ontológico que os não-humanos, inevitavelmente, evoca o cenário de horror do modernismo e do humanismo de transformação das pessoas em coisas. [...] A implicação ética radical de nossa abordagem é a de reconfigurar a tradição de atenção e preocupação com as pessoas do humanismo a fim de que ela abarque também os não-humanos. (OLSEN, et al., 2012, pp. 196-197)

E, ao incorporarmos a totalidade do mundo às nossas preocupações, estamos apenas reconhecendo algo que já sabíamos há muito tempo: que a materialidade é “indissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento” (LIMA, 2011, p. 12), mas não como um elemento subordinado a nós, senão que como uma espécie de companheiro, que também traz em si diversas temporalidades e onde podemos buscar uma cura para as nossas próprias mazelas, como o historicismo.

Nós não estamos argumentando que os paradigmas vigentes que se articulam com o passado são ilusórios, enganosos, ou pior, prejudiciais. Ao invés disso, como as boas intenções dos profissionais da saúde que advogam pelas escolhas dos pacientes e métodos holísticos para curar doenças, nós sugerimos que na arqueologia “o cuidado é geralmente silenciosamente incorporado nas práticas e não fala por si mesmo” (Mol 2008,2). (OLSEN, et al., 2012, p. 205)

Como diz Ferreira,

estes olhares para as materialidades por onde passaram vidas é de grande importância para resgatá-los de seu esquecimento e banalização. Encarar as ruínas como elementos desestabilizadores é perceber que elas tiveram um sentido muito forte na formação da cidade, e, justamente por isso, não podem ser tratadas com tamanha indiferença pelas políticas públicas, ainda mais de uma cidade que tem como lema ser “uma cidade histórica”. (FERREIRA, 2007, p. 76)

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, V. 2004. *Manual de história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- AVÉ-LALLEMANT, R. 1980. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- BAGUET, A. 1997. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC.
- BAILEY, D. 2014. Art//Archaeology//Art: letting-go beyond. Em: I. A. RUSSEL & A. COCHRANE, eds. *Art and Archaeology: collaborations, conversations, criticisms*. New York: Springer, pp. 231-250.
- BANDEIRA, J. & LAGO, P. C. d. 2013. *Debret e o Brasil: obra completa (1816-1831)*. Rio de Janeiro: Capivara.
- BARRETT, J. C. 2012. Agency: a revisionist account. Em: I. HODDER, ed. *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity, pp. 146-166.
- BARRETT, J. C. & KO, I. 2009. A phenomenology of landscape: a crisis in british Landscape Archaeology? *Journal of Social Archaeology*, pp. 275-294.
- BAUDELAIRE, C. 2010. O pintor da vida moderna. Em: J. D. e. T. TADEU, ed. *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 13-90.
- BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENJAMIN, W. 2006. *The writer of modern life: essays on Charles Baudelaire*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- _____. 2012. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BERMAN, M. 2007. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BITTENCOURT, E. d. R. 2007. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e cultura no Brasil Meridional – Panorama da história de Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG.
- BOLLNOW, O. F. 2011. *Human space*. London: Hyphen Press.
- BORGHETTI, J. C. d. L. 2011. Precedentes do urbanismo e da arquitetura do Rio Grande. Em: C. G. B. SCHIAVON, A. K. d. SENNA & R. d. C. P. d. SILVA, eds. *Sul do Sul:*

memória, patrimônio e identidade - presença luso-açoriana em Rio Grande. Porto Alegre: EST Edições, pp. 46-68.

BRUNEAU, P. & BALUT, P.-Y. 1997. *Artistique et Archéologie*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.

BUCHLI, V. & LUCAS, G. 2001a. Presencing absence. Em: V. BUCHLI & G. LUCAS, eds. *Archaeologies of the contemporary past*. London: Routledge, pp. 171-174.

_____. 2001b. The absent present: archaeologies of the contemporary past. Em: V. BUCHLI & G. LUCAS, eds. *Archaeologies of the contemporary past*. London: Routledge, pp. 3-18.

CARVALHO, J. C. d. 1927. *A abertura da Barra do Rio Grande do Sul: o maior sucesso da engenharia hydraulica na America do Sul - a sua historia e seus principaes colaboradores (1855-1920)*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio.

CASTELLO-BRANCO, C. 1868. *Em mosaico e sylva de curiosidades historicas, litteraris e biographicas*. Porto: s.n.

CERTEAU, M. d. 2012a. *A cultura no plural*. 7ª ed. Campinas: Papirus.

_____. 2012b. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 19ª ed. Petrópolis: Vozes.

CHARTIER, R. 2010. *A história ou a leitura do tempo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.

CHILDS, P. 2000. *Modernism*. London: Routledge.

CONDE D'EU, L. F. M. F. G. d. O. 1981. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia.

COPSTEIN, R. 1975. O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 4 (maio), pp. 1-46.

DA MATTA, R. 1978. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Boletim do Museu Nacional*, pp. 1-12.

DAWDY, S. L. 2010. Clockpunk Anthropology and the ruins of modernity. *Current Anthropology*, volume 51, pp. 761-793.

DEETZ, J. 1996. *In small things forgotten: an archaeology of early american life*. Rev. and expanded ed. New York: Anchor Books.

- DEMARRAIS, E. 2004. The materialisation of culture. Em: E. DEMARRAIS, C. GOSDEN & A. C. RENFREW, eds. *Rethinking materiality: the engagement of mind with the material world*. Cambridge: McDonald Institute Monographs, pp. 11-22.
- DO COUTO, É. M. 2015. *Os príncipes dos foliões - a cultura material do Rancho Carnavalesco Braço é Braço e sua origem*. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia). Rio Grande: FURG.
- DODE, M. 2012. *"Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!...": os cortiços na paisagem urbana da Rio Grande oitocentista*. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia). Rio Grande: FURG.
- DOMINGUES, M. V. d. L. R., CARVALHO, D. S. & CARVALHO, A. B. 2013. O Polo Naval e Offshore e o desenvolvimento regional na metade sul do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, volume 34, pp. 933-954.
- DREYS, N. 1990. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS.
- DUŠAN, B. & ROBB, J. 2008. Body theory in archaeology. Em: B. DUŠAN & J. ROBB, eds. *Past bodies: body-centered research in archaeology*. Oxford: Oxbow, pp. 1-7.
- ENJUTO RANGEL, C. 2007. Broken presents: the modern city in ruins in Baudelaire, Cernuda, and Paz. *Comparative Literature*, volume 59, n. 2, pp. 140-157.
- _____. 2010. *Cities in ruins: the politics of modern poetics*. West Lafayette: Purdue University Press.
- ENNE, A. L. S. 2004. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, volume VI, pp. 101-116.
- ESPÍRITO SANTO, M. F. 2004. *A abertura da Barra do Rio Grande e a política econômica do Castilhismo*. 2ª ed. Porto Alegre: EST.
- FERNANDES, E. 2013. Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? *Revista UFMG*, volume 20, pp. 212-233.
- FERREIRA, B. R. 2007. *Faço um filme da cidade sob a lente do meu olho: ensaios sobre fotografia, paisagem urbana e ruínas*. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em História). Rio Grande: FURG.

- FERREIRA, F. N. & PEDROSO, T. 2012. Na hora do bonde: a implantação do transporte urbano na Rio Grande do século XIX. *Aedos*, volume 4, pp. 110-130.
- _____. 2013. Cidade sensível, cidade de areia, Cidade Nova. *Revista Latino-Americana de História*, volume II, pp. 381-402.
- FERREIRA, M. L. M. 2002. "Quando o apito da fábrica de tecidos..." *Memória pública e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, 1950-1970*. Rio Grande, RS. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS.
- FLEMING, A. 2006. Post-processual Landscape Archaeology: a critique. *Cambridge Archaeological Journal*, volume 16, Issue 3, pp. 267-280.
- FOUCAULT, M. 1984. What Is Enlightenment? Em: P. RABINOW, ed. *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books, pp. 32-50.
- _____. 2005. *The order of things: an archaeology of the human sciences*. London: Routledge.
- FREUD, S. 2011. *O mal-estar na civilização*. Penguin Classics ed. São Paulo: Cia das Letras.
- GARCIA, F. C. d. 2011. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Sulina.
- GELL, A. 1998. *Art and agency: a anthropological theory*. Oxford: Oxford University Press.
- GIANELLA, L. d. C. 2013. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha. *Espaço e Economia*. Disponível em <http://espacoeconomia.revues.org/445> acesso em 2 de setembro de 2015.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- GILMAN, N. 2002. Involution and modernization: the case of Clifford Geertz. Em: J. H. COHEN & N. DANNHAEUSER, eds. *Economic development: an anthropological approach*. Lanham, MD: Altamira Press, pp. 3-22.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2008. Time to destroy. An archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, volume 49 (2), pp. 247-279.

- GRAVES-BROWN, P. HARRISON, R. & PICCINI, A., 2013. Introduction. Em: P. GRAVES-BROWN, R. HARRISON & A. PICCINI, eds. *The Oxford handbook of the Archaeology of the contemporary world*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-16.
- GUMBRECHT, H. U. 1998. Cascatas de Modernidade. Em: *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Ed. 34, pp. 9-32.
- HABERMAS, J. 1986. Taking aim at the heart of the present. Em: D. C. HOY, ed. *Foucault: a critical reader*. Oxford: Blackwell, pp. 103-108.
- _____. 2000. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- HALL, S. 2006. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. Em: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 47-65.
- HARRISON, R. & SCHOFIELD, J. 2010. *After modernity: archaeological approaches to the contemporary past*. New York: Oxford University Press.
- HARVEY, D. 2012. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, volume jul./dez., pp. 73-89.
- HEIDEGGER, M. 2002. The age of world picture. Em: J. YOUNG & K. HAYNES, eds. *Off the beaten track*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 57-85.
- HELLER, A. 2008. *O cotidiano e a história*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- HELLER, E. 2013. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Gustavo Gili.
- HIMMELFARB, G. 2011. *Os caminhos para a modernidade*. São Paulo: É Realizações Editora.
- HODDER, I. 2012. Contemporary theoretical debate in Archaeology. Em: I. HODDER, ed. *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity, pp. 1-14.
- HUGILL, S. 1994. *Shanties from the seven seas – shipboard work-songs and songs used as work-songs from the great days of sail*. Mystic: Mystic Seaport Museum.
- ISABELLE, A. 1983. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed.
- ISRAEL, J. I. 2006. *Enlightenment contested - Philosophy, Modernity and the emancipation of man 1670-1752*. Oxford: Oxford University Press.

- KNAPPETT, C. 2012. Materiality. Em: I. HODDER, ed. *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity Press, pp. 188-207.
- _____. 2014. Materiality in archaeological theory. Em: C. SMITH, ed. *Encyclopedia of global Archaeology*. New York: Springer, pp. 4700-4708.
- KÜHN, F. 2011. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI.
- KUNIOCHI, M. N. 2007. Ter escravo em Rio Grande. *III Encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis*. Disponível em <http://www.genealogiacorrea.com.br/45.45.pdf> acessado em 10 de agosto de 2015.
- LAPLANTINE, F. 2003. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense.
- LATOUR, B. 2009. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.
- LE GOFF, J. 2000. *História e memória - II memória*. Lisboa: Edições 70.
- LEFEBVRE, H. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- LEMINSKI, P. 2011. Ler uma cidade: O alfabeto das ruínas. Em: *Ensaio e anseios crípticos*. São Paulo: Editora UNICAMP.
- LEONE, M. & PORTER, P. 1999. *Historical Archaeologies of Capitalism*. New York: Plenum Press.
- LÉVI-STRAUSS, C. & ERIBON, D. 1990. *De perto e de longe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LIMA, T. A. 2007. A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. *Canindé*, volume 9, pp. 11-24.
- _____. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, volume 6, pp. 11-23.
- LIMA, T. A., SENE, G. M. & MORGADO, A. J. 2010. Arqueología urbana: antídoto contra amnesias sociales. Em: R. BÁRCENA & H. CHIAVAZZA, eds. *Arqueología Argentina en el bicentenario de la Revolución de Mayo*. Mendoza: Zeta Editores, pp. 999-1004.

- LONER, B. 2001. O Movimento operário na cidade de Rio Grande na República Velha. Em: F. d. N. ALVES, ed. *O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG.
- LUCCOCK, J. 1975. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- LUDWIG, Á. 2012. *Transição de uma paisagem em Rio Grande: do comercial ao industrial (1870-1910)*. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia). Rio Grande: FURG.
- MARQUES, A. P. 1988. A cartografia do Brasil no século XVI. *Revista da Universidade de Coimbra*, volume XXXIV, pp. 447-462.
- MARQUES, J. 2010. *O caso do Prince of Wales na perspectiva da imprensa rio-grandina (1861-1862)*. Monografia de conclusão de curso (Licenciatura em História). Porto Alegre: UFRGS.
- MARTINS, D. 2008. *Ipiranga: a trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS) - rumo à consolidação de um grupo empresarial (1930-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: PUCRS.
- MARTINS, S. F. 2006. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Editora da FURG.
- MEILLASSOUX, Q. 2009. *After Finitude*. Paperback edition ed. London: Continuum.
- MENESES, U. T. B. 1983. Arqueologia industrial: alcance e perspectivas. Em: E. S. d. PAULA, org. *In Memoriam*. São Paulo: FFLCH-USP, p. 121-130.
- MERLEAU-PONTY, M. 2012. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac Naify.
- NAVARRETE, R. & LÓPEZ, A. M. 2008. Rabiscando atrás das grades: grafite e imaginário político-simbólico no Quartel San Carlos (Caracas/Venezuela). Em: P. P. A. FUNARI, A. ZARANKIN & J. A. d. REIS, eds. *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, pp. 53-78.

- NEVES, H. A. P. 1995. Estudo do Porto e da Barra do Rio Grande. Em: F. d. N. ALVES & L. H. TORRES, eds. *A Cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: SMEC, pp. 91-106.
- NIETZSCHE, F. 2006. The gay science, Book V. Em: K. PEARSON & D. LARGE, eds. *The Nietzsche reader*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 362-384.
- NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, volume 10, pp. 7-28.
- OESTIGAARD, T. 2004. The world as artefact: material culture studies and archaeology. Em: F. FAHLANDER & T. OESTIGAARD, eds. *Material culture and other things: post-disciplinary studies in the 21st century*. Lindome: Bricoleur Press, pp. 19-52.
- OLSEN, B. 2010. *In defense of things: Archaeology and the ontology of objects*. Lanham: AltaMira Press.
- _____. 2012. Symmetrical Archaeology. Em: I. HODDER, ed. *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity, pp. 208-228.
- OLSEN, B., SHANKS, M., WEBMOOR, T. & WITMORE, C. 2012. *Archaeology: the discipline of things*. Berkeley: University of California Press.
- ORSER, C. E. 1996. *A historical archaeology of the modern world*. New York: Plenum Press.
- OSBORNE, P. 1992. Modernity is a qualitative, not a chronological, category: notes on the dialectics of differential historical time. Em: *Postmodernism and the re-readings of modernity*. Manchester: Manchester University Press, pp. 23-45.
- PAULITSCH, V. 2003. *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande - RS*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP.
- PEDROSO, T. 2012. *Cidade Nova: narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pelotas: UFPel.
- PENNA, R. S. 2005. *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

- PEREIRA, J. 2008. Arqueologia: onde fica a raiz do poder? *Praxis archaeologica*, volume 3, pp. 155-159.
- PESAVENTO, S. J. 2006. Memória e história: as marcas da violência. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, III (julho/agosto/setembro), pp. 1-15.
- PÉTURSDÓTTIR, Þ. & OLSEN, B. 2014. An archaeology of ruins. Em: B. OLSEN & Þ. PÉTURSDÓTTIR, eds. *Ruin memories: materialities, aesthetics and the archaeology of the recent past*. Oxon: Routledge, pp. 3-30.
- PINHEIRO, L. P. 2015. *Espaço e comerciantes na rua Riachuelo no final do século XIX, Rio Grande, RS*. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia). Rio Grande: FURG.
- PINTO, S. 2014. A 'rua direita' portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica? *Revista de morfologia urbana*, 2 (Nº 1), pp. 42-43.
- PRIORE, M. & VENANCIO, R. 2010. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta.
- QUEIROZ, M. L. B. 1987. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: Editora da FURG.
- REIS, J. A. 2007. Lidando com as coisas quebradas da História. *Arqueologia pública*, volume 02, pp. 33-44.
- _____. 2010. *"Não pensa muito que dói": um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia brasileira*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- RICOEUR, P. 2010. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- RIMOLDI, E. 2009. Involution, entropy, or innovation: cultural economics on Bougainville. *The Journal of the polynesian society*, volume 118, pp. 47-69.
- ROSA, L. A. S. d. 2012. *Vinda sobre as ondas, de volta para o mar: um estudo de arqueologia da paisagem sobre a inserção e usos da modernidade nos confins do Brasil meridional*. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia). Rio Grande: FURG.
- ROSSI, P. 2010. *O passado, a memória e o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP.

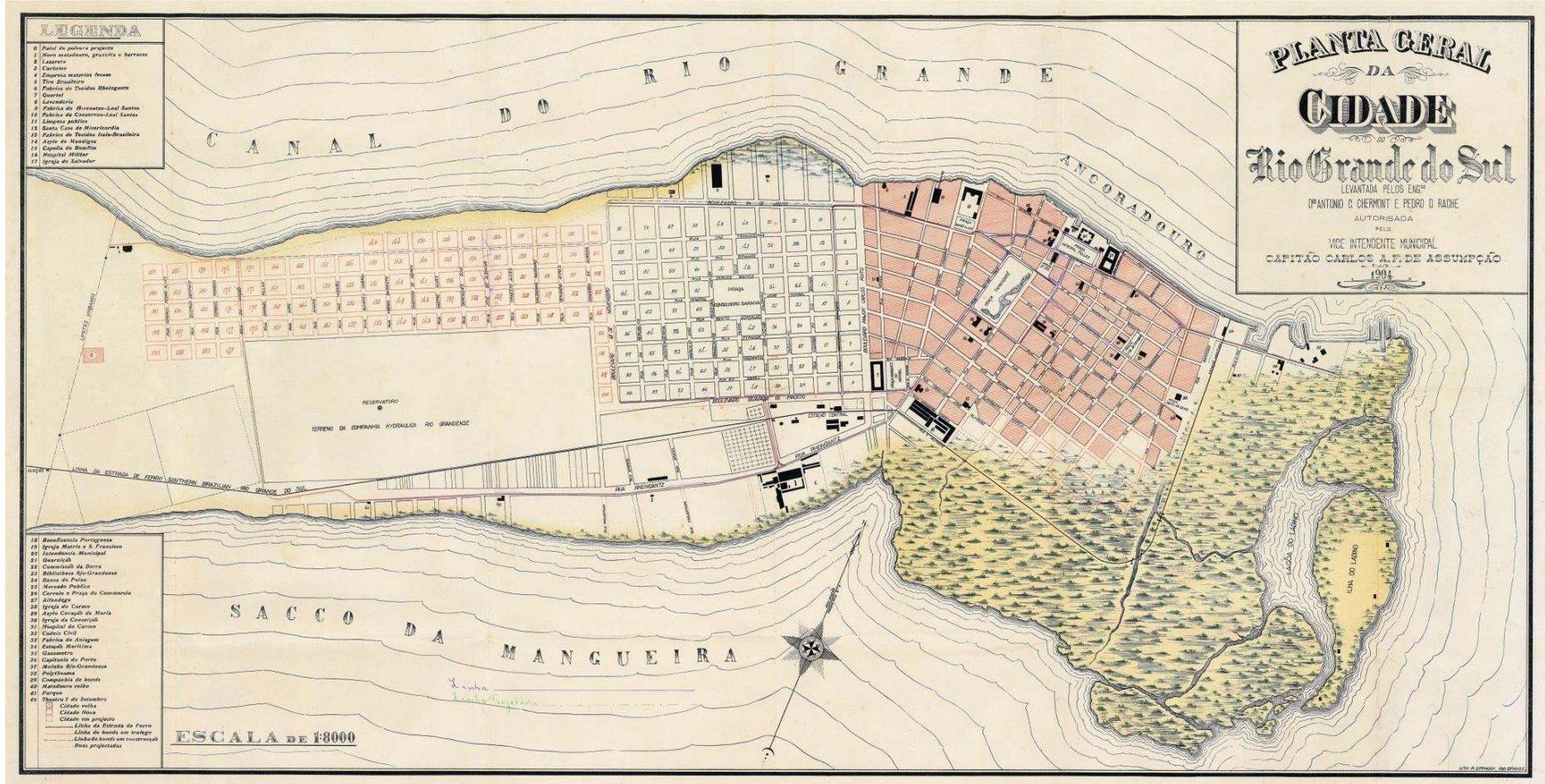
- RUSSELL, B. 2013. *História do pensamento ocidental*. Col. Saraiva de Bolso ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SAINT-HILAIRE, A. d. 1999. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SANTOS NETO, A. B. d. 2007. *A interpretação alegórica do mundo na filosofia de Walter Benjamin*. Maceió: EDUFAL.
- SANTOS, M. 2006. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: EDUSP.
- SEGUIN, T. 2010. The postmodern interstices within modernity: interpreting the historical controversy. *Comunicação e Sociedade*, volume 18, pp. 41-51.
- SILVA, R. P. 2013. *Quanto vale um patrimônio cultural? O caso da fábrica Rheingantz na cidade do Rio Grande-RS*. Rio Grande: Editora da FURG.
- THIESEN, B. V. 2005. *Fábrica, identidade e paisagem urbana: arqueologia da Bopp Irmãos, Porto Alegre*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: PUCRS.
- _____. 2009. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade - Rio Grande (RS). *MÉTIS: história e cultura*, 8 (jul./dez.), pp. 143-155.
- THOMAS, J. 2004. *Archaeology and modernity*. London: Routledge.
- TORRES, L. H. 2008. *Rio Grande: imagens de espaços públicos que contam história*. Rio Grande: SMEC.
- _____. 2009. Rio Grande, 1918: a mortalidade supera a natalidade. *Biblos, Rio Grande*, 23 (1), pp. 79-90.
- _____. 2015. *História do município do Rio Grande: fundamentos*. Rio Grande: Pluscom.
- TORRES, R. d. O. 2010. *"...e a modernidade veio a bordo": Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio. Pelotas: UFPEL.

- _____. 2015. *The Archaeology of shore stranded shipwrecks of southern Brazil*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Nautical Archaeology Program. College Station: Texas A&M University.
- TOURRAINE, A. 2009. *Crítica da Modernidade*. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- TRAMASOLI, F. B. 2012. *Do que diabos estamos falando? Considerações sobre o termo “Arqueologia Industrial” na literatura acadêmica brasileira (2003-2011)*. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia). Rio Grande: FURG.
- TRENTMANN, F. 2009. Materiality in the future of history: things, practices, and politics. *Journal of british studies*, volume 48, pp. 283-307.
- VASSÃO, J. A. 1987. *Histórico da abertura da Barra do Rio Grande*. s.l.:s.n.
- VELHO, G. 1981. Observando o familiar. Em: G. VELHO, ed. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 122-132.
- WOLFF, F. 2012. *Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências*. São Paulo: Editora UNESP.
- WOOD, E. 2002. *The origin of capitalism: a longer view*. London: Verso.
- WOOLF, V. 2013. *Ao farol - To the lighthouse*. Edição bilíngüe português/inglês. São Paulo: Landmark.
- XERRI, E. G. 1996. Uma incursão as fontes sobre o movimento operário de Rio Grande no início do século XX. *Estudos ibero-americanos*, pp. 91-110.
- ZARANKIN, A. 2002. *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura escolar capitalista*. Campinas: Editora UNICAMP.

ANEXOS

ANEXO 1 – Planta Geral da Cidade do Rio Grande do Sul; Antonio de Chermont, 1904.

Em: Preservação do acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul / Coordenado por: VIEIRA, F; NEVES, G; HASENACK, H. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009.133 p.; 1 dvd. ISBN 978-85-62943-01-0



ANEXO 2 – Autorização fornecida pela SMCSU para intervenções nas calçadas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICIPIO DE CONTROLE E SERVIÇOS URBANOS**

Ofício n.º 511/2015

Rio Grande, 13 de agosto de 2015.

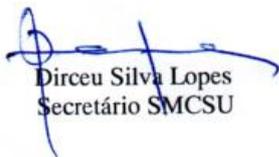
Ilmo. Senhor
Felipe Benites Tramasoli
Rua Cristovão Jaques, 232
Lar Gaúcho
Nesta

Prezado Senhor.

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade que em atenção a vossa solicitação, vimos por meio deste autorizar a realização das atividades artística constantes no pedido protocolado sob nº 25950/15.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, com estima e consideração.

Atenciosamente,



Dirceu Silva Lopes
Secretário SMCSU

Av. Buarque de Macedo, 499 – Cidade Nova
CEP 96211-110 – Rio Grande / RS - Fone/fax (53) 3232-3437

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Registro da unidade A101



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A101 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

Rua General Osório, 530

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Médio



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Aparentemente, fachada de uma antiga unidade industrial. Percebe-se diversas janelas e basculantes com vidros quebrados, além de um portão de madeira à esquerda e um portão metálico à direita. É possível constatar que não há cobertura alguma.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 2 – Registro da unidade A102



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A102 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---|
| ENDEREÇO | Rua General Osório esq. Rua Conselheiro Pinto Lima, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com cinco antigos vãos fechados e com uma cortina de ferro na intersecção das ruas. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 3 – Registro da unidade A103



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A103 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|-------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Osório, 503 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

À esquerda, um antigo vão, que abrigava uma porta, está fechado com tijolos furados e tábuas de madeira. À direita, uma janela de madeira. A árvore que é visível no interior do terreno sugere que não há cobertura alguma.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 4 – Registro da unidade A104

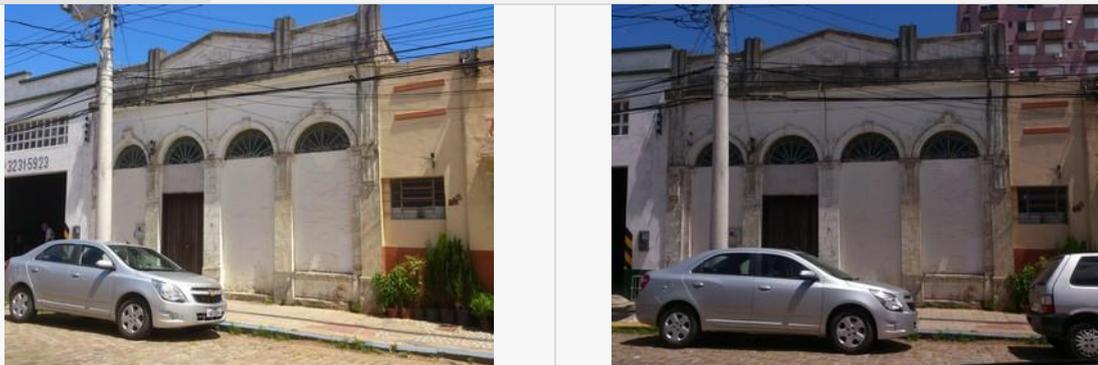


FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A104 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|--------------------|-------------------------|---|
| ENDEREÇO | Rua General Osório, s/n |  |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Médio | |

| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com quatro arcos indicando quatro vãos lado a lado. Abaixo do segundo arco, à partir da esquerda, há uma porta de madeira e, abaixo dos outros três, os antigos vãos foram fechados com tijolos. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |  |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 5 – Registro da unidade A105



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A105

REGISTRO EM 23/12/2014

ENDEREÇO

Rua Marechal Floriano Peixoto, 515

USO ATUAL

Garagem coletiva

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com poucos traços distinguíveis. À esquerda, um antigo vão onde estaria uma janela. A porção da fachada próxima ao portão de acesso à garagem parece mais recente. É possível notar que ele interrompe uma certa continuidade morfológica que é visível, novamente, na superfície da extremidade direita da fachada.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 6 – Registro da unidade A106



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A106

REGISTRO EM 23/12/2014

ENDEREÇO

Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Médio



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com indicio de três antigos vãos, lado a lado, agora, fechados. Os dois primeiros, à esquerda, foram parcialmente destruídos e fez-se um recuo no alinhamento da fachada, onde há um portão de ferro. À direita, o antigo vão é interrompido por uma caixa de luz com folhas de madeira.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 7 – Registro da unidade A107



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A107 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

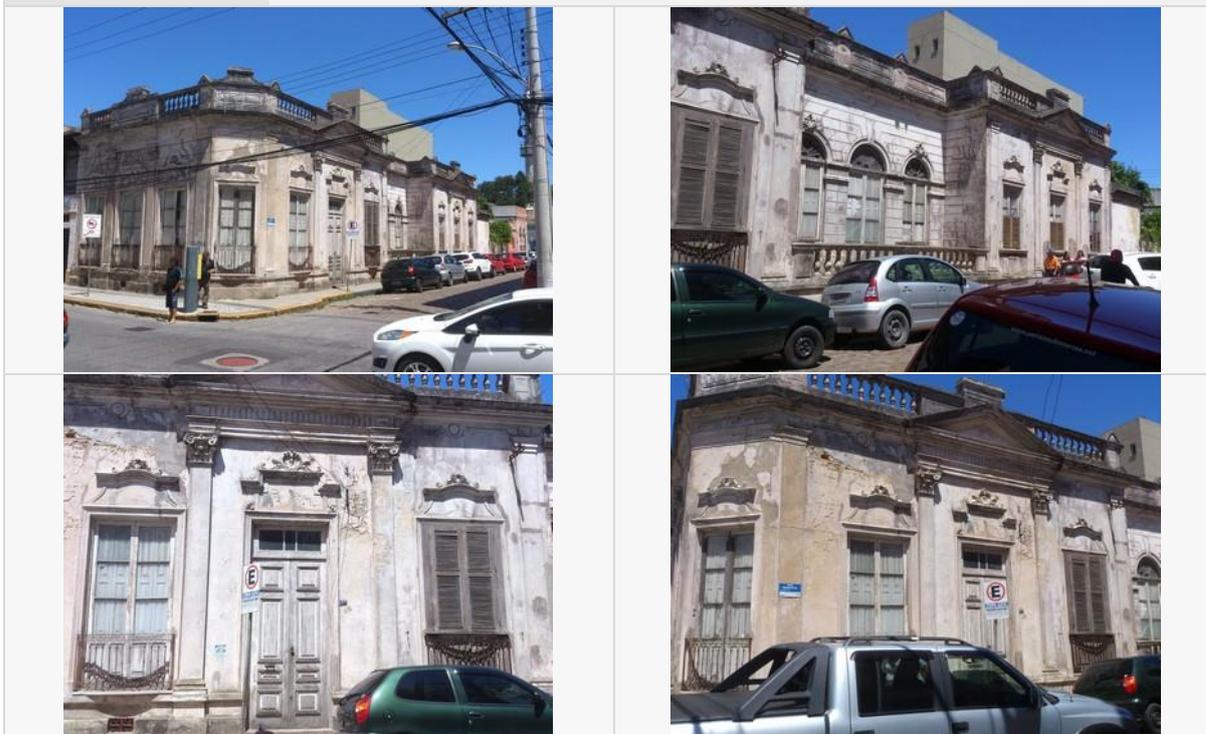
| | |
|-------------|---|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto esq. Rua Conselheiro Pinto Lima, 51 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com traços facilmente reconhecíveis, mas com a conservação comprometida. Algumas aberturas de madeira estão deteriorando, ainda, é possível diversos vidros quebrados e partes da fachada se desfazendo, sendo possível ver os tijolos. Não é possível identificar se há ou mesmo qual o estado do telhado.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



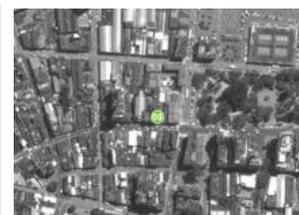
APÊNDICE 8 – Registro da unidade A108



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A108 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

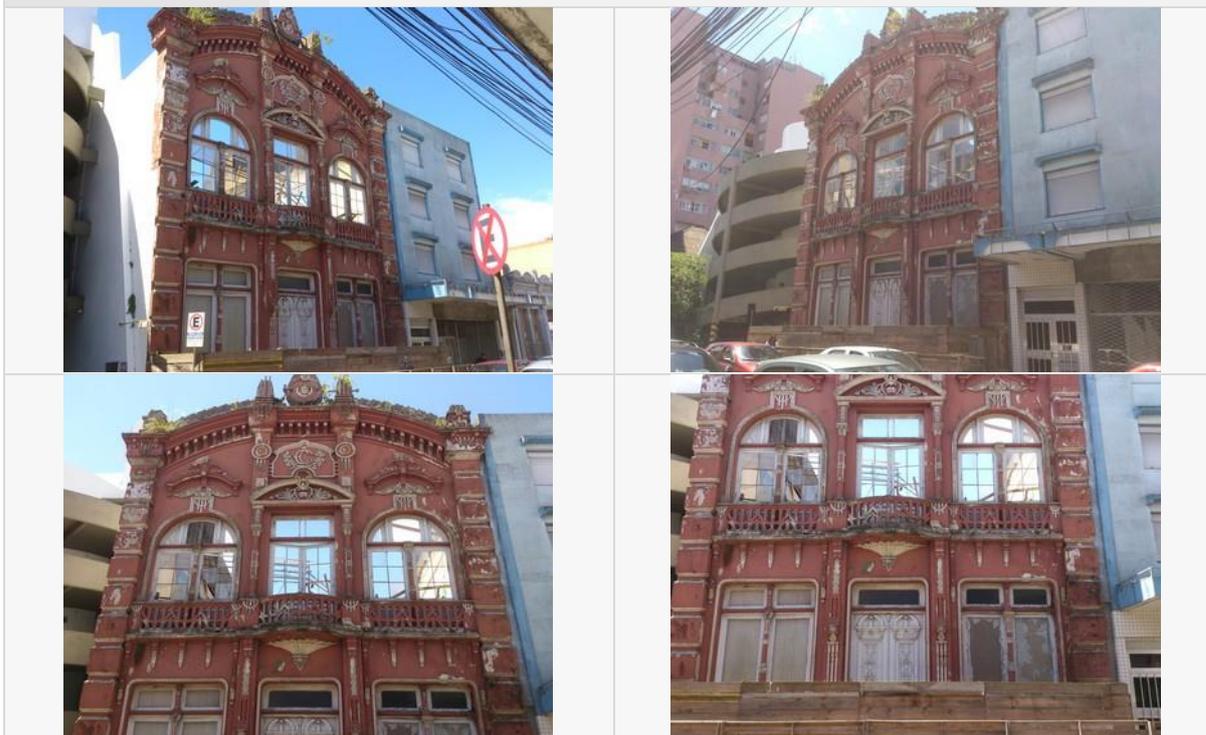
| | |
|-------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, 470 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A fachada apresenta diversos traços distinguíveis, no entanto, é de fácil constatação a ausência de telhado, bem como o péssimo estado em que se encontram as portas e as janelas do piso inferior e, principalmente, do piso superior.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 9 – Registro da unidade A109



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A109 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Bacelar, 521 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à esquerda e com uma janela de madeira à direita, ambas gradeadas. É possível constatar a vegetação crescendo sobre a fachada, próximo à marquise que fica acima da porta. |
|-------------------|---|



APÊNDICE 10 – Registro da unidade A110



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | |
|---------|------------------------|
| ID A110 | REGISTRO EM 23/12/2014 |
|---------|------------------------|

| | |
|-------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, 415 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com sua superfície se deteriorando. As portas-janelas dos dois pisos estão em péssimo estado e é possível ver a vegetação crescendo próximo ao gradil do segundo piso. Ainda, é possível notar a incidência de luz solar em alguns pontos do interior da edificação, sugerindo que o telhado está em péssimo estado. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|---|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |     |
|----------------------|---|

APÊNDICE 11 – Registro da unidade A111



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A111 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|------------------------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, 367 | |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Bom | |
| | | |

| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma cortina de ferro. Os vidros acima da cortina de ferro parecem estar comprometidos. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 12 – Registro da unidade A112



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A112 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

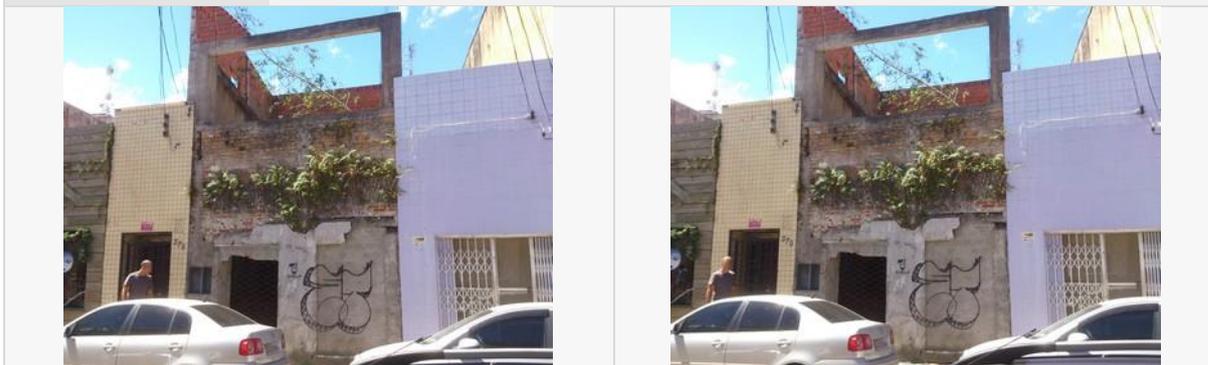
| | |
|--------------------|---------------------|
| ENDEREÇO | Rua Luís Loréa, 370 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com pouquíssimos traços distinguíveis. À esquerda, há uma cortina de ferro e, à direita, um antigo vão agora fechado. A edificação estende-se para cima em outro piso incompleto. É evidente a presença de vegetação na superfície da fachada.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 13 – Registro da unidade A113



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A113 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---------------------|
| ENDEREÇO | Rua Silva Paes, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com a superfície bem conservada, com janelas de madeira quebradas e alguns vãos livres. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 14 – Registro da unidade A114



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A114 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Conde de Porto Alegre, 392 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira, no centro, ladeada por dois portões. À esquerda, um de madeira e, à direita, um de metal. É possível ver uma árvore no interior do terreno e centralizada. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 15 – Registro da unidade A115



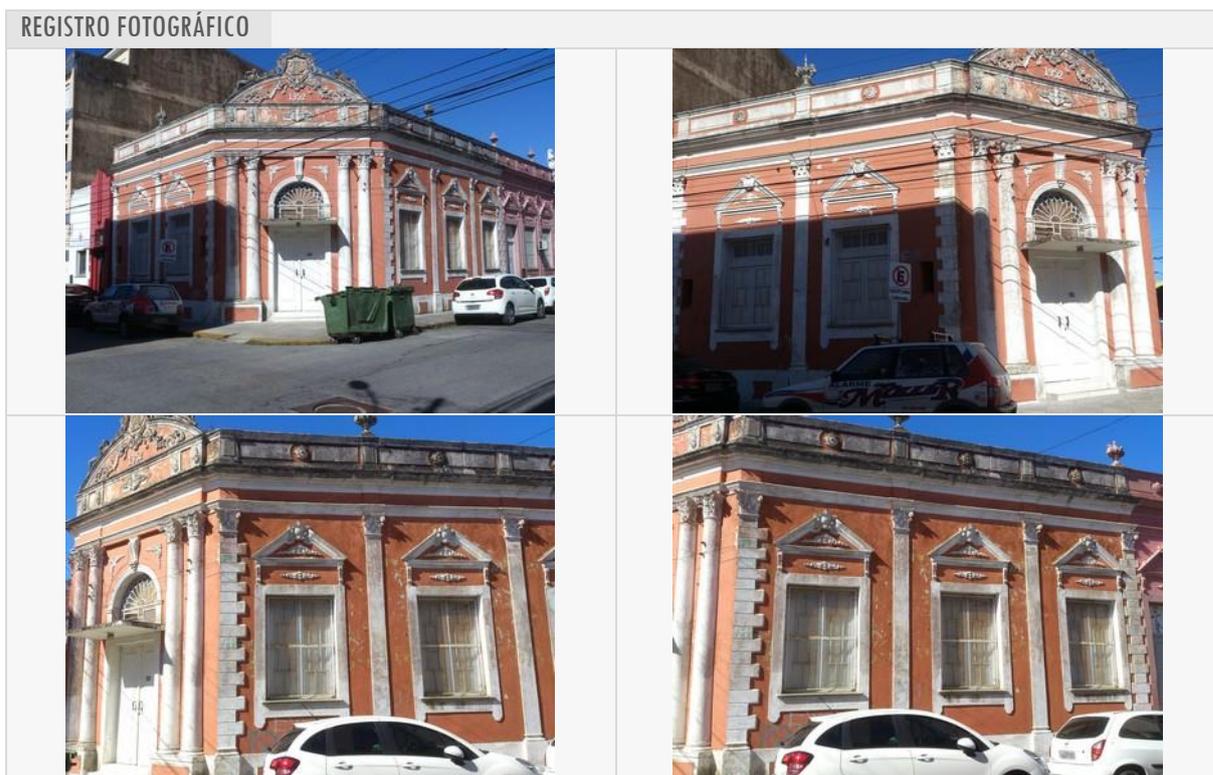
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A115 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Zalony esq. Rua Conde de Porto Alegre, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada bem conservada com portas e janelas de madeira. Há um arco preenchido com vidros acima da porta, que fica na intersecção, onde é possível constatar tábuas no interior da edificação. |
|-------------------|---|



APÊNDICE 16 – Registro da unidade A116



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A116

REGISTRO EM 23/12/2014

ENDEREÇO

Rua Andradas, 334

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada bem conservada com uma porta de madeira à esquerda, presa com tábuas na transversal, e com dois antigos vãos à direita, agora, fechados.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 17 – Registro da unidade A117



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A117 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

Rua Riachuelo, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com poucos traços distinguíveis. É possível notar indícios de três antigos vãos já fechados. À esquerda, uma espécie de porta de madeira onde estaria um dos vãos. Não há indícios de que exista um telhado.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 18 – Registro da unidade A118



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A118 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Riachuelo esq. Rua Fernando Duprat da Silva, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com traços relativamente conservados. No piso inferior, diversos vãos antigos fechados enquanto que, no piso superior, há diversos vãos que possibilitam constatar a ausência de telhado. Olhando a partir da Rua Fernando Duprat em direção ao mar, é possível constatar que algumas paredes internas permanecem em pé, bem como a intensa presença de vegetação no interior do terreno. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|---|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |     |
|----------------------|---|

APÊNDICE 19 – Registro da unidade A119



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A119 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|-----------------------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Fernando Duprat da Silva, s/n | |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Médio | |

| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos, aparentemente, sem telhado. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 20 – Registro da unidade A120



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A120 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

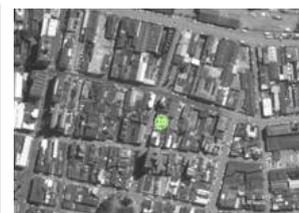
Rua Fernando Duprat da Silva, 65

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com traços bem conservados, mas sem telhado. No piso inferior, ainda é possível ver as portas e as janelas de madeira, mas, no piso superior, somente os vãos.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 21 – Registro da unidade A121



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A121 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

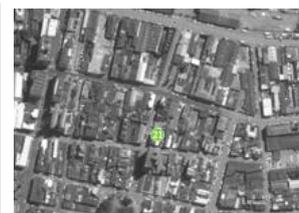
Rua Fernando Duprat da Silva, 71

USO ATUAL

Garagem coletiva

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com poucos traços distinguíveis. Aparentemente, percebe-se quatro antigos vãos, agora, fechados com tijolos furados. No centro direito da fachada há um portão de madeira que possibilita a entrada na garagem.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



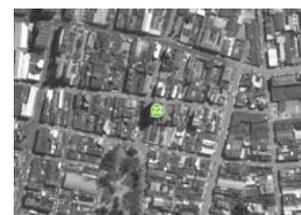
APÊNDICE 22 – Registro da unidade A122



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A122 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---|
| ENDEREÇO | Rua Fernando Duprat da Silva, 153 eq. Rua General Bacelar |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada bem conservada, mas boa porção da parte superior da parede, à Rua General Bacelar, cedeu. Notam-se diversos antigos vãos fechados. Olhando a partir da Rua General Bacelar, vê-se o interior do terreno coberto de vegetação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



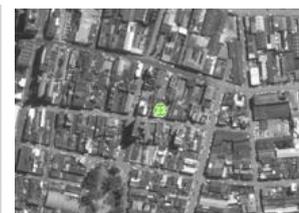
APÊNDICE 23 – Registro da unidade A123



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A123 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Bacelar, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com uma janela de madeira à esquerda e com um antigo vão fechado à direita. Nota-se, acima e no interior, uma árvore. A observação do limite entre a fachada em questão e a sua vizinha à esquerda sugere não haver qualquer tipo de cobertura.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 24 – Registro da unidade A124



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A124 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

Rua General Bacelar, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada mal conservada, mas com traços distinguíveis. À esquerda, uma porta de madeira e, à sua direita, dois vãos fechados. É possível ver a platibanda balaustrada.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 25 – Registro da unidade A125



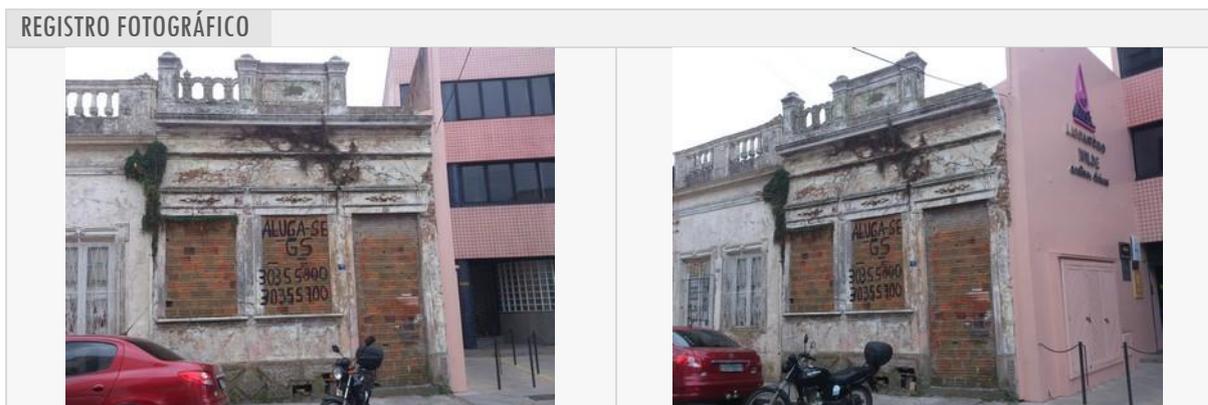
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A125 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Bacelar, 112 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada mal conservada com traços distinguíveis. Vê-se três antigos vãos fechados com tijolos furados e, na platibanda, não existe a porção acima de onde seria a porta. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 26 – Registro da unidade A126



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A126 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, 125 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada bem conservada, com quatro janelas ao longo e uma porta de madeira centralizada. É possível ver, acima da porta, o interior do terreno e constatar que não há cobertura. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

APÊNDICE 27 – Registro da unidade A127



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A127 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, 111 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada mal conservada, com dois antigos vãos fechados com tijolos furados.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 28 – Registro da unidade A128



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A128 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada muito mal conservada. É possível supor três antigos vãos, agora, fechados.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 29 – Registro da unidade A129



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A129 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto esq. Rua Francisco Marques, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada mal conservada, com vários antigos vãos fechados com tijolos furados e tábuas de madeira. |
|-------------------|---|



APÊNDICE 30 – Registro da unidade A130



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A130 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---|
| ENDEREÇO | Rua General Bacelar esq. Rua Coronel Sampaio, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com antigos vãos fechados na parte inferior e, na parte superior, os vãos permanecem. Ainda há cobertura na edificação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 31 – Registro da unidade A131



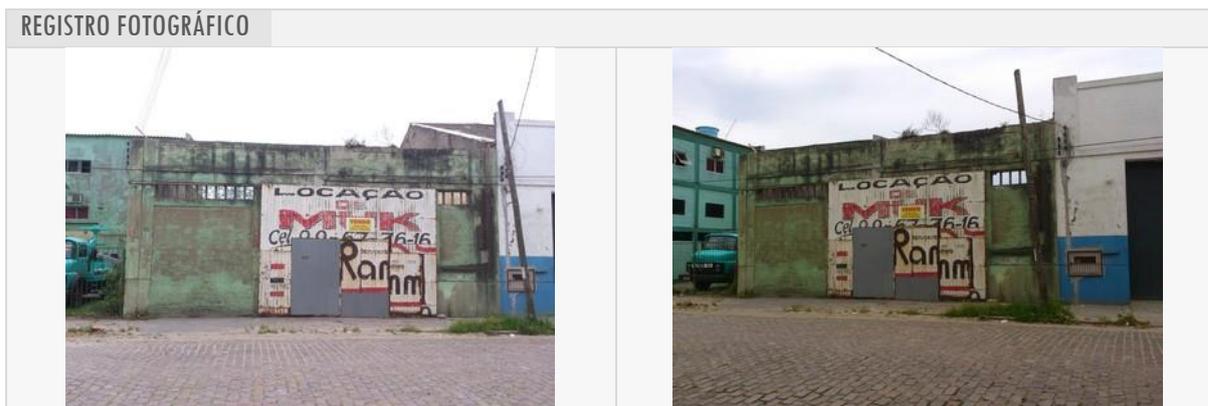
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A131 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|-----------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, 18 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada mal conservada com poucos traços distinguíveis. Nas extremidades, dois antigos vãos. No centro, um enorme portão metálico. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 32 – Registro da unidade A132



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A132 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Almirante Barroso, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada mal conservada, com poucos traços. Centralizados, dois antigos vãos sobrepostos. À direita, um antigo vão. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 33 – Registro da unidade A133



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A133 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

Rua Almirante Barroso, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada mal conservada, com poucos traços distinguíveis. À direita, um antigo vão fechado.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 34 – Registro da unidade A134



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A134

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua Almirante Barroso, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada mal conservada, com poucos traços distinguíveis. Vê-se três antigos vãos fechados e, acima, algo como uma platibanda balaustrada. Duas colunas irrompem na vertical, sugerindo que haveria um segundo piso, mas não é possível constatar algum.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 35 – Registro da unidade A135



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A135 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Almirante Barroso, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada parcialmente cedida. Escoras de madeira a mantém em pé. À direita, três antigos vãos fechados. É possível notar que há telhado. Aparentemente, está sendo recuperada. |
|-------------------|---|

| | | | |
|----------------------|--|--|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | | | |
|----------------------|--|--|--|

APÊNDICE 36 – Registro da unidade A136



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A136 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|----------------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua República do Líbano, 9 | |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Médio | |
| | | |

| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos à esquerda e com uma porta de madeira à direita. Não há cobertura e vê-se uma árvore no interior do terreno. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 37 – Registro da unidade A137



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A137 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|---|--|
| ENDEREÇO | Rua República do Líbano esq. Rua Coronel Sampaio, 152 | |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Bom | |

| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada muito mal conservada. A superfície apresenta diversas rachaduras e vegetação surge das falhas. Notam-se nove antigos vãos fechados. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 38 – Registro da unidade A138



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A138 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua República do Líbano, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com pouquíssimos traços reconhecíveis. Nota-se uma antiga abertura, agora, fechada. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 39 – Registro da unidade A139

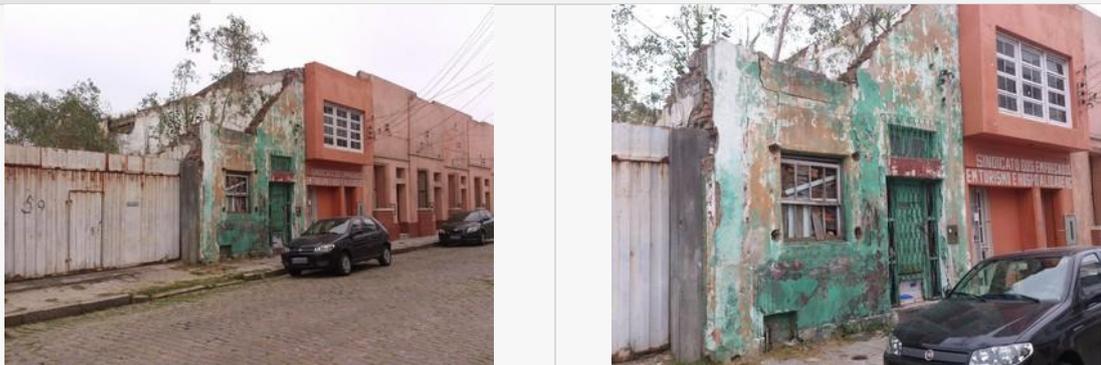


FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A139 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|--------------------|------------------------------|---|
| ENDEREÇO | Rua República do Líbano, s/n |  |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Médio | |

| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada em péssimo estado, parcialmente cedida. À esquerda, uma janela de madeira com diversos escombros por detrás e, à direita, uma porta de madeira. O interior do terreno está repleto de vegetação e escombros. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |  |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 40 – Registro da unidade A140



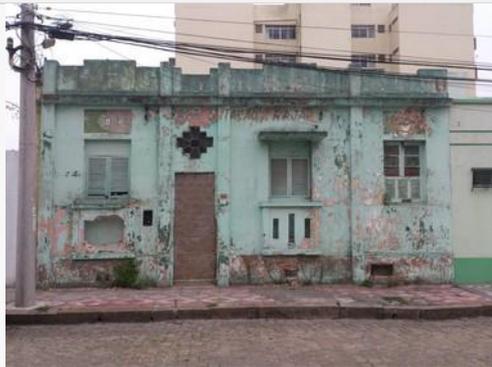
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A140 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Francisco Marques, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada bem conservada, com três janelas de madeira e um antigo vão fechado. Não é possível constatar a ausência de cobertura. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
|----------------------|--|

APÊNDICE 41 – Registro da unidade A141



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A141 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Francisco Marques, 193 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada conservada, com uma janela de vidro tapada com tábuas à esquerda e um portão de madeira à direita. É possível notar a incidência de luz solar no interior do terreno. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 42 – Registro da unidade A142



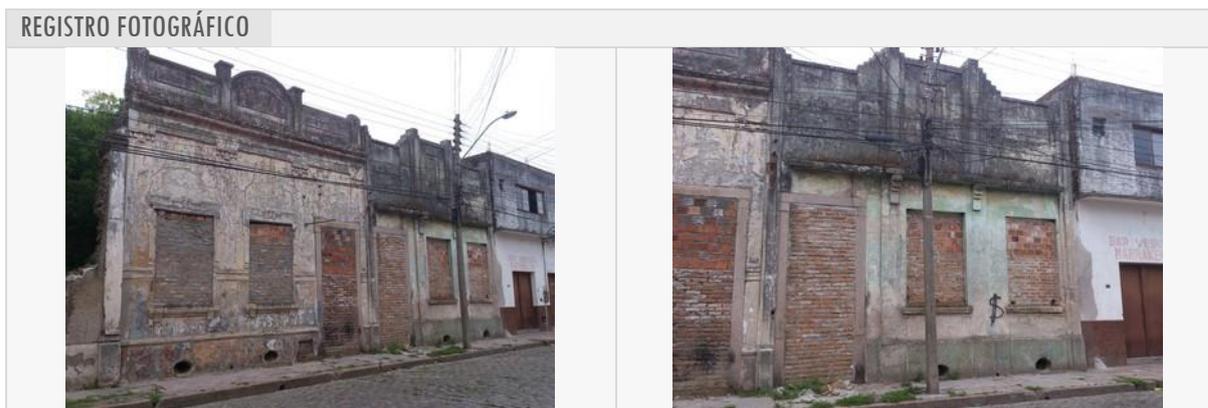
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A142 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Coronel Sampaio, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com três antigos vãos, sendo os dois à esquerda preenchidos com tijolos furados e/ou maciços. |
|-------------------|---|



APÊNDICE 43 – Registro da unidade A143



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A143

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua Coronel Sampaio, 188

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com três antigos vãos, sendo os dois à esquerda preenchidos com tijolos furados e/ou maciços.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 44 – Registro da unidade A144



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A144 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Coronel Sampaio, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada parcialmente descaracterizada com três antigos vãos fechados. No vão fechado à direita, uma pequena porta de madeira improvisada. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 45 – Registro da unidade A145



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A145 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Coronel Sampaio, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com um antigo vão à esquerda, onde, agora, há uma janela e, à direita, uma porta de madeira. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 46 – Registro da unidade A146



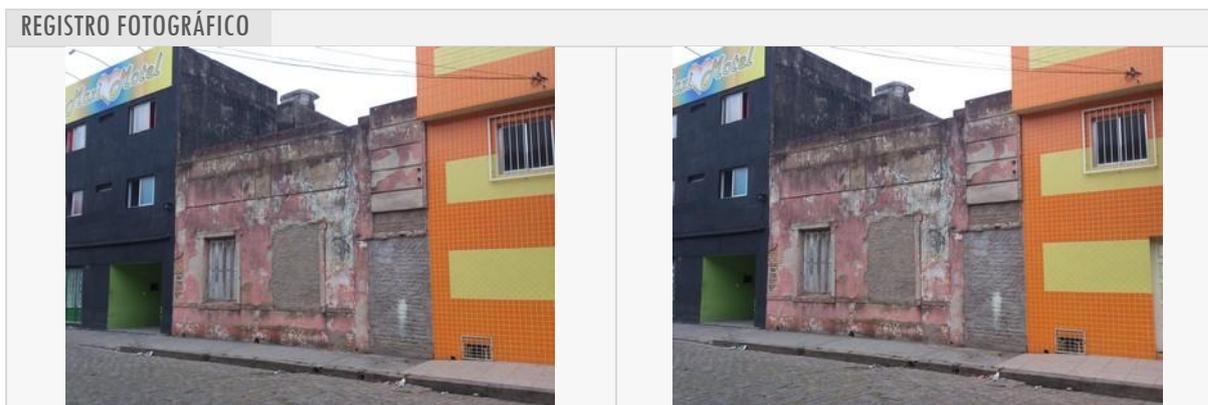
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A146 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------------|--|
| ENDEREÇO | |
| Rua Coronel Sampaio, s/n | |
| USO ATUAL | |
| Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | |
| Bom | |



| | |
|---|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | |
| Fachada com dois antigos vãos à direita e, à esquerda, uma janela de madeira. | |



APÊNDICE 47 – Registro da unidade A147



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A147

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua Coronel Sampaio, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com pouquíssimos traços distinguíveis. Nota-se, no centro, a indicação de um antigo vão. O interior está repleto de vegetação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 48 – Registro da unidade A148



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A148 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Coronel Sampaio, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com pouquíssimos traços distinguíveis. À esquerda, nota-se uma breve porção vertical, onde vê-se uma coluna dórica. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

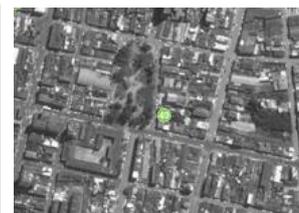
APÊNDICE 49 – Registro da unidade A149



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A149 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | |
| | Praça 7 de Setembro, 191 |
| USO ATUAL | |
| | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | |
| | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | |
| | Fachada bem conservada, com dois antigos vãos à esquerda seguidos por três janelas de madeira. Aparentemente, não há cobertura e é possível ver densa vegetação no interior do terreno. |

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| |   |

APÊNDICE 50 – Registro da unidade A150



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A150 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

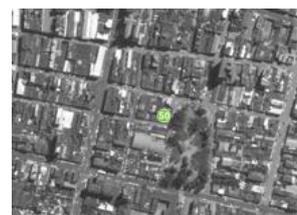
Praça 7 de Setembro, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com pouquíssimos traços distinguíveis, apenas algumas colunas que subdividem a superfície.

REGISTRO FOTOGRÁFICO





APÊNDICE 51 – Registro da unidade A151



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A151 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Praça 7 de Setembro, 192 |
| USO ATUAL | Garagem |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com traços distinguíveis. À esquerda, um antigo vão. À direita, um portão metálico. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
|----------------------|--|

APÊNDICE 52 – Registro da unidade A152



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A152 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Napoleão Laureano, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada mal conservada, com boa parte dos tijolos expostos. No interior, é possível notar uma espécie de galpão, que parece ser posterior à fachada, cuja morfologia sugere uma moradia. Além disso, há uma distinção clara entre os tijolos mais à frente, maciços, e os que estão mais atrás, furados.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 53 – Registro da unidade A153



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A153 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Napoleão Laureano, 227 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à esquerda e duas janelas de madeira à direita. É possível ver o interior do terreno e constatar a incidência de luz solar, bem como de vegetação. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

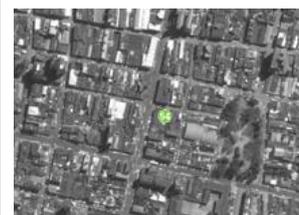
APÊNDICE 54 – Registro da unidade A154



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A154 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|---------------------|--|
| ENDEREÇO | |
| Rua Luís Loréa, s/n | |
| USO ATUAL | |
| Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | |
| Bom | |



| | |
|--|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | |
| Fachada com uma porta metálica à esquerda e uma janela de madeira à direita. Não é possível determinar a presença/ausência de cobertura. | |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |

APÊNDICE 55 – Registro da unidade A155



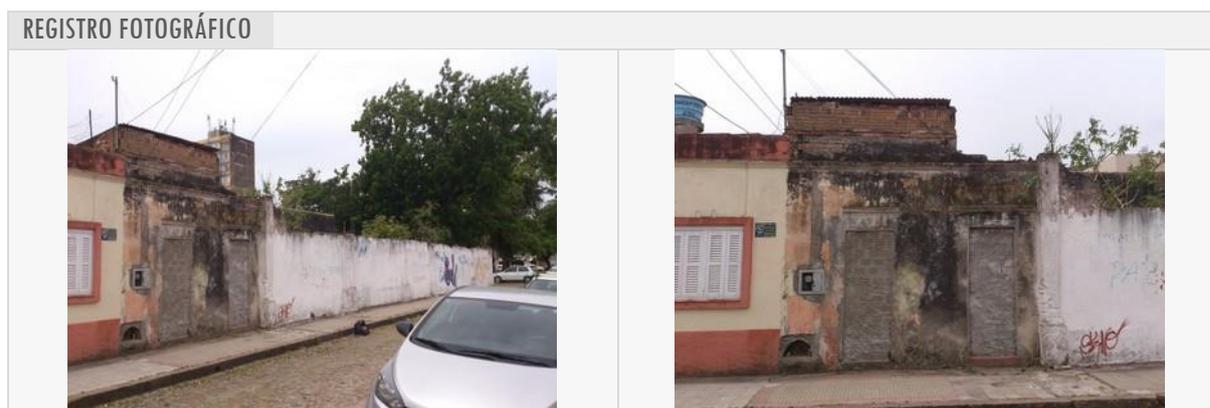
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A155 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|---------------------|--|
| ENDEREÇO | |
| Rua Luís Loréa, s/n | |
| USO ATUAL | |
| Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | |
| Médio | |



| | |
|---|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | |
| Fachada muito mal conservada, com dois antigos vãos fechados. | |



APÊNDICE 56 – Registro da unidade A156



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A156 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---|
| ENDEREÇO | Rua República do Líbano esq. Rua Dr. Napoleão Laureano, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira gradeada à Rua República do Líbano e com duas janelas de madeira, à esquerda, seguidas por um vão parcialmente fechado à Rua Dr. Napoleão Laureano. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 57 – Registro da unidade A157



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A157 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

ENDEREÇO

Rua Dr. Napoleão Laureano, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Fachada conservada



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Ruim

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 58 – Registro da unidade A158



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A158

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

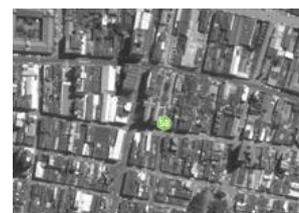
Rua General Bacelar, 218

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com uma porta de madeira à esquerda e com duas portas-janelas à direita. Aparentemente, a porta de madeira está sobre um antigo vão fechado. É possível constatar a presença de cobertura, embora ela pareça estar comprometida.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



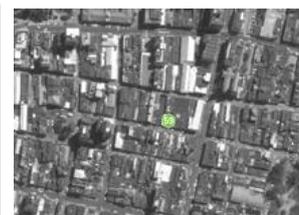
APÊNDICE 59 – Registro da unidade A159



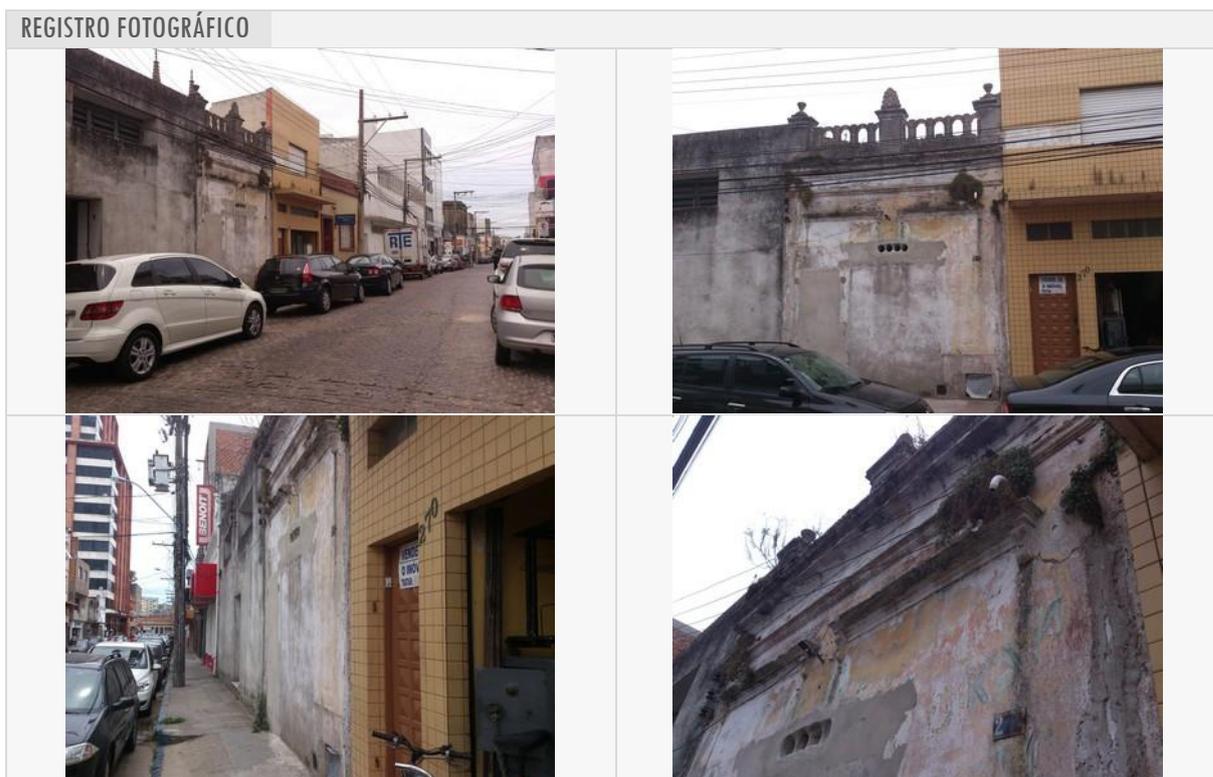
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A159 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua República do Líbano, 272 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos sobrepostos por outros dois vãos fechados mais recentes. Nota-se a platibanda. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 60 – Registro da unidade A160



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A160

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

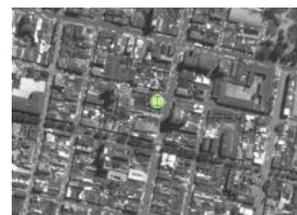
Rua Conde de Porto Alegre esq. Rua Benjamin Constant, 252

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com traços bem conservados. À Rua Benjamin Constant, vê-se quatro janelas de madeira, à esquerda, seguidas por uma porta de madeira e outras duas janelas comprometidas. À Rua Conde de Porto Alegre, contam-se outras cinco janelas de madeira. É possível notar a incidência de luz solar no interior do terreno.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 61 – Registro da unidade A161



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A161 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Conde de Porto Alegre, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com tijolos à vista em alguns pontos. Na parte inferior, vê-se um portão de madeira, à esquerda, seguido por duas portas de madeira. Na parte superior, três janelas de madeira, sendo que, na mais à esquerda, o vão está fechado com tijolos.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 62 – Registro da unidade A162



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A162 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|--------------------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Conde de Porto Alegre, s/n | |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Médio | |
| | | |

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com dois antigos vãos fechados. É possível ver, pela continuação à direita e acima, que a edificação possuía um segundo piso. Não há telhado e vê-se a copa de uma árvore saindo do terreno por cima da fachada.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 63 – Registro da unidade A163



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A163 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Napoleão Laureano, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com três antigos vãos, todos fechados, sem telhado e com vegetação no interior do terreno. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 64 – Registro da unidade A164



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A164

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua Benjamin Constant, 325

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com traços distinguíveis. À esquerda, uma janela de madeira comprometida e gradeada seguida por uma porta de madeira com uma tábuca pregada na transversal. É possível ver o interior da edificação pela janela.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 65 – Registro da unidade A165



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A165

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua Benjamin Constant, 345

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com uma janela de madeira recuada e uma porta na parede lateral seguida por outra janela de madeira na porção da fachada alinhada à calçada. É possível constatar que o telhado está comprometido, sem várias telhas.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 66 – Registro da unidade A166



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A166 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Benjamin Constant, 349 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada parcialmente destruída com uma porta de madeira à esquerda e uma janela de madeira à direita. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 67 – Registro da unidade A167



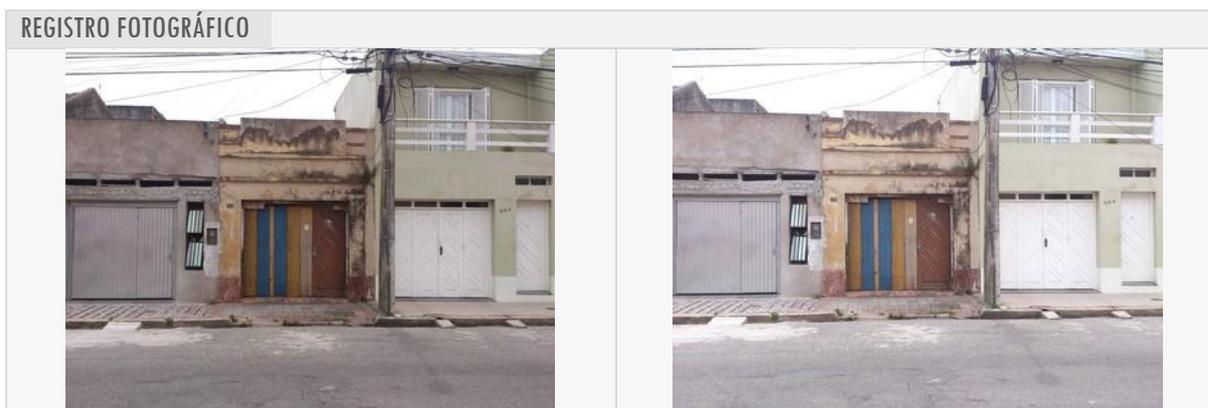
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A167 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Napoleão Laureano, 326 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com traços distinguíveis e um antigo vão centralizado preenchido com várias tábuas e uma porta de madeira. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 68 – Registro da unidade A168



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A168

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua General Câmara, 116

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com uma janela de madeira à esquerda e uma porta de madeira à direita. É possível ver a incidência de luz solar no interior do terreno, bem como constatar a presença de vegetação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 69 – Registro da unidade A169



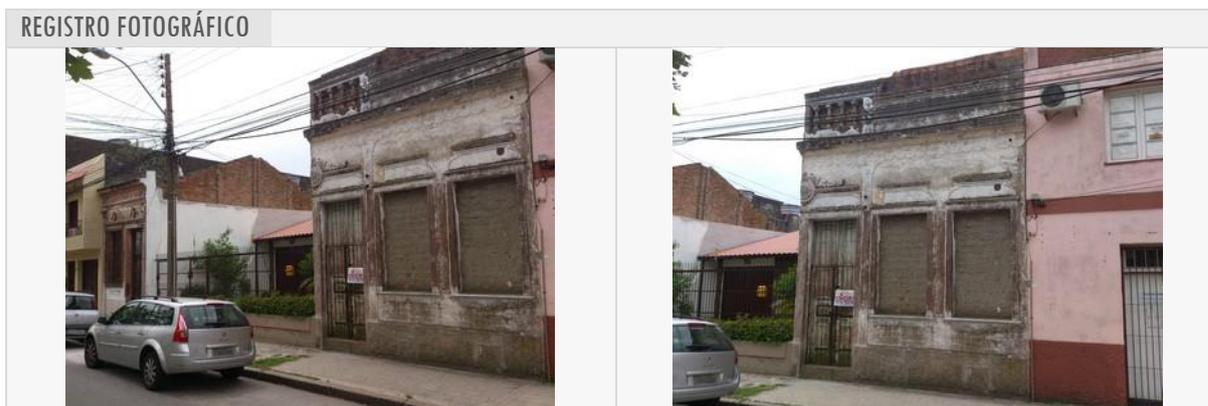
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A169 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|-------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Câmara, 110 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira gradeada à esquerda seguida por dois antigos vãos. |
|-------------------|---|



APÊNDICE 70 – Registro da unidade A170



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A170

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua General Câmara, 80

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com pouquíssimos traços distinguíveis. À esquerda, vê-se um portão de ferro. E, na extremidade direita, a sugestão de um antigo vão.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 71 – Registro da unidade A171



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A171 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---|
| ENDEREÇO | Rua Almirante Barroso esq. Rua Conde de Porto Alegre, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada de uma antiga instalação industrial. Os portões de madeira estão mal conservados e é possível constatar que não há cobertura, ao menos, parcialmente. |
|--------------------------|---|



APÊNDICE 72 – Registro da unidade A172



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A172 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Conde de Porto Alegre, 86 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos à esquerda e uma porta de madeira à direita. Nota-se vegetação no interior do terreno e a ausência de cobertura. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 73 – Registro da unidade A173



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A173 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Conde de Porto Alegre, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira onde sugere-se encontrar um antigo vão e, à direita, outro antigo vão. Não há cobertura na edificação e vê-se indicações de vegetação no interior. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 74 – Registro da unidade A174



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A174

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua Conde de Porto Alegre, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com um antigo vão à esquerda e um portão metálico à direita. Não há cobertura e nota-se uma árvore no interior do terreno.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 75 – Registro da unidade A175



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A175 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Conde de Porto Alegre, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à esquerda e com uma janela gradeada à direita. Pela porta, nota-se a incidência de luz solar no interior do terreno. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

APÊNDICE 76 – Registro da unidade A176



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A176

REGISTRO EM 26/12/2014

ENDEREÇO

Rua Conde de Porto Alegre, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com um antigo vão à direita e, na extremidade esquerda, na porção da parede que recua em direção ao terreno, outro antigo vão. Não há cobertura.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



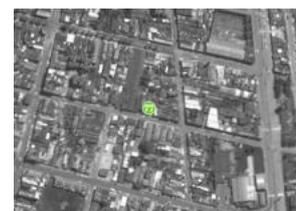
APÊNDICE 77 – Registro da unidade A177



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A177 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Vitorino, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada de um antigo galpão com um antigo vão fechado no centro. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 78 – Registro da unidade A201



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A201 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

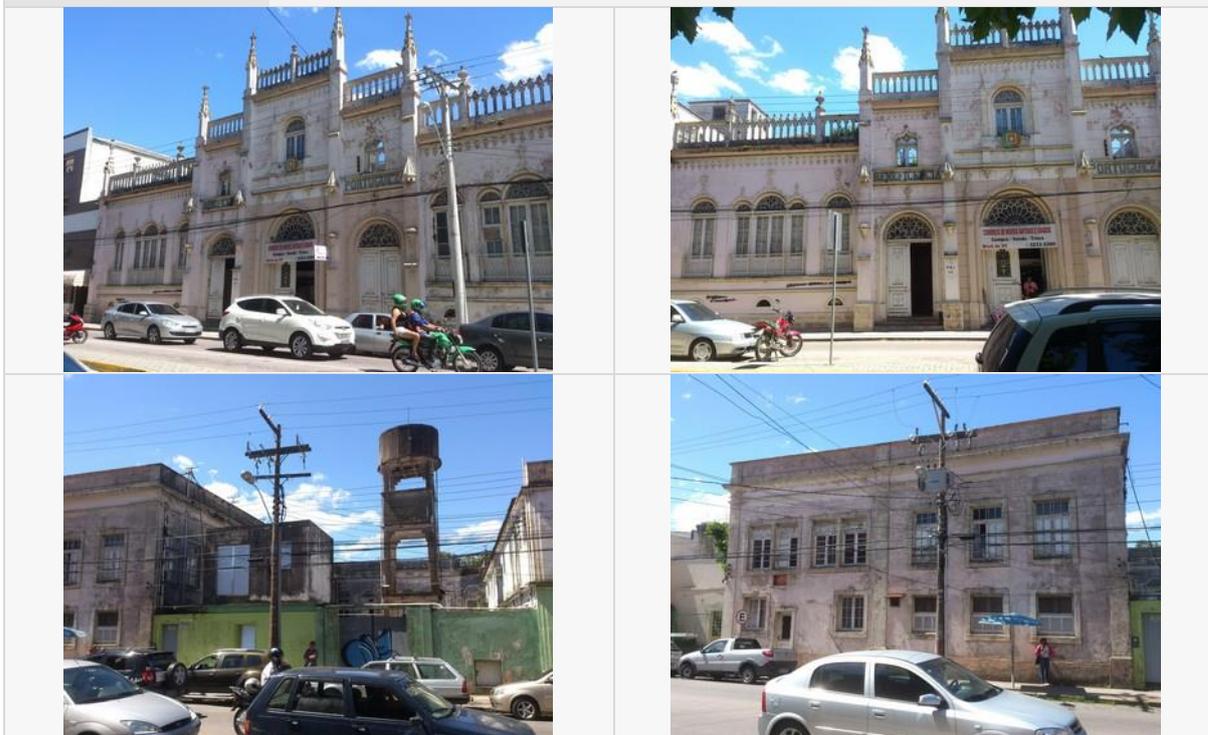
| | |
|-------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Vitorino, 481 |
| USO ATUAL | Ocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Edificação onde funcionava o hospital Beneficência Portuguesa. O piso térreo ainda é ocupado, embora seja visível a má conservação. Já o piso superior está em péssimo estado, sendo possível notar a ausência do teto em alguns pontos pela observação do céu azul por algumas janelas. A edificação atravessa o quarteirão, tendo seus fundos à Rua Dr. Nascimento, onde é possível constatar a péssima conservação da edificação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 79 – Registro da unidade A202



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A202 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Duque de Caxias, 368 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira ladeada por duas janelas de cada lado. Ao lado direito vê-se uma garagem, onde é possível notar a ausência de telhado. Alguns vitrais acima da porta de madeira encontram-se quebrados. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 80 – Registro da unidade A203



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A203 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andradas, 387 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com quatro vãos fechados. A partir da esquerda, um antigo portão, uma antiga porta, uma antiga janela e outra porta antiga. A parte superior parece ser mais recente, aparentemente, uma expansão não finalizada. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 81 – Registro da unidade A204



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A204 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Duque de Caxias esq. Rua Dr. Nascimento, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com todos os vãos preenchidos. À Rua Duque de Caixas, uma janela, à esquerda, seguida por duas portas. À Rua Dr. Nascimento, a partir da esquerda, uma porta, uma janela e uma cortina de ferro seguida por duas janelas. Na intersecção, uma cortina de ferro. Nota-se a ausência dos vidros em diversos pontos. A fachada está coberta de pichações. Aparentemente, conserva o telhado. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 82 – Registro da unidade A205



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A205 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Duque de Caxias esq. Rua Dr. Nascimento, 399 |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada parcialmente em pé. Tem seu limite vertical no ponto onde terminaria o vão das portas. Todos os vãos estão fechados com tijolos, sendo mais numerosos na face à Rua Duque de Caxias. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 83 – Registro da unidade A206



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A206 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Duque de Caxias, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Na fachada, é possível distinguir dois vãos. À esquerda, uma porta, à direita, um portão. Apenas a porção abaixo de uma estrutura semelhante a uma cornija está em pé. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 84 – Registro da unidade A207



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A207 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Duque de Caxias, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com pouquíssimos traços distinguíveis. Pelo contraste entre a base a parede de tijolos furados, nota-se que não se trata apenas de um “muro”. Ainda, é possível notar uma interferência que sugere um antigo vão pertinente a uma porta. Não há indícios de telhado ou qualquer outro tipo de cobertura. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 85 – Registro da unidade A208



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A208 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Barão de Cotegipe, 386 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira, à esquerda, e um portão de madeira à direita. Não há indícios de cobertura, sendo possível notar, ao longe, a presença de vegetação no interior do terreno. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 86 – Registro da unidade A209



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A209 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andradas, 414 |
| USO ATUAL | Gargem coletiva |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Na fachada, notam-se quatro molduras na parte superior que indicam ter havido quatro vãos. No entanto, agora, apenas um portão de ferro – claramente posterior – é visível. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 87 – Registro da unidade A210



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A210 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andradas, 412 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Poucos elementos são distinguíveis. À esquerda, há um antigo vão, agora, fechado com tijolos, onde havia uma porta. À direita, há uma interrupção na superfície da fachada e percebe-se um portão de ferro. Pelos vitrais acima do antigo vão à esquerda é possível ver a luz do sol, sugerido não haver telhado. |

| |
|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
|   |

APÊNDICE 88 – Registro da unidade A211



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A211 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andradas, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada muito descaracterizada. É possível ver três indicações de antigos vãos, sendo que, no mais à esquerda, há uma pequena porta de ferro. |
|--------------------------|---|



APÊNDICE 89 – Registro da unidade A212



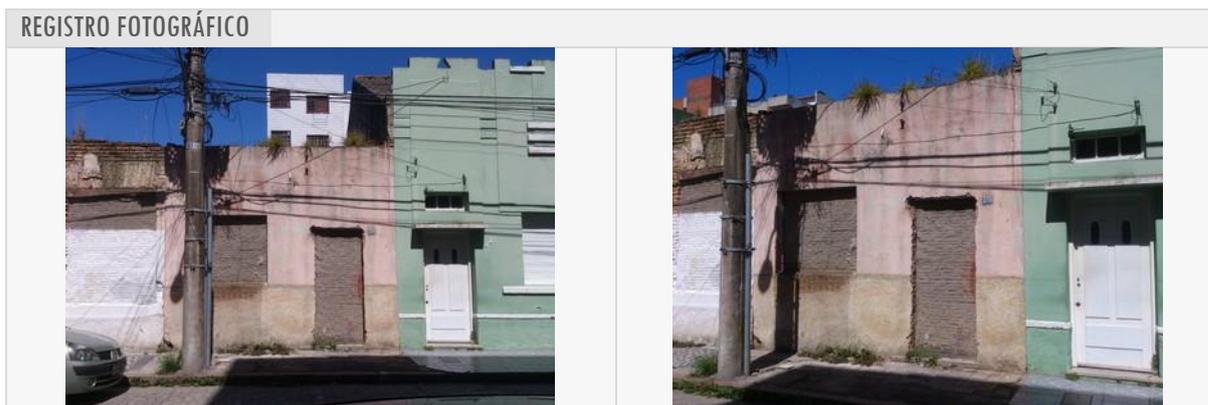
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A212 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andradas, 439 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Na fachada, percebe-se dois antigos vãos, agora, fechados. À esquerda, uma janela, à direita, uma porta. |
|--------------------------|--|



APÊNDICE 90 – Registro da unidade A213



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A213 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-----------------|
| ENDEREÇO | Rua Zalony, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com dois vãos. À esquerda, o vão está parcialmente fechado, com a presença de uma porta de madeira. À direita, o vão completamente preenchido com uma porta de metal. Os vidros presentes em ambas as portas estão parcialmente quebrados e não é possível determinar se há telhado. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

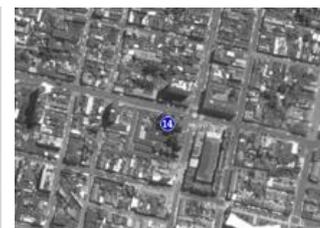
APÊNDICE 91 – Registro da unidade A214



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A214 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Nascimento, 267 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| A fachada apresenta, à esquerda, dois antigos vãos fechados com tijolos; uma porta e uma janela. À direita, uma cortina de ferro. Onde, supõe-se, que deveria estar a platibanda, há uma pequena parede com tijolos furados à vista. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 92 – Registro da unidade A215



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A215 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andradas, 463 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma janela de madeira à esquerda e uma porta de madeira à direita. Na janela de madeira, percebem-se tábuas pregadas pelo lado de fora. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 93 – Registro da unidade A216



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A216 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andradas, 467 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à esquerda e um portão de madeira à direita. Tábuas de madeira estão pregadas nas duas portas. É possível ver luz solar pelos vidros do portão, sugerindo não haver telhado. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|



APÊNDICE 94 – Registro da unidade A217



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A217 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-----------------|
| ENDEREÇO | Rua Zalony, 490 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira ladeada por uma janela de cada lado. As janelas possuem uma tábuas pregada na horizontal. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 95 – Registro da unidade A218



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A218 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Barão de Cotegipe esq. Rua Zalony, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com 11 antigos vãos, todos fechados com tijolos furados. A parte superior da fachada cedeu, sendo possível determinar que não há mais telhado. Toda superfície está descaracterizada. |
|--------------------------|---|

| | |
|---|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|  |  |
|  |  |

APÊNDICE 96 – Registro da unidade A219



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A219 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-----------------|
| ENDEREÇO | Rua Zalony, 473 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com três antigos vãos, todos fechados com tijolos furados. |
|--------------------------|--|



APÊNDICE 97 – Registro da unidade A220



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A220 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---|
| ENDEREÇO | Rua Zalony esq. Rua Vice-Almirante Abreu, 499 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com oito antigos vãos, todos fechados com tijolos furados. |
|--------------------------|--|



APÊNDICE 98 – Registro da unidade A221



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A221 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Vice-Almirante Abreu, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | À esquerda, nota-se dois antigos vãos fechados com tijolos furados. Imediatamente à direita, um vão cuja metade superior está fechada com tijolos e, por fim, uma janela. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 99 – Registro da unidade A222



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A222 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Vice-Almirante Abreu, 383 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Na fachada, vê-se um antigo muro, que foi fechado até cerca de três metros de altura. À direita, há uma porta metálica de duas folhas. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 100 – Registro da unidade A223



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A223 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-----------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Neto, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada parcialmente em pé. É possível ver somente a parte superior do que resta, pois, tapumes tapam a visão. Nota-se, ao menos, dois antigos vãos que estão fechados. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 101 – Registro da unidade A224



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A224 | REGISTRO EM | 23/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Apeles Porto Alegre, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Edificação parcialmente em pé. É possível ver as paredes internas e constatar a ausência do telhado. Na frente, placas de metal, algumas caídas, atrapalham a visão. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

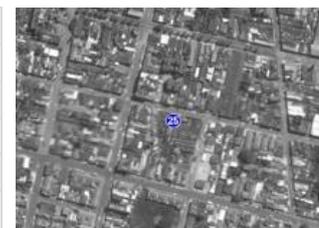
APÊNDICE 102 – Registro da unidade A225



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A225 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Vitorino, 896 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com três antigos vãos, todos fechados. À esquerda, uma porta e, à direita, duas janelas. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 103 – Registro da unidade A226



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A226 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Andrade Neves, 356 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à direita e duas janelas à esquerda tapadas com tábuas. Um vitral acima da porta está parcialmente quebrado e nota-se uma planta saindo do vão. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 104 – Registro da unidade A227



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A227 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Andrade Neves esq. Rua Dr. Nascimento, 399 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à Rua Andrade Neves. À Rua Dr. Nascimento, uma porta de madeira à esquerda, seguida de um antigo vão fechado. Na intersecção, outro antigo vão fechado. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

APÊNDICE 105 – Registro da unidade A228



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A228 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Nascimento, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| A visão está obstruída por uma parede de concreto. Somente uma pequena porção da fachada é visível onde, aparentemente, há uma porta de madeira. É possível notar a ausência de cobertura. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 106 – Registro da unidade A229



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A229 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|--------------------|--|--|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Nascimento esq. Rua Coronel Sampaio, 402 | |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Bom | |
| CONSERVAÇÃO | Bom | |

| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com três vãos antigos fechados. À Rua Dr. Nascimento, há uma cortina de ferro. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 107 – Registro da unidade A230



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A230 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Barão de Cotegipe, 129 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos à esquerda fechados. Ao lado, um vão preenchido com tábuas de madeira, onde, supõe-se, havia uma porta. À direita, uma janela. É possível ver o interior do terreno, onde constata-se vegetação e a ausência de cobertura. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 108 – Registro da unidade A231



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A231 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Andrade Neves esq. Rua Vice-Almirante Abreu, 499 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira ladeada por uma janela de madeira de cada lado à Rua Andrade Neves e com quatro janelas de madeira e um portão de madeira à Rua Vice-Almirante Abreu. Entre o portão de madeira e uma janela, há um grande vão na parede, permitindo acesso ao interior. |
|--------------------------|---|

| | |
|---|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|  |  |
|  |  |

APÊNDICE 109 – Registro da unidade A232



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A232 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Senador Salgado Filho, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com um portão de madeira em péssimo estado. Não há muitos traços distinguíveis. É possível ver o interior do terreno e constatar a predominância da vegetação. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 110 – Registro da unidade A233



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A233 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Napoleão Laureano esq. Rua Vice-Almirante Abreu, s/n |
| USO ATUAL | Garagem coletiva |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com vinte vãos antigos fechados. Próximo à extremidade direita da face à Rua Vice-Almirante Abreu há um portão de ferro. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

APÊNDICE 111 – Registro da unidade A234



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A234 | REGISTRO EM | 26/12/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Barão de Cotegipe, 221 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada dois portões de madeira, cada um próximo a uma extremidade. É possível notar a ausência de telhado, inclusive, com a presença de um poste no interior do terreno e traços de vegetação. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 112 – Registro da unidade A301



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A301

REGISTRO EM 14/07/2014

ENDEREÇO

Rua 24 de Maio, 32

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



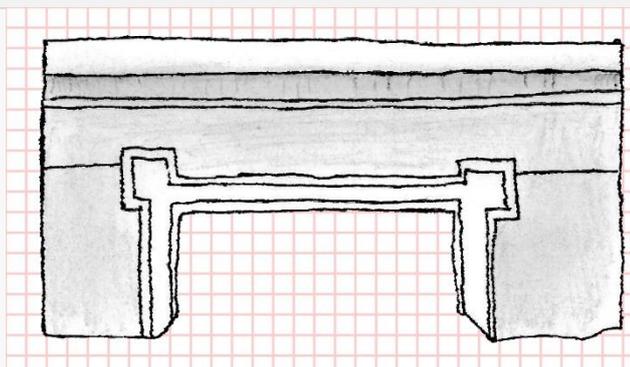
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada de unidade doméstica com poucos traços preservados. Apenas é possível identificar a parte superior de um antigo vão, provavelmente, onde havia uma porta. Acima, há o resquício de uma platibanda, mas que parece ser muito mais recente do que a parte já descrita.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 113 – Registro da unidade A302



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A302

REGISTRO EM 14/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Osório, 573

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Médio



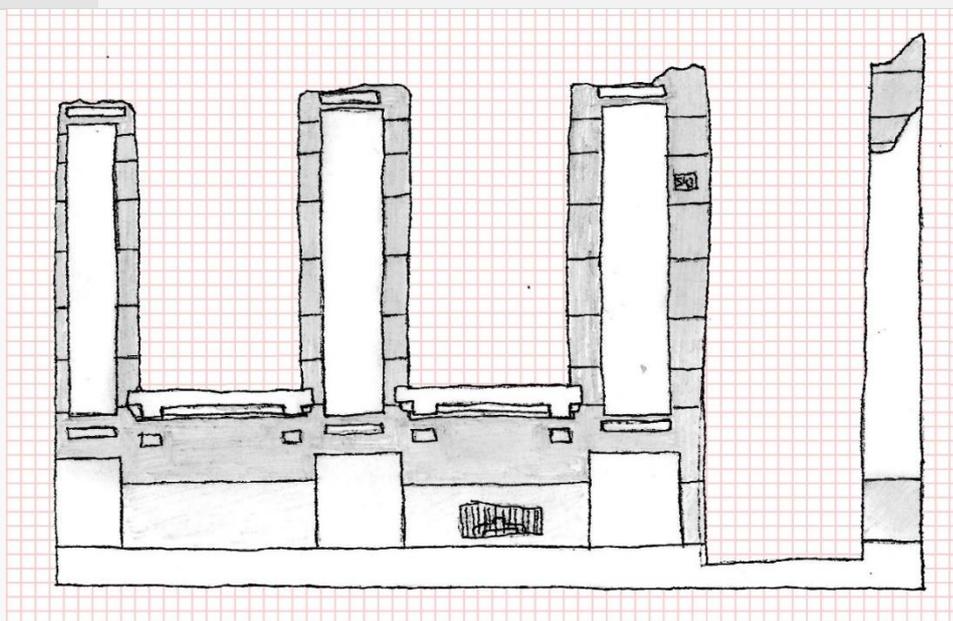
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com três vãos antigos, sendo dois, à esquerda, já fechados e um, à direita, preenchido com um portão de ferro. É possível ver pelo vão do portão de ferro o verde dominando o interior do terreno.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 114 – Registro da unidade A303



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A303

REGISTRO EM 14/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Osório, 564

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

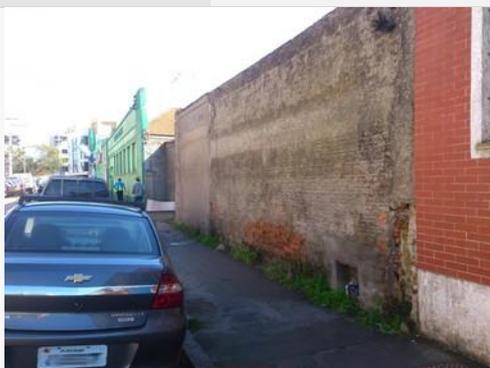
Ruim



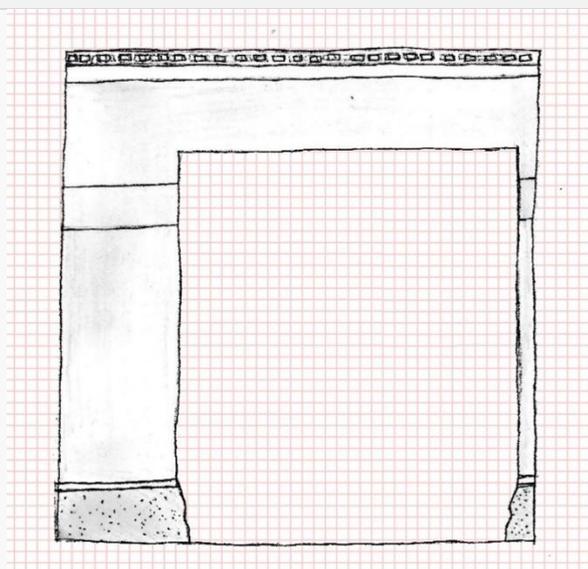
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada de, aproximadamente, seis metros de largura, muito descaracterizada. Há indício de um antigo vão no centro, que pode ser resultado da união de dois vãos antigos ou de um portão de garagem.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 115 – Registro da unidade A304



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A304 | REGISTRO EM | 14/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



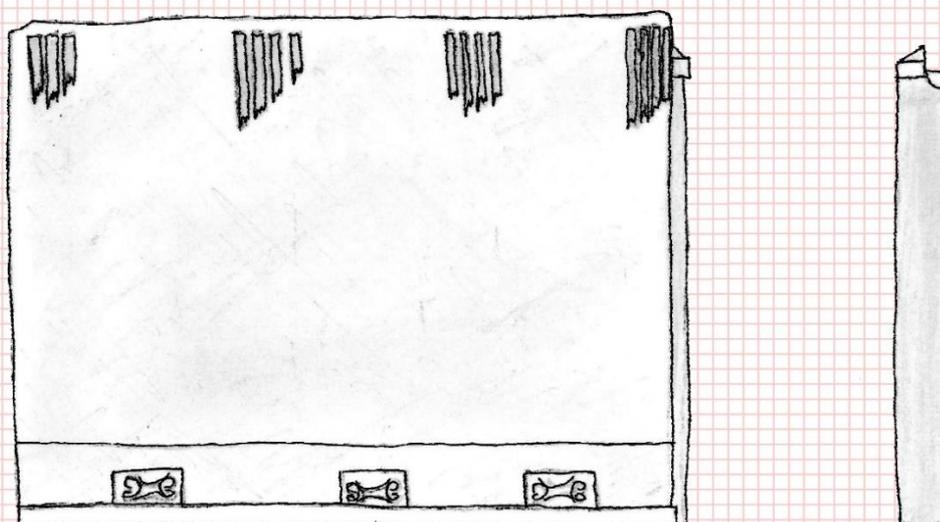
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada modificada, principalmente onde haviam vãos. É possível identificar três janelas e uma porta. As diferentes pinturas sobrepostas que a fachada recebeu estão descascando e formam uma espécie de mosaico de propagandas.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 116 – Registro da unidade A305



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A305 | REGISTRO EM | 14/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | A fachada acaba, na vertical, onde deveria começar a platibanda. É possível notar três vãos antigos. O correspondente à porta é identificável pela soleira. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

| | |
|-------------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|-------------------------|--|

APÊNDICE 117 – Registro da unidade A306



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A306 | REGISTRO EM | 14/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada pouco conservada. Parece ser menor se comparada às fachadas vizinhas. Aparentemente, havia dois vãos. Um identificável pela soleira e pelo adorno na parte superior, que ainda são perceptíveis, e outro pela presença de um vão de ventilação, que sugere estar abaixo de uma antiga janela. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

| | |
|------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|------------------|--|

APÊNDICE 118 – Registro da unidade A307



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A307 | REGISTRO EM | 14/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



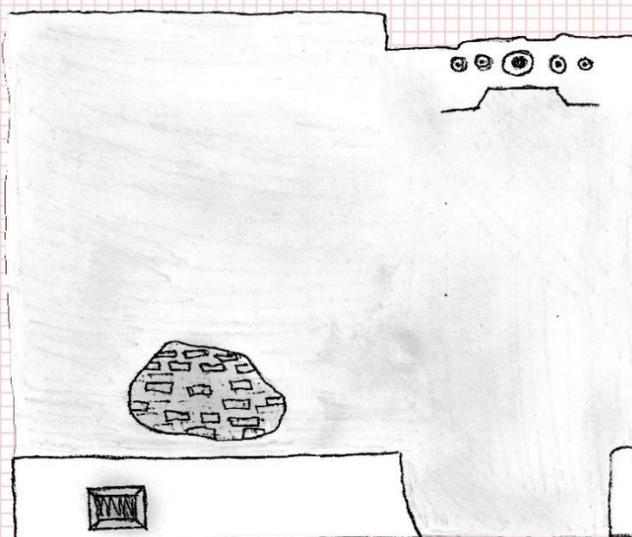
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O limite superior da fachada é a linha onde começaria a platibanda. Há evidência de uma antiga porta à direita, sugerida pelo adorno geométrico na parte superior. À esquerda, o vão de ventilação, na parte inferior, sugere que havia outro vão, mas preenchido com uma janela.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 119 – Registro da unidade A308



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A308 | REGISTRO EM | 14/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| A coluna coríntia tem parte de sua superfície com tijolos a mostra. A platibanda possui cerca de 40m de altura e não apresenta muitos traços. Este conjunto foi entendido como distinto da unidade A307 devido ao alinhamento da fachada com a calçada. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

| |
|-------------------------|
| REGISTRO GRÁFICO |
| |

APÊNDICE 120 – Registro da unidade A309



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | |
|---------|------------------------|
| ID A309 | REGISTRO EM 14/07/2014 |
|---------|------------------------|

| |
|--|
| ENDEREÇO |
| Rua Marechal Floriano Peixoto, 582 e 580 |
| USO ATUAL |
| Anexo da Garagem Central |
| CONSERVAÇÃO |
| Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com três vãos, sendo o central ainda preenchido com uma porta. Entre os vãos, colunas coríntias e, acima de cada um, um arco preenchido com vitrais. À esquerda, há uma interrupção na continuidade da fachada. Talvez houvesse outro vão correspondente à entrada de uma garagem.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 121 – Registro da unidade A310



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A310

REGISTRO EM 14/07/2014

ENDEREÇO

Rua Luís Loréa, s/n

USO ATUAL

Parede dos fundos do estacionamento da Marcos Oteiro Imóveis

CONSERVAÇÃO

Ruim



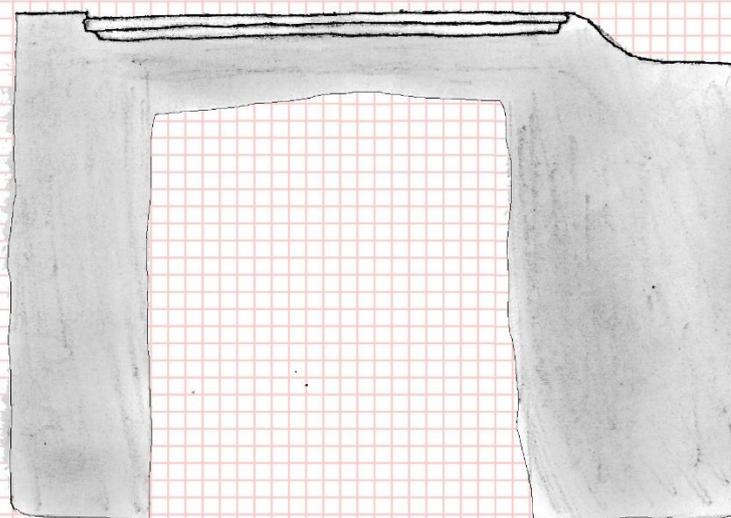
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada totalmente descaracterizada. Somente é possível perceber um antigo vão no centro, sem ser possível determinar se era um portão ou porta e janela.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 122 – Registro da unidade A311



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A311

REGISTRO EM 14/07/2014

ENDEREÇO

Rua Luís Loréa, 570

USO ATUAL

Parede dos fundos do estacionamento da Marcos Oteiro Imóveis

CONSERVAÇÃO

Ruim



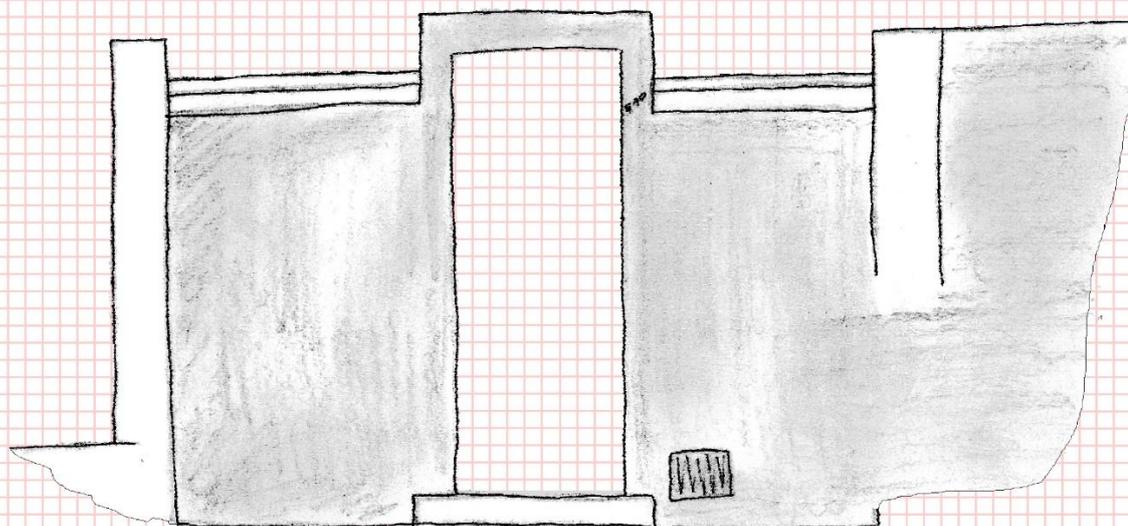
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada, visivelmente muito modificada e com um antigo vão no centro, correspondente a uma antiga porta.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 123 – Registro da unidade A312



UFRJ



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A312

REGISTRO EM 14/07/2014

ENDEREÇO

Rua Luís Lorea, 576

USO ATUAL

Parede dos fundos do estacionamento da Marcos Oteiro Imóveis

CONSERVAÇÃO

Ruim



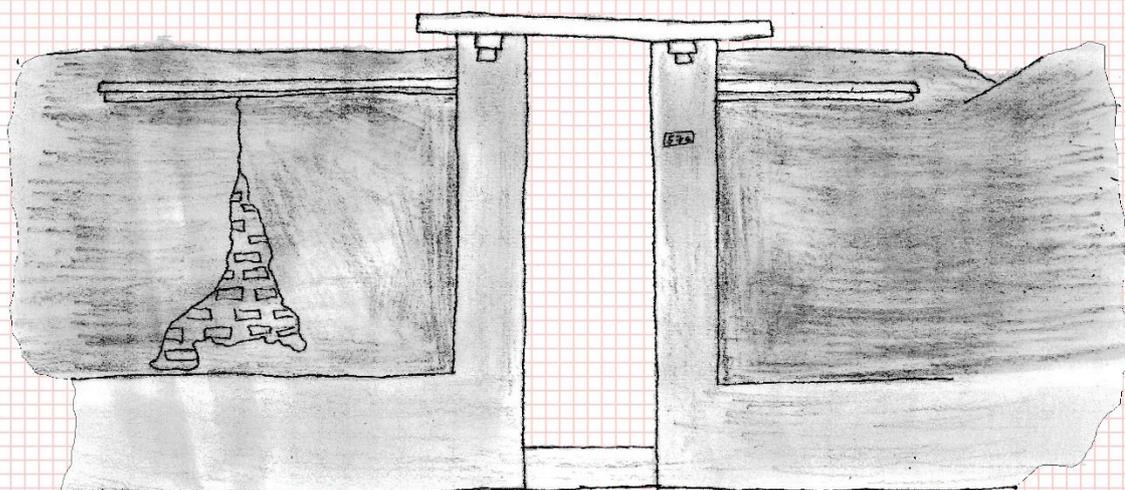
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada muito descaracterizada. Somente é possível identificar um vão no centro, referente a uma porta.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 124 – Registro da unidade A313



UFRJ



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A313

REGISTRO EM 16/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Gurjão esq. Rua Garibaldi, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Médio



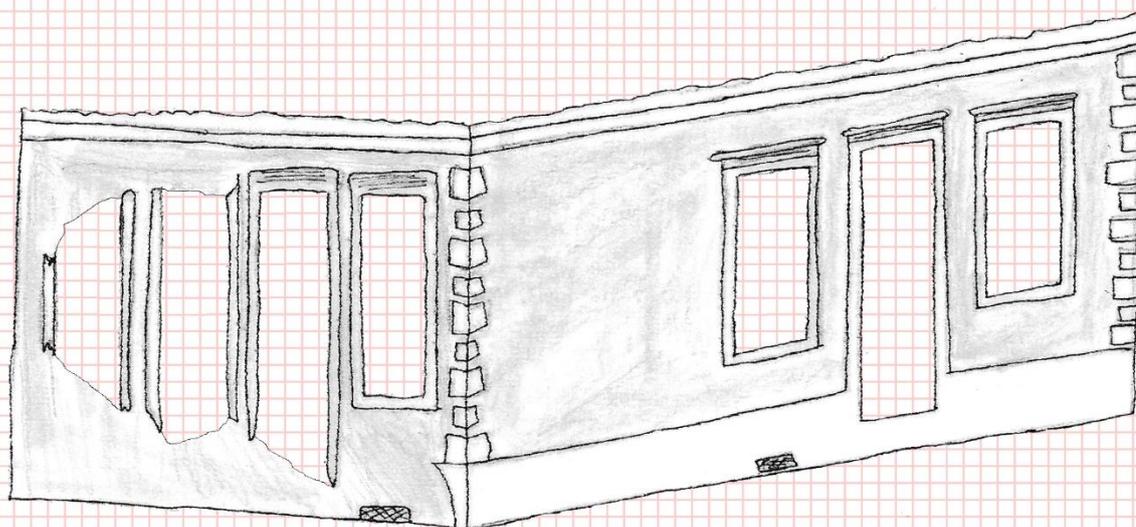
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

A face à rua General Gurjão possui três vãos, sendo o central uma porta. A outra face, à rua Garibaldi, apresenta quatro vãos antigos, todos fechados. É possível notar a presença de telhado, mas não é bem visível.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 125 – Registro da unidade A314



UFRJ



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A314

REGISTRO EM 16/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Canabarro, 428

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



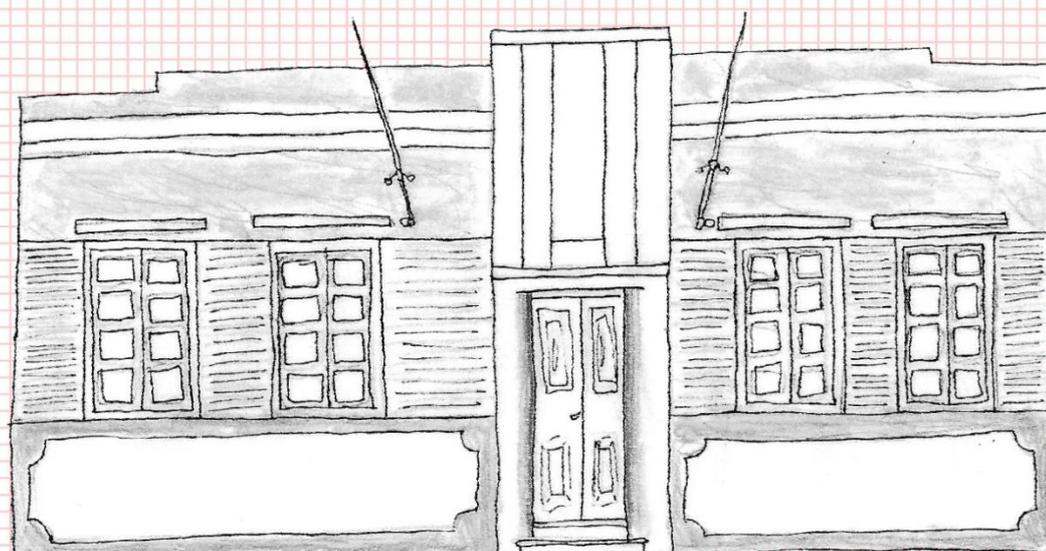
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada bem conservada, com diversos traços identificáveis. Apresenta cinco vãos, sendo o central uma porta e os demais janelas. Vê-se dois mastros antigos, um de cada lado da porta. É possível ver o interior iluminado pelo sol e com alguns pontos verdes.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 126 – Registro da unidade A315



UFRJ



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A315

REGISTRO EM 16/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Vitorino, 601

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com três aberturas. A central é uma porta, as demais, janelas. O vão da esquerda está completamente fechado e o da direita parcialmente, sendo possível ver metade da janela ainda. Acima da porta há dois galos, um de frente ao outro, e, abaixo deles o seguinte: "SERRG [Sociedade Esportiva Rinheira do Rio Grande] F. 11 11 1911"

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 127 – Registro da unidade A316



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A316

REGISTRO EM 16/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Vitorino, 659 e 661

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



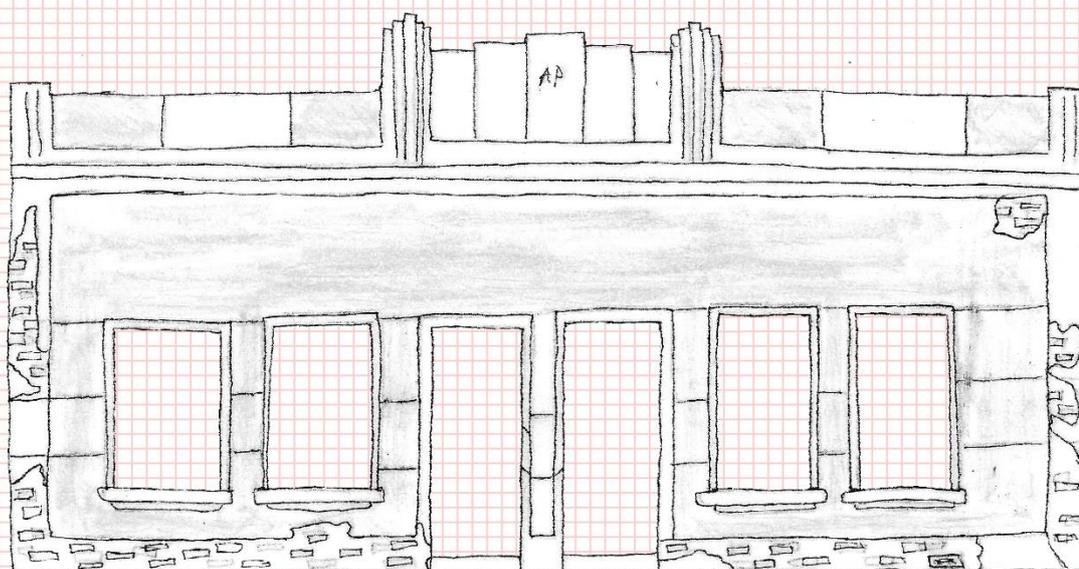
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com seis vãos. No centro, duas portas, nas extremidades, duas janelas. Todos os vãos foram tapados. Acima, na platibanda, e centralizado, percebe-se a sigla "AP".

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 128 – Registro da unidade A317



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A317

REGISTRO EM 16/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Vitorino, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



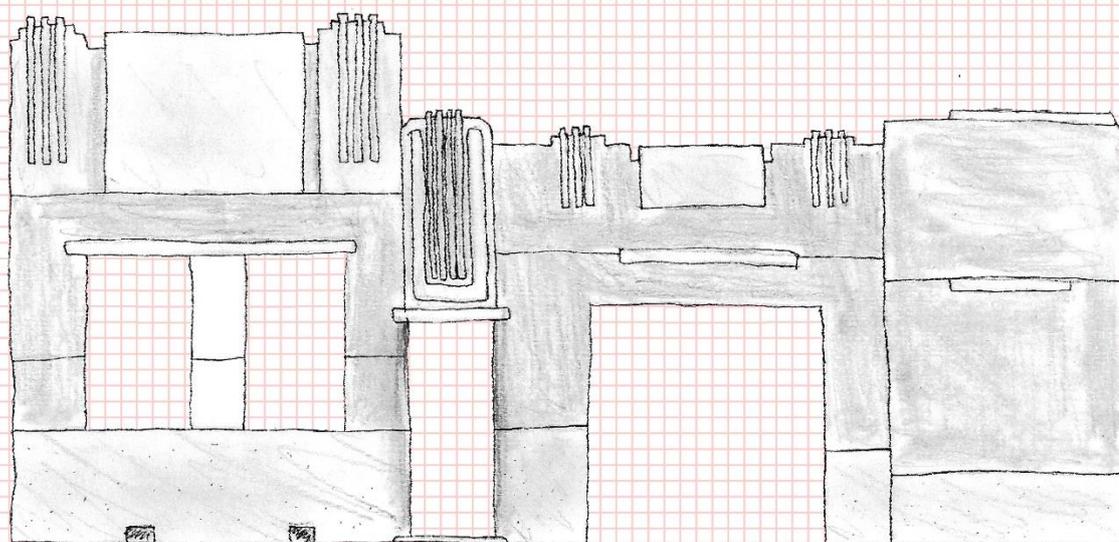
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com quatro vãos. Os dois mais à esquerda eram janelas, seguidas por uma porta e, mais a direita, um portão. Esta fachada não é simétrica.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 129 – Registro da unidade A318



UFRJ



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A318

REGISTRO EM 16/07/2014

ENDEREÇO

Rua General Portinho, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



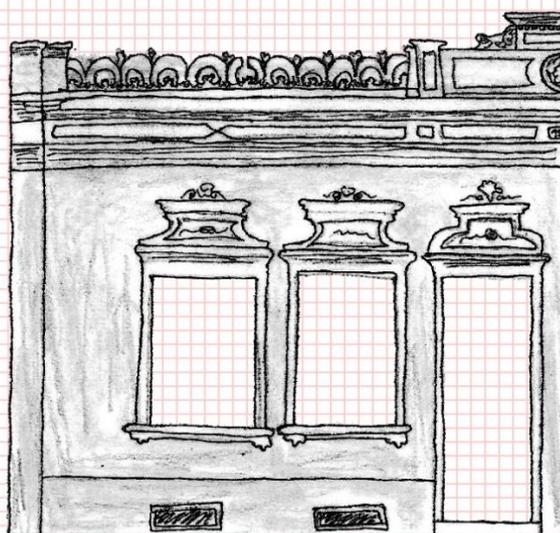
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com três antigos vãos. À esquerda, duas janelas seguidas por uma porta. Todos os vãos com molduras bem ornadas. A platibanda é visível e está bem conservada. A fachada foi “cortada” ao meio, sendo interrompida pela edificação à direita, bem mais recente. Não é possível verificar a existência de telhado.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



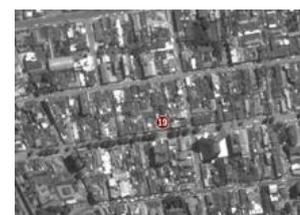
APÊNDICE 130 – Registro da unidade A319



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A319 | REGISTRO EM | 16/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|-----------------------|
| ENDEREÇO | Rua Carlos Gomes, 712 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |

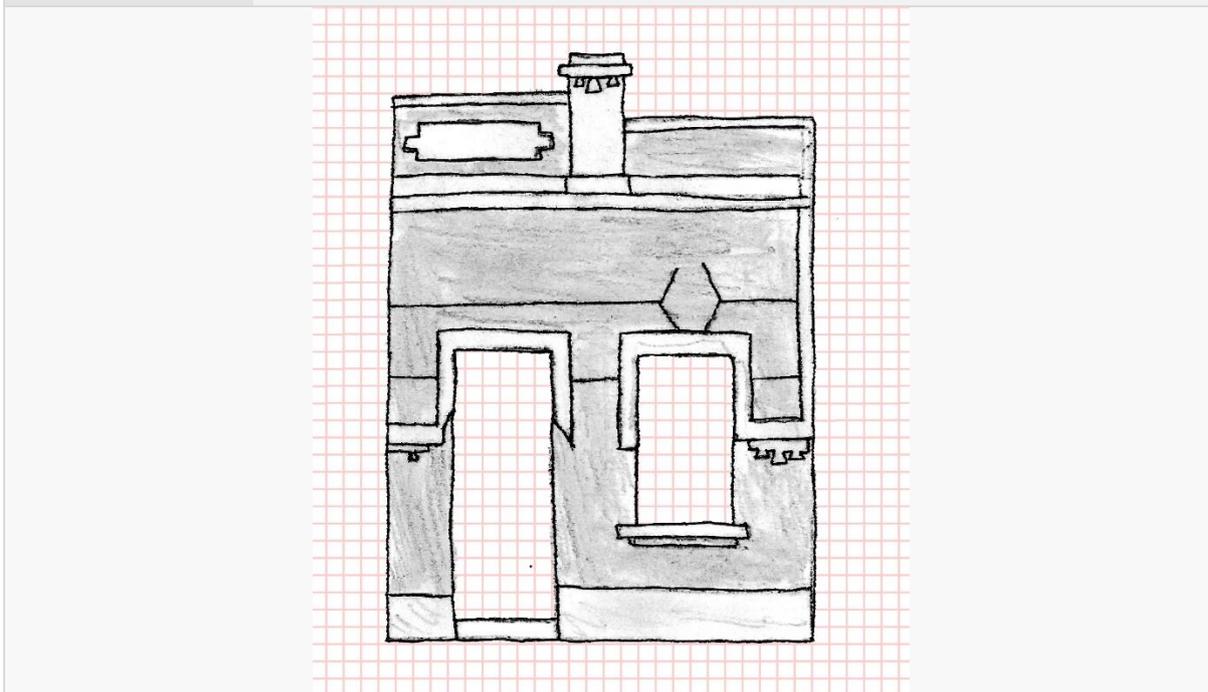


| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois vãos. À esquerda, uma porta seguida por uma janela. A fachada não é simétrica. |
|-------------------|---|

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 131 – Registro da unidade A320



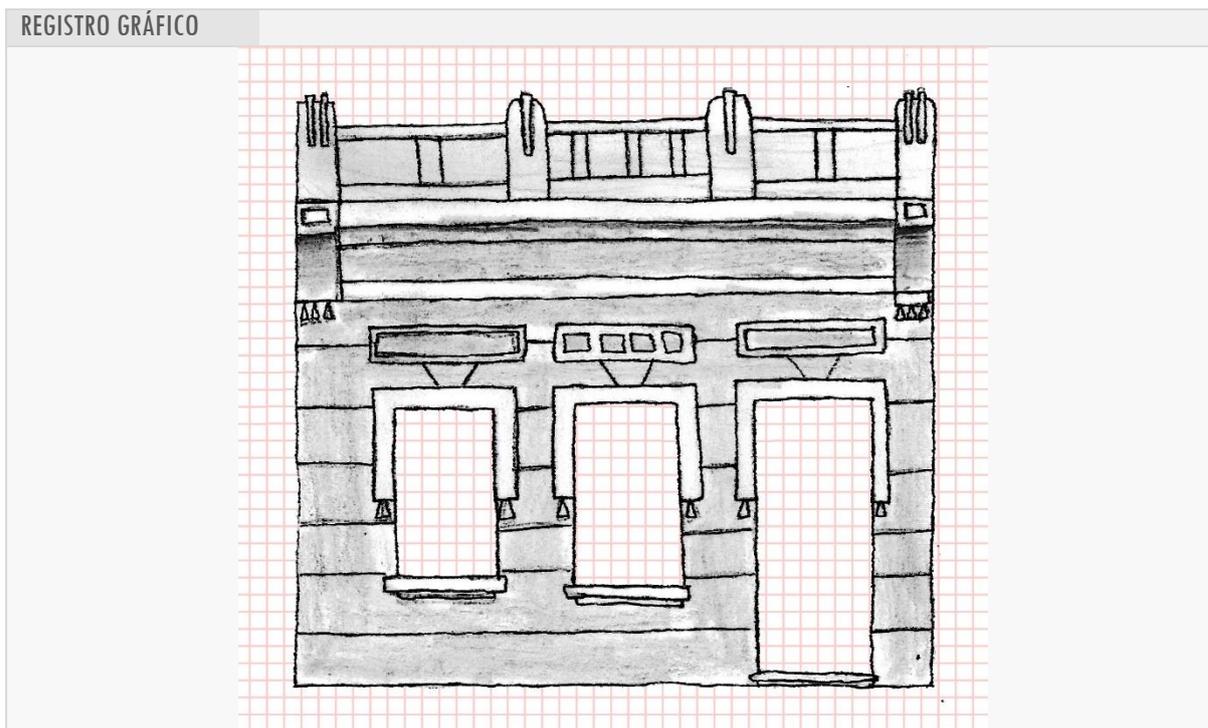
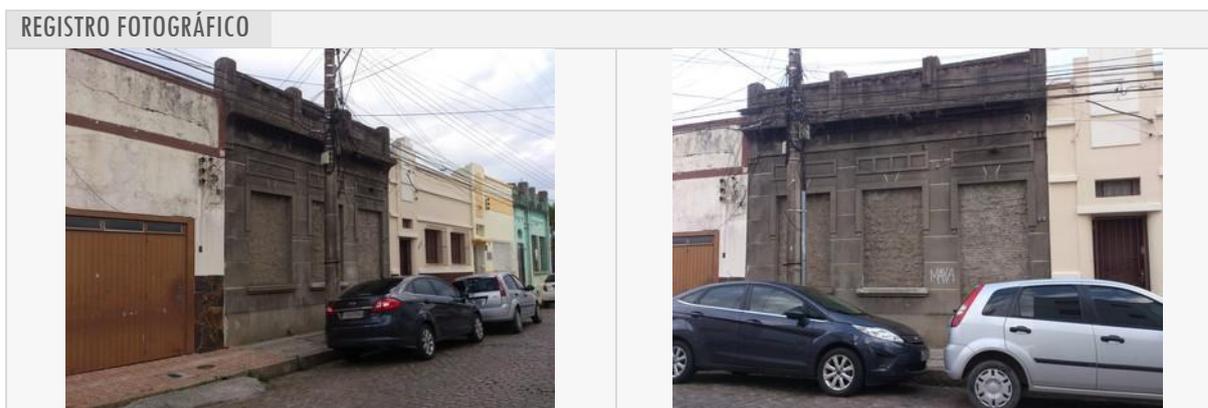
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A320 | REGISTRO EM | 16/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|-----------------------|
| ENDEREÇO | Rua Gomes Freire, 663 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com três vãos, todos emoldurados. À esquerda, duas janelas seguidas por uma porta. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 132 – Registro da unidade A321



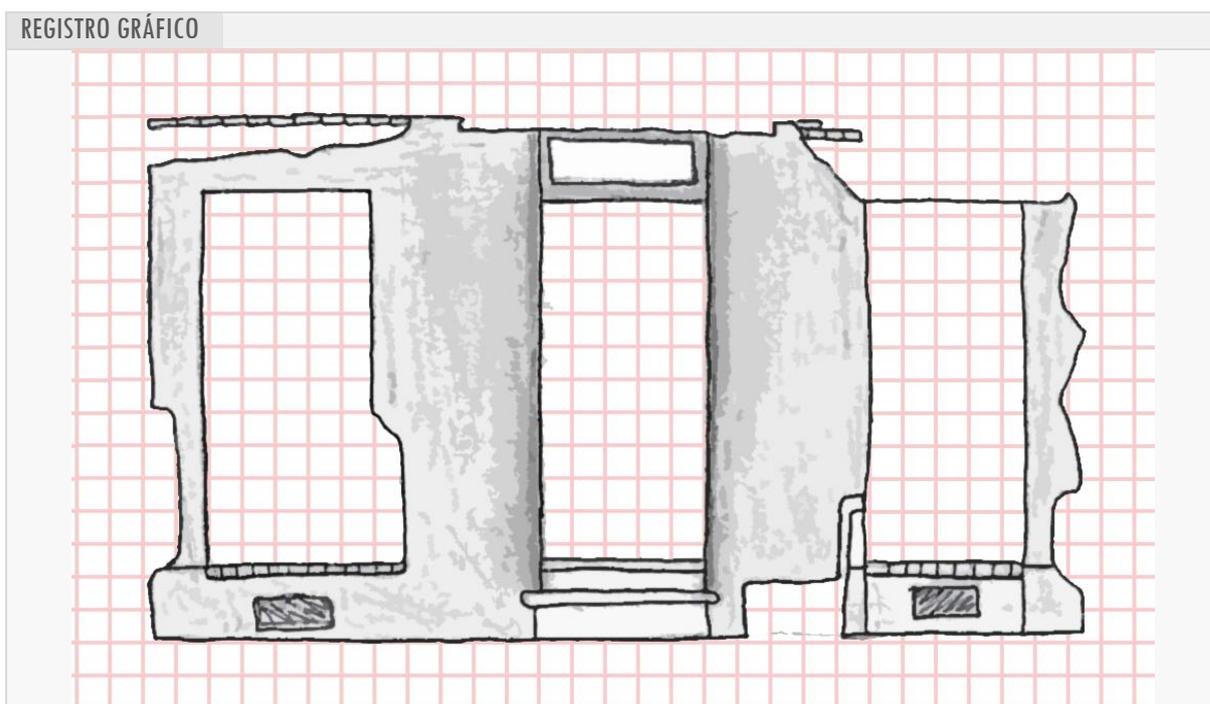
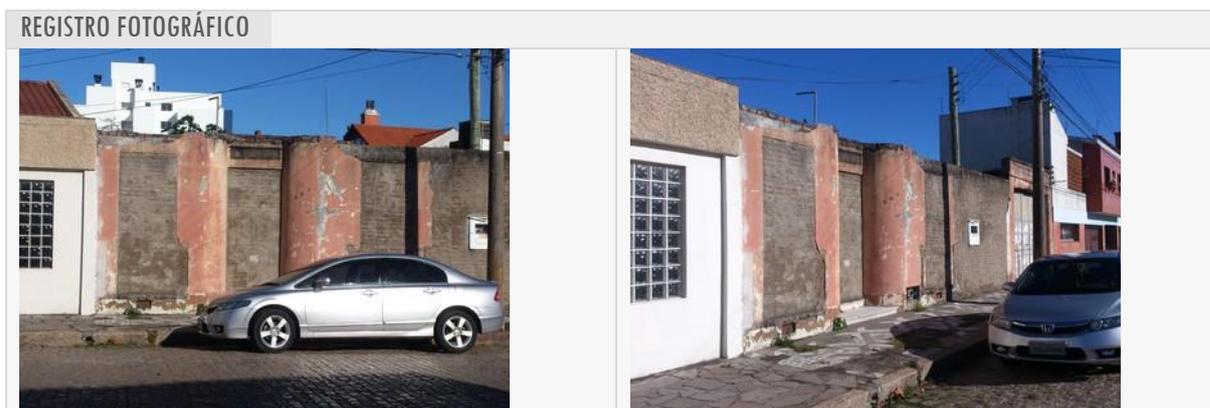
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A321 | REGISTRO EM | 18/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|-------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dr. Nascimento, 763 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada muito mal conservada, com três vãos. No centro, uma porta ladeada por janelas. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 133 – Registro da unidade A322



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A322

REGISTRO EM 18/07/2014

ENDEREÇO

Rua Dr. Nascimento, 765

USO ATUAL

"Serralheria" de acordo com indicação no portão de ferro

CONSERVAÇÃO

Ruim



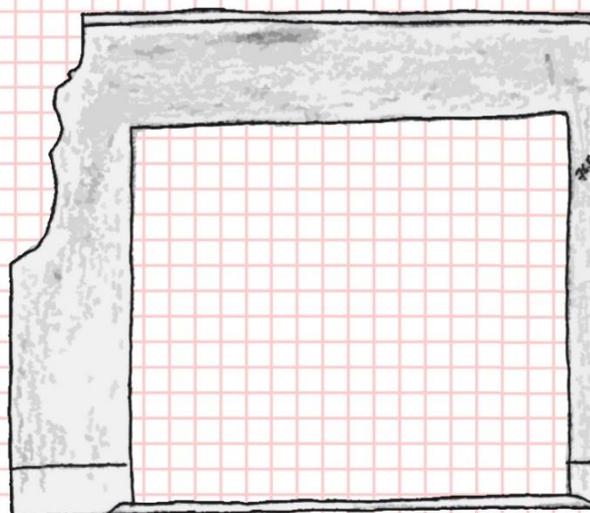
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com poucos traços. Basicamente, apenas um vão central preenchido com um portão de ferro. É possível ver o interior com área verde.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 134 – Registro da unidade A323



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | |
|---------|------------------------|
| ID A323 | REGISTRO EM 18/07/2014 |
|---------|------------------------|

| |
|-------------------------|
| ENDEREÇO |
| Rua Dr. Nascimento, 736 |
| USO ATUAL |
| Indefinido |
| CONSERVAÇÃO |
| Bom |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com cinco vãos, três no térreo e dois no piso superior. Abaixo, à esquerda, um portão de madeira seguido por uma cortina de ferro e uma porta. Acima, à esquerda, uma janela de madeira seguida por uma janela com folhas de vidro. É possível ver o interior com móveis destruídos e a luz do sol entrando. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

| |
|-------------------------|
| REGISTRO GRÁFICO |
| |

APÊNDICE 135 – Registro da unidade A324



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A324 | REGISTRO EM | 18/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|----------------|
| ENDEREÇO | Rua Moron, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada mal conservada e muito alterada. Percebe-se dois vãos antigos, à esquerda, uma janela seguida por uma porta. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

| | |
|------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|------------------|--|

APÊNDICE 136 – Registro da unidade A325



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A325 | REGISTRO EM | 18/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Moron esq. Rua Carlos Gomes, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | A face à rua Moron apresenta um vão, um portão de madeira. Uma boa porção da face à rua Carlos Gomes cedeu, sendo possível enxergar as paredes internas que também cederam, bem como o piso e até identificar algumas divisões. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

| | |
|-------------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|-------------------------|--|

APÊNDICE 137 – Registro da unidade A326



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A326

REGISTRO EM 18/07/2014

ENDEREÇO

Rua Carlos Gomes, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

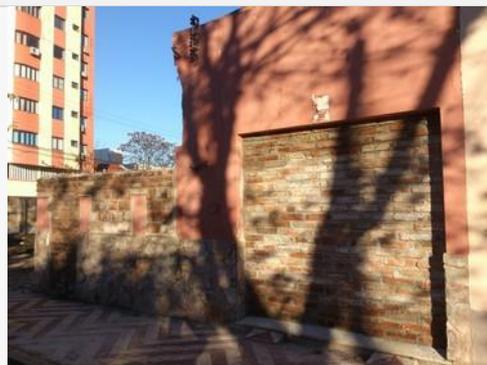
Médio



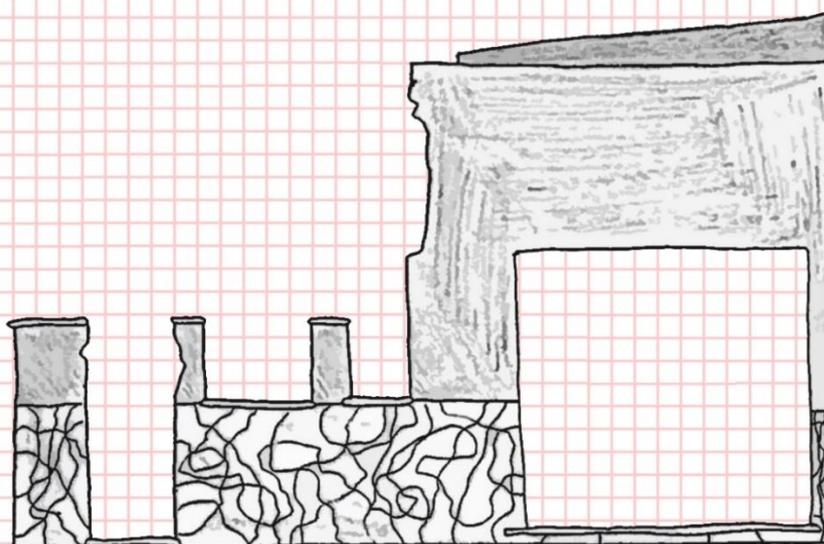
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada bem conservada, mas boa porção da parte superior cedeu e foi reposta. É possível notar quatro vãos. À esquerda, uma porta seguida por uma janela e um vão cujo preenchimento não pode ser determinado. Na direita, um portão.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 138 – Registro da unidade A327



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A327

REGISTRO EM 21/07/2014

ENDEREÇO

Rua Canabarro, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Médio



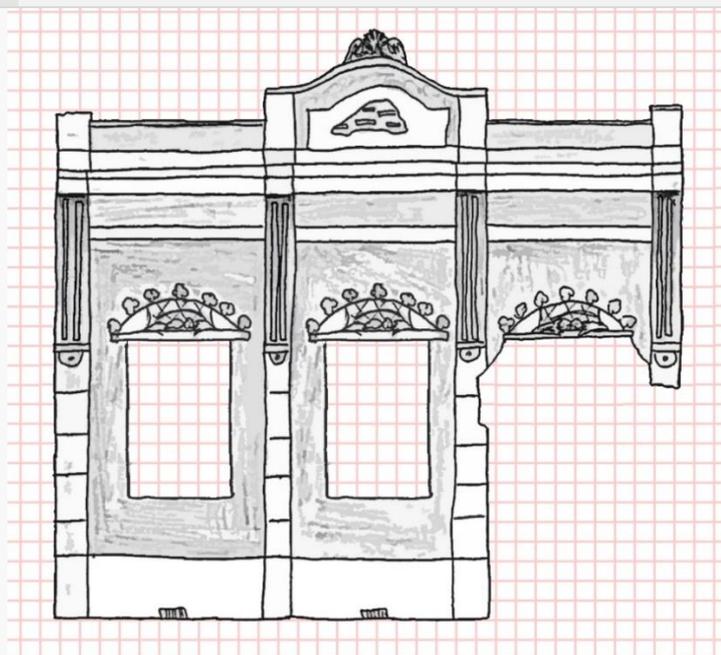
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com três vãos emoldurados. À esquerda, duas janelas seguidas por uma porta. A parte direita inferior da fachada está descaracterizada.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 139 – Registro da unidade A328



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A328 | REGISTRO EM | 21/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua Canabarro, 146 |
| USO ATUAL | Estacionamento |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada muito descaracterizada. É possível notar dois antigos vãos. À esquerda, uma janela seguida por uma porta. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

| | |
|-------------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|-------------------------|--|

APÊNDICE 140 – Registro da unidade A329



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A329 | REGISTRO EM | 21/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Gomes Freire esq. Rua Canabarro, 653 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



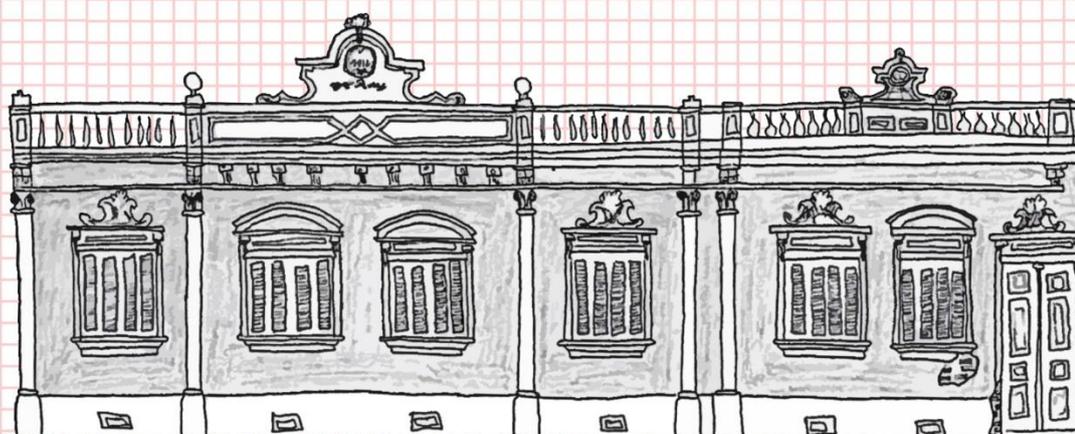
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada muito bem conservada, com sete vãos. Partindo da face à rua Canabarro, conta-se seis janelas seguidas por uma porta. Os três últimos vãos encontram-se à rua Gomes Freire.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 141 – Registro da unidade A330



UFRJ



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A330

REGISTRO EM 21/07/2014

ENDEREÇO

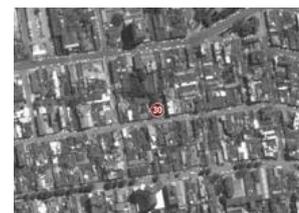
Rua Gomes Freire, 670

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com dois vãos. À esquerda, uma porta, à direita, uma janela de madeira com grade. Vê-se o telhado e não há evidência de luz solar entrando.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 142 – Registro da unidade A331

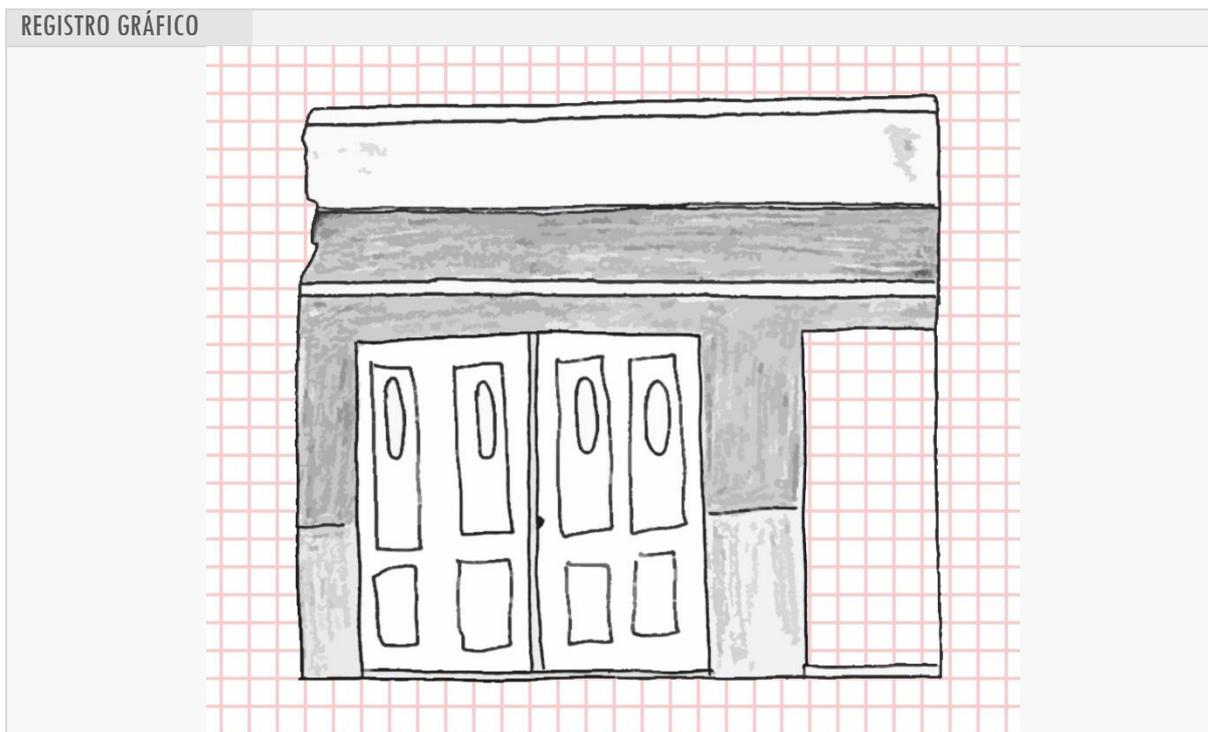
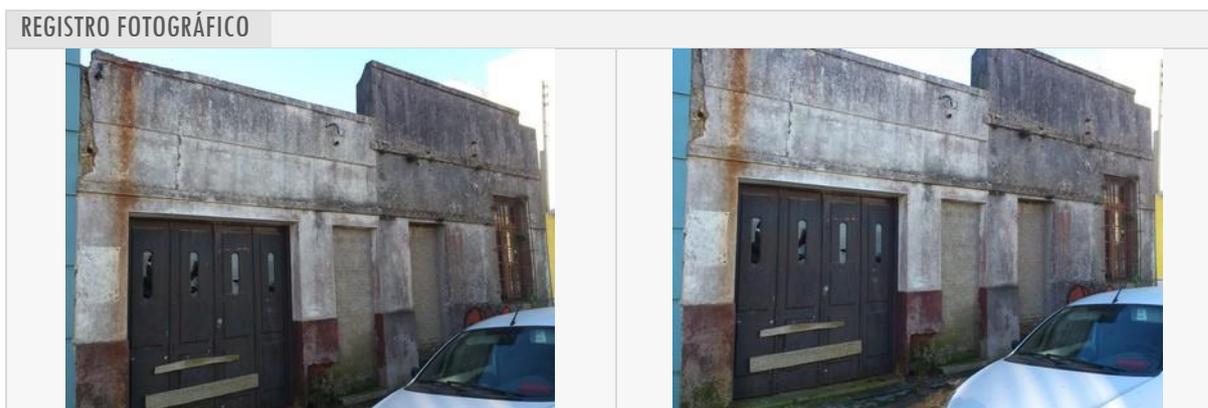


FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A331 | REGISTRO EM | 21/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|-----------------------|---|
| ENDEREÇO | Rua gomes Freire, s/n |  |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Bom | |
| | | |

| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois vãos. À esquerda, um portão de madeira; à direita, uma antiga porta. |
|-------------------|---|



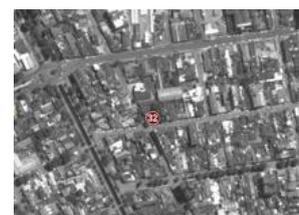
APÊNDICE 143 – Registro da unidade A332



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | |
|---------|------------------------|
| ID A332 | REGISTRO EM 28/07/2014 |
|---------|------------------------|

| | |
|--------------------|--------------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Gomes Freire esq. Rua Moron, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada bem conservada com sete vãos. À Rua Moron, um portão à esquerda seguida por uma porta. À rua Gomes Freire, uma porta em cada extremo com três janelas no centro. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

| | |
|-------------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|-------------------------|--|

APÊNDICE 144 – Registro da unidade A333



UFRJ



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A333

REGISTRO EM 28/07/2014

ENDEREÇO

Rua Carlos Gomes, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



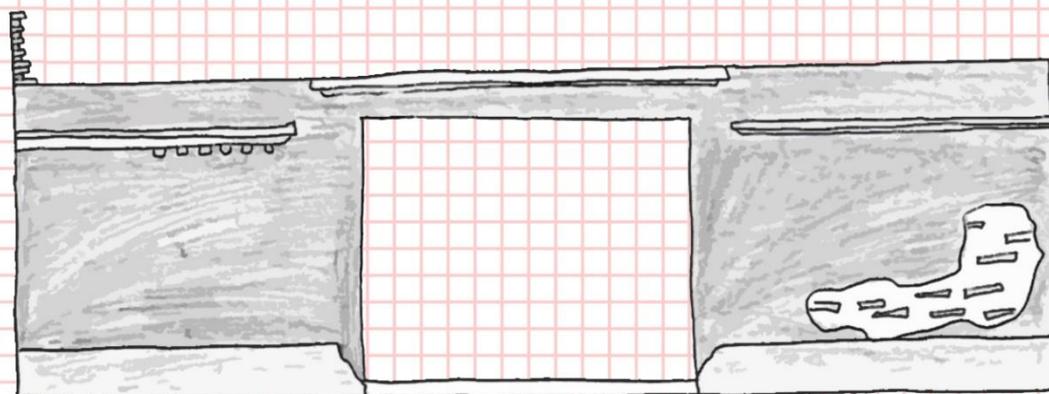
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada sem telhado. É possível ver árvores dentro do terreno. Apenas foi possível identificar um vão no centro, um portão. A superfície está grafitada e descascando, sendo possível ver alguns tijolos.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 145 – Registro da unidade A334



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A334

REGISTRO EM 28/07/2014

ENDEREÇO

Rua Aquidaban, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



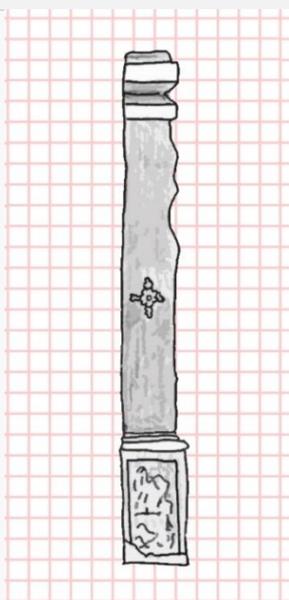
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada quase inexistente. Percebe-se apenas uma pequena porção vertical à esquerda, próxima do limite do terreno. Dado sua altura e sua configuração, talvez se trate de um antigo vão, um portão que oferecesse entrada lateral. É possível ver árvores no interior do terreno.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 146 – Registro da unidade A335



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A335

REGISTRO EM 28/07/2014

ENDEREÇO

Rua Aquidaban, s/n

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Ruim



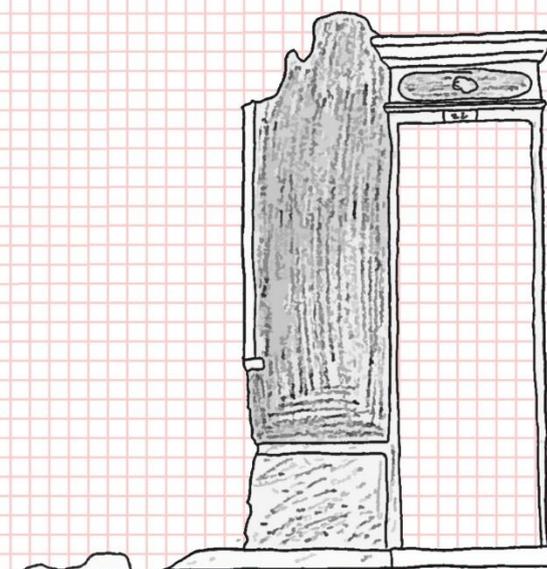
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Apenas uma porção da fachada é identificável, e diz respeito a uma antiga porta e seu entorno imediato.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 147 – Registro da unidade A336



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A336 | REGISTRO EM | 28/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua Aquidaban, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



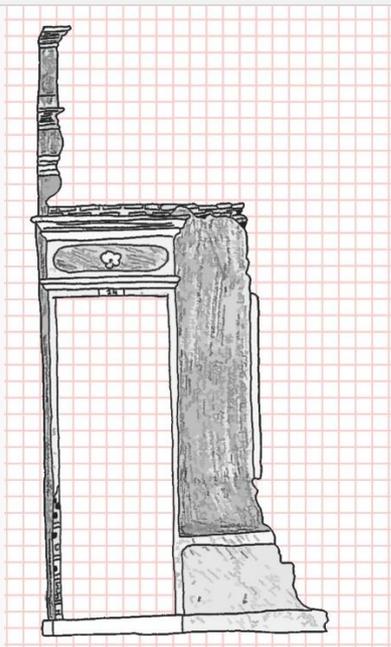
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Somente uma pequena porção da fachada é identificável, tratando-se de uma antiga porta, e seu entorno imediato no limite esquerdo do terreno.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 148 – Registro da unidade A337



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A337 | REGISTRO EM | 28/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua Aquidaban, 712 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



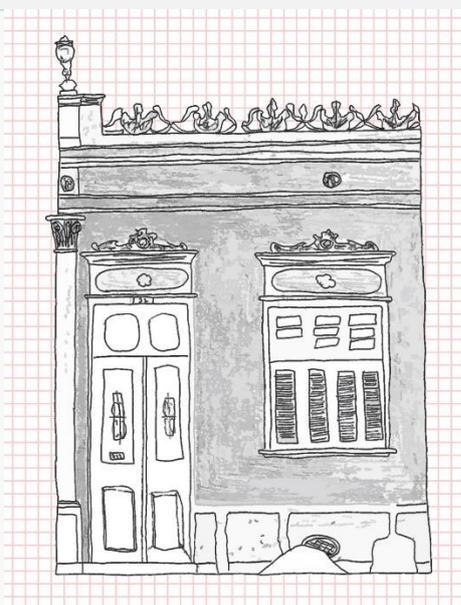
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com dois vãos, à direita uma porta de madeira, à esquerda uma janela de madeira. Os traços da fachada estão bem preservados. É possível ver, parcialmente, o interior do terreno. Não há telhado.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 149 – Registro da unidade A338



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | |
|---------|------------------------|
| ID A338 | REGISTRO EM 29/07/2014 |
|---------|------------------------|

| | |
|--------------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua Aquidaban, 741 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | É possível perceber diversas camadas de tinta distintas, pichações e diversas marcas de intervenções na superfície. À direita, nota-se algo similar a um capitel, sugerindo uma antiga entrada lateral. No centro, um antigo vão. Pelos adornos abaixo deste vão, supõe-se que se trata de três antigas janelas. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

| | |
|-------------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|-------------------------|--|

APÊNDICE 150 – Registro da unidade A339



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A339 | REGISTRO EM | 29/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua Aquidaban, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



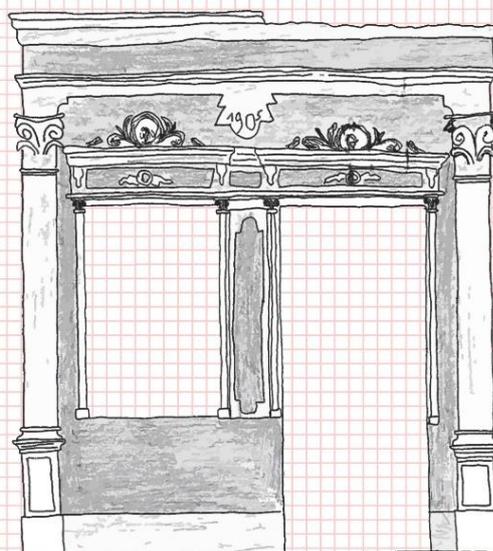
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada bem conservado. É possível ver dois antigos vãos, uma janela e uma porta à direita. A platibanda é perceptível e está parcialmente conservada. Há certa distância da unidade, é possível ver as paredes internas.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



REGISTRO GRÁFICO



APÊNDICE 151 – Registro da unidade A340



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A340 | REGISTRO EM | 29/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|--------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Aquidaban, s/n | |
| USO ATUAL | Indefinido | |
| CONSERVAÇÃO | Médio | |
| | | |

| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos. À esquerda, uma porta; à direita, uma janela. Nota-se, também, a platibanda com adornos geométricos. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

| | |
|------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|------------------|--|

APÊNDICE 152 – Registro da unidade A341



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A341 | REGISTRO EM | 29/07/2014 |
|----|------|-------------|------------|

| | | |
|-------------|---------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Aquidaban, 764A | |
| USO ATUAL | Garagem coletiva | |
| CONSERVAÇÃO | Bom | |
| | | |

| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos, duas janelas. Ao lado, há um portão (que serve de entrada para a garagem coletiva, sugerindo ser a entrada de uma antiga vila). |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|----------------------|--|

| | |
|------------------|--|
| REGISTRO GRÁFICO | |
|------------------|--|

APÊNDICE 153 – Registro da unidade A401



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A401 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------------------|
| ENDEREÇO | Avenida Buarque de Macedo, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Indeterminado |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Não é possível visualizar a fachada da edificação. O muro foi estendido com o auxílio de telhas de fibrocimento, que impede, inclusive, o acesso ao interior do terreno. No entanto, é possível visualizar o telhado da edificação, que está comprometido na extremidade esquerda, bem como a porção da parede imediatamente abaixo. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

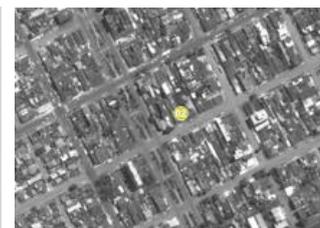
APÊNDICE 154 – Registro da unidade A402



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A402 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------|
| ENDEREÇO | Rua Tiradentes, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| A fachada está fortemente descaracterizada. Poucos traços são distinguíveis, como um preenchimento à esquerda, que sugere se tratar de um antigo vão. Não há cobertura alguma e é possível notar a vegetação no interior do terreno. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 155 – Registro da unidade A403



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A403 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Tiradentes esq. Rua Dom Pedro, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com uma janela seguida por uma porta de madeira à Rua Tiradentes; uma janela com uma cortina de ferro com um portão de madeira à direita à Rua Dom Pedro e, por fim, uma porta de madeira de duas folhas na intersecção. É possível constatar que o telhado cedeu. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 156 – Registro da unidade A404



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A404 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua Dom Pedro, 604 |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois vãos, onde havia janelas, à esquerda, seguidos por uma porta de madeira. Onde havia janelas, há tapumes. É possível perceber a ausência do telhado e a incidência de luz no interior da edificação, o que sugere não haver qualquer outro tipo de cobertura. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 157 – Registro da unidade A405



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A405

REGISTRO EM 16/01/2015

ENDEREÇO

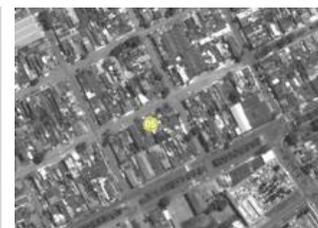
Rua General Abreu, s/n

USO ATUAL

Desocupado

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada muito descaracterizada. Notam-se dois vãos preenchidos com tábuas, sendo o que fica à direita, bem maior. No interior do terreno é possível ver, ao menos, uma árvore centralizada.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 158 – Registro da unidade A406



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A406 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------|
| ENDEREÇO | Rua Padre Feijó, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada de um antigo muro, que foi expandido verticalmente até cerca de 2 metros de altura, com um pequeno portão de ferro centralizado e preenchido com tábuas. Ao fundo, no interior do terreno, é possível ver a parte superior de uma edificação com tijolos a mostra, além de árvores. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |

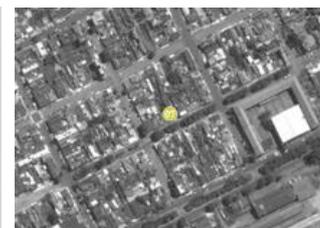
APÊNDICE 159 – Registro da unidade A407



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A407 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|------------------------|
| ENDEREÇO | Rua General Abreu, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com uma porta de madeira centralizada e ladeada por dois antigos vãos fechados com tijolos maciços. Na extremidade esquerda da fachada, há uma pequena porta de madeira com diversas tábuas pregadas. É possível verificar a presença forte de vegetação no interior do terreno, bem como a incidência de luz solar.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



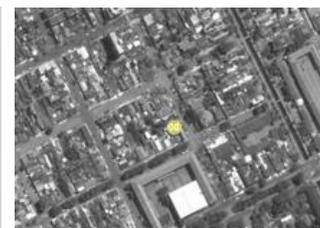
APÊNDICE 160 – Registro da unidade A408



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A408 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Deodoro, 582 |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à esquerda, seguida por um antigo vão fechado com tijolos furados. É possível notar a incidência de luz solar no interior do terreno. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
|-----------------------------|--|

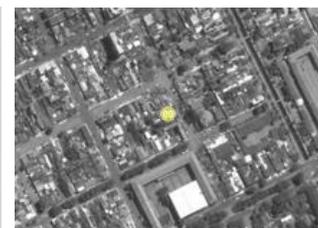
APÊNDICE 161 – Registro da unidade A409



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A409 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Deodoro, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com três antigos vãos fechados com tijolos maciços, sem cobertura aparente. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
|----------------------|--|

APÊNDICE 162 – Registro da unidade A410



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A410 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Visconde do Rio Grande, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada de um antigo muro que foi expandido na vertical com tijolos furados até cerca de 2 metros de altura. No centro, há um pequeno portão de ferro fechado com madeiras e telhas de fibrocimento. É possível notar uma árvore no centro do terreno. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |

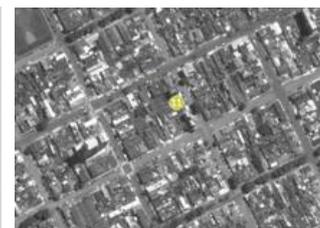
APÊNDICE 163 – Registro da unidade A411



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A411 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Caramuru, 522 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma janela gradeada à esquerda, seguida por um antigo vão fechado por tijolos furados. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 164 – Registro da unidade A412



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A412 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Cristóvão Colombo, 524 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma janela de madeira à esquerda, seguida por uma porta de madeira e, na direita, um portão metálico. É possível notar um buraco no telhado, à esquerda, além de algumas telhas soltas. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 165 – Registro da unidade A413



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A413 | REGISTRO EM | 16/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------|
| ENDEREÇO | Rua Padre Feijó, 459 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos fechados com tijolos furados. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

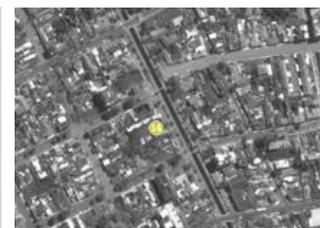
APÊNDICE 166 – Registro da unidade A414



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A414 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------------------|
| ENDEREÇO | Avenida Major Carlos Pinto, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com traços pouco distinguíveis. Com um olhar mais próximo, nota-se alguns traços que sugerem antigos vãos. Ainda, percebe-se a mescla de tijolos maciços e de tijolos furados, os últimos, onde entende-se ter havido vãos. Ainda, é possível notar a vegetação no interior do terreno. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

APÊNDICE 167 – Registro da unidade A415



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A415 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------|
| ENDEREÇO | Rua João Manuel, 182 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Edificação com quatro pisos. Diversas janelas estão destruídas, parcial ou totalmente. Uma das faces laterais, Leste, é possível notar a ausência de diversos tijolos nos dois pisos mais acima. A integridade da edificação sugere que o 3ª e o 4ª piso estão desocupados. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

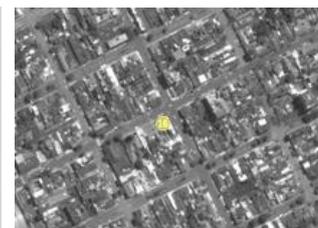
APÊNDICE 168 – Registro da unidade A416



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A416 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Cidade de Pelotas esq. Rua Visconde do Rio Grande, 101 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com poucos traços distinguíveis. Não apresenta indícios de vãos condizentes com sua extensão, sugerindo reformas. Apenas nota-se um vão na intersecção das ruas, onde há uma cortina de ferro. |
|--------------------------|--|

| | |
|---|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|  |  |
|  |  |

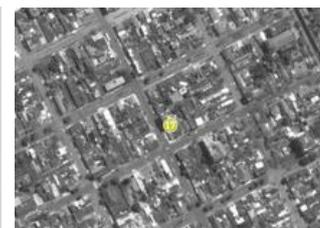
APÊNDICE 169 – Registro da unidade A417



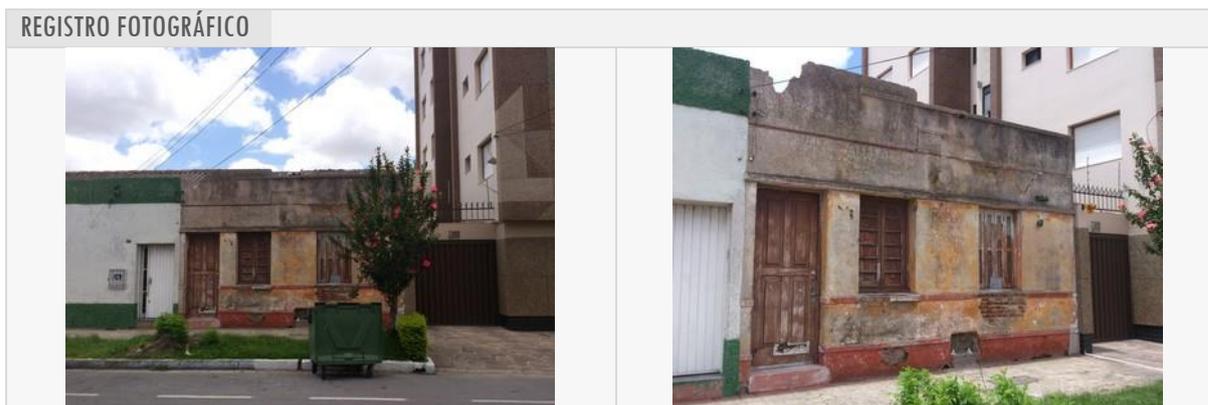
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A417 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Visconde do Rio Grande, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à esquerda, seguida por duas janelas de madeira. É possível notar um buraco centralizado no telhado. |
|--------------------------|---|



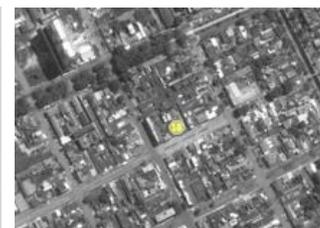
APÊNDICE 170 – Registro da unidade A418



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A418 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Visconde de Mauá, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada de uma antiga edificação comercial, com uma grande janela à esquerda, seguida por uma cortina de ferro que cobre uma porta de quatro folhas. Tanto na janela, quanto na porta, os vidros estão quebrados. É possível ver o interior da edificação e constatar a ausência de cobertura. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |

APÊNDICE 171 – Registro da unidade A419



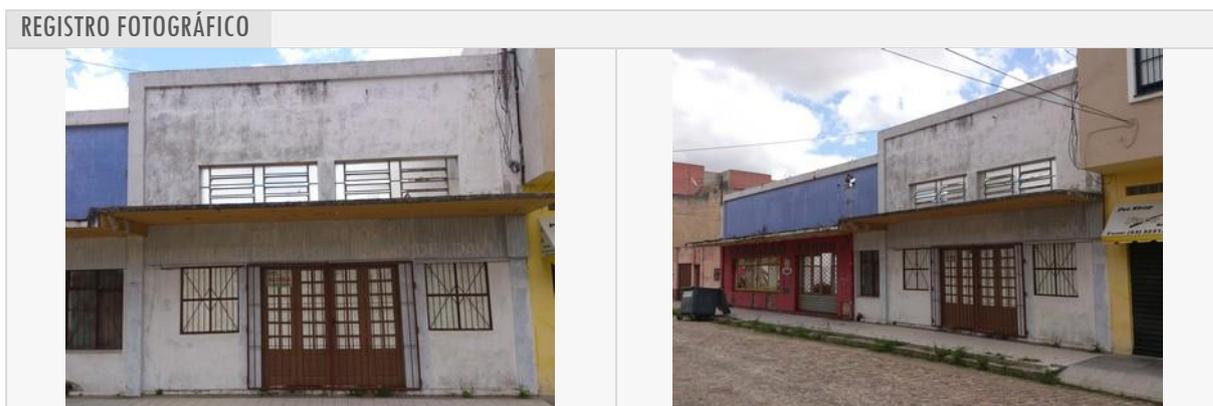
FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A419 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Visconde de Mauá, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com um portão de madeira gradeado centralizado ladeado por duas antigas janelas, vãos preenchidos com tapumes e gradeadas. É possível notar a ausência de cobertura pela incidência de luz solar no interior do terreno. |



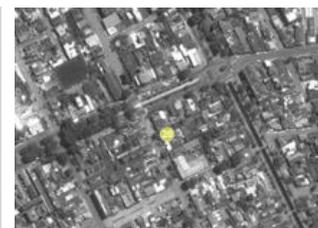
APÊNDICE 172 – Registro da unidade A420



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A420 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Marechal Deodoro, 217 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada de madeira parcialmente cedida. Notam-se duas janelas de madeira, à esquerda, seguidas por uma porta de madeira. O telhado cedeu sobre a fachada e é possível ver vegetação no interior do terreno. |

| | |
|---|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|  |  |
|  |  |

APÊNDICE 173 – Registro da unidade A421



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A421 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---|
| ENDEREÇO | Avenida Portugal esq. Rua Marechal Deodoro, 201 |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com oito antigos vãos fechados com tijolos furados. Não é possível constatar a presença/ausência de cobertura. |
|--------------------------|--|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 174 – Registro da unidade A422



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A422 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-----------------------|
| ENDEREÇO | Avenida Portugal, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com três antigos vãos fechados com tijolos furados. À esquerda, há uma continuidade da fachada com um muro um pouco mais baixo do que a face principal da fachada. Não é possível constatar se há ou não cobertura. |

| |
|-----------------------------|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
| |

APÊNDICE 175 – Registro da unidade A423



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A423

REGISTRO EM 21/01/2015

ENDEREÇO

Avenida Portugal esq. Rua Marechal Deodoro, s/n

USO ATUAL

Desocupado

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada de um antigo supermercado [Super Verde Amarelo], com os antigos vãos frontais fechados com tapumes e telhas de fibrocimento. À Rua Marechal Deodoro, nota-se uma cortina de ferro seguida por um antigo vão fechado.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 176 – Registro da unidade A424



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A424 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Avenida Portugal esq. Rua Visconde do Rio Grande, 97 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com quatro antigos vãos fechados com tijolos furados. À direita, na face à Rua Visconde do Rio Grande, nota-se uma porta de madeira ladeada por uma janela de madeira de cada lado. |
|-------------------|---|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

APÊNDICE 177 – Registro da unidade A425



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A425 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Visconde de Mauá, 145a |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com um antigo vão à esquerda e uma porta de madeira à direita. É possível constatar a ausência de cobertura, bem como a vegetação no interior do terreno. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 178 – Registro da unidade A426



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A426 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|---|
| ENDEREÇO | Rua Visconde de Mauá esq. Rua Caramuru, 149 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com dois antigos vãos à esquerda, à Rua Visconde de Mauá, além de três portas de madeira. À Rua Caramuru, três portas de madeira. Todas as portas estão em péssimo estado. É possível verificar a presença de telhado, embora prejudicado. |
|-------------------|--|

| | |
|----------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |   |
| |   |

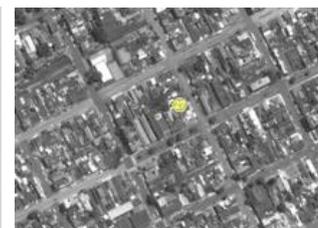
APÊNDICE 179 – Registro da unidade A427



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A427 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------|
| ENDEREÇO | Rua Caramuru, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Indeterminado |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Um muro formado por tábuas obstrui a visão. No entanto, é possível notar a edificação ao fundo. Vê-se o telhado com um buraco e algumas telhas soltas, além de vegetação crescendo no telhado. |

| |
|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO |
|   |

APÊNDICE 180 – Registro da unidade A428



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A428 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|---|
| ENDEREÇO | Avenida Portugal esq. Rua Quinze de Novembro, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada de antiga unidade industrial. Percebe-se diversos antigos vãos fechados, principalmente, no piso térreo. É possível notar a ausência de cobertura em alguns pontos. |
|--------------------------|---|

| | |
|---|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|  |  |
|  |  |

APÊNDICE 181 – Registro da unidade A429



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A429 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua República, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada dois antigos vãos fechados com tijolos furados. |
|--------------------------|---|



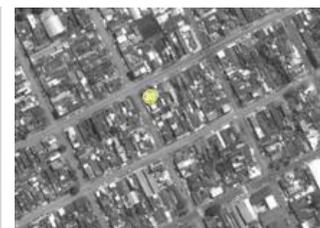
APÊNDICE 182 – Registro da unidade A430



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A430 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Visconde de Mauá esq. Rua Dom Pedro, 397 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com oito antigos vãos fechados com tijolos furados. |
|--------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|-----------------------------|--|

APÊNDICE 183 – Registro da unidade A431



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A431

REGISTRO EM 21/01/2015

ENDEREÇO

Rua Visconde de Mauá, 315

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Edificação com uma porta de madeira à esquerda seguida por uma janela de madeira. Ambas tapadas com tábuas e pedaços de madeira. Ao fundo, à esquerda, um antigo vão fechado com tijolos furados.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



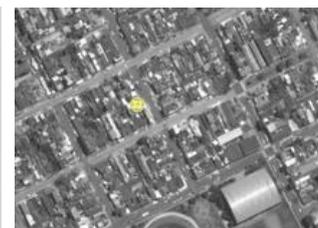
APÊNDICE 184 – Registro da unidade A432



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A432 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------|
| ENDEREÇO | Rua Padre Feijó, 256 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com uma janela gradeada, à esquerda, seguida por uma porta de madeira, uma janela gradeada, um antigo vão parcialmente preenchido com tijolos e, à direita, uma porta de ferro. Pelo vão parcialmente preenchido, é possível ver a incidência de luz no interior da edificação. A porção superior da fachada é formada por tijolos maciços à vista. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |

APÊNDICE 185 – Registro da unidade A433



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A433

REGISTRO EM 21/01/2015

ENDEREÇO

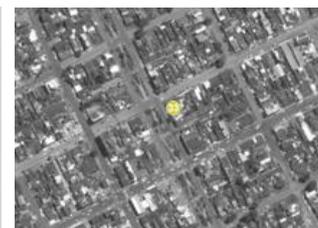
Rua Visconde do Rio Branco esq. Rua Quinze de Novembro, s/n

USO ATUAL

Desocupado

CONSERVAÇÃO

Ruim



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Fachada com poucos traços distinguíveis. Aparentemente, à Rua Visconde do Rio Grande, dois antigos vãos preenchidos com tijolos furados. À Rua Quinze de Novembro, um portão de metal. Na intersecção, um antigo vão fechado com tijolos furados. É possível notar a ausência de cobertura.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



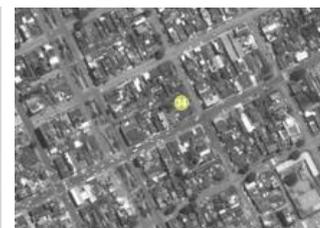
APÊNDICE 186 – Registro da unidade A434



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A434 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|--------------------|
| ENDEREÇO | Rua República, 330 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Médio |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada com um antigo vão fechado com tijolos furados. A edificação segue para o interior do terreno, mas a visão é obstruída por um muro de tábuas. No entanto, a parte superior da edificação sugere não haver cobertura. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |

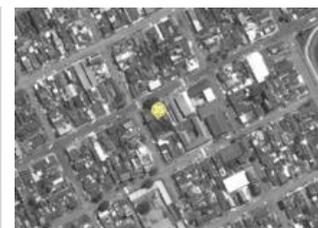
APÊNDICE 187 – Registro da unidade A435



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A435 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|----------------------------|
| ENDEREÇO | Rua Cidade de Pelotas, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | RUim |



| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Fachada formada por um antigo muro que foi estendido na vertical e, à direita, um portão de metal. É possível ver, por cima do muro, uma árvore no interior do terreno. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |

APÊNDICE 188 – Registro da unidade A436



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A436 | REGISTRO EM | 21/01/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|-------------|--|
| ENDEREÇO | Rua Bento Gonçalves esq. Rua Conselheiro Teixeira Jr., 299 |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|-------------------|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Fachada com uma porta de madeira à Rua Bento Gonçalves; duas janelas de madeira ladeando um antigo vão preenchido com tijolos furados no centro à Rua Conselheiro Teixeira Jr. e, na intersecção, uma janela de madeira. |
|-------------------|--|



APÊNDICE 189 – Registro da unidade A501



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | |
|---------|------------------------|
| ID A501 | REGISTRO EM 01/02/2015 |
|---------|------------------------|

| | |
|--------------------|---------------------------|
| ENDEREÇO | Avenida Rheingantz, (20?) |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| |
|--|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Antigas dependências de indústria têxtil (conhecida como “Rheingantz”). Com dois pisos, destaca-se o prédio administrativo com diversas janelas de vidro danificadas. Dos lados e atrás do prédio administrativo, vê-se outras partes das dependências com janelas e portas em péssimo estado de conservação. Ainda, é possível notar uma caixa d’água enferrujada com partes da cobertura faltando. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

APÊNDICE 190 – Registro da unidade A502



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A502 | REGISTRO EM | 01/02/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|---|--|
| ENDEREÇO | |
| Avenida Rheingantz esq. Rua Dois de Novembro, s/n | |
| USO ATUAL | |
| Desocupado | |
| CONSERVAÇÃO | |
| Bom | |

| |
|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA |
| Edificação de dois pisos em estilo enxaimel. O telhado, aparentemente, cedeu completamente. Os vãos da parte inferior foram fechados com tijolos, enquanto os da parte superior permanecem abertos, mas sem preenchimento. Escoras mantêm o prédio em pé. |

| | |
|-----------------------------|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
| | |
| | |

APÊNDICE 191 – Registro da unidade A503



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A503 | REGISTRO EM | 01/02/2015 |
|----|------|-------------|------------|

| | |
|--------------------|-------------------------|
| ENDEREÇO | Avenida Rheingantz, s/n |
| USO ATUAL | Desocupado |
| CONSERVAÇÃO | Bom |



| | |
|--------------------------|---|
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA | Edificação de dois pisos em estilo enxaimel. O telhado, aparentemente, cedeu completamente. Os vãos da parte inferior foram fechados com tijolos, enquanto os da parte superior permanecem abertos, mas sem preenchimento. Escoras mantêm o prédio em pé. |
|--------------------------|---|

| | |
|---|--|
| REGISTRO FOTOGRÁFICO | |
|  |  |
|  |  |

APÊNDICE 192 – Registro da unidade A504



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A504

REGISTRO EM 01/02/2015

ENDEREÇO

Avenida Rheingantz, 137

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Edificação térrea com três vãos. Duas janelas, à esquerda, seguidas de uma porta. É possível ver diversos pontos onde vidros que preenchem os vãos estão quebrados.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 193 – Registro da unidade A505



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

ID A505

REGISTRO EM 01/02/2015

ENDEREÇO

Avenida Rheingantz, 131

USO ATUAL

Indefinido

CONSERVAÇÃO

Bom



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Edificação térrea com três vãos. Duas janelas, à esquerda, seguidas de uma porta. É possível ver diversos pontos onde vidros que preenchem os vãos estão quebrados.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 194 – Registro da unidade A506



FICHA DE REGISTRO DE UNIDADES ANALÍTICAS

| | | | |
|----|------|-------------|------------|
| ID | A506 | REGISTRO EM | 01/02/2015 |
|----|------|-------------|------------|

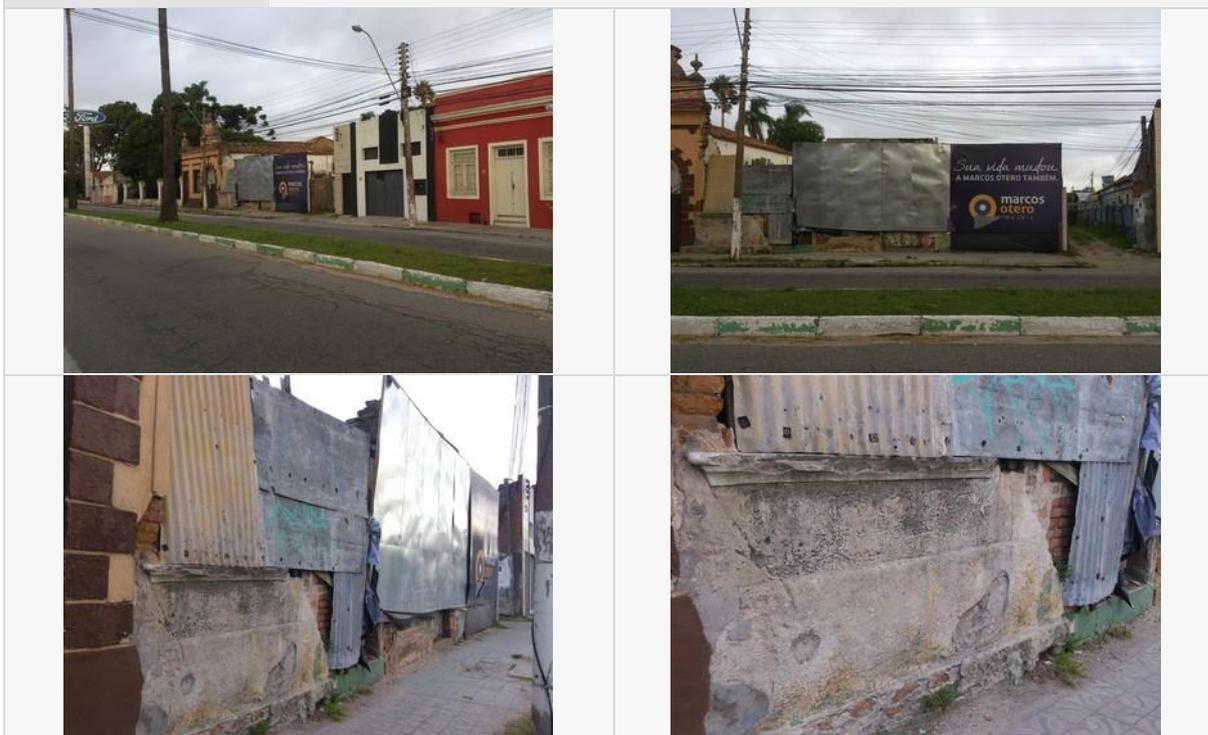
| | |
|--------------------|-------------------------|
| ENDEREÇO | Avenida Rheingantz, s/n |
| USO ATUAL | Indefinido |
| CONSERVAÇÃO | Ruim |



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Embora não seja possível ver a totalidade da fachada em razão da colocação de placas metálicas, pela base, nota-se que a parte superior da fachada cedeu. É possível ver, ainda, na base, dois vãos, sugerindo duas portas, sendo que em um deles nota-se uma porta de madeira. Talvez tenham sido duas ocupações distintas.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



APÊNDICE 195 – Mapa de distribuição das unidades da Área 1.



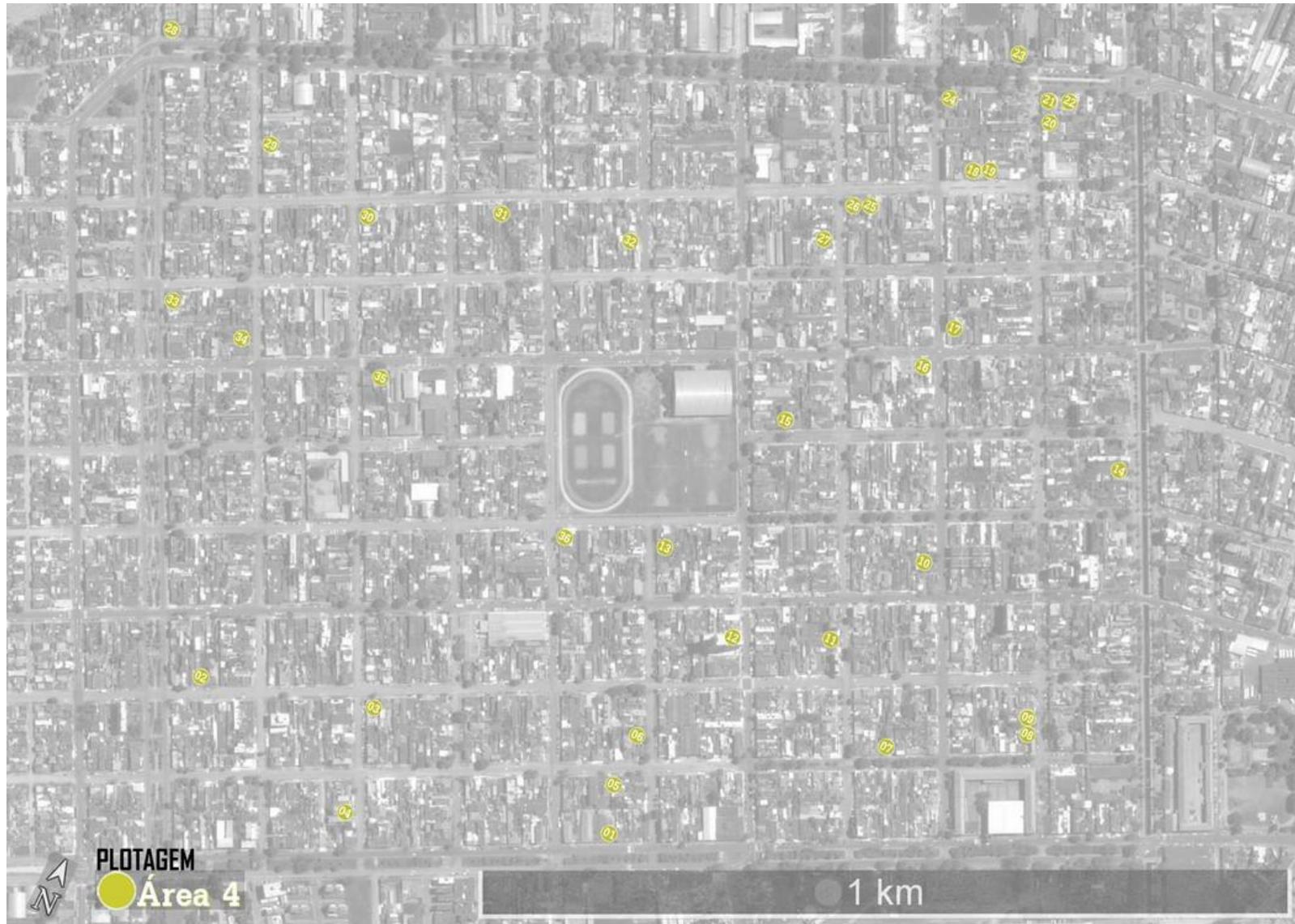
APÊNDICE 196 – Mapa de distribuição das unidades da Área 2.



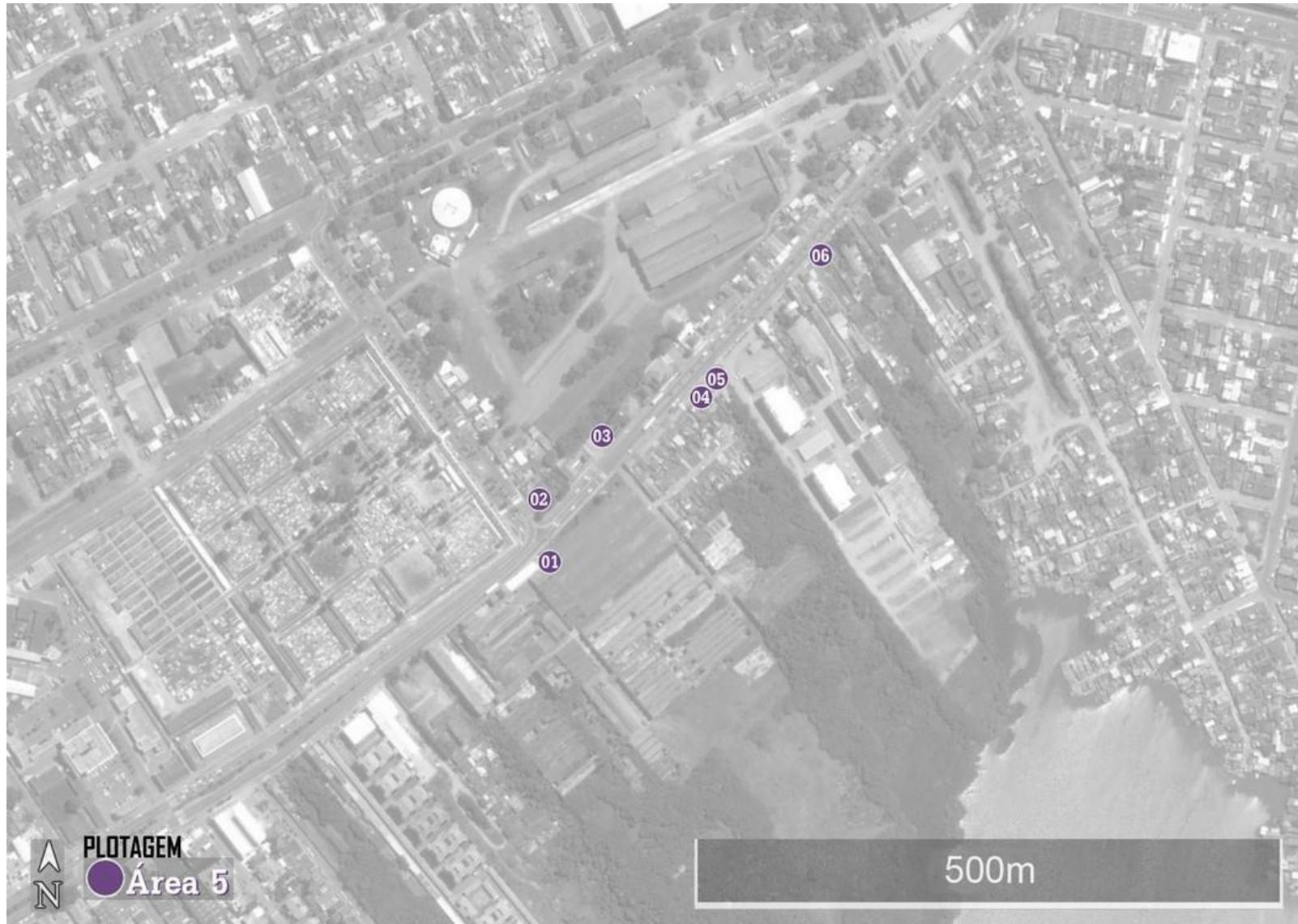
APÊNDICE 197 – Mapa de distribuição das unidades da Área 3.



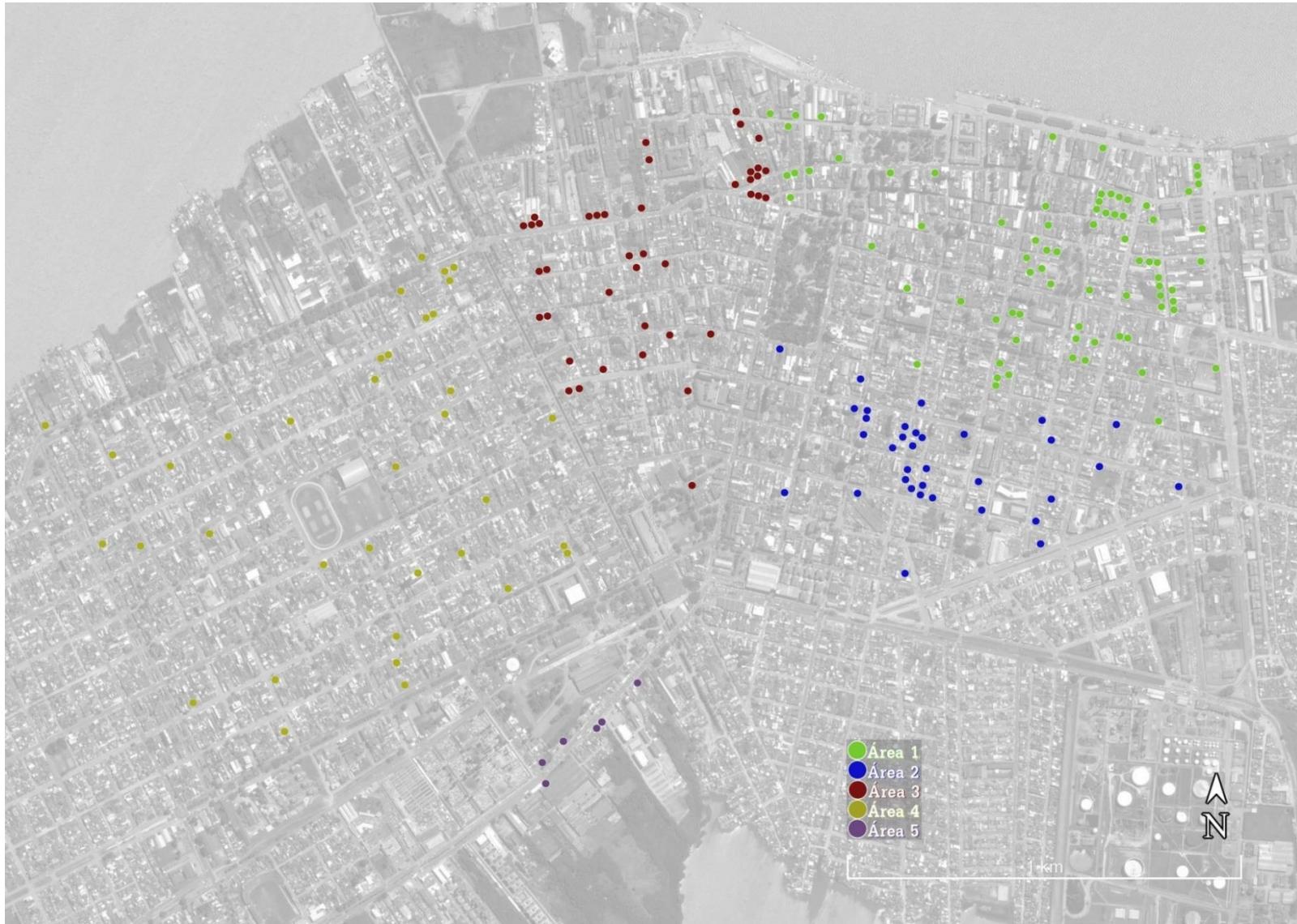
APÊNDICE 198 – Mapa de distribuição das unidades da Área 4.



APÊNDICE 199 – Mapa de distribuição das unidades da Área 5.



APÊNDICE 200 – Mapa de distribuição das unidades.



“
A
TORRE
MÁQUINAS
ELES EDIFICARAM,
POR OBRA **DAS**
MÁQUINAS
CONHECE A
RUINA”



Cernuda

APÊNDICE 202 – Lambe-lambes modelos 1 (acima) e 2 (abaixo).



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com

APÊNDICE 203 – Lambe-lambes modelos 3 (acima) e 4 (abaixo).



Cernuda


ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande

 UFRJ


MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda


ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande

 UFRJ


MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com

APÊNDICE 204 – Lambe-lambes modelos 5 (acima) e 6 (abaixo).



APÊNDICE 205– Lambe-lambes modelos 7 (acima) e 8 (abaixo).



Cernuda

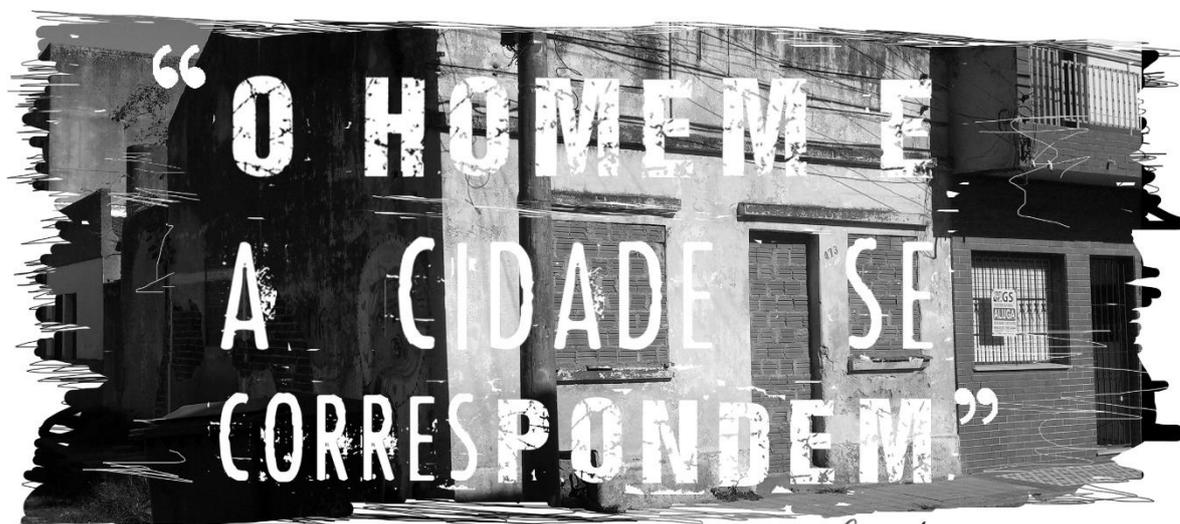
ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com

APÊNDICE 206— Lambe-lambes modelos 9 (acima) e 10 (abaixo).



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com

APÊNDICE 207– Lambe-lambes modelos 11 (acima) e 12 (abaixo).



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com

APÊNDICE 208 – Lambe-lambes modelos 13 (acima) e 14 (abaixo).



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com

APÊNDICE 209 – Lambe-lambes modelos 15 (acima) e 16 (abaixo).



APÊNDICE 210 – Lambe-lambes modelos 17 (acima) e 18 (abaixo).



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com

APÊNDICE 211 – Lambe-lambes modelos 19 (acima) e 20 (abaixo).



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com



Cernuda

ARQUEOLOGIA DA CIDADE CINZA
paisagem e discurso na cidade do rio grande



UFRJ

MUSEU NACIONAL
PPG ARQUEOLOGIA

RIOGRANDECINZA
rgcinza.wordpress.com